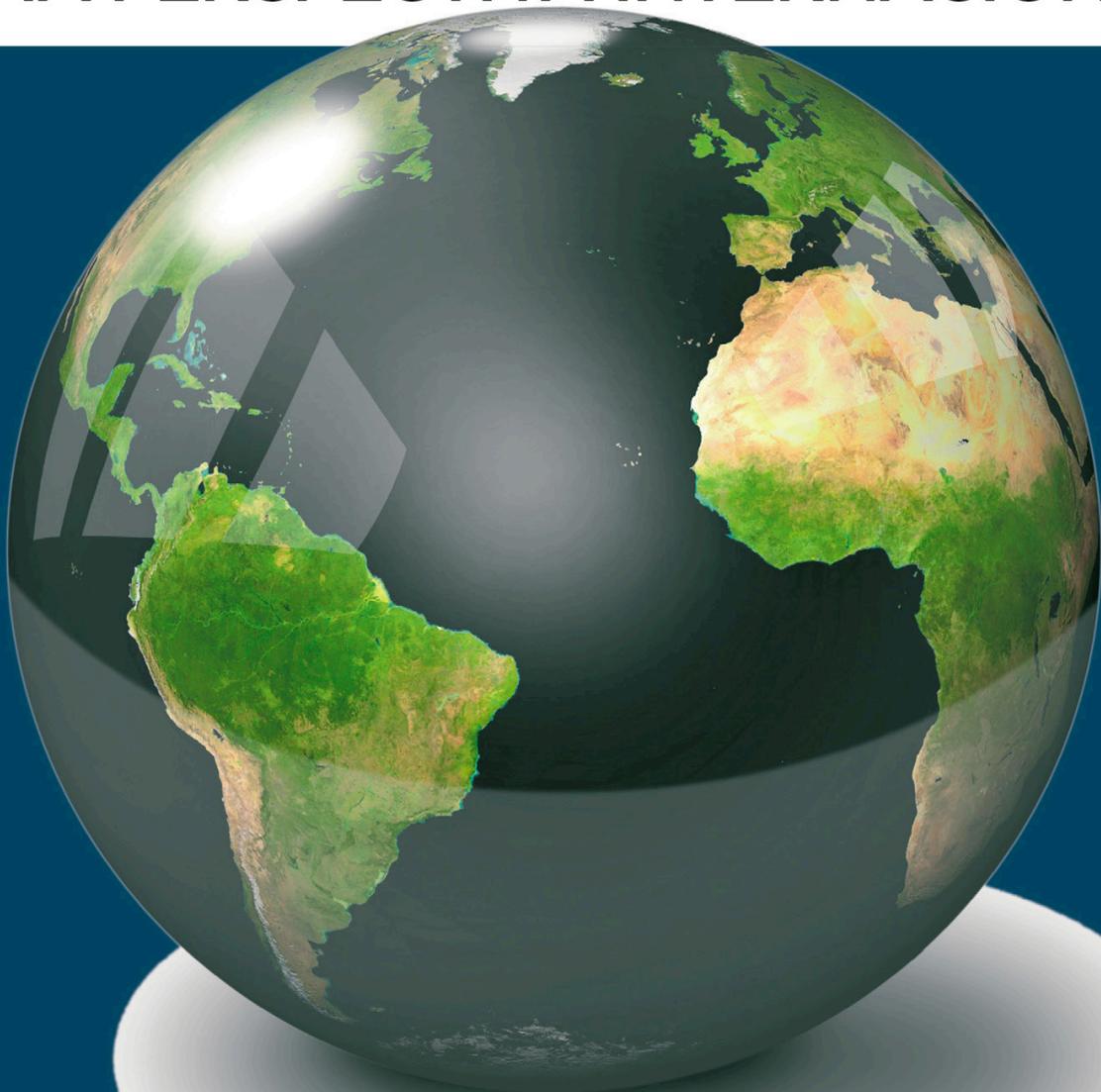


Bernardo Kliksberg

# COMO ENFRENTAR A POBREZA E A DESIGUALDADE?

UMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Bernardo Kliksberg

# COMO ENFRENTAR A POBREZA E A DESIGUALDADE?

UMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL



São Paulo, 2014

## FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores  
em maio de 1996.

### DIRETORIA

**Presidente:** Marcio Pochmann

**Vice-presidente:** Iole Iliada

**Diretoras:** Fátima Cleide e Luciana Mandelli

**Diretores:** Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

### EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**Coordenação editorial:** Rogério Chaves

**Assistente editorial:** Raquel Maria da Costa

**Tradução:** Maria Almeida Stedile

**Revisão:** Maria Elaine Andreoti e Angélica Ramacciotti

**Capa, projeto gráfico e diagramação:** Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

ISBN 978-85-7643-254-8

Este livro obedece às regras do Novo Acordo da Língua Portuguesa.

Todos os direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo – SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: [www.efpa.com.br](http://www.efpa.com.br)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

K65c      Kliksberg, Bernardo.  
Como enfrentar a pobreza e a desigualdade : uma perspectiva internacional /  
Bernardo Kliksberg. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.  
280 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-7643-254-8

1. Pobreza. 2. Desigualdade. 3. Fome. 4. Crise econômica. 5. Políticas públicas.  
6. Educação. I. Título.

CDU 364.14  
CDD 362.042

---

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

## SUMÁRIO

- 05 Prefácio  
Luiz Inácio Lula da Silva
- 07 Introdução  
Bernardo Kliksberg
- 09 Os escândalos éticos de nosso tempo
- 21 Por que a atual crise econômica mundial?
- 33 O que está acontecendo com os jovens no mundo e na América Latina?
- 45 Insegurança da população. Hora de melhorar a qualidade do debate
- 55 Mitos, falácias e racionalizações sobre a pobreza e a desigualdade
- 67 Saúde pública, o tema postergado
- 77 Economistas ortodoxos em aperto. É a vez do capital social
- 89 Quem tem medo da participação?
- 99 Mulheres, o maior grupo discriminado em todo o planeta
- 111 O que está acontecendo com a educação: uma questão-chave
- 123 O *apartheid* climático
- 133 A luta pela percepção e pelos valores
- 145 O voluntariado: 140 milhões ajudando os demais
- 157 Crianças: o discurso e a realidade
- 169 Desigualdades que causam indignação
- 183 O Estado em tempo de crise
- 197 É possível erradicar a corrupção?
- 207 Melhorando o mundo: os empreendedores sociais
- 219 Por mais ética empresarial
- 231 A família em época de crise econômica
- 255 O que os latino-americanos pensam sobre a democracia
- 267 A face oculta da discriminação e da pobreza



## PREFÁCIO

Em nenhuma outra época a humanidade foi capaz de produzir tanta riqueza e de acumular tanto conhecimento quanto nesse início do século XXI. No entanto, paradoxalmente a fome, a pobreza e a desigualdade ainda permanecem como grandes desafios do nosso tempo.

É simplesmente injustificável que mais de 800 milhões de seres humanos passem fome ou estejam subnutridos, de acordo com os dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), no momento em que a produção agrícola mundial alcança recordes históricos. É vergonhoso o contraste entre a opulência de uma parcela ínfima e a pobreza extrema em vastas regiões do planeta.

O dado animador é que, mais do que em qualquer outro período da História, temos hoje condições reais de enfrentar com sucesso esses desafios. Sabemos onde a pobreza se encontra, desenvolvemos políticas públicas e tecnologias sociais para enfrentá-la, podemos calcular quanto custa superá-la. Graças à amplitude que a democracia atingiu no planeta, avançamos na formação de um consenso global em torno da urgência dessa agenda.

O Brasil deu um salto importante com um conjunto de políticas públicas coroadas pelo Programa Bolsa Família. Felizmente nosso país não é o único. Aprendemos muito com a experiência de países que assumiram como prioridade o combate à pobreza e à desigualdade. Temos muitos exemplos na América Latina, na África e na Ásia que estão adotando políticas eficazes de transferência de renda e programas de produção e distribuição de alimentos para os que têm fome; que estão reduzindo a distância entre ricos e pobres.

Nos últimos anos percorri vários países com a intenção de estimular as iniciativas de combate à fome e à desigualdade; de conhecer e divulgar

a experiência dos que se engajam nessa luta. Os governos alcançam êxitos quando adotam políticas de Estado, permanentes e sustentadas no orçamento nacional, com o objetivo de superar a pobreza e promover o desenvolvimento.

Este livro traz uma contribuição extraordinária para o debate mais importante do nosso tempo. Bernardo Kliksberg destaca o valor da Educação, dos programas de Saúde e do reconhecimento do papel da mulher nas estratégias de superação da pobreza. E valoriza o papel dos movimentos sociais na mobilização e na definição de políticas públicas de desenvolvimento com inclusão social.

O livro de Kliksberg nos ajuda a compreender com clareza as razões da desigualdade, ao mesmo tempo em que aponta caminhos para a superação da pobreza e da fome. É um instrumento para fortalecer a causa dos que sonham com um mundo melhor, mais justo, neste século XXI.

*Luiz Inácio Lula da Silva*

## INTRODUÇÃO

A educação é a base do progresso das pessoas, das famílias e dos países. Os países que lhe deram alta prioridade e investiram nela consistentemente receberam seus infinitos dividendos.

Na América Latina, as políticas neoliberais, apesar de valorizá-la no discurso, destinaram-lhe recursos muito limitados. Além disso, implantaram projetos educacionais discriminadores: um bem elaborado, para as elites, e outro diferente, de baixa qualidade, para os setores populares.

Desse modo, no contexto neoliberal, a educação se transformou em um mecanismo de reprodução e garantia de desigualdades.

Na América Latina, entre outros dados, nos indivíduos 20% mais pobres, apenas um em cada três termina o nível médio; entre os 20% mais ricos, de cada cinco alunos, mais de quatro concluem o nível médio. Além disso, são ensinamentos médios muito diferentes. O dos pobres, com muito menos horas de aula, sem recursos de aprendizagem nem bibliotecas, nem computadores, nem sequer banheiros suficientes, e com professores que ganham muito menos.

As diferenças que se estabelecem nas escolas são transferidas depois ao mercado de trabalho. As crianças pobres têm menos anos de escolaridade e qualidade deficiente. Para elas será muito difícil competir, e nem sequer poderão ser incluídas na sociedade.

Ditaduras como a de Pinochet fizeram todo o possível para que esses círculos viciosos perversos fossem institucionalizados. O acesso à educação de qualidade e à universidade estava diretamente ligado à possibilidade de pagá-las.

Os estudantes chilenos desencadearam um movimento histórico de rebelião contra essa “herança maldita”. Exigiram a gratuidade do ensino, supera-

ção da diferença de qualidade, e que a educação não possa ser objeto de lucro. Não é por acaso que um dos cartazes que puxavam as maciças manifestações dizia “Queremos UBA”. Enquanto suas universidades eram inacessíveis em razão de suas elevadas mensalidades, a emblemática Universidade de Buenos Aires é gratuita, aberta e da melhor qualidade.

Este livro, originalmente publicado pela Universidad Ricardo Palma (Ediciones Ética y Economía), busca contribuir para “compreender o mundo” atual, frequentemente encoberto por mitos e falácias utilizados para ocultar a desigualdade e a concentração de riqueza do 1%; há que se enfrentar esses mitos e, baseando-se nos dados, aproximar-se da realidade.

Em seu centro estão a pobreza e a desigualdade. Procura mostrar projetos coletivos e experiências que têm possibilitado aos excluídos um real acesso à educação, à saúde e ao trabalho.

No Peru – onde essa edição está sendo publicada com o apoio da Universidad Ricardo Palma, uma universidade plena de êxitos e de justo prestígio conquistado nacional e internacionalmente –, como em toda América Latina, a população tem expressado massivamente que deseja viver em “uma economia com rosto humano”.

Hoje diversos países da região estão nesse caminho, com lideranças excepcionais. São observados com grande interesse pelas populações da Europa e de outras latitudes, atiradas no vazio econômico e social causado pela repetição das mesmas receitas que, durante os anos 1990, precipitaram na pobreza a maior parte da população dessa região.

A obra está inspirada em uma ética central; em uma humanidade que se debate entre a proposta de maximizar o egoísmo ou de resgatar a ética. É o momento de recolher com ímpeto crescente o chamado de fraternidade, solidariedade e justiça que vem desde a sabedoria bíblica: devemos nos tornar responsáveis uns pelos outros.

*Bernardo Kliksberg*

## OS ESCÂNDALOS ÉTICOS DE NOSSO TEMPO

### A POBREZA MATA

O mundo está sendo percorrido por ondas de mudança científica e tecnológica. Sucodem-se as rupturas epistemológicas e as mudanças paradigmáticas em numerosas disciplinas. Diariamente, crescem novas áreas do conhecimento, como a genética, a microeletrônica, a informática, a robótica, a ciência dos materiais, a biotecnologia, as ciências das comunicações e muitas outras.

O estoque tecnológico básico está sendo totalmente renovado, e a humanidade tem uma excepcional capacidade para produzir bens e serviços de novo tipo.

É possível ampliar grandemente a expectativa de vida, ter colheitas pluri-  
anuais fora da estação, contar com bibliotecas quase universais na internet, interconectar o computador, o televisor e o telefone, fabricar automóveis movidos a eletricidade, e muitos outros desenvolvimentos que nem sequer podiam ser sonhados há pouco tempo.

No entanto, os benefícios do progresso tecnológico estão chegando apenas a um setor da espécie humana. Grupos maciços estão excluídos e lutando para garantir o atendimento das necessidades mais básicas de suas famílias.

Todos os dias, cerca de 26 mil crianças morrem por causas, totalmente enfrentáveis, ligadas à pobreza. Quase metade da população de um planeta com enormes capacidades de produção se encontra abaixo do nível de pobreza, e a quinta parte em indigência ou pobreza extrema. Se utilizassem tudo o que recebem para comprar alimentos, ainda assim não seria suficiente para adquirir o mínimo de calorias e proteínas necessárias.

A cada ano morrem 18 milhões de pessoas por causas vinculadas à pobreza. A maior parte, crianças. São mortes evitáveis.

A convivência de possibilidades inéditas de produção e setores minoritários em opulência e riscos severos de sobrevivência de crianças e mães é um “escândalo ético” de grandes proporções.

Faz parte de uma extensa lista de escândalos éticos de nosso tempo...

Entre os principais se encontram os que são descritos, sinteticamente, a seguir.

## ALGUNS ESCÂNDALOS ÉTICOS

### 1) *A fome inexplicável*

Com a revolução verde e as novas tecnologias disponíveis, os níveis de produtividade nas atividades geradoras de alimentos têm crescido bastante.

As avaliações técnicas indicam que é possível produzir alimentos suficientes para uma população significativamente superior à atual. Contraditoriamente, o número de famintos é superior a 1 bilhão. Quase um em cada seis habitantes do planeta padece desse problema inadmissível.

Os mais atingidos são os mais vulneráveis, as crianças. Os déficits de desnutrição nos primeiros anos de vida são pagos com prejuízos para toda a vida.

Segundo o Unicef, se uma criança não se alimenta adequadamente em seus primeiros anos de vida, as conexões interneuronais em seu cérebro não serão estabelecidas, e ela ficará com retardos e deficiências severas.

Em 2008, um dos efeitos da crise foi o grande aumento dos preços dos alimentos. Naquele ano, o planeta teve a maior colheita de sua história. No entanto, 5 milhões de crianças morreram por fome.

O gasto com alimentos consome de 50% a 80% do orçamento das quase 3 bilhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza. Portanto, elas são gravemente afetadas pelos aumentos do custo de vida.

A situação gerou revoltas sociais em diversos países e foi um detonador daquelas que aconteceram no mundo árabe.

Em 2011, foi registrada uma grande alta dos preços dos alimentos. O índice global de preço dos alimentos da FAO cresceu 32% entre junho e dezembro de 2010, e continuou subindo. Esses aumentos são enfrentados pelos pobres saltando refeições e reduzindo a qualidade dos alimentos que ingerem. Isso aumenta o déficit de micronutrientes das crianças.

Quanto mais alimentos sejam produzidos, melhor será, porém, como afirma o Nobel Amartya Sen, em seus trabalhos pioneiros sobre a fome (1981), não é só uma questão de produção, mas também de acesso aos alimentos.

As pronunciadas desigualdades limitam esse acesso, e fatores como, entre outros, a especulação no mercado de alimentos e a vulnerabilidade dos pobres nessa área contribuem para agravá-lo.

A América Latina expressa nitidamente o paradoxo potencialidade alimentar *versus* realidade. Segundo estimativas da Cepal-OPS, a região, por suas condições naturais favoráveis, já que é uma das maiores produtoras de alimentos do planeta, pode gerar alimentos para uma população três vezes maior que a atual. No entanto, tem 53 milhões de desnutridos e 16% de desnutrição crônica infantil.

### 2) *O déficit de água potável e instalações sanitárias*

Assegurar água potável e instalações sanitárias a todos é crucial para a saúde. As diferenças são muito importantes: 900 milhões de pessoas carecem de água potável e utilizam água contaminada; e 2,6 milhões não têm uma instalação sanitária.

Metade dos leitos de hospitais do mundo estão ocupados por pacientes portadores de enfermidades ligadas à ingestão de água não tratada. Morrem mais pessoas por esta carência do que por todas as outras formas de violência, incluídas as guerras.

A falta de instalações sanitárias causa importantes riscos para a saúde em geral, particularmente para as crianças. Estima-se que 1,8 milhão de crianças morrem por ano por essas causas inaceitáveis.

Na América Latina – apesar de esta possuir a terça parte das águas limpas da terra – há 50 milhões de pessoas sem água potável, e 119 milhões sem instalações sanitárias apropriadas.

### 3) *As elevadas taxas de mortalidade infantil e mortalidade materna*

Na Assembleia Geral das Nações Unidas, todas as nações se comprometeram a alcançar em 2015 novas metas que garantam os direitos fundamentais a todos os habitantes do mundo. São as metas do milênio.

Em mortalidade infantil, tais metas estão longe de serem cumpridas. O número de crianças que morrem antes de completarem 5 anos de idade devia baixar dois terços em 2015, em referência a 1990. Devia se chegar a três em cem, em lugar de dez em cada cem. Em 2010, a meta estava distante. Morreram por causas evitáveis vinculadas à pobreza 8,1 milhões de crianças menores de 5 anos, cerca de 7,2%.

Também houve avanços, mas há atrasos na meta de reduzir em três quartos a morte de mães durante a gestação e o parto. Em 1990, ocorriam 480 mortes em cada 100 mil nascidos vivos, e ficou determinada sua redução para 120 mortes em 2015. Em 2005, a taxa foi estimada em 450 mortes. Em 2010, calculou-se em 350 mil as mães que morriam por esta causa; 98% das mortes aconteceram em países em desenvolvimento.

A América Latina, apesar dos avanços, tem sérios problemas causados pela desigualdade na saúde. Quase 30 de cada mil crianças morrem antes de chegar a um ano de idade, comparativamente a três na Noruega ou Suécia.

A mortalidade materna supera 80 mães de cada 100 mil nascidos vivos, frente a seis no Canadá. São mais de 20 mil mães que morrem por ano.

Quando se recortam os dados para as populações indígenas, superam 400 mães em cada 100 mil nascidos vivos.

#### 4) Os déficits em educação

A educação é a base do progresso no século XXI. Tanto para as pessoas, as famílias, como para os países. As nações que estão nos primeiros lugares nas tabelas sobre progresso tecnológico, competitividade e avanço econômico, como as escandinavas, fizeram investimentos sistemáticos e de longo prazo na educação, hierarquizando-a ao máximo.

No mundo em desenvolvimento, 121 milhões de crianças não completam o ensino básico, a cobertura pré-escolar é limitada, os percentuais de evasão no curso primário são significativos e, no caso do nível médio, são muito altos. Inclusive continua havendo uma distorção por gênero: apenas 43% das meninas chegam ao nível médio, e dois terços dos analfabetos são mulheres.

No caso da América Latina, embora seus países sejam avaliados por sua receita *per capita* de renda média, os indicadores educacionais deixam muitas interrogantes. Segundo dados da Unesco:

- mesmo em progressão, o pré-escolar abarca apenas alguns setores da população. Em alguns países, alcança apenas 30% do alunado possível;
- quase todas as crianças ingressam na escola primária, mas, entre os 20% mais pobres, a evasão escolar é de quase 15%;
- 6 milhões de jovens entre 15 e 19 anos não terminaram o primário;
- a situação é muito pior no secundário. Apenas 49% dos homens e 55% das mulheres completam o secundário;
- não completam o secundário 70% na Guatemala, Honduras e Nicarágua; e 50% na Bolívia, Colômbia, Panamá e Paraguai;
- as desigualdades influem poderosamente. Entre os 20% mais ricos, 81% dos homens e 86% das mulheres concluem o secundário. Entre os 20% mais pobres, apenas 23% dos homens e 26% das mulheres;
- entre os 20% mais ricos, 27 de cada cem jovens completam o curso universitário; entre os 20% mais pobres, apenas um em cada cem.

Apesar de um discurso que enaltece a educação como prioridade, de fato, a destinação dos recursos é proporcionalmente baixa em boa parte da região.

A Finlândia gasta em educação primária 5.373 dólares por aluno; Espanha, 4.800; México, 1.604; Colômbia, 1.257. A Costa Rica é exemplar nesse campo. Em sua Constituição, está previsto que o investimento em educação não será inferior a 6% do Produto Interno Bruto (PIB) anual. O Congresso argentino aprovou uma lei que obriga o Estado a investir um montante similar, e países como o Brasil e o Uruguai têm melhorado consideravelmente seus investimentos.

Em 2011, a Argentina foi líder continental, com um investimento de 6,47% de seu Produto Interno Bruto (PIB). A solução não passa – como pressionaram alguns organismos financeiros internacionais – por subtrair dotações às universidades, em geral subfinanciadas, para transferi-las às escolas primárias. Ambas são imprescindíveis. É necessário, portanto, ampliar o investimento em educação frente a outros setores menos prioritários e melhorar sua qualidade.

Um eixo estratégico é a hierarquização do professor. Um estudo de McKinsey sobre países exitosos demonstra que “asseguram a estrutura de remuneração e reconhecimento adequado para os professores”. Além disso, criam incentivos para atrair os melhores talentos para a docência. Na Coreia, os professores são chamados de “construtores da nação”. No Canadá, estão entre os primeiros nas pesquisas de credibilidade.

Na América Latina, a profissão tem se desprestigiado, as condições econômicas são precárias, as possibilidades de aperfeiçoamento e desenvolvimento são limitadas. A maioria dos professores tem outro emprego para poder sobreviver.

##### 5) “A geração perdida”

A OIT qualifica desse modo os jovens que, em consequência da crise econômica atual, não puderam sequer ingressar no mercado de trabalho.

A crise destruiu milhões de postos de trabalho, levando o desemprego à taxa atual de 10% na Europa e 9,2% nos Estados Unidos. As taxas de desemprego juvenil chegam quase ao dobro do desemprego geral. Em muitos países europeus e nos Estados Unidos, é superior a 25%.

Ocorre, inclusive, um mecanismo regressivo. Os jovens graduados aceitam postos que antes estavam destinados aos que tinham nível médio, e estes últimos vão para posições mais inferiores.

Na América Latina, um dos efeitos das altas taxas de evasão no nível médio é a criação de um enorme setor de jovens que deixaram a escola e não puderam ingressar em um mercado de trabalho que exige minimamente, inclusive para tarefas não qualificadas, certificado de conclusão do nível médio.

Estima-se que 20% dos jovens latino-americanos estão fora da escola e do mercado de trabalho.

A ortodoxia econômica conseguiu generalizar e denominou esses jovens como “os nem, nem”, os que “nem estudam, nem trabalham”. Essa designação é uma desculpa esfarrapada. Quer fazer crer que os jovens escolheram não estudar nem trabalhar. Nada mais distante da realidade. Dois em cada três jovens, entre os 20% mais pobres, abandonam os estudos antes de concluir o nível médio. Os estudos indicam que tal fato é motivado pela desnutrição, pois trabalham – existem 14 milhões de menores de 14 anos trabalhando na região – porque vivem em moradias precárias, porque não dispõem das condições básicas. Sem nível médio, não conseguem trabalho algum na economia formal. Não são “nem, nem”, e essa é uma linguagem que oculta o problema; são os excluídos, os expulsos do sistema.

No México, por exemplo, segundo o Unicef, 53% dos menores de 18 anos estão na pobreza. Há uma “bomba-relógio” de jovens excluídos. Estão desesperados. Se a sociedade não criar oportunidades para incluí-los, os grupos criminosos podem arregimentar alguns deles. Está provado que, quanto maior a escolaridade e maiores as oportunidades de trabalho para jovens excluídos, menor a delinquência juvenil e mais segurança para a população.

#### 6) *Discriminação de gênero*

Tem havido avanços muito importantes nesse campo. A grande maioria das mulheres se integrou à força de trabalho e também aumentou sua participação pública. No entanto, as barreiras continuam difíceis de serem ultrapassadas.

Desse modo, na América Latina, a mulher recebe cerca de 30% menos que o homem por trabalho da mesma natureza. Menos de 10% dos altos executivos são mulheres.

As mulheres trabalham e, ao mesmo tempo, continuam responsáveis pela administração da casa, pela educação e cuidado dos filhos e o cuidado com os idosos. A “economia do cuidado” está a seu cargo. Na maioria dos países, os homens realizam menos de 5% das tarefas domésticas.

Isso obriga às mulheres que trabalham fora de casa – e que, inclusive, têm que ter desempenhos superiores por causa da discriminação – a uma dupla e muito árdua jornada diária.

Subsiste o tema da violência. Cerca de 30% das mulheres latino-americanas têm sido objeto de alguma forma de violência doméstica. Continuam, igualmente, os feminicídios, como os de Ciudad Juarez ou da Guatemala, sem investigações ou punição dos culpados.

Persiste na região uma cultura machista, cujos estereótipos estão presentes tanto na escola como nos meios de comunicação.

Em nível mundial, mesmo nos cargos políticos, apenas 8% dos altos cargos do governo estão ocupados por mulheres, e nenhum dos 27 presidentes dos bancos centrais da União Europeia que estão tomando decisões fundamentais é mulher.

### 7) *A mudança climática*

Continuam a poluição da atmosfera, a extinção das espécies, o desmatamento, a ruptura de equilíbrios ecológicos básicos.

Estima-se que os efeitos da mudança climática – provocando, entre outros, o aumento de furacões, inundações, desertificação e epidemias – estão causando 300 mil mortes anuais; milhões de pessoas se viram obrigadas a emigrar de suas comunidades e constituíram um novo grupo de migrantes que não está contemplado por nenhuma legislação: “os refugiados climáticos”.

A desigualdade é muito alta. Para cada habitante do mundo desenvolvido que é vítima pessoal dos efeitos da mudança climática, são 80 as vítimas no mundo em desenvolvimento. Os agricultores pobres, os pobres urbanos, os 118 milhões que vivem em favelas na América Latina, por exemplo, têm muitas possibilidades de ser atingidos e carecem de possibilidades de defesa.

Os dados recentes são inquietantes. Em 2010 ocorreram vários recordes climáticos. Foi o ano de mais calor desde 1880, quando começaram as medições. Na última década registra-se a ocorrência de nove dos dez anos mais quentes.

Os níveis de temperatura no Ártico fizeram com que a extensão de gelo, em dezembro de 2010, fosse a menor desde que se começou a medir, nos anos 1970.

Em 2010, Moscou teve a temperatura mais alta de sua história, durante 33 dias seguidos. A onda de calor causou 11 mil mortos. Nos Estados Unidos, 2011 foi o ano mais quente dos últimos 75 anos.

O aquecimento, que, por sua vez, causa toda ordem de distorções na natureza, é provocado pelas emissões de dióxido de carbono e de gases de efeito estufa provenientes das indústrias poluentes. Hansen adverte: “Se a tendência de aquecimento continuar, como é esperado, e se os gases de efeito estufa continuam aumentando, o recorde de 2010 não durará muito”.

Um dos maiores perigos provocados pelo aquecimento global é o das secas e da desertificação. Estima-se (Hertsgaard, 2011) que, em 20 anos, o número de pessoas em “países em situação de escassez de água” possa passar de 800 milhões a 3 bilhões.

Em um mundo opulento em tecnologias e recursos, uma parte muito importante de sua população não usufrui dos efeitos do progresso tecnológico. Está presa em armadilhas que comprometem sua vida ou aspectos básicos desta, como as sumariamente revisadas e outras que podem ser acrescentadas.

Provocam o sofrimento diário de crianças, mães e jovens, e violam os direitos fundamentais de amplos setores do gênero humano.

A contradição da pobreza em meio à riqueza potencial tem uma de suas explicações principais no aumento substancial das desigualdades.

### A DISPARADA DAS DESIGUALDADES

Inúmeras pesquisas têm constatado que as pronunciadas desigualdades obstaculizam de múltiplas maneiras o desenvolvimento e são causa central da pobreza.

Entre outros efeitos, criam “o acidente de nascimento”. O acesso às oportunidades, desde as mais básicas, como estar bem alimentado, até as mais sofisticadas, como a possibilidade de concluir cursos de pós-graduação, vai estar determinado pelo estrato social em que se nasce.

Além disso, em sociedades desiguais, o nascimento em um ambiente familiar, com maior ou menor capital socioeducativo, incide fortemente sobre a performance na escola e determina também o capital social e a rede de relações com que se poderá contar.

Além disso, as graves desigualdades permeiam o sistema educacional e fazem com que este esteja aberto aos “que têm”, mas com muitas dificuldades de trânsito para os que “não têm”, produzindo circuitos educacionais totalmente diferenciados para uns e outros, o que por sua vez reforça as desigualdades iniciais.

Mais ainda, provocam a redução do mercado interno, da capacidade de poupança nacional, o rompimento da coesão social, influem na taxa de delinquência, além de muitos outros efeitos indesejáveis.

Pesquisas recentes da Universidade de Harvard demonstram que há uma correlação econométrica robusta entre níveis de desigualdade e graus de corrupção. You Jong-Sung e Sanjeev Khagram (2004) encontraram essa correlação em estudos em mais de cem países.

Uma hipótese usual nos estudos sobre corrupção indica que esta é função da motivação e da oportunidade. Quando as sociedades são muito desiguais, os grupos mais poderosos têm mais oportunidades e incentivos para práticas corruptas e amplas possibilidades de impunidade.

Os grupos pobres não têm informação, não avaliam, estão pouco articulados e não têm como fiscalizar.

Cria-se um círculo perverso. A corrupção aumenta a desigualdade, que, por sua vez, incentiva a corrupção. Gupta (1998) estimou que um aumento de um ponto no índice de corrupção faz aumentar o coeficiente Gini – que indica a desigualdade na distribuição da renda – em nada menos que 5,4 pontos.

Qual é a situação atual do mundo em termos de desigualdade? A Encíclica *Cáritas in Veritate* (2009) descreve-a enfaticamente: A riqueza mundial cresce em termos absolutos, mas aumenta também as desigualdades. Nos países ricos, novas categorias sociais empobrecem, e nascem novas pobreza. Nas zonas mais pobres, alguns grupos gozam de um tipo de superdesenvolvimento destruidor e consumista que contrasta de modo inaceitável com situações persistentes de miséria desumanizadora.

A Encíclica chama a essas desigualdades “as desigualdades gritantes”.

Os dados recentes são muito expressivos. Cerca de 1% da população mundial detém atualmente 43% dos recursos do mundo. Os 10% mais ricos detém 83% desses recursos, enquanto os 50% de rendas mais baixas têm apenas 2% dos recursos.

Crescem e se consolidam as grandes fortunas em um processo de concentração de renda. Aumenta o número de bilionários, pessoas que são donas de mais de 1 bilhão de dólares.

O coeficiente Gini tem piorado nos países que lideram hoje a economia mundial. Nos Estados Unidos, passou de 0,34 nos anos 1980 a 0,38 em meados dos anos 2000. Na Alemanha, de 0,26 a 0,30; na China, de 0,28 a 0,40.

Tem aumentado as diferenças entre os países, e, internamente, em muitos deles.

Na economia mais poderosa do planeta, a dos Estados Unidos, que produz 28% do produto bruto mundial, um estudo do Economic Policy Institute mediu a distância entre o 1% mais rico e os 90% da população entre 1980 e 2006. O 1% tinha dez vezes mais que o 90% no começo do período, e 20% mais em seu final. Tomando-se o 0,1% mais rico, seus lucros foram ainda maiores: ultrapassou 20 vezes mais que os 90%, em 1980, a 80 vezes em 2006.

Entre os setores mais beneficiados, os serviços financeiros nos Estados Unidos dobraram sua participação no Produto Interno Bruto entre 1980 e 2000, passando a 8%. Seus lucros aumentaram de 10% a 35% do total dos lucros corporativos nesse período.

O *The New York Times* indica que, nos últimos 30 anos, o 1% mais rico, que detinha 9% da renda nacional em 1979, passou para 23,5% em 2007.

Os prejuízos que as altas desigualdades estão causando naquele país são múltiplos. Desse modo, segundo os estudos de Levine e Dijk (2010), o estresse gerado por essa situação aumenta a taxa de divórcios.

Por outro lado, as famílias não encontram outra alternativa para fazer frente a seus gastos a não ser mudar-se para zonas mais distantes de seus trabalhos, porém mais baratas, aumentando as horas utilizadas no percurso casa-trabalho e reduzindo as horas dedicadas à família.

Em uma obra recente de grande repercussão – *O nível do espírito*: por que a igualdade beneficia a todos –, Richard Wilkinson e Kate Picket (2010) mostram, com detalhadas estatísticas que comparam países mais e menos desiguais, que a maior desigualdade leva a mais criminalidade, maior mortalidade infantil, mais obesidade, mais gravidez em adolescentes, maior discriminação de gênero e menor expectativa de vida.

Além disso, afirmam que se transforma em um problema de pele e piora a vida de todos. Causa estresse crônico. Atenta contra as noções básicas de “jogo limpo”.

Já a Escola de Saúde de Harvard (1997) demonstrou que a desigualdade incide em uma baixa dos níveis de confiança interpessoal, dimensão central do capital central, influenciando negativamente, desse modo, sobre a expectativa de vida.

Analisando as tendências nos Estados Unidos, Robert Frank (Cornell University, 2010) conclui:

Não há evidência de que as maiores desigualdades melhorem o crescimento ou a vida de ninguém. Sim, os ricos podem comprar agora mansões muito maiores e fazer festas mais caras. Mas isso não parece fazê-los mais felizes. E, em nossa economia, um efeito do crescimento das desigualdades tem sido roubar os profissionais mais talentosos para o campo das finanças em Wall Street.

A desigualdade é lesiva para qualquer economia; e é um fator fundamental no caso latino-americano.

Quando se pergunta por que um continente com condições naturais excepcionais para a produção de alimentos, com fontes de energia barata em abundância, com grandes reservas de matérias-primas estratégicas, com um potencial turístico formidável, além de outros fatores favoráveis, tem um terço de sua população em pobreza e graves vazios sociais, deve-se levar em conta que é a região mais desigual de todas.

Em um estudo pioneiro, Birdsall e Londoño (1997) simularam economicamente qual seria a pobreza se a desigualdade não houvesse crescido na América Latina como aconteceu dos anos 1970 até meados dos anos 1990, período das ditaduras militares e da experimentação de receitas ortodoxas extremas.

Estimam que o aumento da pobreza teria sido a metade do que foi. Isso é chamado “pobreza desnecessária”, criada apenas pelo aumento das desigualdades.

Enquanto a distância entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres, na Noruega, é de 6,1 vezes, e na Espanha de 10,3, na América Latina é de cinco a dez vezes maior. Supera 30 vezes. Em 2009, a distância era de 60,4 na Colômbia e 59,4 em Honduras.

As desigualdades no mundo e na região foram agravadas pela atual crise mundial, a maior já sofrida pela economia do planeta nos últimos 80 anos.

Os escândalos éticos referidos e o aumento das desigualdades foram agravados pela atual crise econômica mundial, a maior desde a de 1930. No próximo capítulo faremos uma análise não convencional de suas causas.

---

### **Sem palavras**

Muitos dos 1,02 bilhão de pessoas famintas que há no mundo são crianças. Com uma xícara diária de micronutrientes, as crianças não teriam fome. Custa 0,25 centavos de dólar. A cada segundo se gastam 1,5 milhão de dólares em armamentos. Com uma reduzida fração desse valor, se poderia mudar a situação das crianças famélicas.

### **Não há direito**

Uma mulher que nasce hoje em um país pobre tem uma expectativa de vida de 45 anos. Se nasce em um país rico, vive 80 – 35 anos de diferença.

### **Sem luz**

É uma época de avanços tecnológicos sem precedentes na produção e distribuição de energia elétrica. Mas não chega para todos; 1,4 bilhão de pessoas não têm eletricidade. O total de energia elétrica consumida anualmente pelos 800 milhões de pessoas que vivem no Sub-Sahara africano é igual ao que é consumido pelos 19 milhões de moradores do estado de Nova York.

---



## POR QUE A ATUAL CRISE ECONÔMICA MUNDIAL?

### MEDO

*The Economist* (3/10/2011) tem na capa um grave chamado de alerta. A revista, muito lida pelas elites do planeta, diz: “A economia mundial. Tenha medo”.

Em vez de negar a profundidade da crise econômica mundial atual e atribuí-la a meras conjunturas ou a uma etapa do ciclo econômico, diz que se deve temê-la.

Os dados recentes são muito delicados. A economia americana produz quase a quarta parte do produto bruto mundial, mas não consegue gerar empregos suficientes. A taxa de desemprego aberto é de 8,2%. Milhões de desempregados. Se a esses se somarem os subempregados, que não conseguem ter mais do que algumas horas de trabalho, são outros milhões; e se forem adicionados os que já não buscam mais trabalho porque sabem que não têm chance de consegui-lo, e não aguentam mais serem rejeitados uma e outra vez, são outros milhões. Quase 25 milhões de pessoas que estão fora do mercado de trabalho. Os índices são muito piores para os negros e os latinos, para os quais o desemprego aberto é mais que o dobro do índice geral.

A economia americana tem produzido o maior número de pobres desde 1959, ano em que o departamento de censos iniciou sua medição. São atualmente 46,2 milhões. Em 2009, o percentual era 14,3%, e se elevou a 15,1% atualmente. Cerca de 20% dos *chicos* 27% dos negros e dos latinos são pobres.

A situação europeia é explosiva. A taxa de desemprego é de 10,8 %, e a juvenil supera os 25%. A economia cresce pobrememente: em 2011, no máximo 1,7% na região europeia, e, em 2012, 0,5%; economias como a inglesa e a francesa, menos de 1% em 2011.

A OIT e a OCDE informam (26/9/2011) que o total de desempregados está em 200 milhões em nível mundial, um número absolutamente crítico.

Nos países do G-20, foram perdidos 20 milhões de empregos desde que se iniciou a crise, em 2008. A economia americana não cresceu mais de 1,6% em 2011 e 1,7% em 2012.

Os *indignados* do mundo estão nas ruas das mais diversas capitais, protestando nos países árabes por liberdade, emprego e alimentos; na Índia, contra a corrupção e a pobreza; na Grécia, contra o ajuste brutal; na Espanha, contra o altíssimo desemprego; no Chile, por educação gratuita, e também em Wall Street.

Em uma nota de capa, “À medida que cresce a desconfiança no voto, os protestos surgem no mundo” (28/9/2011), o *The New York Times* chama a atenção para o fato de que, em muitos casos, há uma dupla reivindicação nos protestos. Além do econômico, as manifestações também reivindicam uma democracia real. Uma manifestante na Espanha, Marta Solanas (27), declara: “Nossos pais, depois da ditadura de Franco, estavam agradecidos porque podiam votar. Nós somos a primeira geração a dizer que o voto não está incidindo”. Querem, além do voto, conseguir por meio das manifestações que sejam ouvidos e que o modelo econômico seja alterado.

Quais são as causas que levaram a essa crise estrutural, que é na realidade a continuação da grande crise iniciada no final de 2007, que teve um ponto de inflexão agudo na quebra de Lehman Brothers, o terceiro banco dos EUA, e levou a uma queda de 3,5% do produto bruto mundial em 2009? Por que a economia mais poderosa do mundo, a norte-americana, se tornou, em pouco tempo, incapaz de gerar o mais importante que uma economia podia prover, que são empregos decentes, e o mesmo está ocorrendo nas europeias? O que está falhando no sistema?

Analisemos algumas das causas centrais. Se não houver uma ação sobre elas, será difícil que as coisas melhorem.

### A RECEITA SE ESGOTOU

Supunha-se que, aplicando o modelo ortodoxo resumido nas políticas incluídas no Consenso de Washington, e que foram empregadas estritamente na Argentina dos anos 1990 pelo governo Menem, a economia cresceria, e o crescimento seria “distribuído” ao conjunto da população. Não aconteceu assim. No final da década, o ajuste ortodoxo, a privatização selvagem, a concentração do crédito, a desregulamentação total e outras das receitas fizeram com que o país triplicasse sua pobreza, multiplicasse a desigualdade e chegasse a 23% de desemprego, e que no final de 2002 explodisse econômica e socialmente, com 58% de pobreza.

O mesmo está acontecendo no planeta cada vez que é rigorosamente aplicada a receita ortodoxa. Oxalá desse os resultados que os economistas pre-

viram em nível internacional e nacional. Mas a realidade não funciona assim.

O modelo ortodoxo destrói o emprego e a produção. Menem repetia insistentemente: ou modelo ortodoxo ou caos. Era uma das tantas simplificações próprias de sua era. De fato, o modelo conduziu ao caos, aniquilando maciçamente empregos, desindustrializando, empobrecendo os estados e as áreas rurais, expulsando maciçamente amplos setores sociais dos mercados de trabalho e consumo.

Hoje, defensores da receita defendem-na até a morte, nos Estados Unidos e na Europa. Nos EUA, o Tea Party exige de Obama a eliminação do *déficit* fiscal com cortes maciços centrados nos programas sociais. Por outro lado, se opõe a aumentar os impostos aos mais ricos para atenuar os impactos. Defende o tema como uma questão de princípios.

Se algumas de suas propostas se concretizarem, os resultados sociais, conforme diferentes estudos, podem agravar sensivelmente a difícil situação atual. Estima-se que, se o Congresso não renovar o seguro-desemprego, haverá 3,2 milhões a mais de pessoas em situação de pobreza. Sem os cupons de alimentação, que estão sendo distribuídos atualmente a 40 milhões de pessoas em pobreza quase extrema, a desnutrição cresceria fortemente. Sem seguro social, o número de pessoas idosas pobres seria quintuplicado.

Na Europa, no país onde se experimenta se a receita pode salvar a situação – Grécia –, está se reproduzindo o título de uma das obras de Gabriel García Márquez: *Crônica de uma morte anunciada*.

Os cortes fiscais, os aumentos de impostos, as demissões em massa provocaram a queda da economia em 7% em 2012, fazendo com que o desemprego aberto passasse para 23%.

Do ponto de vista humano, isso não é gratuito. O *The Wall Street Journal* (20/9/2011) retrata assim a situação em matéria de suicídios:

Têm se duplicado os suicídios registrados em relação ao período anterior à crise, mais de 40% de gregos se suicidaram nos primeiros cinco meses deste ano do que em período igual no passado... As linhas de telefone de uma ONG líder de atendimento a suicidas – Klimaka – recebiam dez chamados por dia, agora são cem. As chamadas têm um certo perfil: homem, 35 a 60 anos e financeiramente arruinado.

Não pode ser. Obama tem reclamado em seus novos discursos: “Vocês têm visto nos debates republicanos recentes o público aplaudindo a quem, quando lhe perguntaram o que faria se alguém estivesse morrendo por falta de seguro de saúde, respondeu ‘que se arranjasse’. Isso não reflete o que nós somos”.

A conservadora *The Economist* diz que o principal responsável pelo alto índice de desemprego “é a mudança prematura pelos governos para a austeridade fiscal... a imediata prioridade deve ser fortalecer a demanda, ou pelo menos não prejudicá-la” (10/9/2011); “a obsessão coletiva com medidas de austeridade de curto prazo pelos decisores de políticas no mundo estão causando sofrimento” (1º/10/2011). O *The New York Times* (29/9/2011) reclama em seu editorial que “está se matando a recuperação. Uma fixação global na austeridade é exatamente o caminho equivocado”. Ressalta sobre a Europa:

As nações ricas como Alemanha e Inglaterra poderiam gastar mais para aumentar o crescimento. Em vez disso, estão cortando gastos. A Alemanha e seus vizinhos ricos insistem que Grécia, Portugal e outras nações endividadadas aceitem doses de austeridade ainda maiores... Levando essas economias próximo ao colapso farão com que jamais possam sair de suas dívidas.

As referências para se observarem economias como as da Argentina e do Brasil são cada vez mais frequentes. Porque vêm crescendo sustentavelmente nos últimos oito anos e gerando trabalho e inclusão. Seus cidadãos têm outorgado mandato massivo a governos que estão apostando em que outra economia é possível, para além da receita ortodoxa.

As políticas aplicadas na Argentina, e sua gestão eficiente das condições externas favoráveis, geraram, de 2003 a 2011, 5 milhões de novos postos de trabalho. No Brasil, quase 30 milhões saíram da pobreza e são agora produtores e consumidores.

### A CONDUTA DOS ALTOS EXECUTIVOS FINANCEIROS

A desregulamentação selvagem da era Bush criou um clima de “incentivos perversos”. Era possível praticar quase impunemente o que o presidente Obama tem chamado de “uma cobiça desenfreada”.

Os altos executivos de diversas empresas financeiras de peso provocaram situações de altíssimo risco sistemático a fim de favorecer a maximização dos lucros em curto prazo, uma vez que seus “pacotes” estavam vinculados aos benefícios imediatos das empresas. Contaminaram-nas com ativos duvidosos que incidiam nos balanços aparentes, mesmo quando o futuro fosse totalmente incerto.

Foi a acusação do Congresso em suas interpelações contra Richard Fuld, presidente da Lehman Brothers, que levou à falência uma empresa de 160 anos de existência. O presidente da respectiva comissão do Congresso, Henry Waxman, destacou que ele havia recebido, nos últimos anos, 500 milhões de

dólares. Além disso, em caso de demissão, havia se protegido com um “paraquedas” de ouro, uma cláusula em seu contrato que, em caso de demissão, a empresa ficava obrigada a pagar-lhe 65 milhões de dólares. Perguntou-lhe: “Isto é um jogo limpo?” Nicholas Kristof, Prêmio Pulitzer, intitulou sua coluna no *The New York Times*, dedicada a Fuld: “Procura-se executivo, 17 mil dólares por hora, não precisa ser competente”. Sua remuneração era duas vezes o salário-mínimo (8,25 a hora) pago a amplos setores.

Do mesmo modo, em relação a John Tayhn, presidente de Merrill Lynch, cuja empresa já havia sido absorvida por outra, e com dinheiro do Estado antecipou pagamento de bônus de 4 bilhões aos altos executivos. Além disso, em plena crise mandou redecorar seu escritório por 1,2 bilhão, incluindo um tapete de 87 mil dólares e uma cômoda de 35 mil dólares.

Além disso, essas condutas de altos executivos mostraram uma total insensibilidade com a possibilidade de ira dos cidadãos. Um dos tantos casos de manifestação desta “redoma de vidro” foi o comparecimento dos presidentes das três grandes empresas automobilísticas ao Congresso para pedir desesperadamente um empréstimo bilionário. Primeiramente, perguntaram-lhes como haviam viajado de Detroit a Washington. Responderam que em avião particular. Então lhe mostraram que o custo dessa viagem, para pedir vultosa ajuda do contribuinte, custou 60 vezes mais do que teria custado se tivessem viajado em aeronave comercial.

A ira popular contra os altos executivos, registrada em todas as pesquisas de opinião, era não apenas por esses e outros casos similares, mas porque expressavam todo um estilo de cultura empresarial.

### AS ARTIMANHAS DAS AGÊNCIAS QUALIFICADORAS DE RISCOS

As agências são a chave para os investimentos. Qualificam os títulos e valores mobiliários emitidos pelas empresas e pelos bancos para obter recursos dos investidores. Elas foram interpeladas e julgadas severamente pelo Congresso americano por causa de seu péssimo trabalho nos anos das “bolhas”. David Segal (*The New York Times*, 18/3/2009) descreveu como elas operavam:

Puseram seu carimbo de aprovação em incontáveis *subprimes* e valores vinculados que agora são considerados tóxicos. O problema, afirmam os críticos, consistia em que eram pagas pelas empresas cuja dívida deviam avaliar, recebiam milhões em honorários e tinham um incentivo financeiro para dar notas altas a valores que não mereciam. Pelo menos dez empresas que quebraram ou que foram resgatadas em 2008 tinham qualificação para investimentos. Era o mesmo que dar a pacientes com enfermidades letais certificados de saúde total.

Moody's qualificou a dívida de Lehman Brothers com A2 dias antes de sua quebra e qualificou a dívida não assegurada de AIG com A3, ainda mais alto que A2, uma semana antes de que o governo se visse obrigado a tomar a empresa.

Uma investigação do Senado (abril de 2011) mostrou que mais de 90% das qualificações de AAA dadas pelas agências a investimentos baseados em pacotes de hipotecas em 2006 e em 2007 foram depois rebaixadas ao *status* de lixo, causando grande prejuízo aos investidores.

Um informe da SEC (Agência de Controle) mostra diversos casos em que as agências emitiram “informes inexatos, falharam em informar ou manejar conflitos de interesse e colocaram a possibilidade de obtenção de lucro para si acima de análises financeiras rigorosas” (Wyatt, *The New York Times*, 1º/10/2011).

## EM BUSCA DA ÉTICA PERDIDA

O *The New York Times* se pergunta sobre o que havia em comum entre alguns dos presidentes de corporações cuja administração precipitou a crise e ironiza dizendo que quase todos eram egressos de reconhecidas escolas de administração sênior. Surgiu uma pergunta comum a grande parte da opinião pública: o que aconteceu em tais escolas com sua formação ética?

Poucos anos antes, quando das quebras de Enron, World Com e outras, o Congresso americano começou a inquirir os responsáveis, e levantou-se a voz do professor emérito de George Washington University, Amitai Etzioni, que numa declaração no *Washington Post* desafiou: “Convoquem o depoimento dos decanos dos *master* em Administração”. Mostrou pesquisas, e algumas indicavam que o perfil ético dos estudantes de tais *master* era pior quando se formavam do que quando ingressaram em tais escolas.

Frente a esses questionamentos, os estudantes dessas escolas de administração se sentiram fortemente atingidos pelos julgamentos a respeito de sua profissão. Um grupo de estudantes da turma de 2009 de Harvard propôs a seus companheiros que, ao se graduarem, fizessem um juramento de modo voluntário de “atuar com a mais absoluta integridade”, não cair em corrupção nem em egoísmos. A resposta foi inesperada. Em poucas horas receberam pedidos de ajuda de estudantes de mais de 25 escolas do mundo para implantar esse juramento. Pouco tempo depois, escreveram: “nossa caixa de e-mail explodiu”. Pessoas de 115 países, com 49 idiomas diferentes, visitaram-no, e o juramento está sendo adotado em várias escolas.

O grande tema colocado é: a administração é um recurso fundamental para a economia e a sociedade. As escolas líderes formam administradores do mais alto nível tecnológico, mas as evidências indicam que não fizeram o

trabalho de prepará-los eticamente, mostrando os dilemas e valores em jogo. A educação dos administradores seniores tinha um calcanhar de Aquiles no plano ético. Não preparava os estudantes para quando tivessem que enfrentar conflitos éticos dessa natureza. De fato, ao não dar relevância à ética, ela era desvalorizada em sua percepção.

O *The Wall Street Journal* ressalta (Canales, Massey, Wrzesniekwski, 13/8/2010): “Alguns especialistas creem que as escolas devem treinar administradores em elementos mais restritos às estratégias empresariais, como negociação, incentivos e outros, e deixar o ensino de valores para outros. Não podemos estar em maior desacordo”. As contradições são muito fortes. Destaca que, quando se perguntou a estudantes das principais escolas de administração quais as qualidades para ser um executivo de sucesso, mencionaram entre as primeiras “visão” e “perspicácia”, enquanto “honestidade” e “responsabilidade” apenas aparecia depois de muita discussão. No entanto, quando perguntados sobre as características que mais valorizavam nos seres humanos, foram citadas em primeiros lugares “solidariedade”, “integridade” e “responsabilidade”.

Piper, catedrático de Harvard, descreve que nos currículos gerenciais a ênfase está em “quantificação, modelos formais e fórmulas, e se minimiza a aplicação de conceitos e de debate sobre valores... os estudantes admitem que não têm importância”.

Uma renomada professora explica, no *Financial Times* (Gentile, 13/9/2010), que o ambiente criado faz com que “a maneira de demonstrar que um aluno está pronto é argumentar que a concorrência no mercado não permite uma moralidade pessoal onde não é correto comportar-se de modo egoísta, colocando a consciência de um indivíduo acima do bem da empresa e de seus acionistas”.

Há uma grande reação em massa nas próprias escolas. A presidenta da Universidade de Harvard, Drew Faust, rompeu com a tradição pela qual os diretores de sua famosa escola de administração eram, em geral, professores da disciplina de Economia ou de Finanças e nomeou novo diretor, Nithin Nhoria, professor de Liderança e Ética, conhecido por seu pensamento crítico e sua ênfase no aspecto ético. O novo diretor explica que “a crise abalou a confiança da sociedade nas empresas e também na educação em administração”.

Faust explicitou com clareza sua mensagem de mudança: “os estudantes estão muito preocupados com respeito à imagem das empresas e seu lugar na vida americana e no mundo”.

Outras reconhecidas universidades vão na mesma direção. O diretor da Escola Southern University, Sr. Glynn Ellis, afirma: “Temos ensinado a nossos estudantes a buscar brechas na economia e temos nos preparado para explorá-las”.

Ángel Cabrera, presidente da Thunderbird, alerta: “Algo grande falhou. Não podemos olhar para o lado e dizer se é ou não falha nossa quando há uma sistemática e tão extensa falha de liderança”. Para a nova diretora da Kellog, Sally Blount, a mudança é uma necessidade: “Estamos chegando a um tempo crítico para a educação de negócios”. Ela dá ênfase ao ensino de ética e responsabilidade social.

O autor de *Felicidade no trabalho*, Srikumar Rao, aponta metas bem concretas: “Muitas de nossas escolas de negócios não são instituições educativas, e sim de doutrinação. Precisamos de mais cursos que façam seus participantes pensar profundamente sobre seus valores, seu papel na sociedade e como buscarão cumpri-los”.

O debate é de grande relevância para a América Latina, onde há um clamor dos cidadãos por ética em todos os campos, e são estimulantes as iniciativas renovadoras de diversas universidades e instituições empresariais da região e a criação da Red de Universidades Iberoamericanas por la Responsabilidad Social Empresarial, integrada por 230 universidades de 21 países (com sede na FCE da UBA e apoiada pelo Pnud e a Aecid).

Os vazios éticos nas políticas públicas, a cultura empresarial amoral e as importantes deficiências na formação ética dos gerentes administradores causaram danos profundos a amplos setores do planeta.

Contar com um “trabalho decente”, um direito que todos deveriam ter, conforme define a OIT, tornou-se inalcançável para muitos. A crise, que inicialmente foi financeira e depois se transformou em econômica, rapidamente se converteu em humanitária.

Há um clamor por mudanças. De seu centro propõem, juntamente com grandes planos de reativação, uma função regulatória séria e ativa das políticas públicas, a revisão da cultura corporativa e uma reformulação integral do modelo.

## A SAÍDA

A crise econômica mundial não é conjuntural ou obedece a meros desajustes financeiros corrigíveis, como costumam argumentar os economistas ortodoxos na Argentina e no continente.

Suas razões são estruturais. Como se viu, o modelo, no seu conjunto, não funciona. Não dá respostas ao que mais interessa às pessoas: o emprego, a inclusão, a saúde, a educação. Deixa os cidadãos à intempérie e expulsa amplos setores do sistema.

Foi ilustrativo o *mea culpa* de Allan Greenspan, presidente do Banco Central dos EUA, Federal Reserv, durante 18 anos, incansável defensor da não regulamentação das hipotecas nem dos derivativos, a eminência do modelo.

Foi interpelado pelo Congresso americano durante a crise de 2008 sobre os desastrosos resultados dessas recomendações. Respondeu: “Estou em estado de estupor. Acreditávamos que as instituições financeiras se autorregulamentariam para proteger seus interesses e os dos acionistas e não o fizeram. Todo o edifício intelectual que construímos veio abaixo” (*The Week*, 7/11/2008).

No entanto, sua autocrítica nunca é mencionada por seus discípulos locais. Como se não houvesse existido.

Por outro lado, o modelo incentiva vazios éticos de grande magnitude no comportamento de atores econômicos-chave, como os altos executivos e outros.

Em geral, separa a economia da ética. A economia seria para técnicos profissionalizados, a ética para o mundo do espírito. Não há lugar na economia ortodoxa para as ideias de justiça social, responsabilidade social, solidariedade, preocupação com o outro.

Milton Friedman, um dos gurus neoliberais, atacou duramente a ideia de responsabilidade social da empresa privada. Ele a via como um obstáculo contra o que devia ser o único objetivo central das empresas: maximizar os lucros de seus proprietários.

A indiferença pelo outro tem se mostrado cruamente na crise econômica atual. Uma de suas mais severas expressões é o aumento do tempo de duração do desemprego. Sabe-se que essa situação afeta gravemente a autoestima, leva à desestruturação familiar, humilha e destrói a saúde e o ânimo.

Esse lapso de tempo está aumentando nos EUA e é atualmente de dez meses, em média. Há 4,5 milhões de desempregados que estão nessa situação há mais de um ano. É o mais alto depois da Segunda Guerra Mundial.

No entanto, em vez de solidariedade, algumas empresas, em suas ofertas de emprego na internet ou diretamente, colocaram que “candidatos desempregados não serão considerados”. O Departamento de Estatísticas Laborais calcula que os trabalhadores sem emprego por mais de seis meses têm apenas 10% de possibilidade de encontrar novo posto de trabalho.

Também tem se expressado sem ambiguidades, como questão de princípio dos fundamentalistas de mercado, que não se devem aumentar os impostos dos mais ricos. Elizabeth Warren, a autora da lei de regulamentação financeira furiosamente defendida no Congresso pelo Tea Party, deixa claro: Ninguém neste país se tornou rico por si só... nós, os contribuintes, educamos a força de trabalho do setor privado em nossas escolas, lhe provimos de estradas e trens por onde suas mercadorias são transportadas e pagamos policiais e bombeiros para proteger seus escritórios e mansões... como não vamos lhe pedir que compartilhem os sacrifícios necessários (*The Week*, 7/10/2011).

Para enfrentar a crise, será necessário prestar atenção a outros modelos de economia que falam com seus resultados e trabalhar para voltar a integrar ética e economia.

Os países escandinavos estão entre os dez primeiros lugares nas tabelas mundiais de desenvolvimento humano, progresso tecnológico, equilíbrio ambiental e eliminação da discriminação de gênero. Na UNASUL, Argentina, Brasil, Uruguai e outras economias têm conseguido reduzir significativamente a pobreza, criar empregos em grande escala e ter taxas de desemprego menores que as dos países ricos, ampliar substancialmente seus orçamentos para saúde e educação e realizar programas sem precedentes em nível internacional pelos mais desfavorecidos. Entre eles, a *Asignación Universal*<sup>1</sup>, criada por Cristina Fernández de Kirchner, que beneficia 4 milhões de crianças pobres; e o Bolsa Família, criado por Luiz Inácio Lula da Silva, programa que protege 45 milhões de pobres, continuado por Dilma Rousseff por meio do programa Brasil sem Miséria.

Um artigo na principal página de opinião do *The New York Times*, intitulado “Tango da recuperação argentina”<sup>1</sup> (1º/9/2011), ressalta que nos últimos oito anos, na gestão do atual governo, o país cresceu cerca de 7,8% ao ano, o desemprego baixou de 20% em 2002 para menos de 8%, a pobreza se reduziu quase à metade. Conclui que a “diferença abismal entre as políticas de austeridade e baixo crescimento de finais dos anos 1990 e o alto crescimento favorecido pelo governo dos anos 2000 são uma prova de que a economia pode ser reativada”.

---

### A geração perdida

Os jovens compõem um dos setores mais atingidos pela crise do sistema econômico mundial e pelas políticas de austeridade. *The Economist* estima (abril de 2013) que 300 milhões de jovens, um em cada quatro, está fora do sistema educacional e do mercado de trabalho. O economista de Harvard, Richard Freeman diz: “será chamada a geração perdida. Seus destinos não seriam os mesmos se houvésemos evitado este desastre econômico”.

### Os muito ricos

Timothy Noah (*New Republic*, *The Week*, 7/10/2011) ressalta: “10% dos contribuintes dos EUA recebem 50% da renda total e são donos de dois terços da riqueza do país. Em décadas recentes, a distância entre ricos e pobres tornou-se maior do que em qualquer época anterior na história. Ao mesmo tempo, a taxa tributária média sobre os ricos tem diminuído”. O Prêmio Pulitzer Kristof (2/10/2011) afirma que o 1% mais rico tem mais do que os 90% da população.

---

1. Programa social instituído pelo governo da Argentina, que prevê a distribuição de 180 pesos (cerca de R\$ 90) para crianças e adolescentes de até 18 anos, filhos de pais desempregados ou que estejam na economia informal e não ganhem o suficiente para suas necessidades básicas.

### **Falhas éticas**

Angel Gurría, secretário geral da OCDE (que agrupa os países mais ricos), declarou: “A crise econômica atual está custando ao mundo trilhões de dólares, milhões de postos de trabalho perdidos, uma grande perda de confiança nos mercados financeiros e uma regressão em nossos esforços para reduzir a pobreza global. É o resultado da combinação de falhas graves. A falha na ética corporativa é uma delas. Uma que está no epicentro deste terremoto financeiro e econômico”.

---



## O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM OS JOVENS NO MUNDO E NA AMÉRICA LATINA?

### UMA ONDA DE INDIGNAÇÃO PERCORRE O MUNDO

Grande parte dos integrantes do Ocupe Wall Street são jovens cujas reivindicações foram consideradas pelo presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, legítimas e compreensíveis. Os cartazes que portavam são muito ilustrativos de como, da noite para o dia, surgiu esse movimento inédito. Um dos cartazes mais repetidos diz: “Somos 99%”. O outro 1% é o mais rico da sociedade, que atualmente detém mais de 90% do PIB. Sua reivindicação é compartilhada pela população. Segundo as últimas pesquisas, 81% dos norte-americanos são a favor do aumento dos impostos para o 1% mais rico.

Há um cartaz que diz: “supereducados e superdesempregados”. Representa a elevada taxa de desemprego entre os jovens graduados nas universidades. Um manifestante desfila com um cartaz que declara: “tenho *master* em desemprego”.

O tema do desemprego juvenil é muito extenso. Na União Europeia, 20% dos jovens menores de 25 anos estão desempregados. Nos países ricos da OCDE, a taxa é a maior desde que se começou a medir, em 1976. Estão desempregados 52% dos jovens na Espanha, 53% na Grécia, 29% na Irlanda, 29% na Itália, 22% na França, 20% na Grã-Bretanha. A população negra dos EUA é de 31%, e chega a 44% entre os que não têm um certificado de nível médio (entre os brancos, o percentual é de 24%).

As medições de setembro de 2011 constataram que 24,6% de todos os *teenagers*, jovens de 16 a 19 anos, estão desempregados.

Na OCDE, em 2007, o desemprego juvenil era muito alto – 14,2% *versus* 4,9% nos trabalhadores adultos. No entanto, no primeiro quadrimestre de

2011, passou a 19,3% versus 7,3%. A introdução massiva dos contratos flexíveis para os jovens, com o pretexto de que estes melhorariam o emprego, fez com que se pudesse demiti-los com toda a facilidade.

Aumenta o número de jovens que, diante da impossibilidade de conseguir trabalho, agravada pelos programas ortodoxos de austeridade, abandonam a busca inútil. Nos países da OCDE são 16,7 milhões, o que corresponde a 12,5% de todos os jovens de 15 a 24 anos.

O desemprego atual está se transformando inclusive em uma predição de desemprego futuro. Ao se flexibilizarem as normas regulamentadoras, algumas empresas estão discriminando abertamente os desempregados. Em seus avisos de recrutamento enfatizam que eles não devem se apresentar.

Os custos humanos são altíssimos. Um deles é que os jovens tentam escapar emigrando. Em Portugal, a taxa de desemprego juvenil é de 27%. Cerca de 40% dos jovens de 18 a 30 anos desejariam sair do país. Na Irlanda, a emigração duplicou-se desde 2005. A maioria são jovens.

Uma das consequências mais imediatas é o aumento da delinquência juvenil. Em sua mensagem final ao Congresso, em seu segundo mandato, Bill Clinton mostrou que a delinquência havia diminuído significativamente. Não atribuiu os méritos à polícia, mas à queda da taxa de desemprego juvenil e ao aumento do salário-mínimo/hora.

O desemprego prolongado causa estresse severo, depressão e afeta duramente a saúde dos jovens. Estudos indicam que essa situação diminui a expectativa de vida e aumenta as possibilidades de ataques cardíacos na vida adulta.

A “bomba-relógio” que tudo isso significa está explodindo. Os jovens excluídos estão protestando nas ruas. O desemprego juvenil foi uma das causas centrais das revoluções no mundo árabe: é de 24% no Egito, 27% na Jordânia, 30% em Tunísia e Síria, 39% na Arábia Saudita.

Os jovens lideram os protestos dos “*indignados*” em todo o mundo. Exigem mudanças estruturais no sistema econômico. Foram brutalmente excluídos sem que lhes fosse permitido, em muitos casos, sequer ter um primeiro emprego.

Porém vão mais longe: estão discutindo, inclusive, uma questão de legitimidade das lideranças. Uma delas, Carolina Solanas, na Espanha, afirma: “A maior crise é uma crise de legitimidade. Entendemos que não estão fazendo nada por nós”. As pesquisas indicam que, como em outras partes, 80% da população vê com simpatia suas reivindicações.

Um dos processos mais notáveis de protestos está ocorrendo nas terras da América Latina. É o grande movimento dos “pinguins” no Chile.

Foi iniciado pelos estudantes secundaristas e hoje é compartilhado pelos universitários, os professores e relevantes setores da população.

Mobilizaram 1 milhão de pessoas em algumas de suas passeatas, e 89% disseram, nas pesquisas, estar de acordo com sua pauta de reivindicação. São muito claros, pedem educação gratuita para todos e melhoria de qualidade do ensino, que, segundo estudos, é muito desigual conforme o estrato social a que se pertença.

Um de seus cartazes diz: “Um povo educado jamais será explorado”.

O que está acontecendo com a situação dos jovens na América Latina? Vejamos alguns aspectos-chave.

### TRAJETÓRIAS DE VIDA DESIGUAIS

A América Latina é a região com os maiores níveis de desigualdade do planeta. As taxas de distribuição foram sempre regressivas na região, mas a situação piorou nos anos 1980 e 1990 sob o impacto das políticas neoliberais.

Isso tem plena expressão nos jovens. As “trajetórias de vida” são totalmente diferentes conforme o estrato social a que se pertença.

Os setores de estratos altos e médios altos, minoria, têm altos níveis de escolaridade, futuros profissionais promissores que podem formar famílias estáveis.

Os jovens pobres – amplos setores em um continente com 170 milhões de pobres – têm suas vidas marcadas pela falta de oportunidades. Começam a trabalhar desde a mais tenra idade, suas possibilidades de cursar os estudos primários e secundários são limitadas, têm importantes riscos de saúde, não têm uma rede de relações sociais que possa apoiá-los, não há créditos para eles, sua inserção no mundo do trabalho é muito problemática, dificilmente conseguem romper com a situação de privação de suas famílias de origem.

Em diversos países, os jovens pobres estão ocupados em ajudar suas famílias a sobreviverem. Isso os leva, muito precocemente, a sair para trabalhar (cerca de 14 milhões de jovens com menos de 14 anos trabalham), abandonar o curso secundário e, frequentemente, emigrar.

### EDUCAÇÃO: OPORTUNIDADE OU ILUSÃO?

A população exige educação. No processo de democratização, os investimentos nesse campo têm aumentado, e se tem conseguido consideráveis avanços em pautas como a massificação do ingresso à escola primária e uma forte queda das taxas de analfabetismo.

No entanto, os resultados dos sistemas educacionais da região continuam muito distantes das metas desejáveis. Apenas 49,7% dos estudantes terminam o nível secundário, e 7,4% concluem o nível universitário.

A evasão escolar, as repetências e o atraso estão concentrados nos setores de menores rendas, e existe uma enorme distância entre eles e os setores de maiores rendas.

Entre os 20% mais pobres, apenas um em cada cinco jovens termina o secundário. Entre os 20% mais ricos, são quatro em cada cinco. Menos de um em cada cem jovens dos 20% mais pobres termina a universidade. Entre os 20% mais ricos, um quinto termina a universidade.

As causas de evasão dos 20% mais pobres são muito concretas: desnutrição, trabalho infantil, famílias desestruturadas, pobreza.

Além disso, há uma diferença de qualidade. As escolas privadas têm mais horas de aula, professores mais bem remunerados, mais recursos de apoio, melhor infraestrutura do que as escolas públicas.

Inclusive, mesmo dentro das escolas públicas, as diferenças podem ser significativas. Os jovens das áreas rurais e dos assentamentos (120 milhões vivem em habitações precárias) recebem uma educação “pobre”, com menos horas de aulas anuais e com poucos recursos de suporte.

Na situação real de parte da América Latina, a promessa de educação para todos se transforma em ilusória para muitos jovens. Isto vai reforçar de múltiplas maneiras as outras desigualdades vigentes nesta região tão desigual.

## OS JOVENS EXCLUÍDOS

Mais de um em cada cinco jovens latino-americanos está fora do mercado de trabalho e do sistema educacional.

Os excluídos não recebem salários ou o recebem muito esporadicamente, e com isso têm sérias dificuldades de sobrevivência. Não conseguem iniciar uma vida laboral, ficando impedidos, desse modo, de obter experiências de aprendizagem e crescimento produtivo. Ao mesmo tempo, sua rede de relações possíveis se estreita drasticamente, uma vez que o trabalho é um lugar-chave para nutri-la.

A tudo isso se agrega uma questão fundamental. Os jovens estão em pleno processo de buscar fortalecer sua autoestima. A marginalização social atenta diretamente contra isso. Em vez de fortalecê-la, a debilita. Isso vai gerar problemas psíquicos, de conduta e de relacionamento.

Os jovens urbanos marginalizados ficam “sozinhos”. A isso se soma a fragilidade de seu núcleo familiar pelos impactos da pobreza.

Sem modelos de referência e identidade fortes, em nível familiar e de trabalho, ficam liberados para os encontros de rua com outros jovens em situações similares.

Os estudos sobre as “maras”, grupos de delinquência juvenil que têm se espalhado por diversos países centro-americanos, integrados por centenas de milhares de jovens, informam que, quando perguntados sobre o motivo de integrarem grupos nos quais correm sérios perigos de vida, eles costumam responder: “onde quer que estejamos, é o único lugar onde somos aceitos”.

A exclusão social junto à desestruturação familiar colocam um setor da juventude da região em uma situação de “jovens encurralados”, que, diante da falta de respostas das políticas públicas, podem se sentir atraídos pelas “maras” e ser recrutados pelas máfias da droga e do crime organizado.

É fundamental ver a gênese do problema, e não apenas seus sintomas finais, para poder enfrentá-lo. Um informe do Unicef e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (dezembro de 2004), fruto das pesquisas de campo na Guatemala, El Salvador e Honduras, alertou: “as políticas estatais na matéria devem se dirigir à satisfação de necessidades fundamentais, à criação de oportunidades de vida e ao respeito aos direitos civis e políticos, incluindo o direito a um julgamento justo”. Ressalta que “muitos dos integrantes das quadrilhas pertencem aos setores mais pobres da população, portanto não têm acesso à educação, alimentação, habitação, saúde, segurança pessoal, proteção familiar e possibilidades de trabalho”.

Adverte que “este problema não pode ser abordado unicamente pela perspectiva da segurança pública”.

### SOBRE MITOS

A possibilidade de encarar os referidos problemas e, em geral, abrir caminhos para as potencialidades dos jovens requer, em primeiro lugar, uma visão que se aproxime deles buscando compreender suas singularidades e procurando identificar as causas estruturais dos problemas.

A visão usual tem a tendência de não incluir na agenda pública seus problemas básicos e vem se limitando a raciocinar sobre os jovens em termos “míticos”.

Na verdade, esses mitos escamoteiam a verdade em vez de possibilitar “compreender” o que acontece com os jovens. Superá-los é, sem dúvida, um caminho para efetivamente elaborar políticas e propostas renovadoras. Vejamos alguns deles:

– *PRIMEIRO MITO: É uma juventude sem inquietações*

Um mito de ampla circulação é o que raciocina em termos de que os jovens de hoje não “têm inquietações”. São chamados de “boas-vidas”, “superficiais”, “frívolos”.

A situação real é diferente.

A problemática própria da juventude tem tido representatividade muito limitada na política, e a inclusão de lideranças realmente representativas dos jovens tende a ser restringida. São necessárias práticas políticas de novo cunho, inspiradoras e presididas pela ética a fim de voltar a captar o interesse juvenil. Quando isso acontece, o interesse surge.

Atualmente, na Argentina, têm sido abertos novos caminhos para os jovens na política, e eles estão, como indicam os dados de participação, respondendo a isso com entusiasmo.

Na região, atualmente, setores importantes dos jovens canalizam sua participação por novas vias. Há um aumento de associativismo religioso, a criação de novas formas de relacionamento no espaço virtual e novas modalidades associativas de tipo informal.

A suposta falta de inquietações esconde muitas vezes, no fundo, uma busca por causas válidas. Quando elas aparecem, os jovens se apresentam. Isso é muito visível no voluntariado. Aí, o jovem tem uma meta clara: cumprir o preceito bíblico fundamental da solidariedade; é possível conquistar objetivos concretos em curto lapso de tempo e há transparência. Dirigentes e participantes estão mobilizados pelo sentido do serviço. As organizações costumam ser abertas e com grande horizontalidade.

Quando há propostas voluntárias significativas que chegam diretamente a eles, os jovens latino-americanos têm demonstrado uma grande receptividade. Encabeçaram, entre outras, nos anos anteriores, a campanha contra a fome no Brasil, inspirada por Betinho, que congregou mais de 60 milhões de pessoas; na Argentina, de 2000 a 2002, a ação de Cáritas contra a pobreza, que beneficiou 3 milhões de pessoas e foi realizada por 150 mil voluntários; o exitoso programa “Um teto para meu país”, no Chile, atualmente presente em 19 países, com 400 mil voluntários.

Ao longo de todo o continente, os jovens não apenas participaram em grandes organizações solidárias, como também geraram silenciosamente, e em muitos casos sem nenhum apoio, inúmeras redes e organizações de base.

– *SEGUNDO MITO: Não se esforçam suficientemente*

Segundo esse mito, a juventude de hoje teria tendências ao “facilismo” e não realiza atividades que exijam mais esforços. Também não estão motivados para serem empreendedores, para inovar, tomar iniciativas. Preferem a vida sem exigências. Seus fracassos, em grande medida, seriam derivados dessas características.

Com base nesse raciocínio, os problemas de integração e progresso econômico da juventude seriam responsabilidade dos próprios jovens. Deixam de ser problemas estruturais de mau funcionamento da economia e da sociedade e passam a ser vistos como resultantes das condutas de algumas das principais vítimas desse problema.

Quando se comparam os fatos, o mito parece muito frágil. Em diversos países da região, as gerações anteriores, nos anos 1950 e 1960, se depararam

com uma sociedade com múltiplos problemas, mas em crescimento e com alta mobilidade social. O estudo era uma via régia para o progresso pessoal. Representava depois uma inserção econômica significativa. As pequenas e médias empresas eram factíveis em mercados em crescimento e eram protegidas por políticas estatais. As profissões liberais tinham um campo crescente frente às classes médias, que se ampliavam. O Estado estava em expansão, e o emprego público era uma possibilidade interessante.

Nos anos 1980 e 1990 os jovens encontraram um ambiente muito diferente: economias que tendiam a “dualizar-se”, com setores em modernização acelerada e muitos outros em retrocesso; processos de desindustrialização, como os que se deram em países como a Argentina; quebra massiva de pequenas e médias empresas e concentração financeira e econômica; forte redução do papel e da dimensão do Estado, cujo quadro de pessoal foi minguando permanentemente, até equivaler, no ano 2000, a quase metade, em termos proporcionais, ao dos países desenvolvidos (Carlson e Payne, 2002); uma grave polarização social, que, entre outros impactos, gerou uma forte redução dos mercados internos, fechando as portas a diversos profissionais liberais; uma contração das classes médias e da remuneração salarial.

Em muitos países, a incipiente ou significativa mobilidade social foi substituída por uma rigidez social pronunciada e por processos de mobilidade social descendente que deram origem a uma nova classe social: “os novos pobres”.

Nesse ambiente, atribuir êxitos e fracassos a supostos traços quase congênitos de vocação ao esforço ou à passividade não corresponde à realidade. Causas estruturais criaram, para a grande maioria dos jovens, uma restrição severíssima nas oportunidades.

Amplios setores de jovens não tiveram chances de provar se estavam dispostos a se esforçar e gerar iniciativas. A economia não lhes deu oportunidade. Com as melhorias de fundo nessa situação, na Argentina de 2003 a 2011, diariamente o mito vai caindo em pedaços.

– *TERCEIRO MITO: Têm tendência aos conflitos e inclusive à violência*

Nas sociedades da região circula a imagem de que os jovens são rebeldes e, em muitos casos, com condutas censuráveis, basicamente imprevisíveis. Alerta-se que é preciso “tomar cuidado” com eles.

Junta-se a isso o sentimento, no caso dos jovens pobres, de que seriam “suspeitos em potencial”. Poderiam facilmente chegar a ter condutas delituosas.

Esta mensagem de desconfiança contamina as políticas, as atitudes e os comportamentos para com os jovens nas escolas, no mercado de trabalho, no

tratamento das instituições públicas e em múltiplos aspectos da vida cotidiana. Os jovens, por sua vez, captam essa mensagem e se ressentem profundamente.

O mito distorce a realidade de como os jovens, neste tempo histórico, estão vivendo em nossas sociedades, e em função disso se tergiversa sobre quais condutas podemos esperar deles.

O jovem latino-americano tem motivos de sobra para estar “tenso”. Está imerso em sociedades que não aceitam, em sua maioria, seus problemas como importantes e não lhe dão lugar na agenda pública. Com frequência tem que deixar de lado suas inquietudes e ilusões para estudar o que “seja vendável”, seja “colocável”. Entre os jovens, os números do desemprego são muito superiores aos números gerais.

Junte-se a tudo isso o olhar de desconfiança e desvalorização.

É saudável que o jovem não aceite se transformar em um ser “totalmente ajustado” a essas condições lesivas, que expresse sua rebeldia de diversos modos. Um líder indígena jovem da Quebrada de Humahuaca (Argentina) denunciou que havia ali um delito não tipificado, que ele chamou “o delito de ‘portação’ de cara”. Por ser indígena, era sempre solicitado a apresentar seus documentos e sofria diversas formas de discriminação.

O mito que penaliza de antemão os jovens pobres e não os entende nem procura compreendê-los, reforça um só caminho: a “linha dura”.

Isso tem conduzido, em diversas realidades da região, a um aumento sideral dos gastos em segurança pública e privada e a uma superpopulação carcerária. Por sua vez, estes estabelecimentos, em geral – como se tem denunciado reiteradamente –, não são um ambiente de reabilitação, mas de degradação quase selvagem. Neles, os jovens não se recuperam, apenas se tornam muito mais degradados.

Nem o maior gasto em segurança nem o aumento de jovens nas prisões têm reduzido as taxas de delinquência, pois suas causas estruturais não são tocadas.

O mito atua para muitos jovens pobres como “a profecia que se autorrealiza”. Pela discriminação, são condenados a severas exclusões, o que os tornam vulneráveis ao delito. Depois, são aplicadas políticas de repressão extrema, até transformá-los, já deteriorados e quase sem saída possível, em “bucha de canhão” para as quadrilhas do crime organizado.

## CURSOS DE AÇÃO

Atualmente estão se reconstruindo os aspectos centrais do contexto em que vive a juventude latino-americana. O que se pode fazer a respeito?

Muitíssimo. É preciso superar os mitos para se aprofundar e atacar as causas reais dos problemas. Os jovens da região não são nem acomodados, nem desinteressados em trabalhar e tampouco violentos.

As políticas públicas e a sociedade devem incorporar a juventude como uma questão fundamental da grande agenda nacional.

Entre outros aspectos, a instituição familiar – âmbito básico de formação dos jovens – precisa ser fortalecida mediante políticas sistemáticas de proteção a seu desenvolvimento.

Devem-se reduzir substancialmente a evasão e a repetência escolar, assim como enfrentar as graves desigualdade e generalizar uma educação de boa qualidade.

Para isso, são necessários instrumentos de acordo com as realidades; por exemplo, acompanhar o sistema escolar formal com entradas para as diferentes idades e situações. É significativo o êxito que começam a ter modalidades como as escolas de reingresso, para jovens que abandonaram a escola, os clubes de jovens e as escolas abertas.

O campo do trabalho é crucial. É fundamental assegurar ao jovem a oportunidade de um “primeiro emprego”.

É preciso reduzir rapidamente esse número, de tantas consequências, de jovens que não trabalham nem estudam. Para isso, são necessárias políticas públicas muito ativas, além do apoio enérgico de toda a sociedade.

Conseguir um importante aumento do número de jovens que concluem o ensino médio deve ser uma grande prioridade.

O apoio ao voluntariado pode ser um canal muito importante para convocar e mobilizar a juventude. É, ao mesmo tempo, um marco construtivo de vinculação social e uma escola de líderes. Estudos internacionais concluem que os cidadãos tornam-se adultos ativos e integrados a todo tipo de atividades de serviço se, quando jovens, participaram constantemente de organizações voluntárias (Younis, McLellan e Yates, 1997).

Esses e muitos outros passos necessários são viáveis. Isso está demonstrado pelos progressos obtidos nas sociedades que já começaram a implantá-los.

Sem dúvida, devem-se juntar esforços gerais mais amplos para uma reforma estrutural. A América Latina é um continente tão pleno em possibilidades econômicas, passando atualmente por um positivo processo de democratização, que não pode ter os níveis de pobreza e desigualdade que apresenta. Ela vem desperdiçando o potencial produtivo de boa parte de sua população e de seus jovens através dos mecanismos de exclusão social vigentes.

Os cidadãos exigem, de forma cada vez mais ativa, reformas de fundo que democratizem a economia, criem oportunidades produtivas para todos e conduzam a uma inclusão social universal.

Um proeminente filósofo contemporâneo, Charles Taylor (1995), argumenta em seu livro *Ética da autenticidade* que se tem observado no mundo contemporâneo uma “desilusão da vida” em amplos setores da juventude.

Em sua opinião, isso se vincula a vários fatores, entre eles a perda do “sentido heroico da vida”, de fazer coisas em conjunto por metas de interesse coletivo.

Outro fator é que se deixou de discutir sobre as finalidades da existência, os objetivos éticos que lhe dão sentido. Tudo se concentra em uma discussão sobre tecnologias e consumos, ou, em outros termos, sobre os instrumentos, que tendem a se transformar em fins em si mesmos, substituindo os verdadeiros fins. Isto gera confusão e desalento nos jovens.

Em terceiro lugar, os meios de comunicação de massa predominantes e outros fatores estimulam de fato a atomização e o isolamento.

Todos esses males culturais se encontram presentes na região e no mundo, e, com efeito, a juventude é particularmente sensível a eles. Aceitando-se sua singularidade, pode-se compreender que o que os jovens querem são, justamente, causas nas quais se possa recuperar esse sentido heroico, fins éticos claros, modelos de referência pessoais que signifiquem condutas éticas, recomposição da sociabilidade. E, se forem providos de condições familiares, educacionais, de saúde, de trabalho que reconstruam seu contexto de oportunidades, podem se esperar resultados assombrosos.

Nos países latino-americanos que vêm promovendo economias com rosto humano, os jovens estão recuperando a esperança e conseguindo ser ouvidos.

No Brasil, Lula deu a máxima prioridade aos programas Fome Zero e Primeiro Emprego, destinado a garantir um trabalho inicial aos jovens. Afirmou que “é mais barato construir uma sala de aula que uma cela”. Esses projetos estão sendo continuados por Dilma Rousseff.

No Uruguai, José Mujica tem feito convocações contínuas para oferecer oportunidades de voluntariado aos jovens.

Na Argentina, a presidenta Cristina Fernández de Kirchner tem realizado programas fundamentais para o futuro dos jovens, como o Asignación Universal por Hijo, Conectar Igualdade, entre outros combinados entre governo e empresas privadas para criar oportunidades de trabalho para jovens excluídos.

Tais iniciativas têm levado o país à liderança regional em investimentos em educação, para a qual são destinados 6,47% do Produto Interno Bruto, mais do que o dobro comparado aos anos 1990.

Têm sido muito grandes o descuido, a marginalização e os maus-tratos contra a juventude na América Latina. O caminho a percorrer é muito longo. Essas renovadoras orientações de trabalho devem continuar se aprofundando, e, nos dias de hoje, em todo o continente a população está reclamando rumos similares. Os jovens *indignados* reivindicam seu lugar e dizem, com toda razão, que têm sido deixados de lado sem nenhuma consideração.

Em grande parte da América Latina, as novas economias, com seus avanços em programas para os jovens, estão se transformando em uma esperança e uma referência para eles. É preciso muito mais, mas aqui, agora, já estão na agenda.

---

### **Desigualdades**

Na América Latina, entre os filhos dos pais que não terminaram a escola primária, apenas três em cada dez completam o nível secundário. Entre aqueles cujos pais completaram o ensino universitário, nove em cada dez concluem o nível secundário.

### **Os novos líderes**

Camila Vallejo (23 anos) é a líder do grande protesto estudantil chileno e hoje um modelo mundial de referência. Em uma entrevista, lhe perguntaram como se sentia sendo tão bonita. Respondeu “Não escolhi ser bonita, mas escolhi meu projeto político”.

### **Os cartazes dos indignados**

“Vergonha, vergonha”. “Eu sou os 99%. Não tenho nenhum lobista”. *The New York Times*, 7/10/2011

---



# INSEGURANÇA DA POPULAÇÃO. HORA DE MELHORAR A QUALIDADE DO DEBATE

## QUE FAZER?

O tema da insegurança pública é totalmente real na América Latina. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde, a taxa anual de homicídios para cada 10 mil habitantes era de 12 indivíduos em 1980; 25,1 em 2006, e tem continuado nesse patamar. Nas pesquisas regionais, a insegurança pública aparece como o segundo problema mais mencionado.

Há diferenças marcantes entre países. A situação é muito grave no México. As taxas são muito altas em El Salvador, Guatemala e Honduras. As mais baixas (entre cinco e sete homicídios anuais para cada 100 mil habitantes) estão na Costa Rica, Uruguai, Argentina e Chile.

Os cidadãos têm todo o direito de exigir segurança pública. A delinquência tem custos diretos em vidas e também custos invisíveis, como a sensação de insegurança e medo e o rebaixamento da qualidade de vida.

Há uma proposta oriunda de setores muito conservadores que tem se disseminado pelos países da região e que tem iludido grandes grupos de pessoas: “a mão dura”.

Promete-se resolver rapidamente o problema através de instrumentos legislativos, como antecipar a maioria penal e levar à prisão menores e adolescentes infratores; dar faculdades quase discricionárias à polícia; aumentar fortemente as penas; exercer pressões sobre os juízes para que apliquem penas com a máxima severidade; levar adiante em todas suas expressões a chamada “tolerância zero”; aumentar a polícia privada e gastar muito mais em segurança pública.

Na Guatemala, o atual presidente Otto Pérez Molina, ex-general, foi o criador do Partido de La Mano Dura; no Uruguai, alguns setores políticos

opositores estão fazendo circular um pedido de referendo para diminuir a idade penal dos jovens; na Argentina, a promessa de “segurança fácil” através de variações da “mão dura” tem sido o centro da proposta eleitoral presidencial de diversos candidatos.

A população, preocupada por respostas imediatas, pode ser receptiva à proposta.

A América Latina está em uma verdadeira encruzilhada: ou opta pela “mão dura”, cujos resultados onde foi aplicada, em geral, aumentou a insegurança pública, ou busca soluções integrais que, em diversos países do mundo, conduziram a uma melhora efetiva.

Ou continua com um enfoque reducionista, puramente policial, do problema, ou inclui, junto a suas dimensões policiais, outras econômicas e sociais imprescindíveis para realmente conseguir resultados.

Para melhorar a qualidade do debate atual, contaminado por mitos e falácias, será imprescindível levar em conta os fatos que a seguir serão expostos sinteticamente.

### HÁ DIVERSOS TIPOS DE CRIMINALIDADE

Não há um tipo único de criminalidade na América Latina. O primeiro erro é juntar todos os delitos e propor uma solução única, como a “mão dura”.

Ou seja, afirmar que estamos em uma sociedade mais insegura sem discriminar os diferentes tipos de delito, que têm diversas causas e, portanto, exigem soluções diferentes.

Pelo menos haveria que diferenciar dois grandes tipos. Um, é o crescimento do crime organizado; o narcotráfico, em primeiro lugar. A ele se somam, ou fazem parte de seus “negócios”, as quadrilhas de sequestro (dois sequestros por dia no México), as quadrilhas do tráfico de pessoas, de jogos clandestinos, roubos de automóveis etc.

O tipo de crime organizado é central na insegurança na América Latina. Além disso, atualmente há um crime organizado globalizado, de transnacionais da droga e de outros crimes.

As respostas, além de locais, devem contar com instrumentos internacionais. Por exemplo, combater a lavagem de dinheiro (central para o crime organizado) requer necessariamente cooperação internacional.

A sociedade precisa, para encarar o crime organizado, de uma profunda reforma da polícia. É necessário constituir uma organização policial de primeira qualidade, profissionalizada e, além disso, especializada. Por exemplo, uma polícia turística, capacitada para ajudar a desmontar o tráfico de crianças

e mulheres, e uma polícia treinada em aspectos contábeis e financeiros para lidar com a lavagem de dinheiro.

A polícia deve ser fortalecida e receber os recursos necessários para que possa enfrentar o crime organizado e, assim, erradicar as conexões entre ambos, um dos principais problemas com os quais países como o México têm se deparado.

Outro delito, muito diferente, é a delinquência juvenil. Praticada por crianças e jovens que cometem delitos menores, mas vão avançando e terminam em delitos maiores e, por fim, tornam-se mão de obra recrutável para o crime organizado.

Os setores mais conservadores, com frequência, têm conseguido que no debate essas diferenças sejam apagadas.

Muitas de suas propostas prometem à população que, se encherem as prisões de jovens potencial ou realmente delinquentes, a insegurança pública desaparecerá. Tratam indiscriminadamente os diversos tipos de delinquência, e isso é grave – e certamente não é um erro por acaso.

Deve-se combater o crime organizado por todos os meios, mas a delinquência juvenil requer outra abordagem, que vá até suas causas. No entanto, isso é o que os grupos mais reacionários da região não querem. Para eles não interessa que o debate se concentre em causas estruturais.

Um informe da Agência de Desenvolvimento dos EUA (2006) sobre as *maras* em El Salvador, onde sucessivos governos de extrema direita aplicaram a “mão dura” – a mão *superdura* – prendendo multidões de jovens pobres sem nenhum resultado positivo sobre as taxas de insegurança, concluiu: “Muitos analistas sugerem que o enfoque duro adotado pelo governo tem motivações políticas. É mais fácil agredir os integrantes das *maras* do que encarar os problemas sociais mais complicados que se encontram na base de sua existência, como a desigualdade de renda e a pobreza”.

## OS JUÍZES SÃO CULPADOS

A mão dura afirma em diversos países que “os responsáveis são os juízes, que, em curto lapso de tempo, deixam os jovens condenados em liberdade, e depois eles reincidem”.

Os Estados Unidos têm a maior população carcerária do mundo desenvolvido, com 2.186.000 presos. Isso significa 738 presos para cada 100 mil habitantes, em comparação com 82 na Suécia ou 77 na Dinamarca.

A população carcerária dos EUA é similar à dos alunos que cursam estudos universitários no país.

Dois terços desses presos, depois que saem da prisão, reincidem e voltam a ela em menos de três anos.

Essa situação é chamada de “a porta giratória”.

Por que voltam às prisões? Não é porque os juizes norte-americanos sejam bonzinhos, mas porque, para um jovem que, em muitos casos, chegou a ser preso por estar desempregado, será muito difícil conseguir uma colocação.

O *The New York Times* (Lewis, 10/6/2009) comenta a respeito: funciona o encarceramento? Mesmo que muitos sejamos relutantes em admitir, estamos usando as prisões como depósitos, colocando as pessoas ali com a expectativa de que cinco anos atrás das grades signifiquem cinco anos em que elas não vão mais cometer delitos.

Relacionando com o crescimento da população, há quatro vezes mais pessoas na prisão em 2009 do que as que tínhamos em 1980.

Todos estamos de acordo com a ideia da reabilitação, no entanto fazemos muito pouco para que ela funcione.

Diante da falta de resultados e do grave desequilíbrio orçamentário gerado pelo crescimento contínuo da população carcerária, o Congresso promulgou a chamada “Lei da Segunda Oportunidade”, que estabelece que, quando um preso sair da cadeia, será esperado pelo Estado com uma oferta de apoio para que reingresse ao mercado de trabalho, com assistência social e legal. Os custos são muitos mais baixos do que mantê-lo na prisão e, efetivamente, baixa os índices de reincidência.

Por outro lado, as prisões têm graves consequências. O prestigioso *New England Journal of Medicine* (*The Washington Post*, 11/1/2007), em um estudo que envolveu 30.327 presos libertados entre 1999 e 2003, constatou que a probabilidade de posteriormente morrer de overdose de drogas era 12 vezes maior que a média da população; e a possibilidade de ser assassinado era dez vezes maior.

Essas tendências ocorrem também na América Latina, em que mais de um em cada cinco jovens está fora do sistema educacional e do mercado de trabalho. Não têm inserção alguma.

O que a sociedade espera que eles façam quando saem da prisão? Nos EUA, vários dos estados, inclusive alguns muito conservadores, como Luisiana, consideraram que não podiam continuar construindo prisões porque era um modelo não financiável e ineficaz.

A mão dura foi aplicada e fracassou. Na América Latina continua a se pôr a culpa nos juizes, e estão tentando aprovar os mesmos modelos que fracassaram nos Estados Unidos.

## AS CAUSAS REAIS DA DELINQUÊNCIA JUVENIL

A mão dura ilude a população com a ideia de que políticas rigorosas para os jovens desfavorecidos, a possibilidade de prender menores e o rigor no aumento das penas eliminarão a delinquência juvenil.

Não há nenhuma prova estatística que demonstre essa correlação. O que se observa nos fatos é que vai aumentar a população carcerária, sem baixar as taxas de delinquência juvenil.

No entanto, há uma forte correlação entre a taxa de desemprego juvenil e a taxa de delitos. Quando aumentam as oportunidades de trabalho para os jovens, diminuem os delitos.

Há, inclusive, uma relação muito clara entre a taxa de escolaridade e delito. Quanto maior a escolaridade, menos delitos. Nos EUA, estimou-se que um ano a mais de escolaridade reduz os delitos violentos em cerca de 30%. Um em cada dez que não terminaram o secundário está na prisão. Entre os que terminaram, há um em cada 27.

Atualmente, 50% dos jovens latino-americanos não completam o ensino secundário. Se eles tivessem apoio para concluí-lo, a criminalidade seria sensivelmente reduzida.

Há também uma intensa vinculação entre articulação familiar e delito. As famílias pobres, que são as mais suscetíveis por estarem submetidas a condições hostis que promovem a desestruturação familiar, são as mais suscetíveis. Assim, quanto mais essas famílias forem protegidas, menor a probabilidade de delitos.

Dois terços dos delinquentes jovens no Uruguai, segundo um estudo de Rubén Katzman, da Cepal, vêm de famílias com um só cônjuge. Nos Estados Unidos, num estudo sobre 60 mil delinquentes jovens, também dois terços provinham de famílias desarticuladas.

Fortalecer as famílias mais humildes é decisivo para reduzir a delinquência juvenil, porque a família provê valores, educa e instrui pelo afeto, algo que nenhuma polícia do mundo pode fazer.

Com mão dura não se tratará das causas estruturais do delito. Apenas a ignoram. Portanto, ninguém deve se surpreender que não haja maior incidência em sua eliminação ou controle.

Um renomado analista do tema, Louis Vacquant (*Os cárceres da miséria*, 2000), afirma: “O encarceramento, além de atingir prioritariamente as camadas mais desprovidas (desempregados, subempregados, estrangeiros), é em si mesmo uma tremenda máquina de empobrecimento. A esse respeito, vale a pena lembrar sem descanso os efeitos deletérios da detenção, não só sobre os presos como também sobre suas famílias e seus bairros”.

## TOLERÂNCIA ZERO

Continua se vendendo ativamente a “tolerância zero” como solução. Segundo essa doutrina, deve-se castigar duramente mesmo as contravenções pequenas, a fim de que não se tornem maiores.

Em nome disso, se iniciam guerras contra as pessoas que moram nas ruas, os mendigos, os usuários de drogas.

Argumenta-se falsamente que isso tem permitido reduzir a criminalidade em algumas cidades dos Estados Unidos. Não é verdade. As cidades que tiveram mais sucesso em diminuir a criminalidade são Boston e San Diego, que aplicam justamente o oposto da “tolerância zero”: investem na prevenção do delito; mobilizam, numa ação conjunta, os municípios, a polícia, as igrejas, as forças sociais organizadas, as comunidades dos bairros e as empresas privadas para estruturar espaços de inclusão.

Inclusive, os países com mais sucesso em segurança pública são os escandinavos, que têm a menor proporção no mundo de policiais por habitantes e, ao mesmo tempo, as menores taxas de criminalidade.

Na Noruega e na Dinamarca, o índice de 0,8 homicídios a cada 100 mil habitantes por ano, e 24 na Suécia, o que corresponde a 25 vezes menos que na América Latina.

A receita do sucesso desses países passa pela inclusão social. Os países exitosos em segurança pública têm sido os de “exclusão zero”, não os de “tolerância zero”.

Seu êxito está relacionado ao oferecimento de plenas oportunidades de inclusão aos jovens, que têm asseguradas a saúde, a educação, possibilidades de trabalho; além disso, há uma forte proteção à família.

A Organização Pan-Americana de Saúde (1998) tem chamado a atenção sobre diversas pesquisas a respeito. Pampel e Gartner (1995) criaram um indicador para medir o desenvolvimento das instituições nacionais responsáveis pela proteção social. Em países com crescimento semelhante da população jovem, a taxa de homicídios era muito menor se essas instituições eram mais sólidas. Messner e Rosenfeld (1997) analisaram a relação entre gastos mais elevados em assistência social e homicídios. O aumento destes diminuía a taxa de homicídios. Também comprovaram que os países que protegiam mais as populações vulneráveis às forças de mercado, através das redes de segurança econômica, tinham menos homicídios. Briggs e Cutright (1994) constataram em 21 países uma correlação inversa entre gastos em seguridade social e número de homicídios – quanto mais gastos, menos homicídios.

## A MÃO DURA AGRAVA A INSEGURANÇA

Em toda a América Latina e em experiências internacionais, a aplicação da linha dura tende a complicar o problema e aumentar as discriminações contra os jovens pobres.

O clima social para os jovens pobres na região é bem hostil. Em Latino-barómetro 2008, os entrevistados responderam que as pessoas mais discriminadas na América Latina são os pobres, e 62% disseram que a polícia é mais propensa a deter um jovem que um adulto. Ser pobre e jovem é um estigma muito importante.

Na prática, a aplicação da mão dura tem levado a empurrar para mais longe da sociedade os jovens em risco, e a encher as prisões com eles.

O estudo da AID, mencionado anteriormente, sobre a mão dura em Honduras, Guatemala e El Salvador conclui: “Muitos dos jovens jamais experimentaram uma interação positiva com o Estado. Em geral, sua única experiência de Estado é a polícia fazendo detenções e prendendo pessoas”.

A virtual expulsão dos jovens marginalizados por falta de alternativas de inclusão prepara o caminho para que alguns sejam recrutados pelo crime organizado.

Uma pesquisa realizada pela Universidade Nacional do México (2010) conclui: “a base de apoio social do narcotráfico envolve mais de 500 mil pessoas. Enquanto não houver uma política econômica e social para reduzir a pobreza, será difícil reverter a situação”.

Em Honduras, em 2006, foram feitas mudanças na legislação típicas da mão dura. Com base nisso, a polícia podia deter um jovem por ter tatuagens, por exemplo; também podia deter jovens que aparentassem ser integrantes de *maras* e estivessem reunidos em um bairro.

As penas foram endurecidas, estendendo os limites dos prazos de detenção para crianças e adolescentes de 12 a 18 anos.

Apesar das políticas radicais adotadas, os níveis de criminalidade não decaíram. No entanto, foram contínuas as denúncias sobre violações de direitos humanos e operações de “limpeza social” praticadas contra crianças e jovens.

O comissionado de Direitos Humanos, Ramón Custódio (2007) declarou sobre os jovens que se incorporam às *maras*: “É doloroso que primeiro lhes tornamos vítimas da exclusão do direito à educação como um direito humano e depois os perseguimos e exterminamos por seus atos de conduta irregular, pelo delito de associação ilegal e outros”.

Na Guatemala, que tem um dos maiores níveis de desigualdade da América Latina, como em outros países com mão dura, aumentou a privatização da polícia.

Moser e Winton (2002) estimam que havia 80 mil guardas de segurança privada contra os 18.500 efetivos policiais. Essa enorme atividade de segurança privada estava muito pouco controlada; calcula-se que havia 180 empresas privadas de segurança, das quais apenas 28 eram legais. A supervisão estatal era muito precária.

Um tema importante é a difusão do consumo de drogas em geral e, em particular, entre a população de jovens desfavorecidos.

Nos Estados Unidos, país com o maior mercado consumidor de drogas do planeta, predominava a estratégia de castigar com prisão os portadores de pequenas doses de droga. As avaliações mostraram que os resultados eram muito duvidosos. O consumo não diminuiu. No entanto, muitos jovens foram colocados em situações de grave degradação física e psicológica nas prisões, que depois repercutiam na destruição de qualquer projeto de mudança de vida.

Por outro lado, os custos do sistema carcerário aumentaram muito, em consequência do aumento dessa população formada pelos pequenos consumidores de droga.

O país aprendeu a lição e criou alternativas à mão dura para tratar da questão. Está investindo intensamente para fortalecer os espaços de reabilitação da droga. Os métodos utilizados têm melhorado muitíssimo, e os percentuais de recuperação de pequenos consumidores são cada vez mais altos. Tais espaços conseguem resultados efetivos: resgatam-se vidas e se diminui consideravelmente a despesa carcerária.

Em muitos países da América Latina esses espaços são extremamente precários. Há uma oferta limitada do setor público em reabilitação, e menor ainda da sociedade civil.

Além disso, são muito difíceis de atender às populações pobres. Entrevistada pelo *The New York Times*, uma mãe latino-americana, de uma favela, explicava que, quando seu filho começou a consumir *crack*, procurou desesperadamente onde tratá-lo. E não encontrou.

## AS SOLUÇÕES EXISTEM

A população tem todo direito de reclamar por segurança, porém não é com a mão dura que vai conseguir resultados. Esse discurso serve apenas para angariar votos através de propostas demagógicas de solução fácil do problema, que, como já se viu, não funcionam na prática.

É necessário atacar com todo vigor o crime organizado. A sociedade deve se defender aplicando todo o peso da lei contra as máfias como o narcotráfico, que causam grandes danos. Para isso devem fortalecer a polícia e a Justiça.

No entanto, faz falta uma estratégia diferente para a delinquência juvenil, que aborde suas causas profundas.

As evidências disponíveis indicam que mais trabalho, mais educação e mais família são os modos mais efetivos de enfrentar o problema e aumentar a segurança.

São significativos os resultados de experiências como as escolas abertas no Brasil e o sistema de orquestras juvenis na Venezuela.

No Brasil, com apoio da Unesco, abriram-se escolas públicas nos fins de semana, em áreas muito pobres, para oferecer aos jovens oficinas de literatura, pintura, música, esportes, formação de ofícios etc.

A resposta superou todas as expectativas. Acorreram massivamente, trouxeram depois seus familiares, tomaram afeto pela escola, diminuiu a evasão escolar e a violência (Jorge Werthein, facilitador da experiência, 2002).

Na Venezuela, José Antonio Abreu (um dos mais destacados músicos do país), criou há 30 anos orquestras sinfônicas para crianças e jovens pobres. Há atualmente 300 mil integrantes, que se apresentaram com grande êxito nos principais cenários musicais do mundo.

Um dos meninos humildes que formou, Gustavo Dudamel, é um dos mais reconhecidos diretores do mundo e dirige a Orquestra Sinfônica de Los Angeles.

Ao receber o Prêmio Príncipe de Astúrias, Abreu explicou que as orquestras deram àqueles jovens pobres sentimento de trabalho em equipe, hábitos de disciplina e, sobretudo, resgataram sua dignidade.

A cidade de Los Angeles pediu a Abreu e Dudamel para reproduzir a experiência com os jovens das gangues daquela cidade.

Analisando experiências similares na América Latina, um estudo da Unesco (Castro, Abramovay *et al.*, 2001), conclui-se que: “A arte, a educação, o esporte e a cultura sempre aparecem como contrapontos a situações existenciais de violência entre os jovens. Podem ser utilizados para a construção de espaços alternativos de socialização que lhes permitam sair das ruas”.

No âmbito dos modelos de economia com rosto humano, como os que avançam hoje na Argentina, Brasil, Uruguai e outros países da UNASUL, estão em andamento abordagens e políticas públicas de segurança que, diferentemente dos modelos neoliberais ortodoxos que dominaram a região nos anos 1990, não têm “medo” de pôr sobre a mesa as causas profundas da delinquência juvenil.

Os devastadores efeitos sociais dessas causas se complementam, como afirmava Castel (1997), com “estratégias de governabilidade para conter e segregar aqueles que sobram”.

Hoje, em grande parte da América Latina, o modelo neoliberal mostrou, de fato, que é simplesmente “má economia” e perdeu a batalha da opinião pública como opção econômica. Desse modo, refugia-se no discurso da mão dura, usando-o como argumento eleitoral central.

O modelo neoliberal se apoiou na “teoria do derrame”. Aplicando-se os ajustes ortodoxos, haveria crescimento, que se “derramaria” aos mais pobres. Houve unicamente concentração, pobreza e exclusão.

A mão dura oferece outra ilusão: segurança imediata violando direitos humanos e criminalizando a pobreza. Os resultados das experiências existentes têm sido nefastos para a segurança, e os métodos propostos (como a redução da idade penal) violam os acordos internacionais e a ética básica.

No entanto, este é o refúgio dos setores beneficiários do modelo ortodoxo para ganhar votos, frente à onda de indignação mundial expressa nas manifestações simultâneas de 15 de setembro de 2011, questionando tal modelo em 951 cidades de 88 países e pedindo “uma mudança global”.

As teses da mão dura são falsas e ineficazes. Além disso, deixam de lado toda consideração ética. São umas das violações éticas mais ferozes que existem na América Latina. As vítimas finais da exclusão social severa gerada pelo modelo econômico se transformam em culpados.

O juiz espanhol Emilio Calatayud Pérez, que vive em Granada, é chamado “o Paizão”, porque tem um sistema de reinserção total para todos os jovens que chegam a seu tribunal. Tem 75% de êxito na reabilitação. Em uma entrevista, disse algo tão simples quanto categórico: “Se não podemos crer que um garoto de 14 anos possa ser reinserido na sociedade, estamos perdidos”.

---

### **A década de Menem na Argentina**

Em 1999, do total da população jovem de 15 a 24 anos, que contava 6.337.000 milhões, 44% não frequentava nenhum estabelecimento escolar, e a metade não tinha trabalho ou emprego remunerado. Os delitos cometidos por menores na cidade de Buenos Aires passaram de 17.678 em 1990 a 26.827 em 1998. Cresceram 51%. As mesmas tendências ocorreram na Província de Buenos Aires. Guemureman, *Revista Encrucijada*, UBA, 2002

### **Um policial em cada esquina**

“Podem pôr um policial em cada esquina e não deterão os assassinatos em Nova Orleans (depois da inundação). Enquanto existir uma grande parte da população que não recebe educação e não tem trabalho nem esperança, que outra coisa podem esperar que façam senão vender drogas? Até que não se resolva isso, será difícil que os problemas melhorem.”

Eric Malveau, ex-promotor, *The New York Times*, 5/2/2007

### **Lula**

“É muito mais barato construir uma sala de aula do que uma cela.”

---

## MITOS, FALÁCIAS E RACIONALIZAÇÕES SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE

### SEM COMPAIXÃO

Na câmara da cidade de Buenos Aires, há um projeto de lei que propõe elevação das penas, pagamento de multas de até 2 mil pesos, além de prisão por até cinco dias para quem se ofereça a limpar para-brisas de automóveis nos semáforos e quem se proponha a limpar e cuidar dos carros estacionados.

Foi aprovado pela Comissão de Justiça, que é presidida por um deputado do PRO, de onde se originou o projeto.

Segundo informa *La Nación* (18/10/2011), “A iniciativa pressupõe punir aqueles que oferecem estacionamentos na via pública, ‘de forma gratuita ou onerosa’, em troca de uma retribuição voluntária, conhecidos popularmente como ‘flanelinhas’, e que igualmente seja considerada ‘uma prática abusiva e violenta’, que provoca temor e favorece roubo, pela atividade dos flanelinhas”.

O legislador do PRO, Martín Ocampo, que preside a Comissão de Justiça, declarou a *La Nación* que “os fatos que vimos denunciando têm aumentado atualmente, esperamos que sejam solucionados rapidamente. Há uma ferramenta jurídica que pode terminar rapidamente com isso, e é muito importante que seja aprovada”.

O que diriam sobre isso dois dos maiores escritores do gênero humano, Charles Dickens e Victor Hugo, que também se preocuparam, embora com outro enfoque, com o tema dos pobres e dos excluídos.

Em sua renomada obra, *Oliver Twist* (1839), Dickens denuncia duramente o tratamento dado pelas elites aos desfavorecidos. Em outros escritos, define a economia como “uma ciência sem alma”.

E Victor Hugo, em sua obra imortal *Os miseráveis* (1862), que comoveu o público de todo o mundo, narra como o jovem Jean Valjean, o personagem

central, roubou um pedaço de pão para dar de comer às suas sete irmãs famintas e foi condenado a cinco anos de prisão.

Provavelmente, ambos os autores se surpreenderiam que, mais de 150 anos depois, ainda há quem pense que a solução para os jovens que estão fora do sistema educacional e do mercado de trabalho, e que tentam ganhar seu pedaço de pão limpando para-brisas de automóveis ou ajudando a estacionar, é a mesma para algumas elites atuais: a prisão.

Também se surpreenderiam com as declarações de Miguel Del Sel, candidato a governador de Santa Fé que declarou que a proteção criada por Cristina Fernández de Kirchner para as mulheres pobres grávidas “estimulava a gravidez das jovens pobres”.

A iniciativa da presidente, saudada internacionalmente, é a primeira destinada a dar cobertura médica às mães que não têm nenhum seguro de maternidade, nenhuma licença por gravidez ou parto porque não fazem parte da economia formal.

Qual a sugestão de Del Sel? Que a sociedade e o Estado não deveriam se preocupar com essas mães? Que deveriam, como no século XIX, a época de Dickens e Victor Hugo, deixá-las entregues à própria sorte? E, pior ainda, segundo seus incríveis argumentos, que a oferta de ajuda estaria estimulando a gravidez dessas mulheres?

Essas abordagens sobre o tema da pobreza, já denunciadas há um século e meio, estão inclusive em colisão direta com a posição da Encíclica *Cáritas et Veritate* (2009).

Na Assembleia Geral da ONU (25/10/2010), monsenhor Francis Chuullikatt, embaixador do Vaticano, apoiando-se na doutrina social da Igreja, declarou:

“Seja qual for a forma assumida pela pobreza, é um insulto à nossa humanidade comum... A pessoa humana privada das condições básicas para viver decentemente está humilhada e, portanto, deve ser ajudada para se recuperar”. E ressaltou: “temos os meios para pôr fim à pobreza, mas nós temos a vontade de fazê-lo? Essa é a pergunta”.

Propostas como a proibição de trabalhos decorrentes de marginalidade, retirada das ruas dos que “desfiguram a paisagem” e mexem com a consciência dos automobilistas com sua presença; ou a desqualificação da proteção básica para as mães pobres, sempre acompanhada de pretextos não comprovados, são uma parte central da silenciosa mensagem subjacente dos antivalores em políticas econômicas ortodoxas que dominaram a Argentina nos anos 1990 e que hoje causam sofrimento incalculável em sociedades como a grega, a irlandesa, a portuguesa, a própria norte-americana, entre outras.

A OIT informa (20/10/2011) que, sob as receitas neoliberais, o desemprego juvenil aberto, que na Irlanda era de 9% em 2009, passou, em finais de 2010, a 27,5%. No entanto, se considerarmos aqueles que “se escondem no sistema educativo ou esperam em casa”, chega a 46,8%. Na Grécia, sob a mesma fórmula, o produto bruto caiu 5,4% em 2010, 6,6% em 2011 e 7% em 2012.

As políticas neoliberais têm sido acompanhadas pela difusão de uma série de argumentações sobre as origens e causas da pobreza, e justificativas para as desigualdades. “Alguma coisa eles fizeram” – essa justificativa dada por alguns setores frente aos assassinatos massivos das ditaduras militares tem seus equivalentes econômico-sociais em argumentações simplistas como: “se são pobres, deve haver algum motivo”; “não prosperam porque não gostam de trabalhar”; ou “toda assistência social estimula a vagabundagem”. Finalmente, por meio de complicados raciocínios, chega-se ao cúmulo de afirmar que é inevitável que haja sofrimentos durante o desenvolvimento, mas isso será sanado pela distribuição de renda que virá posteriormente. Uma tese que nunca foi comprovada em nenhuma realidade histórica.

Na grande discussão pública nos Estados Unidos sobre o futuro do país, colocou-se no centro da discussão a confrontação dos modelos éticos subjacentes aos modelos econômicos.

Michael Cain, representante do Tea Party, em ascensão nas fileiras republicanas, disse sem rodeios que “os desocupados não devem ficar com ciúme dos muito ricos, porque se estão nessa situação a culpa é deles mesmos”. Também na mesma linha de raciocínio, propõe construir um muro totalmente eletrificado com cargas mortais, entre os Estados Unidos e o México, para frear a imigração ilegal.

O congressista do Tea Party, Paul Ryan, líder da proposta de cortar drasticamente os programas sociais e de atenção médica, quando perguntado sobre o que faria se diante de si estivesse uma pessoa gravemente doente, sem recursos e sem seguro saúde, e que, por causa de seus cortes, não tivesse atendimento médico, respondeu “que se arranjasse”, porque era de sua responsabilidade ter chegado àquela situação.

Obama costuma mencionar essas mensagens e enfatiza: “isto não é o que nós somos nos Estados Unidos”.

Há uma guerra de “valores” por trás das alternativas econômicas em jogo.

Num cenário onde, segundo informa *The Week* (28/10/2011), “as 400 pessoas mais ricas dos Estados Unidos têm mais do que as 150 milhões de baque que estão abaixo”, e em meio a este enfrentamento de valores, as pesquisas recolhem mudanças significativas.

Charles Blow (*The New York Times*, 22/10/2011) se refere à enquete na qual foi perguntado sobre como eram vistos os protestos em Wall Street e no país contra políticas que os manifestantes dizem favorecer os ricos, o resgate dos bancos pelo governo e a influência do dinheiro no sistema? Cerca de 54% veem favoravelmente os protestos. Às perguntas seguintes, também respondem a favor: “Wall Street e os lobistas têm bastante influência em Washington?” 86% responderam afirmativamente. “A distância entre ricos e pobres no país é muito grande?” 79% disseram que sim. “Os executivos das instituições financeiras responsáveis pela crise de 2008 devem ser processados?” 71% apoiam.

Na Unasul, os projetos nacionais de mudança em andamento têm mostrado que pode haver outras políticas econômicas diferentes das neoliberais, e elas têm sido levadas na prática gerando trabalho decente e inclusão.

No entanto, muitos dos pretextos racionalizadores do modelo ortodoxo continuam de pé e aparecem com frequência, como mostram os pronunciamentos frente aos limpadores de para-brisas, os flanelinhas, as mulheres pobres grávidas e outros semelhantes.

Têm impacto demagógico, de solução fácil, e não exige nada de ninguém. Afastam a atenção da busca de soluções reais e éticas e cultivam uma lógica da falta de solidariedade.

É necessário levar essas políticas neoliberais ao debate e confrontá-las para que não impeçam a busca de soluções reais.

Vejam agora algumas das falácias mais usuais.

### O MITO DA POBREZA COMO FATALIDADE INEXORÁVEL

O impacto das políticas econômicas ortodoxas aplicadas nos anos 1990 em diversos países da região geraram importantes retrocessos em termos de pobreza. O caso argentino foi muito ilustrativo. A Argentina foi uma antecipação do “fundamentalismo de mercado” – como é chamada pelo prêmio Nobel Stiglitz –, que acabaria por causar, em finais de 2007, severos prejuízos à economia americana, catalisando a atual crise econômica mundial.

Políticas como a desproteção total da pequena e média empresa, a redução indiscriminada do funcionalismo público, a privatização a qualquer custo, em geral em condições bastante questionáveis, a concentração do crédito e outras medidas levaram a taxa de desemprego a um patamar de 23% no final dos anos 1990. O desemprego juvenil subiu de 21,7% em 1990 a 39,5% em 2000. A pobreza duplicou e, em finais de 2002, chegava a quase 58% da população.

Menem, presidente nos anos 1990, quando os jornalistas lhe perguntavam por que a pobreza continuava aumentando no que ele chamava “Ar-

gentina potência”, reagia respondendo que “existem pobres em todo lugar”, e que “pobres sempre existiram”. Sintetizava assim a ideia de que a pobreza é inevitável, portanto alheia a qualquer responsabilidade das políticas públicas e das sociedades. Em algum momento, situado mais além no tempo, ela deveria ser reduzida como efeito do chamado “derrame econômico” que o modelo em prática traria a todos os setores.

O raciocínio da “inevitabilidade” e, portanto, “da falta de responsabilidade” continua muito presente no senso comum.

Contudo, confrontando-se com a realidade, esse argumento cai. Não existe pobreza em toda parte.

Na Noruega, quase não existe, e o mesmo acontece nos países nórdicos em geral. No Japão é de 4%. Pode ser erradicada totalmente de uma sociedade.

Além disso, como ocorre normalmente com os mitos, tal falácia é útil para disfarçar as gradações. Não é a mesma coisa ter 58% de pobreza, como na Argentina em 2002, e ter 18% na Costa Rica. As diferenças significam milhões de pessoas com vidas comprometidas severamente e graus mínimos de liberdade real.

A outra parte do mito, a permanência da pobreza no tempo, tampouco resiste à comparação básica com os fatos. Na Argentina de início dos anos 1960, com diversos problemas, a pobreza era menor que um dígito; mais de quatro vezes menor a que tinha o país em finais dos anos 1990. Desse modo, não é correto o argumento de que a pobreza “existiu sempre”.

Quando o mito cai, aparecem as responsabilidades. Em países com as potencialidades da Argentina, a pobreza é um constructo histórico-cultural. Seus níveis estão ligados à qualidade das políticas governamentais e às atitudes e ações da sociedade.

Assim, o fato de que a Costa Rica tenha tido no último meio século níveis de pobreza menores, equivalentes à metade dos índices da América Latina, tem a ver com o estabelecimento de políticas sociais de longo prazo em áreas como educação e saúde. É um dos poucos países da região que têm tido “políticas sociais de Estado” nesse campo, que têm continuado com suas especificidades em diversas administrações.

No Chile, a ditadura militar, apesar de progressos econômicos, levou à duplicação da pobreza. Entre o início e o final da era Pinochet, o índice passou de 20% a 40% da população. A democracia fez disso uma prioridade, e o governo Bachelet finalizou com cerca de 13% de pobreza.

## O MITO DE QUE A RESPONSABILIDADE PELA POBREZA É DOS POBRES

A argumentação toma múltiplas formas, mas o argumento central é

que existem certas características no comportamento dos pobres que geram e mantêm a pobreza. Podem-se listar preconceitos variados: bebem muito, não gostam de se esforçar, não têm interesse em se educar.

Por trás do mito está implícito que a pobreza seria um problema de condutas individuais. Corrigindo-se essas tendências, a pobreza desapareceria. Definitivamente, ela seria culpa de suas próprias vítimas.

O mundo simplificado apresentado pelo mito é muito diferente do real. Na América Latina, atualmente, há 170 milhões de pobres. Quase um em cada três latino-americanos está abaixo da linha da pobreza. Isso não pode ser atribuído a comportamentos pessoais. Fica claro que o que há é ausência de oportunidades de mudanças para um amplo setor da população.

Em 2009, segundo estimativas da Cepal foram incorporados mais 8 milhões de pessoas em consequência dos efeitos da crise mundial, entre eles a queda das exportações, dos investimentos, do turismo e a diminuição das remessas dos migrantes. Onde está a culpabilidade dos pobres?

A causa é inversa. Uma das dificuldades maiores da situação é que muitos dos pobres estão vivendo em “armadilhas de pobreza”. Em sociedades tão desiguais como as latino-americanas, há tendência a se configurar o “acidente de nascimento”. Conforme o estrato social, a região geográfica e as condições do lugar onde se nasce haverá possibilidade de receber boa educação e atenção em saúde, ou o contrário.

A criança que nasce em uma família pobre estará exposta a riscos de saúde mais graves, em muitos casos trabalhará desde pequena, seus pais podem lhe dar uma dedicação limitada porque seu esforço está na sobrevivência diária, e ela terá altas probabilidades de não terminar a escola secundária.

Sem o curso secundário completo será difícil que, quando adulta, seja contratada por alguma empresa da economia formal, mesmo que sejam empregos não qualificados. Deverá subsistir na marginalidade e na informalidade com trabalhos precários e sem proteção.

Se não houver políticas públicas ativas que rompam com as “armadilhas da pobreza”, provavelmente os grupos familiares que desse meio continuarão a reproduzir destinos similares. Assim, na região, investigando-se o grupo de filhos de pais que terminaram a universidade, 91,4% conclui o secundário, e 71,7% conclui os estudos universitários. No entanto, no grupo de filhos de pais com primário incompleto, apenas 31,7% consegue completar o curso secundário, e um percentual ínfimo de 2,9% termina a universidade.

A grande funcionalidade do mito é que, ao culpar as vítimas, deixa livres de responsabilidades os outros atores da sociedade.

## O MITO DA OPOSIÇÃO ENTRE “DAR O PEIXE” OU “ENSINAR A PESCAR”

Com frequência, as políticas sociais são questionadas com base nessa expressão quase mágica. Ajudar, outorgar subsídios a crianças, jovens ou famílias em pobreza e pobreza extrema seria fomentar o “assistencialismo”. Isso deve ser combatido, e se deve colocar todo o esforço em proporcionar trabalho.

O mito cria uma falsa oposição; assim, é fundamental que sejam ajudados, imediatamente, os mais de 4 milhões de crianças, filhas de trabalhadores informais que não tinham nenhum sistema de proteção até a criação, pela presidente Cristina Fernández de Kirchner, de uma renda mínima universal.

A pobreza tem uma característica muito especial. Muitas de suas consequências não são possíveis de serem revertidas. Como ficou demonstrado pelo Unicef, se uma criança desnutrida não for ajudada, seu cérebro será afetado, não se formarão as conexões interneuronais, e isso lhe acarretará atrasos para toda a vida. Portanto, ela deve receber ajuda com a maior urgência possível, mas ao mesmo tempo isso deve ser feito por meio de políticas e programas que empoderem, capacitem, criem oportunidades produtivas e laborais. Essa é uma das metas centrais da boa gerência social. Hoje, os mais de 80 programas de transferências condicionadas existentes em quase toda região, e que por sua eficácia têm se estendido rapidamente, tentam combinar todos esses objetivos.

O ataque massivo às políticas de ajuda consegue fazer com que elas fiquem desacreditadas e sejam enfraquecidas. É claro que elas não solucionam o problema, mas são imprescindíveis para proteger aqueles que estão mais vulneráveis.

## E O QUE É QUE EU TENHO COM ISSO?

Os anos 1990 cultivaram o individualismo ao extremo. Cada pessoa era responsável por seu destino. O Estado, que, em última instância, é coletivo, devia ser mínimo. As preocupações deviam estar centradas em ser exitoso, progredir, acumular. Os que ficavam pelo caminho eram um problema particular, individual, ou em todo caso deveriam ficar a cargo de alguma entidade especializada.

Desenvolveram-se valores competitivos, como a própria ideia de “perdedores” e “ganhadores”, que levaram à insensibilidade frente à pobreza.

Desse modo, as pessoas aprenderam a ver o “espetáculo” da pobreza como algo alheio, da mesma categoria que qualquer outro fato da natureza.

Passam em frente às crianças de rua, aos idosos mendigando, aos sem-teto, vendo-os mas sem vê-los, perdendo a possibilidade de fazer contato com sua figura humana. Muitos até perderam uma qualidade essencial do ser humano, que é a de “indignar-se” frente às injustiças.

O mito do “o que é que eu tenho com isso”, o individualismo egoísta, é incompatível com os valores morais e espirituais que se espera de um cidadão integral.

Enfim, os mitos citados e outros que se podem agregar operam, na prática, como grandes desculpas. Frente à pobreza recrudescida nos anos 1990, ofereceram justificativas e apresentaram um leque de motivos que ia desde o desentendimento até a insensibilidade. Os discursos racionalistas das cúpulas de poder encontraram uma sociedade “anestesiada” pelos mitos.

### A DESIGUALDADE, O TEMA MARGINALIZADO

Há uma grande dúvida aberta na América Latina: por que um continente com uma dotação de recursos naturais privilegiada e todas as potencialidades para construir economias sólidas e inclusivas tem gerado tanta pobreza?

A região é diversificada e há múltiplas situações nacionais, mas um fator comum e altamente destacado nas análises é que seus elevados níveis de pobreza estão fortemente ligados ao fato de ser o continente mais desigual de todos.

O tema da desigualdade, crucial para o país, está envolvido, assim como a pobreza, em falácias que se arraigaram firmemente no apogeu da cultura neoliberal que acompanhou e sustentou as políticas ortodoxas. Elas continuam contaminando os hoje cada vez mais ativos debates sobre a desigualdade, e é útil encará-las para elevar a qualidade da discussão.

Entre elas:

#### *a) A desigualdade não atinge majoritariamente o crescimento*

Em suas versões mais extremas, a falácia argumenta inclusive que a desigualdade favorece o crescimento, e essa posição circulou na Argentina nos momentos mais duros da aplicação da ortodoxia.

Se há concentração e polarização, haveria um grupo reduzido que ampliaria seus capitais, teria forte poder de investimento e dinamizaria a economia com seus investimentos.

Nas apresentações mais moderadas, postulava-se que as desigualdades fazem parte do caminho para o progresso econômico e que se resolveriam sozinhas assim que a economia obtivesse altas taxas de crescimento.

A experiência comparada e a nacional têm demonstrado que a falácia serve para legitimar o crescimento da desigualdade, mas é muito frágil diante dos fatos.

A acumulação de uns poucos não garante o reinvestimento produtivo; ao contrário, cria toda ordem de incentivos para o consumo suntuoso e a fuga de capitais para os paraísos fiscais.

Realmente, o que é efetivo é que as grandes desigualdades reduzem os mercados nacionais, limitam as taxas de formação de poupança nacional,

baixam a produtividade, afetam negativamente o sistema educativo, gerando evasão escolar em amplos setores e limitando a oportunidade de educação de qualidade a grupos restritos, e enfraquecem seriamente a coesão social.

*b) A falácia da inevitabilidade*

As altas desigualdades se apresentam com frequência com o argumento de que assim é a realidade. Não obedeceriam à vontade humana, mas seriam parte inexorável de qualquer processo histórico. Quer estejamos de acordo ou não, seriam uma espécie de condição imposta externamente.

Essa falácia isenta as responsabilidades. A realidade, ao contrário, mostra que as desigualdades são um produto claro das prioridades e políticas que uma sociedade escolhe adotar.

Há políticas orientadas para promover a igualdade, e há políticas que fazem o contrário. Uma política de renda mínima universal para as crianças filhas de trabalhadores informais, como a que está sendo colocada em prática na Argentina, ou no Brasil (Bolsa Família), ou Peru (Juntos), significam uma transferência de renda, para alguns dos setores mais carentes, que melhora a equidade.

Programas como “Um aluno, um computador”, aplicado com êxito no Uruguai, e “Conectar Igualdade”, na Argentina, democratizam o acesso a novas tecnologias.

Projetos implementados por Ministérios da Educação de diversos países da Unasul que criam oportunidades de se completar o nível secundário e, a partir daí, se aproximar do mercado de trabalho, também colaboram.

No entanto, políticas financeiras como as ortodoxas na região, que levaram ao desaparecimento de numerosas cooperativas de crédito – assim como à concentração do crédito em poucas instituições financeiras e a uma polarização no acesso ao crédito –, agravaram as desigualdades.

*c) A falácia de que a desigualdade não pode ser vencida*

Argumenta-se que, mesmo concordando que grandes desigualdades não são desejáveis, não haveria maneiras de combatê-las. Que a sua complexidade excede as possibilidades dos instrumentos de políticas públicas disponíveis.

Diminuir a desigualdade requer respostas em profundidade, integrais, multidisciplinares de acordo com sua natureza, mas a realidade demonstra que há países que conseguiram.

Por exemplo, a Noruega, que na última década tem liderado os índices mundiais de desenvolvimento humano do Pnud. O seu modelo está baseado na preocupação da sociedade em garantir as melhores condições possíveis desde o início e do desenvolvimento de um indivíduo. Isso significa, entre outras coisas, que toda criança, ao nascer, recebe todo o conjunto de vacinas que

vai precisar para o resto de sua vida; e há um extenso período de licença-maternidade (15 meses) financiados por toda a sociedade para a mãe e o pai. Além disso, há uma alta chance de ingressar (e terminar) numa carreira universitária.

Poder-se-ia argumentar que lá existem recursos oriundos da renda do petróleo. No entanto, outros países produtores de petróleo, como Arábia Saudita, têm rendas ainda maiores e os resultados são diferentes. Há um tema de prioridades, políticas e atitudes.

Por isso, a Costa Rica está entre os líderes mundiais em baixas taxas de mortalidade materna e infantil; o Uruguai conseguiu, na gestão da Frente Ampla, reduzir a mortalidade infantil a 7,7 por mil (a taxa da América Latina é de 30 por mil); e a Argentina universalizou o benefício da aposentadoria.

Subestimar o peso das desigualdades na magnitude da pobreza e na economia, considerá-las inevitáveis, ter uma atitude derrotista frente a elas são algumas das falácias que pesam sobre o atraso histórico que tem tido o debate sobre a desigualdade na Argentina e em todo o mundo.

### ALGUMAS CONCLUSÕES

A Unasul está em meio a transformações fundamentais que têm alentado a esperança coletiva.

No horizonte está a possibilidade de construir efetivamente economias mais humanas.

No entanto, o centro da agenda pendente está em continuar erradicando a pobreza e melhorar a equidade.

Para isso será necessário aprofundar as políticas de mudança em andamento e criar outras pioneiras, mas ao mesmo tempo desmontar, na mentalidade de diversos núcleos da sociedade, os modos de pensar a economia, fortemente ancorados nos anos 1990.

Eles levam à falta de solidariedade, à omissão de responsabilidades coletivas, ao individualismo e, definitivamente, são obstáculos para construir uma região em que todos estejam incluídos.

As soluções não passam por perseguir “flanelinhas” e outras vítimas de exclusão, mas pela restituição dos direitos econômicos e sociais subtraídos pelas políticas econômicas ortodoxas a grandes setores da população, e por um desenvolvimento integral e com equidade.

---

### **A desigualdade é uma estupidez**

“A desigualdade separa uns dos outros nas escolas, nos bairros, no trabalho, nos aviões, nos hospitais, no que comemos, na condição de nosso corpo, no que pensamos, no futuro de nossos filhos, em como morreremos. A desigualdade aniquila a vontade de buscar soluções ambiciosas

para problemas coletivos, porque esses problemas não são mais vistos como coletivos. A desigualdade enfraquece a democracia.”

George Packer em “Foreign Affairs” *The Week*, 28/10/2011

### **As recomendações de Charles Dickens**

“A solidariedade começa em casa, e a justiça começa na próxima porta.”

“Um dia dedicado aos outros é um dia dedicado a si mesmo.”

### **Falsas desculpas**

Mencius, o principal discípulo de Confúcio, em visita ao rei Hui de Liang, 300 a.C. “Há pessoas que morrem de fome nas estradas, e tu não distribuis o que guardas nos celeiros. Quando as pessoas morrem dizes ‘não é por minha culpa, mas é por causa do ano ruim’. Qual é a diferença entre apunhalar e matar um homem e depois dizer ‘não fui eu, foi a arma?’”



## SAÚDE PÚBLICA, O TEMA POSTERGADO

### ESPECULANDO COM ALIMENTOS

O Conselho de Paz e Justiça do Vaticano declarou (24/10/2011), diante dos explosivos dados sociais: “Para funcionar corretamente, a economia necessita ética, não de qualquer tipo, mas centrada nas pessoas”.

Interpretando-o, Vincent Miller, professor de Teologia Católica (Dayton University), diz: “Está claro que o Vaticano está com os Ocupa Wall Street e outros que lutam pelo retorno da ética e do bom governo para um setor financeiro que tem crescido fora de todo controle depois de 30 anos de desregulamentação” (*The New York Times*, 25/10/2011).

Cerca de 80% da humanidade ganha menos de dez dólares por dia.

Com isso, mais de um, em cada sete tem fome, não pode comprar os alimentos básicos que estão subindo de preço. Aumentaram em 39% em um ano. Os pobres do mundo destinam 70% de sua renda para a compra de alimentos.

Por que aumentam? Incidem fatores como os biocombustíveis, a mudança climática, o aumento da demanda da China e da Índia; no entanto, o que mais influencia, segundo *Der Spiegel* (4/9/2011), é a especulação nos mercados financeiros. No último trimestre de 2010, triplicou-se o investimento em matérias-primas agrícolas em comparação com o anterior.

Para Olivier de Schutter, relator da ONU sobre o direito à alimentação, dadas as dificuldades nos mercados financeiros, grandes investidores estão operando no mercado futuro de alimentos. Um informe da UNCTAD conclui que suas atividades “empurram os preços das matérias-primas muito além dos níveis que justificariam os dados fundamentais do mercado”.

Segundo a FAO, apenas 2% dos contratos de futuro sobre matérias-primas terminam, hoje, em uma operação real. Os 98% são vendidos de antemão por especuladores que estão interessados em lucros rápidos.

Torero, do IFPRI, descreve:

Os preços reais acompanham os preços futuros. O suposto futuro transforma o presente; por sua vez, as expectativas de maiores lucros futuramente estimulam o açambarcamento daqueles que ainda possuem mercadorias reais, o que por sua vez volta a empurrar a alta dos preços. A entrada das finanças tem desequilibrado por completo o mercado da alimentação, tão previsível em outros tempos.

Goldman Sachs ganhou em 2009 mais de 5 milhões de dólares especulando com matérias-primas; a terça parte de seus lucros líquidos.

## A EPIDEMIA DE OBESIDADE

Segundo as últimas estimativas da Organização Mundial da Saúde, das 57 milhões de mortes anuais, 36 milhões são causadas principalmente por quatro enfermidades: as cardiovasculares, a diabete, as respiratórias e o câncer. Entre suas razões centrais: as dietas não saudáveis, o fumo, o álcool e a falta de atividade.

Estima-se que nos Estados Unidos, atualmente, 32% das crianças e adolescentes são obesos ou têm sobrepeso. Isso gera um forte aumento de diabetes tipo 2, pressão sanguínea alta e taxas elevadas de colesterol. Apesar dos progressos na medicina, estes jovens podem viver menos que seus próprios pais.

Um dos fatores da obesidade são as gorduras ultrassaturadas. Estão em produtos que têm gorduras parcialmente hidrogenadas, entre elas muitos dos típicos *fast foods*, as batatas fritas, diversos produtos de padaria e pastelaria. Têm vantagens comerciais para os empresários de comida rápida e restaurantes porque conservam melhor o produto e melhoram sua aparência. Destroem o colesterol bom e aumentam o ruim. Yansky (presidente da Associação Cardiológica dos Estados Unidos) estima que 2% do aumento no consumo dessas gorduras podem provocar, com o tempo, 25% do aumento da possibilidade de desenvolver doenças coronárias. Na América Latina e no Caribe, segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), uma redução de 2% a 4% em seu consumo preveniria entre 50 mil e 220 mil infartos ao ano.

É o negócio *versus* a saúde pública.

O estado da Califórnia proibiu as gorduras *trans* em seus 88 mil restaurantes. A cidade de Nova York igualmente as proibiu em seus 20 mil restau-

rantes e determinou que eles estão obrigados a mostrar aos fiscais os óleos culinários que usam e as etiquetas do que compraram.

Michelle Obama está à frente de uma campanha nacional contra a obesidade infantil. A equipe de especialistas que convocou propôs:

- a indústria alimentícia tem que elaborar para as crianças produtos com valor nutricional, não “comida lixo”;

- os meios de comunicação deveriam enfatizar em seus programas produtos saudáveis;

- o governo deveria incentivar o aumento da produção de alimentos saudáveis;

- o governo e as comunidades locais deveriam difundir mensagens simples sobre nutrição, como: tome água em vez de bebidas com açúcar, coma mais frutas, vegetais e grãos integrais, escolha produtos lácteos sem gorduras;

- as escolas devem garantir recreios para que as crianças se mobilizem e façam exercícios. O governo, as empresas e as fundações deveriam aumentar o número de parques seguros e lugares para exercícios, especialmente em bairros pobres.

Na França, vários ministros propuseram aumentar os impostos das bebidas refrigerantes para baixar seu consumo, causando, segundo *The Financial Times* (19/9/2011), “a ira da Coca-Cola e de outras empresas”. Em alguns países europeus, a educação nutricional foi incorporada ao currículo escolar.

Nos países escandinavos, foram criados “corredores de segurança” para estimular que as crianças se locomovam a pé para a escola.

O *Financial Times* (19/9/2011), em seu editorial, pede às empresas que “deveriam fazer parte do combate às enfermidades não transmissíveis”, contribuindo com a redução do sal, do açúcar e gorduras em seus produtos, e fazendo um *marketing* mais responsável que não esteja focalizado nas crianças ou estimule o superconsumo.

Na América Latina, a obesidade tem crescido. No México, segundo a Secretaria de Saúde, 47% da população infantil tem sobrepeso. Se continuar a tendência, em 2015 todo o orçamento federal para a saúde será destinado a enfermidades da obesidade.

A OPS convocou as principais empresas alimentícias a praticar a responsabilidade social empresarial e declarar a região, em alguns anos, zona livre de gorduras polissaturadas [*trans*].

## O NEGÓCIO DO FUMO

No mundo há 1,1 bilhão de fumantes, um terço de toda população de 15 anos ou mais. Desse número, 800 milhões estão em países em desenvol-

vimento. A redução do consumo nos países mais ricos tem levado as grandes empresas a intensificar sua pressão sobre os potenciais fumantes entre os mais pobres, especialmente mulheres e jovens.

O tabaco é a causa provável de cerca de 25 enfermidades, entre elas o câncer de pulmão, como já se sabe. Mas também provoca enfermidades do coração, infarto, enfisema, tuberculose, pneumonia, hipertensão, arteriosclerose e aneurisma da aorta.

Uma ano após deixar de fumar, o risco de enfermidade coronária se reduz em 50%, e, em 15 anos, o risco relativo de morrer dessa causa, para um ex-fumante, é quase similar ao de um não fumante.

Os bebês que estão expostos ao fumo durante os primeiros 18 meses de vida têm um aumento de 60% do risco de ter bronquite, pneumonia e asma.

Cada ano, o tabaco produz 5 milhões de mortes, 14 mil por dia. Somando-se ao fato de um terço dos adultos do mundo estarem expostos a fumo de segunda mão, são “fumantes de modo passivo”, isso produz 600 mil mortes prematuras por ano.

Para 2020, o tabaco pode fazer mais vítimas que a Aids, a tuberculose, a mortalidade materna, os acidentes de trânsito, os homicídios e suicídios combinados.

A OMS pede para aumentar fortemente a carga fiscal sobre a venda de cigarros. Um aumento de 10% no preço pode baixar o consumo em 4%. Se fosse de 70%, evitaria 25% das mortes atuais por tabaco.

A OMS sancionou um convênio marco para o controle do tabaco (2005), que estabelece proibir a publicidade e o patrocínio de marcas de cigarro em qualquer tipo de atividade, impedir a interferência da indústria em políticas de saúde pública, proibir o contato das fábricas de cigarro com os jovens e estabelecer espaços públicos livres de fumo.

Torná-lo realidade implica enfrentar interesses poderosos e com uma enorme capacidade de *lobby*.

Por exemplo o caso Herman Cain, uma das estrelas do Tea Party, até que foi denunciado até mesmo por assédio sexual. Segundo informa *The New York Times* (23/10/2011), entre 1996 e 1999 Cain foi o gerente-geral da Associação Nacional de Restaurantes. Aliou-se estreitamente às fábricas de cigarros para impedir que se proibisse fumar nos restaurantes. Também atacou a proposta de baixar os limites de álcool no sangue e de aumentar o salário-mínimo/hora.

A aliança com a indústria do tabaco foi total. A Associação se meteu em temas que não tinham nada que ver com ela, como se opor à elevação do imposto ao cigarro e ao uso de recursos federais para processar os fabricantes

de cigarros por fraude. A R. J. Reynolds Tobacco Company foi a principal financiadora da Associação. Seu diretor de Assuntos Públicos, Meyne, foi nomeado para o Conselho Diretor da Associação de Restaurantes, e Cain para o Conselho Diretor da Nabisco, que havia se fundido com Reynolds. Meyne relata em um e-mail interno que “a associação tem feito virtualmente tudo que temos pedido, e inclusive nos nomeou em seu Conselho Diretor”.

Há 150 mil mortes anuais na América Latina causadas pelo cigarro. É uma região muito atrativa para os grandes monopólios. Se não se der a resposta adequada, o prognóstico é que no ano 2020 as mortes chegarão a 400 mil.

Grande parte dos países da região firmou o convênio marco da OMS; no entanto, queixa-se de um enfático descumprimento. Apenas uma minoria proibiu efetivamente a publicidade do cigarro em rádio e TV. Em muitos países ainda se pode fumar em hospitais e centros educativos. O Uruguai tem sido reconhecido pela OMS como o primeiro país da América e o terceiro do mundo a sancionar, em 2006, a proibição de fumar em recintos fechados e áreas de trabalho, sem exceções. Por iniciativa do governo nacional, a Argentina promulgou uma lei avançada em nível internacional, a Lei de Regulamentação da publicidade, promoção e consumo dos produtos elaborados com tabaco (promulgada em 13/6/2011).

## OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE

A saúde não depende apenas dos sistemas de saúde. É um produto final de uma série de determinantes sociais. Como ressalta Mirta Roses, diretora da OPS (2010), são eles: “água potável, nutrição, educação, habitação, emprego, segurança”. E agrega: “Se tem tudo isso, 70% da sua saúde está bem”.

O enfoque de determinantes sociais da saúde permite pensar a produção de saúde ou de doença como um tema complexo e amplo, no qual múltiplos fatores externos aos sistemas de atenção geram, em estreita interação, um resultado final.

O peso dos determinantes sociais faz com que possa haver desníveis extremos em uma mesma cidade. Assim:

■ na área de Calton, na cidade de Glasgow, Escócia, a expectativa de vida é de 54 anos. No entanto, na área próxima de Lenzie, East Dunbartoshire, é de 82 anos;

■ no bairro periférico de Embakasi, em Nairobi, morrem 254 em cada mil crianças antes de completar cinco anos de idade. Em toda a cidade de Nairobi, a média é 62 em cada mil;

■ no município de San Pedro Garza García, na cidade de Monterrey, no México, a taxa de mortalidade infantil era 18,4% em 2010. Em três municí-

pios vizinhos dessa mesma cidade, era o dobro – General Zaragosa, 37,9%; Mier y Noriega, 37,5%; Rayones, 36%. Segundo Amartya Sen (2010):

O ambiente epidemiológico em que uma pessoa vive pode ter um significativo impacto sobre a morbidade e a mortalidade. O acesso aos serviços de saúde e a natureza do seguro médico, tanto público como privado, são algumas das influências mais importantes sobre a vida e a morte. Do mesmo modo ocorre com os outros serviços sociais, incluindo a educação básica e a ordem e a disciplina da vida urbana, inclusive o acesso ao conhecimento médico moderno.

Isso fica muito bem demonstrado em um trabalho pioneiro de Sen (ver Sen e Kliksberg, *Primero la gente*, 15ª edição). Ao realizar a análise por décadas – de 1901 a 1960 –, constata que os períodos com mais baixas humanas foram nas décadas em que aconteceram as Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Demonstra ainda que tal resultado está em políticas públicas muito ativas derivadas do próprio esforço bélico. Entre elas, a melhoria da prestação pública do serviço de saúde e de alimentação nessas décadas. Reduziu-se o consumo de alimentos *per capita*, mas aumentou o acesso a eles, porque se compartilharam mais equitativamente, através da intervenção estatal, diminuindo a desnutrição.

Por outro lado, foi instituído na Inglaterra, na década de 1941-1951, o Serviço Nacional de Saúde.

Outros investigadores chegaram a conclusões semelhantes. Assim, Bidani e Ravallion (1997), examinando 35 países em desenvolvimento, encontram uma correlação positiva entre gasto público em saúde e expectativa de vida e redução da mortalidade infantil. Grupta, Verhoeven e Tiongson (1999) provaram que o gasto em atenção primária está associado a uma queda das taxas de mortalidade infantil.

Sulbrandt (2010) comprova que os êxitos da Costa Rica em saúde pública se baseiam, entre outros fatores, em que o gasto público em saúde tem representado, nos últimos 30 anos, cerca de 6% do Produto Interno Bruto, maior do que a grande maioria dos países da América Latina. Segundo dados da Cepal (2010), era de 6,6% em 2009. No Peru, estava em 1%; Guatemala, 1,4%; Colômbia, 2,2%; República Dominicana, 2,4%; México, 3,1%.

As indicações para políticas públicas ativas em saúde e um investimento importante também surgem dos desajustes produzidos ao se deixar o assunto por conta do mercado. Como destacou Musgrave (1996), sintetizando diversas pesquisas:

“Considerando que nenhuma das razões para a intervenção do Estado é apenas para o setor de saúde, certas falhas do mercado são piores aí do que em outras áreas da economia”.

Os governos, por si mesmos, não priorizam a devida destinação de recursos para a saúde. Uma pesquisa de Harvard (Chunling et al., 2010) mostrou que o crescimento no produto bruto *per capita* em países de baixa renda, entre 1995 e 2006, não levou a um aumento significativo no gasto público com saúde.

Uma das razões para explicar tal comportamento é a assunção da visão ortodoxa de que primeiro se deve juntar todos os esforços para promover o crescimento, e, assim que ele seja conseguido, chegar-se-á, então, o momento de dedicar recursos à saúde e à educação.

A ampla pesquisa realizada pela OMS, conduzida por Jeffrey Sachs (OMS, 2002), sobre as relações entre desenvolvimento e saúde destruiu essa visão de “piloto automático”. O investimento sustentado em saúde, assim como também em educação, foi um pré-requisito do desenvolvimento nas economias mais exitosas em décadas recentes, e não um fato posterior. Ele é uma explicação central de sua performance econômica.

A pesquisa constatou que a melhoria na ingesta nutritiva em Inglaterra e França nos séculos XIX e XX foi determinante para o aumento de sua produtividade no trabalho e o aumento bruto *per capita*.

Na África, ao contrário: o não investimento em temas fundamentais, como a malária, levou a uma queda no produto bruto estimado em 100 bilhões de dólares.

Segundo o estudo da OMS, o investimento em saúde produz uma taxa de retorno sobre o investimento dificilmente igualável: 600%.

A incidência decisiva de um investimento público sustentado em saúde pode ser observado não apenas em nível macro, mas também em experiências sociais avançadas, como o caso do Grameen Bank, em Bangladesh.

O “Banco dos Pobres”, criado pelo Prêmio Nobel da Paz Muhammad Yunus, tem melhorado a situação de seus mais de 8 milhões de mutuários nesse país e tem sido reproduzido em dezenas de países.

Uma avaliação (Todd, 1996) constatou que havia beneficiários do Grameen que, depois de dez anos de empréstimos, continuavam na pobreza. A causa comum na maioria dos casos era um assunto externo ao banco: a saúde.

Um integrante da família, em um país de precária proteção em saúde pública, havia contraído uma doença grave. Isso obrigou a família a vender seus bens para buscar assistência médica. Yunus criou um seguro médico do próprio Grameen.

Em 2007, a lista dos que investiam menos em saúde pública estava encabeçada pelas ditaduras de Mianmar (1,9% do Produto bruto) e Guiné Equatorial (2,1%), país produtor de petróleo. Ambos figuram entre os países com

maior taxa de mortalidade infantil do mundo. Na Guiné Equatorial morrem 90,1 crianças para cada mil nascidos vivos; em Mianmar, 63,4.

Também figuram entre os países que menos investem em saúde pública alguns dos principais produtores de petróleo, todos com regimes autoritários: Kuwait, 2,2% do produto bruto; Oman, 2,4%; Líbia, 2,7%; Emirados Árabes Unidos, 2,7%; Arábia Saudita, 3,4%; Bahrein, 3,7%; Qatar, 3,8%. Não é possível para esses países argumentarem que não há recursos para a saúde.

Além disso, como ressalta Amartya Sen, os serviços de saúde requerem muitos insumos de mão de obra, e, nos países pobres, os respectivos custos são muito menores que nos países ricos.

Do que se depende para que haja políticas públicas que priorizem a saúde? Um fator central é a participação popular em todas suas formas.

A presença ativa da população nos processos de formação das políticas públicas, exigindo que as necessidades básicas das pessoas sejam prioridade real, a fiscalização e avaliação de seu cumprimento significam uma pressão contínua que é vital para a melhoria da qualidade da política pública.

Essa pressão democrática tem incidido grandemente no aumento dos recursos para a saúde em diversos países latino-americanos nos anos recentes. Os líderes transformadores têm tido nelas uma base de apoio muito importante para realizar mudanças em favor da população.

Por outro lado, a sociedade latino-americana compreendeu, depois de sua dura experiência nos anos 1990, com a apelação exclusiva ao mercado, que o papel da política pública é crucial em áreas como a saúde. Uma esmagadora maioria, superior a 80%, considera, segundo pesquisas como a do Latinobarómetro, que alguns dos grandes determinantes da saúde deveriam estar nas mãos do Estado.

## AS SOLUÇÕES EXISTEM

Trabalhar pela saúde pública requer, sem dúvida, atacar as grandes causas de enfermidades, como a desnutrição, a obesidade, o tabagismo e outras, e democratizar o acesso aos determinantes sociais da saúde. Um estudo da Escola de Saúde Pública de Harvard (2010) constatou que mais de 2 bilhões de pessoas não têm acesso adequado a tratamentos cirúrgicos.

Enquanto nas regiões ricas há 14 salas de cirurgia para cada 100 mil habitantes, nas regiões de baixa renda há menos de 2, apesar de terem uma incidência mais alta de enfermidades que necessitam cirurgia.

As desigualdades em saúde pública repercutem nas possibilidades de desenvolvimento dos países. De acordo com estimativas da Comissão de Saúde da União Europeia, 50% do diferencial de crescimento entre países

pobres e ricos se deve ao precário atendimento em saúde e menor expectativa de vida.

É necessário priorizar seriamente o investimento em saúde e renovar as políticas públicas.

Os países no mundo que lideram as tabelas de avanços em saúde, como os escandinavos, Japão, Canadá e outros, têm uma característica em comum: a saúde é administrada fundamentalmente pelo Estado, trata-se de sistemas públicos. Eles têm demonstrado que a gestão pública é a chave para obter resultados para todos e otimizar o uso de recursos.

Depois de anos em que na América Latina houve fortes tentativas para reverter conquistas anteriores, privatizar esse campo e entregá-lo ao mercado, no âmbito dos novos modelos de inclusão impulsionados pela população, os países do Mercosul e outros são, hoje, referências muito estimulantes de como as políticas públicas com o apoio da população podem melhorar a saúde coletiva.

Na Argentina, nos governos de 2003 a 2011 se conseguiu estabelecer solidamente os medicamentos genéricos, dispor os medicamentos básicos ao alcance de toda a população e expandir consideravelmente a rede de hospitais, além de melhorar sua qualidade.

Por outro lado, tem se trabalhado intensamente sobre os determinantes sociais da saúde. No final do governo Menem, a Argentina era manchete de capa dos jornais do mundo por causa da desnutrição. Atualmente, esse mal foi praticamente eliminado. Assim, por exemplo, na província de Tucumán, onde morriam crianças quase diariamente por desnutrição, ela se reduziu praticamente a zero.

Quando finalizou a década neoliberal ortodoxa, na Grande Buenos Aires apenas 40% da população tinha acesso a saneamento e água potável. Atualmente, é de 72%.

No Brasil, a gestão Lula atacou a fundo a desnutrição com o programa Fome Zero, e o Estado está protegendo com saúde pública 90% de sua população. Dilma Rousseff lançou o Brasil sem Miséria, que se propõe, em três anos, retirar 16 milhões de pessoas da pobreza extrema. O plano tem três eixos: inclusão econômica, renda mínima garantida e acesso a serviços públicos. Implica um investimento anual de 4 bilhões de dólares.

No Uruguai, a reforma da saúde realizada pelo governo da Frente Ampla estendeu a atenção à saúde de 30% para 70% da população, e se propõe a chegar rapidamente aos 100%.

É possível melhorar a saúde pública no mundo. A ética mais elementar exige colocá-la em primeiro lugar. A saúde demanda ser tratada como um tema “de urgência ética”.

---

### **Sem palavras**

“A estatura média das mulheres pobres tem diminuído em décadas recentes. A estatura é um indicador confiável de desnutrição infantil, enfermidade e pobreza. Tem diminuído em 14 países africanos e está estancada em outros 21, na África e na América Latina. As mulheres pobres nascidas nas últimas duas décadas estão piores do que suas mães e avós nascidas depois da Segunda Guerra. O diretor do estudo, S. V. Subramainian, afirma: ‘O mundo não é um lugar melhor, mas pior para elas’. As diferenças maiores de altura entre mulheres pobres e ricas estão na Guatemala e Honduras.”

Informe da Escola de Saúde Pública de Harvard (*The New York Times*, 26/4/2011)

### **Efeitos não visíveis da crise**

Em uma enquete com desempregados nos Estados Unidos, mais de 50% disseram que sofrem de ansiedade ou depressão, que se sentem envergonhados e que tiveram conflitos com suas famílias e amigos. (Pesquisa realizada entre 19 e 25 de outubro de 2011.)

### **Liberdade e saúde**

“As liberdades e possibilidades que somos capazes de exercer dependem de nossas conquistas em saúde.”

Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia

---

## ECONOMISTAS ORTODOXOS EM APERTO. É A VEZ DO CAPITAL SOCIAL

### É O CAPITAL SOCIAL, AMIGOS

Tudo estava montado. Diante da crise econômica mundial, dos níveis de endividamento estratosféricos, as graves dificuldades dos bancos, a proposta foi a de sempre: não procurar saber as causas estruturais dos graves problemas nem muito menos enfrentá-los, mas aplicar “mais do mesmo”.

Empréstimos importantes, mas condicionados a ajustes ultraortodoxos. Os empréstimos para pagar os bancos, os ajustes financiados pela população, com reduções graves de seus níveis de vida. Definitivamente, os ajustes financeiros os bancos.

A receita foi aplicada implacavelmente na Grécia. Desde que recebeu os empréstimos “condicionados”, a economia caiu mais de 10%. Isso significou demissão em massa de funcionários públicos, redução drástica do orçamento de saúde, educação e assistência social, além da venda, por qualquer preço, do patrimônio público acumulado durante gerações.

Os resultados foram os previstos, dadas as experiências similares como a da Argentina dos anos 1990. Reduziu-se brutalmente a atividade econômica, a arrecadação fiscal diminuiu, o déficit subiu, os juros da dívida externa, que se prometia que iam baixar, aumentaram, a dívida continuou aumentando.

Diante dessas realidades, propôs-se perdoar a dívida, mas em troca de intensificar o ajuste ortodoxo.

Nem o desemprego aberto, que supera 23%, nem a onda de suicídios, nem a transformação de um dos países mais alegres do planeta em uma sociedade afundada na tristeza figuram nos quadros econômico-financeiros.

A Grécia não é um caso isolado. A mesma receita está sendo aplicada em Portugal, que reduziu pela metade seu orçamento em educação; na Irlanda, onde o desemprego juvenil é de 49%; na Espanha, onde continua subindo, o geral é de 25%, e o juvenil de 52%; e agora a Itália, com pobreza e desemprego crescentes.

Mas alguma coisa se rompeu. O que parecia uma rebelião de alguns jovens isolados está se transformando em um movimento mundial de contestação popular inédito. Em 15 de outubro de 2011, convocados pelo Ocupa Wall Street e os indignados espanhóis, foram realizadas manifestações de protestos altamente concorridas em 952 cidades de 82 países. Em Madri, foram 450 mil manifestantes, e em Barcelona, 200 mil.

Os políticos e os economistas ortodoxos subestimaram o capital social. Não levaram em consideração que os seres humanos não são apenas recursos para a produção, têm valores éticos, consciência, capacidade de se associar, reagem frente às injustiças, são capazes de se atirar por causas nobres. Tudo isso é capital social.

Quando se põe em marcha é muito poderoso. O Nobel Stiglitz afirmou (28/10/2011): “Alguns tentam minimizar os Ocupa Wall Street alegando que seu número não traz preocupações, mas não se dão conta de que expressam hoje a grande parte da sociedade que apoia suas reivindicações e se sente representada por eles”.

O Oscar da Academia Michael Moore esteve visitando-os ao longo do país e disse, em MBS News (4/11/2011): “Não imaginam o que acontece nos Estados Unidos. Os Ocupa Wall Street estão saindo às ruas em muitas cidades pequenas que os meios de comunicação sequer sabem que existem, o movimento é muito mais amplo do que o que todos acreditam. A imprensa nem está inteirada”.

Alguns meios de comunicação tentaram desacreditá-los com o *slogan* “não sabem o que querem”. Parece que sim, sabem. Está dito em seus cartazes. Uma amostra de alguns:

■ Manifestação massiva em Cannes, frente ao G-20 (4/11/2011):

“Sim a vida, não à Bolsa”

“Paremos a ditadura das finanças”

“Taxação das finanças para um mundo melhor”

■ Ocupa Wall Street em Oakland (3/11/2011):

“Os bancos são resgatados, nós somos vendidos”

Liberar Oakland e fechar os 1%”

■ Marquise do Teatro Grand Lake, que fechou em adesão à paralisação geral em Oakland:

“Orgulhosamente apoiamos o movimento Ocupa Wall Street.

Teatro fechado para apoiar a greve”

■ Indignados na Espanha (3/11/2011):

“Os bancos têm de engolir a especulação, não os desesperançados”

■ Washington, Ocupa Washington (8/10/2011):

“Somos escravos econômicos”

Um dos objetivos dos indignados em nível mundial é algo do mais concreto e realizável possível: conseguir que seja aplicada a taxação proposta pelo Prêmio Nobel de Economia, James Tobin, às transações financeiras. É a chamada “Taxa Robin Hood dos bosques”. Com um imposto mínimo sobre essas operações, poder-se-ia arrecadar uma quantia de grande magnitude, que permitiria, de imediato, continuar oferecendo serviços sociais básicos.

É tão evidente que angariou grande apoio internacional, desde países como Alemanha e França, o Estado do Vaticano, além de personalidades como Bill Gates. E a lista é muito maior. Entre os que se opuseram ativamente quando foi lançada a proposta encontram-se Lawrence Summers, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, e o atual governo inglês. Certamente, os Tea Party são contra.

Entre outras propostas, os indignados espanhóis propõem uma política estrita a respeito das moradias vazias. Há muitas pessoas sem moradia e, ao mesmo tempo, muitas habitações desocupadas. Nos Estados Unidos convivem as moradias vazias arrecadadas pelos bancos e um aumento na população de moradores de rua (*homeless*). Um indignado espanhol, o arquiteto Aguirre Such (*El País*, 3/11/2011) lembra que na Holanda “as moradias que permanecem vazias por um ano são expropriadas”.

Esse movimento mundial é espontâneo, vem das bases, surgiu motivado pela indignação frente a um sistema que tem levado as injustiças a níveis intoleráveis. Uma de suas fortalezas é a que Aguirre Such descreve: “Nossa força está na horizontalidade; isto vai continuar, doa em quem doer”.

É capital social em movimento.

### QUE É CAPITAL SOCIAL?

A ideia de capital social surge quando se deixa de considerar os seres humanos como unidades individuais que atuam no mercado como vendedores e compradores de bens, e se atém a uma de suas condições fundamentais: a de que são “seres sociais” e, portanto, desenvolvem todo tipo de inter-relações entre eles, que não são meramente econômicas. O próprio presidente da Reserva Federal, Bernanke, afirmou: “somos criaturas sociais. Não basta só o dinheiro” (2010).

Já muito antes, Keynes via a economia não como uma ciência natural, mas como uma ciência moral. Dizia que “amor ao dinheiro” não pode ser uma finalidade individual ou coletiva, que o objetivo “é uma vida confortável”, e que “tornar o mundo eticamente melhor deve ser o objetivo da economia”.

O capital social engloba pelo menos quatro dimensões de relações entre os seres humanos, alheias ao mercado, de grande peso na vida concreta.

### *Confiança*

A primeira é o clima de confiança dentro de uma sociedade. O que está ocorrendo em termos de confiança interpessoal, de expectativas de confiabilidade de umas pessoas com as outras.

Em um nível mais amplo, a confiança toma outras dimensões, a confiança nas instituições e nas lideranças.

O nível de confiança nas instituições é muito importante para o funcionamento do sistema democrático. O baixo clima de confiança mina a legitimidade e reduz a governabilidade democrática.

Um fator-chave para que haja confiança nos governantes e nas instituições é que as pessoas sintam que há um “jogo limpo”. Uma das expressões cruciais de sua falta é o grau de desigualdade. Grandes desigualdades indicam que não existe jogo limpo.

O lema “somos os 99%”, que encabeça o movimento dos Ocupa Wall Street, nos Estados Unidos, repercutiu nos sentimentos mais profundos da sociedade. O 1% detém, hoje, naquele país, mais de 90% da renda. Suas rendas cresceram 275% entre 1997 e 2007, segundo o informe do respeitado Departamento de Orçamento do Congresso (26/10/2011).

Além disso, seu *lobby* tão efetivo colocou o sistema fiscal cada vez mais a seu favor, tornando-o mais regressivo. Um estudo de Cidadãos por Justiça Fiscal (4/11/2011) demonstra que 280 das maiores empresas pagaram em impostos, em três anos, apenas 18,5% de seus lucros, a metade da taxa oficial. As dívidas fiscais e isenções do período Bush e o lobismo levaram a isso, já que 30 delas não pagaram nenhum imposto nesse período.

Isso, por si só, já destrói a confiança. Na América Latina, a confiança também está muito desgastada, por ser esta a região mais desigual do planeta.

No último Latinobarómetro (novembro 2011), quando perguntados sobre a justiça na distribuição da riqueza, os latino-americanos de 19 países consideraram que é “muito injusta ou injusta”.

No Chile, apesar de seus êxitos macro, o descontentamento é muito maior: 94% pensam assim. No Equador atual são só 47%, a metade do que é no Chile.

### *Capacidade de fazer coisas juntos*

Segunda dimensão do capital social: a capacidade de associatividade. De gerar todo tipo de formas de cooperação.

Desde as mais elementares, como os vizinhos que fazem coisas em conjunto, até os grandes acordos nacionais.

O grau de associatividade tem todo tipo de repercussões no plano macroeconômico. As sociedades que têm maior capacidade de desenvolver formas de colaboração são mais eficientes que as sociedades onde predomina no plano econômico a lei da selva, onde as condições estimulam o enfrentamento de todos contra todos para ver quem ganha e quem sobrevive.

### *Consciência cívica*

A terceira dimensão do capital social é a consciência cívica. Ela se expressa nas atitudes que as pessoas de uma sociedade têm frente ao coletivo.

Como as pessoas se comportam, por exemplo, em relação às coisas mais elementares, tais como a preservação das áreas verdes em uma cidade, o cuidado com o transporte público, a proteção das bibliotecas. A partir disso, até sua atitude em relação aos impostos e qual é a magnitude e força do voluntariado.

### *Os valores éticos predominantes*

Uma quarta dimensão do capital social são os valores éticos. São um componente decisivo da dinâmica diária da atividade macroeconômica e política de uma sociedade.

Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, (1997) afirma: “Os valores éticos dos empresários e profissionais de uma sociedade são parte fundamental dos ativos produtivos dessa sociedade”. E agrega que, se seus valores éticos são construtivos – em favor do desenvolvimento nacional, do crescimento compartilhado, da justiça social, do progresso tecnológico, das regras limpas do jogo, da transparência no manejo da gestão pública e da gestão privada –, são ativos.

Se, no entanto, se pautam pelo enriquecimento imediato, práticas corruptas, não investimento no país, são “passivos produtivos”.

A comunidade econômica ortodoxa teve que se render frente a este argumento, porque, nos últimos períodos, uma série de situações econômicas muito difíceis para o planeta foi resultante dos valores éticos predominantes nos líderes empresariais.

Desse modo, a investigação do Congresso dos Estados Unidos sobre as causas da crise de 2008-2009 chegou à conclusão de que a falta de ética dos altos executivos financeiros e da cultura corporativa foram uma causa central. Concluiu que influenciaram “a cobiça, a estupidez e a soberba”.

Os valores éticos e o capital social, em geral, estão em funcionamento todos os dias. A economia ortodoxa, que pratica um reducionismo ao ver apenas as variáveis econômicas clássicas, ignorou esse dado, desconectando-se da realidade.

## IMPACTOS DO CAPITAL SOCIAL

A pesquisa de campo tem demonstrado que todos esses fatores que constituem o capital social não são uma especulação, mas realmente exercem impactos contundentes na realidade. O capital social faz diferenças formidáveis nos êxitos econômicos e de amadurecimento político de alguns países em relação a outros.

Estudos indicam que há uma forte correlação entre o grau de confiança e o civismo, por um lado, e as taxas de crescimento macroeconômicas de médio e longo prazo. Quanto maiores os primeiros, mais altas estas últimas (Banco Mundial, Maryland University).

Há fortes correlações entre o grau de confiança existente em uma sociedade e fatores como a eficiência judiciária, a ausência de corrupção, a qualidade do funcionalismo e o pagamento de impostos (American Economic Association Papers).

O grau de participação em associações melhora a produtividade e o rendimento econômico de camponeses pobres (Banco Mundial). O grau de confiança entre os membros de uma sociedade influi na expectativa média de vida (Universidade de Harvard). A solidez da família, componente básico do capital social, influi em múltiplos aspectos de uma sociedade, como o rendimento educacional das crianças, o desenvolvimento da inteligência emocional e o desenvolvimento das capacidades críticas e criativas (diversos estudos).

O capital social tem, além disso, como constatou Albert Hirschman (Princeton University), uma virtude muito especial: é a única forma de capital que, quanto mais se usa, mais cresce. Os ativos produtivos clássicos, como as maquinarias, a infraestrutura, os edifícios vão sendo consumidos com o uso. No entanto, a confiança, a associatividade, o compromisso de serviço, quanto mais praticados, mais aumentam.

O capital social está no centro dos êxitos produtivos e econômicos de diversas sociedades avançadas de nosso tempo. Interage positivamente com as outras formas de capital. Um elevado capital social se transforma em fatores como estabilidade política e macroeconômica, incentivos para a produtividade e a inovação, ênfase na educação, transparência, erradicação de práticas corruptas, crescimento do trabalho voluntário.

Em sociedades nas quais há altos níveis de desconfiança, pouca participação e baixa consciência cívica, tais elementos criam uma trava fundamental

para o progresso econômico e social. Nelas verifica-se um baixo capital social, ou em processo de desgaste.

Segundo constatação do Latinobarômetro, de modo geral, as mudanças para modelos mais humanos têm levado a que a confiança nos governos seja consideravelmente maior na América Latina, 45% da população; na Europa, segundo o *Eurobarômetro*, é de apenas 29%. Antes era o contrário.

### O CAPITAL SOCIAL E A CRISE

A grave crise nos Estados Unidos e na Europa teve causas financeiras e macroeconômicas, no entanto cada vez são mais destacados os aspectos invisíveis ligados às debilidades no capital social.

Entre os fatores que agravaram e aceleraram a crise se encontram a perda quase total de confiança nos grandes operadores financeiros, depois de seus comportamentos centrados na maximização pessoal dos benefícios. As investigações mostram como vários altíssimos executivos, cujas remunerações estavam ligadas à maximização dos lucros de curto prazo de suas empresas, haviam contaminado as empresas com “hipotecas-lixo” e derivativos sem base patrimonial com vistas a maximizar seus rendimentos.

A perda de confiança agravou seriamente a crise. Não se tratou de alguns casos individuais, e sim do que se configurou um déficit de cultura corporativa responsável. Os níveis de consciência cívica de alguns dos que tomavam as principais decisões em grandes empresas, e que afetavam o destino de milhões, demonstraram ser baixíssimos. Não se preocuparam majoritariamente pelos efeitos de suas ações sobre a comunidade.

No centro da crise esteve a ruptura de uma dimensão central do capital social, os valores éticos.

Em muitas das propostas para prevenir crises futuras, estão apostando agora em elementos do capital social. A lei proposta por Barack Obama e que foi aprovada pelo Congresso americano (20/7/2010), anterior à chegada do Tea Party, tentou restabelecer a confiança nomeando um defensor dos consumidores de instituições financeiras, fixando normas de responsabilidade muito mais exigentes e reforçando as capacidades de regulamentação do Estado, severamente enfraquecidas no governo anterior.

No entanto, muitos têm sido os obstáculos a sua implementação efetiva no atual Congresso.

### OS MUITO RICOS NÃO SE CONFORMAM

Os Ocupa Wall Street e a onda de rebelião mundial à injustiça conseguiram colocar no centro da agenda pública o tema das enormes disparidades na distribuição da riqueza.

Não há como justificar que o 1% do globo tenha 43% do produto bruto mundial. Ou que os 20% mais ricos dos Estados Unidos tenham atualmente mais do que os outros 80%, conforme informações do Departamento do Congresso. Ou mesmo, como adverte Carlos Fuentes para a América Latina, “depois de Salinas (cujas políticas foram semelhantes às de Menem), 17 pessoas tinham mais que 17 milhões de mexicanos”.

Por outro lado, membros renomados do 1% exigem que haja reformas, e que os impostos sejam aumentados. À cabeça está Warren Buffet, o terceiro milionário do planeta. Por isso, Obama denominou “a regulamentação Buffet” seu projeto de aumento fiscal dos mais ricos.

Era de supor que deveriam estar prontos para reformas. No entanto, não estão.

Surgiram defensores ardentes da riqueza extrema. Encabeçando a lista está Michael Cain, um dos candidatos republicanos à presidência, que teve mais aceitação interna. Colocando em dúvida, publicamente, sobre quem os financiava, Cain dizia que “os indignados estão com inveja dos muito ricos”, e que “se estão desempregados e pobres a culpa é deles mesmos”.

O caso italiano, como bem denuncia Gianfranco Pasquino, professor de Ciências Políticas de Bolonha (ver Elena Llorente, *Página 12*, 4/11/2011), é quase um laboratório. Frente ao anúncio de grandes sacrifícios econômicos, esperava-se que houvesse alguma ação do que Buffet reivindica nos Estados Unidos quando diz que “o sacrifício deve ser compartilhado”. Os sindicatos, a organização empresarial Confindustria e até o proprietário da Ferrari pediram que fosse criado um imposto para os grandes patrimônios. Parece lógico, mas não na Itália do primeiro-ministro da “*dolce vita*” e da desqualificação da mulher.

Os primeiros afetados seriam Berlusconi e seus amigos. Pasquino comenta: “Ninguém fala isso, no entanto deve ser dito com vigor; o imposto patrimonial é uma das soluções para o país, mas com certeza não pode ser criado pelo homem mais rico da Itália”.

De acordo com o Latinobarómetro 2011, na América Latina, a região mais desigual do planeta, os ricos não gozam de muita popularidade. Quando se pergunta às pessoas quem são os que menos cumprem a lei, os ricos aparecem em primeiro lugar, com 63% das respostas. No entanto, “os pobres, a classe média, as mulheres, os aposentados, os empregados não são vistos como não cumpridores da lei”.

Mais surpresas para “economistas ortodoxos apavorados”: “ocorre que, ao contrário do que se supõe – que as medidas para acabar com os ‘flanelinhas’ e ‘estacionadores de carro’, que estão propostas na legislação da Cidade de Buenos Aires para impedir que violem a lei –, a população pensa que eles são dos mais cumpridores.

Assim, de acordo com Latinobarómetro, enquanto dois terços da população creem que os ricos são os que menos cumprem a lei, apenas 9% acreditam que são os pobres.

Também não deve ser por acaso que a lista onde é mais alta a percepção de que os ricos não cumprem a lei é liderada por Honduras, onde três quartos da população pensa assim. Trata-se do único país que teve um golpe militar nas últimas décadas.

A conclusão final do Latinobarómetro é quase lapidar: “Não resta dúvida de que na América Latina os ricos têm uma imagem ruim”.

### UMA NOVA COALIZÃO

A saída para a crise mundial requer mudanças profundas nos modelos, e as políticas públicas devem liderar essas mudanças.

Impõe-se tirar conclusões frente aos resultados dos modelos ortodoxos. O *The New York Times* comentou em seu editorial (3/3/2011):

Os líderes europeus deveriam prestar mais atenção para as dificuldades dos gregos comuns e menos para os ricos banqueiros europeus. Em vez de tentar punir os ‘gastadores’, deveriam pensar sobre as consequências de condenar a Grécia a anos de crescimento negativo, desemprego crescente e aumento de impostos, sem nada para prometer-lhe em troca, a não ser, talvez, que dentro de uma década a relação da dívida para o produto interno bruto voltaria aos problemáticos níveis de 2008-2009.

As políticas públicas de mudança podem ter um apoio e um aliado fundamental na mobilização do capital social. Os movimentos de base, como os indignados de agora, as organizações de trabalhadores, as organizações de camponeses, os novos movimentos indígenas, dos afro-americanos, os movimentos pela igualdade de gênero, as organizações defensoras do meio ambiente, os jovens unidos na internet para causas de interesse coletivo, as ONGs solidárias, as universidades, as organizações baseadas na fé, hoje muito conectadas com o compromisso solidário, a responsabilidade social empresarial real e muitas outras expressões do capital social podem se mobilizar e respaldar as mudanças imprescindíveis no mundo e na região.

Uma das maneiras de construir capital social é abrir as portas de par em par à participação popular.

Os esforços para avançar nas metas do milênio – erradicação da pobreza extrema, evasão escolar, mortalidade materna, mortalidade infantil, discriminação de gênero – chegaram, na maior parte dos campos, a uma lição. Para

serem firmes, sustentáveis e em profundidade, os programas devem contar com o envolvimento e a participação da comunidade à qual ele esteja dirigido.

Nas análises comparativas, os projetos de melhoramento social praticados com base nos modelos participativos ativos, que cobrem todas suas etapas, têm demonstrado uma grande superioridade nos resultados obtidos. A participação potencializa todas as dimensões do capital social, fortalece os climas de confiança entre os membros da comunidade, aumenta a associatividade, promove o compromisso com as metas coletivas e é uma clara geradora de valores positivos de cooperação e solidariedade.

A potencialização de seu capital social dá à comunidade forças únicas para levar adiante tentativas de mudanças sociais profundas.

Há saídas para a crise. E elas podem ser encaminhadas através de uma grande coalizão entre política pública e capital social, orientada a uma economia que inclua todos.

O informe sobre Desenvolvimento Humano 2011 do Pnud coloca a Noruega como o melhor país do mundo pela 11ª vez. Os quatro países nórdicos encabeçam a tabela de eliminação da discriminação de gênero do World Form Report.

A América do Sul está surpreendendo o mundo com as conquistas econômicas, tecnológicas e humanas de países como Argentina, Brasil, Uruguai e Equador, entre outros, e está se transformando numa referência que de que realmente é possível melhorar o mundo.

A recuperação plena, na região, da confiança, da associatividade, da consciência cívica e dos valores éticos é parte central dos desafios abertos para o futuro.

E requer o esforço coletivo diário.

---

### **Perdão**

Florence Noiville é autora do livro *Sou economista e peço-lhes desculpas*. Graduada pela Escola de Estudos Superiores de Comércio de Paris, centro de preparação das elites econômicas, recebeu um convite de seus companheiros para festejar os 20 anos de sua formatura. Respondeu-lhes: “Somos a geração de economistas que levou o mundo à maior crise de sua história. Não temos nada a comemorar”.

### **Histórico**

No 13º dia de “Ocupa Wall Street”, quando já eram muito menos e a imprensa não lhes dava atenção, o cineasta Michael Moore, Oscar da Academia, veio trazer sua solidariedade.

Disse-lhes:

“Não se desesperem, porque esta é a parte mais difícil. Estão na parte mais difícil justamente

agora. Mas todo mundo se lembrará, daqui a três meses, seis meses, cem anos, que vocês vieram a essa praça e que iniciaram o movimento.”

**Fome** “Qual o motivo para que fundos de alto risco e bancos de investimento influenciem no preço do pão em Túnis, da farinha no Kênia ou do milho no México? Por que se decide em parte nas Bolsas de Chicago, Nova York ou Londres quantas pessoas vão passar fome?”

---



## QUEM TEM MEDO DA PARTICIPAÇÃO?

### ESTAMOS AQUI. ESCUTEM-NOS

A participação está mudando a grande agenda política das sociedades. Normalmente, ela estava determinada pelos grandes interesses econômicos e pelos meios de comunicação de massa. Agora não é mais.

Berlusconi concentrava todos esses poderes ao mesmo tempo. É o homem mais rico da Itália, inclusive o dono dos principais meios de comunicação do país, e colocou essas condições a trabalhar diariamente para chegar ao poder.

Apesar das acusações de corrupção, da *dolce vita* e dos processos, seu domínio sobre os meios de comunicação lhe permitiu controlar a opinião pública e se manter no poder.

O começo de sua queda se iniciou com a ascensão de um poder midiático paralelo. Os jovens se lançaram maciçamente à internet para construir uma contraposição.

Instalaram na internet espaços próprios, entre eles humorísticos sobre o primeiro-ministro, competindo e superando frequentemente os espaços da rede tradicional de imprensa.

Isso foi crucial na derrota maciça de Berlusconi em um referendo.

Nos acontecimentos que ocorrem na Grécia, surgiu um movimento inesperado: a receita ortodoxa Den Plirono “Não Pagamos” (ver *Febbro*, p. 12, 11/11/2011). Não está ligado a nenhuma força política, é um movimento de base, de desobediência civil, que não está disposto a pagar os novos impostos em uma situação de recessão severa, com queda do produto bruto em 20% nos últimos anos, e pressiona para que o Estado continue cum-

prindo com seus deveres elementares de proporcionar à população serviços públicos básicos gratuitos.

No México, um célebre poeta, Javier Sicilia, cujo filho foi assassinado pelas máfias, fundou o “Movimento para a paz”. Vem percorrendo todo o país liderando uma marcha com cada vez mais seguidores.

Com respeito aos jovens marginalizados recrutados, ou que são potencialmente recrutáveis pelo narcotráfico, afirma: “Devemos ver onde nasceram, o que viveram e o que está acontecendo com o tecido social para fazer com que esses jovens não terminem se tornando criminosos. E o que está faltando em nossa sociedade, e dentro do Estado, que impede a formação de homens dignos de respeito”.

Nesses casos, e em muitos outros em desenvolvimento, as pessoas, a população está exigindo ser escutada através de formas inéditas de participação.

### A PARTICIPAÇÃO – GRANDE REEQUILIBRADORA DAS DESIGUALDADES

A participação na atual conjuntura tem múltiplos papéis de reequilíbrio em um mundo mergulhado em grandes desequilíbrios econômicos, sociais e políticos.

A participação é, antes de tudo, um fim em si mesmo. Implica respeitar a própria natureza do ser humano, que reclama a participar.

O papa João XXIII, João, o Bom, destacou especialmente seu papel fundamental no vital campo do trabalho.

Em sua pioneira Encíclica *Mater e Magistra* (1961), afirmou: “Na natureza dos homens se encontra enraizada a exigência de que, no desenvolvimento de sua atividade produtiva, tenham possibilidade de empenhar a própria responsabilidade e aperfeiçoar o próprio ser”.

É, por outro lado, o pilar de uma democracia real.

Nas democracias de alta intensidade, como as escandinavas, há uma sociedade civil articulada, mandatos precisos aos representantes eleitos, um estreito e contínuo contato entre eles e seus representados, canais abertos para lhes fazer chegar a opinião da população, prestação de contas permanente, métodos ativos de controle social e outras vias que asseguram a atenção permanente aos reclamos da sociedade.

Do mesmo modo, a participação das mulheres é plena. Segundo o World Economic Forum (2011), os quatro países líderes do mundo neste tema são Suécia, Noruega, Finlândia e Dinamarca.

Nas democracias de baixa intensidade, o exercício da participação é limitado. A sociedade civil é fragmentada e débil. Participa através de eleições, de tempos em tempos, para eleger o presidente e o Congresso Nacional. De-

pois, os contatos são limitados, as prestações de contas intermitentes, e não há canais orgânicos de participação contínua.

A insatisfação com a gestão não tem como ser canalizada até que possa explodir.

Na América Latina, 12 presidentes foram derrubados entre 1992 e 2005 antes de terminar seu mandato, por manifestações de protestos massivos.

A população, sem outra alternativa, levou para as ruas seu inconformismo porque os mandatários não cumpriam devidamente seu mandato, não reduziam a pobreza nem a desigualdade, ao contrário, aumentavam; e, em muitos casos, havia corrupção.

Desde Collor de Melo, no Brasil, passando por Mahud, no Equador; Sánchez de Lozada, na Bolívia; De La Rúa, na Argentina, entre outros, a participação reequilibrou o mau funcionamento da democracia.

Hoje a população exige democracia de alta intensidade. O Latinobarómetro 2011 destaca especialmente a chamada “síndrome chilena”.

Segundo os indicadores macroeconômicos tradicionais, tudo vai bem. No entanto, há insatisfações sociais muito profundas que implodiram.

Quando se pergunta nas pesquisas de opinião: “seu país está sendo governado por alguns grupos poderosos em seu próprio benefício ou está governando para o bem de todo o povo?” O item “para o bem de todo o povo”, no Chile, caiu 26% entre 2010 e 2011. Na Argentina, subiu 12% no mesmo período.

Os protestos encabeçados pelos estudantes chilenos contra as desigualdades em educação, segundo as pesquisas, foram tomados por 90% da população como uma causa sua, e a popularidade do atual governo caiu em queda livre.

Por outro lado, as novas metodologias de participação têm sido revalorizadas pela população na América Latina. Em Latinobarómetro (2009), 63% consideram que “as passeatas, protestos e manifestações de rua são normais na democracia”; 59% acreditam que são “indispensáveis para que as reivindicações sejam ouvidas”, e 56% opinam “que é uma maneira que os jovens encontram para se sentirem parte de alguma coisa”.

A intensificação da participação popular está tendo resultados bastante concretos na América Latina. Tem levado os grandes temas sociais para o centro do debate e feito com que seja destinado um substancial aumento da dotação de recursos para eles.

De acordo com dados da Cepal (2010), o gasto público social passou de 12,3% do Produto Interno Bruto regional em 1990-1991 a 18,4% em 2007-2008. Isto significa que o gasto público total aumentou, nesse período, de 45% a 65%.

A participação popular reequilibrou socialmente e potencializou presidentes comprometidos de modo consistente com a agenda social, que mudaram as prioridades orçamentárias e introduziram programas que, por sua cobertura, recursos e impactos, são totalmente inéditos na região, como o Bolsa Família no Brasil, Asignación Universal por Hijo, na Argentina, e o Plan Ceibal<sup>2</sup>, no Uruguai.

### A PARTICIPAÇÃO EM AÇÃO

Na América Latina, a participação popular sempre teve uma legitimidade de caráter moral. Dentro de amplos setores, foi sempre defendida como um direito básico de todo ser humano, com apoio na cosmovisão religiosa e ética predominantes na região.

Também teve continuamente uma legitimidade política. É uma via sintonizada com a proposta histórica libertária dos pais das nações da região e com o apego consistente desta ao ideal democrático.

Agora, a essas legitimidades se juntam outras de caráter diferente, que não excluem as anteriores mas se somam a elas. A participação popular tem uma legitimidade social e administrativa. Leva a uma melhor gestão das políticas e programas públicos e sociais. Os programas sociais nos quais a comunidade assistida intervém em sua elaboração, gestão, fiscalização e avaliação são muito mais eficientes, e a corrupção e o clientelismo são erradicados.

As experiências internacionais e regionais mostram categoricamente que levar adiante programas com base na participação das comunidades, fortalecer seu capital social e sua articulação libera o potencial de iniciativa comunitário e individual e promove o acesso igualitário à renda e aos serviços.

Na América Latina, numerosas experiências em andamento indicam que a participação comunitária pode conquistar resultados muito superiores. Entre elas, a de Villa El Salvador, no Peru; Orçamento Participativo em Porto Alegre, Brasil, pioneiro mundial neste campo; as escolas autogestionadas de camponeses pobres em El Salvador (EDUCO); e o programa Um Teto para meu País, hoje em 19 países da região.

Essas experiências, apesar de sua diversidade, uma vez que correspondem a realidades muito diferentes e operam em campos muito variados, têm certas características comuns.

---

2. No início de 2007, 150 alunos da escola Villa Cardal, no departamento de Florida, no Uruguai, recebiam laptops do plano “Conectividade Educativa de Informática Básica para o Aprendizado em Linha” (Ceibal). Foi a primeira ação da iniciativa lançada no fim de 2006 pelo governo uruguaio com base no projeto “Um computador por aluno” (One Laptop per Child, em inglês), idealizado por Nicholas Negroponte, engenheiro do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Quatro anos depois, todos os discentes de escolas públicas daquele país possuem computadores portáteis. A distribuição também chegou aos professores e a iniciativa começa a ser vista como um caso de sucesso educacional.

Em primeiro lugar, em todos os casos, a constatação é de que se tentou praticar formas de participação “real”, não “simulações de participação”. A convocatória não foi, como acontece com tanta frequência, para consultas erráticas ou conjunturais, ou para receber opiniões que depois não são levadas em conta, mas efetivamente foram elaboradas modalidades organizacionais que facilitaram e estimularam a participação ativa e contínua.

Em segundo lugar, em todos os casos tem havido respeito por aspectos como história, cultura e idiosincrasia da população. Não foram “impostas” formas de participação de laboratório; em vez disso se tentou construir modalidades que fossem coerentes com esses aspectos.

Em terceiro lugar, todas essas experiências, que são de longo fôlego, tiveram como marco subjacente um projeto em termos de valores, de perfil da sociedade a ser construída e de formas de convivência diária pelas quais se estava optando.

Diante dos resultados obtidos com a participação da comunidade, suas vantagens comparativas e sua legitimidade administrativa, como se explica seu limitado avanço na região?

### A PARTICIPAÇÃO ENFRENTA FORTES RESISTÊNCIAS E INTERESSES

No “discurso”, a participação é vitoriosa na América Latina. Permanentemente se ouvem, desde as mais altas instâncias governamentais a grupos de grande peso na sociedade, referências à necessidade de aumentar a participação e a sua importância para uma sociedade democrática, a sua tradição histórica em cada sociedade.

Nos fatos, os avanços em participação comunitária mostram uma grande distância com o que se fala a respeito. Há explicações. A participação popular e comunitária implica profundas mudanças nas correlações de poder e o acesso real a recursos e oportunidades.

No pensamento predominante das elites da região – que em sociedades tão assimétricas tiveram incidência decisiva nas decisões –, embora com exceções, existem importantes resistências.

Além disso, esse pensamento frequentemente permeia amplos setores da população, que tendem a absorver a visão do mundo que oferecem. Há uma cultura antiparticipativa fortemente subjacente. Alguns de seus núcleos essenciais serão mencionados a seguir.

#### *O pensamento único*

A ideia de que em economia há apenas um caminho, as políticas ortodoxas rígidas, foi assumida por grande parte das elites da região nos anos

1980 e 1990 e se expressou em políticas econômicas concretas que já foram julgadas pelos fatos.

O crescimento que ofereciam era muito frágil, o suposto “derramamento” que tiraria os pobres da pobreza não funcionou, e a pobreza aumentou. A indústria e o comércio nacional foram minimizados no processo, o Estado, semidesarticulado, perdeu a capacidade de decisão autônoma em economia, e a desigualdade imperou.

O pensamento único não só previa receitas econômicas; por trás dele, há toda uma visão subjacente da sociedade. Ela é percebida como uma sociedade basicamente individualista, em que as pessoas, antes de tudo, são *homo economicus* que lutam entre si no mercado para ganhar terreno, cuja orientação central é maximizar o lucro, e que, como fora resumido séculos antes pelos antecessores do neoliberalismo, “o egoísmo privado conduzirá ao bem-estar coletivo”.

Nessa visão de sociedade, a cooperação, a solidariedade e a participação não têm um lugar de destaque. São antiéticas com os incentivos de mercado que buscam estimular.

A rede social que se propõe é a de produtores e consumidores atomizados, focados no lucro, orientados a superar o adversário, e que só se associam em combinações dirigidas a oligopolizar, monopolizar ou disputar com as combinações rivais em melhores condições. Em geral, se mobilizam apenas pelos interesses negociáveis.

Além disso, essa sociedade atomizada é o espaço social ideal para ser objeto passivo de políticas muito rígidas que geram um grupo limitado de ganhadores e uma multidão de perdedores. Nesse tecido social frágil e desfeito, será difícil que os perdedores possam se organizar e resistir a elas.

A visão economicista e fragmentadora da sociedade exclui a participação que, ao contrário, propõe passar da dispersão à integração de esforços, do individualismo à cooperação e da luta impiedosa às sinergias.

### ***O clientelismo***

Setores significativos das elites têm desenvolvido todo um aparato elaborado de práticas clientelistas que operam em um ciclo político que tem se repetido algumas vezes.

Em primeiro lugar, elas são aplicadas para atrair o apoio dos setores com menos informação e mais desorientados da sociedade para propostas ilusórias ou ambíguas, de claro caráter demagógico. São típicas disso as palavras de ordem que são utilizadas no campo da segurança pública, apresentando-a como um simples problema policial que se resolve com um

homem com mão dura, ou no campo da pobreza, prometendo metas gerais sem apresentar planos concretos.

Depois utilizam-nas para sustentar gestões de governos que não produzem melhoras reais na vida da população. Na Roma antiga, o “circo” tentava substituir os fatos. Depois, e até hoje, apelaram quase com desespero ao clientelismo, sob todas suas formas, desde as mais primárias, como a compra de votos, até a exacerbação da xenofobia.

As práticas clientelistas obstaculizaram de todas as maneiras possíveis o desenvolvimento de formas reais de participação.

### *A visão tecnocrática*

Frequentemente na região, lideranças políticas progressistas, acolhendo a mensagem da população, promulgaram leis ou executaram políticas baseadas na participação, especialmente no campo social. No entanto, em diversos casos, a implementação dos respectivos processos tem caído em mãos de grupos que veem a realidade de uma perspectiva unilateralmente tecnocrática.

Para os “tecnocratas puros”, a participação é basicamente uma dilação. Eles creem que poderiam executar os mesmos programas sem as “perdas de tempo” que implicam a consulta e a deliberação contínua com a comunidade.

Por outro lado, ela significa o risco de que sua visão tecnocrática de como devem ser feitas as coisas possa ser testada pelas comunidades pobres, e estas comecem a questionar o que eles não estão dispostos a aceitar.

A combinação de purismo tecnocrático e soberba dos que creem que sabem se combina, além disso, com a concepção de que a participação é um processo organizativo a mais. Bastaria planejá-lo, estabelecer procedimentos e rotinas, determinar manuais de normas e tudo deveria funcionar. Mas se trata de um processo de natureza social complexa, em que se devem mudar atitudes, correlações de poder, conseguir o “ownership” [propriedade], que as comunidades realmente se apropriem do processo e outras mudanças estruturais.

Os arranjos técnicos não são suficientes. É necessário desde o início o envolvimento dos atores, seu sentimento e a crença de que o projeto é real, e não figurativo; a percepção de que efetivamente poderão incidir; a visão de que produzirá benefícios reais para a comunidade; e sua capacitação para que todos possam usar adequadamente os canais pensados no conjunto.

Foi isso, por exemplo, o que ocorreu em Porto Alegre. Após a grande desconfiança dos dois primeiros anos, com limitados recursos, quando a comunidade se deu conta de que, através do Orçamento Participativo, poderia realmente influenciar e, efetivamente, mudar as destinações de recursos, então participou.

### *A desvalorização dos desfavorecidos*

Por trás da resistência das elites e dos tecnocratas à participação existe, em muitos casos, algo ainda mais profundo, que é a persistência de uma cultura discriminatória.

Veem com preconceito os setores sociais excluídos, ou em situação de pobreza.

Partindo-se da desqualificação silenciosa do outro por ser indígena, negro, mulher pobre, é difícil que se possam organizar as condições para um processo de participação real.

Tacitamente, o pensamento que prevalece entre os planejadores da participação é o de que, definitivamente, ela está destinada ao fracasso por conta das supostas carências congênitas da população convidada a participar. Após reiteradas desqualificações, como porque “não têm educação”, oculta-se definitivamente um preconceito mais enraizado sobre sua própria condição humana, que desabilitaria esses sujeitos a participarem como iguais.

Ali se cumpre a conhecida lei sociológica da “profecia que se autorrealiza”. As comunidades desfavorecidas são muito sensíveis ao preconceito, intuem quando se questiona sua própria autoestima, sentem que sua cultura e sua experiência são desvalorizadas. Além disso, sentem que, definitivamente, são manipuladas porque não acreditam realmente nelas e em seu potencial de avanço.

Ingressam, então, em simulações de participação, mas sem se comprometer, ou se rebelam abertamente.

Em resumo, são criadas condições para que efetivamente não participem, e, depois, finalmente o ciclo se fechará quando os dirigentes das experiências atribuírem a culpa de seu fracasso à falta de participação.

### *É o poder*

Na excelente e rigorosa avaliação que Zander Navarro (2005) realizou da experiência de Porto Alegre, foi posta uma pergunta central: a experiência é transplantável a outras realidades? Sua resposta é:

O requisito prévio mais importante e decisivo que se deve levar em conta para empreender um processo participativo social é que as autoridades locais devem ter uma forte vontade política para compartilhar com seus eleitores uma proporção considerável de poder que detinham. No papel, esta disposição política parece lógica e muito atraente para aqueles que detêm o poder. No entanto, na prática é uma faceta rara da política. Em geral, não convencidos, aqueles que detêm o poder aceitam, quando muito, a participação consultiva e, na realidade, não compartilham o processo decisório.

Poder-se-ia pensar que quem compartilha o poder através da participação o perde em parte, enquanto aqueles que o retém têm mais poder. Paradoxalmente, as experiências da região têm demonstrado o contrário. Aqueles que compartilham conseguem que o poder total disponível para realizar mudanças importantes aumente, e o poder se torne sustentável. Em Porto Alegre, o Partido dos Trabalhadores (PT), que introduziu o Orçamento Participativo, ganhou várias eleições sucessivas, mas finalmente perdeu para uma Frente cuja proposta era aprofundar ainda mais a participação. Tarso Genro, um dos primeiros incentivadores do Orçamento Participativo, hoje é governador do estado do Rio Grande do Sul.

### A PARTICIPAÇÃO: BASE DA MUDANÇA

Para que se possa estimular a participação e superar as “muralhas”, como as mencionadas, deve haver um projeto transformador e uma liderança política orientada para a inclusão de todos.

Se o projeto, como foi nos anos 1990, é de suposta modernização, não importam os custos em termos de exclusão e dolarização; a participação será um estorvo. Esse projeto requer concentração do poder em mãos de poucos e restringe o acesso da grande maioria.

Se o projeto, como ocorre em muitos países, estimulado pelas reivindicações dos cidadãos, é de crescimento compartilhado, desenvolvimento sustentável e inclusão universal, a participação terá condições para seu desenvolvimento.

A participação é imprescindível, é um pilar fundamental para enfrentar os interesses dos que não querem mudanças transformadoras e tentam manter a história congelada porque fazem parte do 1% de beneficiados, sobre os quais os indignados do mundo se referem.

Algumas palavras de ordem que apareciam nos cartazes do 15 de outubro de 2011, quando se realizaram manifestações simultâneas dos 99% em 952 cidades de 82 países, aludiam claramente ao tema da participação.

Diziam: “Tomam decisões sobre nós, mas sem nós”; “Se não nos deixam sonhar, não lhe deixaremos dormir”; “Não somos contra o sistema, o sistema que é contra nós”.

A América Latina requer urgentemente “poderes reequilibradores” por ser a região mais desigual entre todas.

Hoje se abre uma perspectiva única para a participação. Os novos modelos em construção em países como a maioria dos que fazem parte da UNASUL, para seu aprofundamento e sustentabilidade, requerem o fortalecimento da participação. A cidadania é seu destino final e a única que lhes permitirá enfrentar os interesses do *status quo*.

A participação já não é mais, como naqueles casos orientados para beneficiar as cotas das elites, um penetra na festa, e sim um ator principal da história.

Mas, além disso, é necessário recolocar eticamente a luta pela participação.

Não se trata de uma concessão, e sim de um direito fundamental do ser humano que deveria ser respeitado em toda sociedade existente. Faz sua própria dignidade.

---

### **Máxima participação**

A polícia proibiu os manifestantes do Ocupa Wall Street de utilizar microfones. Quando o Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, foi visitá-los e começou a dissertar, os que estavam na primeira fila escutavam-no e repetia em voz alta suas palavras, e cada fila ia transmitindo à subseqüente até chegar à última.

O mesmo fizeram com a visita de Susan Sarandon e Michael Moore, e muitos outros famosos. Impossível maior participação.

### **Urgente**

“Uma participação maior da população não é mais uma vaga ideologia baseada nos bons desejos de uns poucos idealistas.

Transformou-se em um imperativo, em uma condição de sobrevivência.”

Informe Mundial sobre Desenvolvimento Humano do Pnud dedicado à participação

### **Orçamento Participativo**

“A experiência do Orçamento Participativo de Porto alegre transcende o processo de gestão pública. É um elemento de tomada de consciência e de despertar da cidadania. Compreendeu-se que não é suficiente fazer correções no orçamento. É necessário atrever-se a ir mais longe. É preciso incorporar suas reivindicações em lutas mais prolongadas para transformar profundamente as estruturas da sociedade.”

Tarso Genro, ministro da Educação e da Justiça do governo de Lula, atual governador do estado do Rio Grande do Sul.

---

## MULHERES, O MAIOR GRUPO DISCRIMINADO EM TODO O PLANETA

### NEM UMA MAIS

Assassinou sua companheira batendo-lhe com um martelo e esfaqueando-a com uma faca Tramontina. Os peritos constataram mais de 40 ferimentos. A Sala I do Tribunal de Apelação da Província de Buenos Aires decidiu diminuir um terço da pena (10/11/2011) porque, segundo sua opinião, a vítima havia assumido uma postura “quase provocativa” e, “se o sujeito agiu sob um estado de turbação emocional, é lógico que a responsabilidade diminua”. O promotor apelou: “Tenta-se colocar a vítima em um duvidoso papel, transformando-a em suspeita de haver provocado o ataque”.

No Peru, houve 135 feminicídios em 2009 e 56,3% das vítimas foram assassinadas em seu próprio lar; 48% dos assassinatos foram motivados por ciúme, e 19,4% porque a vítima não queria continuar o relacionamento; 12,8% das mulheres assassinadas haviam apresentado uma denúncia prévia de violência familiar contra seu assassino. Apenas metade obteve medidas de proteção que, com certeza, não foram eficazes.

Na Guatemala, houve 2.920 homicídios de mulheres nos últimos cinco anos e apenas 186 detenções – 94% dos casos ficaram impunes. Em El Salvador, 326, 262 e 314, entre 2003 e 2005. Em Honduras, subiram de 111 a 181 nesse período.

Na Colômbia, 6.603 mulheres foram assassinadas entre 2000 e 2008. Em 71,6% dos casos, o assassino foi o marido ou ex-marido.

No México, diante dos reiterados assassinatos em Ciudad Juarez, todos impunes, a Corte Interamericana de Justiça condenou o Estado mexicano por “negar o acesso à Justiça dos familiares das vítimas, por negligência na inves-

tigação e por não prevenir as mortes, apesar da existência de um padrão de violência de gênero”. Exigiu “que o Estado deve investigar os assassinatos das vítimas, destituir os funcionários que, em 2001 e nos anos seguintes, permitiram e realizaram as violações mencionadas, investigar as denúncias das famílias das vítimas que sofrem ameaças, assédio e perseguição, e dignificar a memória das vítimas”.

Os feminicídios são o extremo de um quadro de violência em alta escala que cobre de sombras a vida das mulheres.

De acordo com um relatório da Cepal, as formas de violência praticadas diariamente incluem agressões do parceiro, assédio e violência sexual, tráfico, violência institucional e violência discriminatória contra mulheres migrantes, indígenas e afrodescendentes.

Na região, 40% das mulheres sofrem violência física, e em alguns países cerca de 60% são vítimas de violência psicológica. A violência física vai desde espancamentos a agressões graves com ameaças de morte. A psicológica é praticada por insultos, humilhações, deboche, controle do tempo, da liberdade de movimentos e dos contatos sociais da mulher.

Em muitos dos países, existem leis de combate à violência contra a mulher, no entanto sua aplicação é frágil. A Cepal identifica, entre suas razões, “a impunidade no âmbito judicial, em que amiúde as vítimas não encontram nem a oportuna punição aos agressores, nem adequada proteção”.

No mundo, 603 milhões de mulheres, quase 19%, da população feminina vivem em países onde, segundo a ONU Mulheres – presidida por Michelle Bachelett (informe 7/2011) –, a violência doméstica não é um delito isolado; agregadas à violência há múltiplas discriminações jurídicas.

No Irã, o Código Penal prevê pena de morte a pedradas para mulheres adúlteras. Os homens podem se divorciar quando queiram e ainda recebem a custódia dos filhos. O testemunho de uma mulher na Justiça vale metade do que vale o de um homem. O homem pode proibir sua esposa de trabalhar fora de casa.

Na Arábia Saudita, as mulheres são juridicamente inferiores em quase todos os planos e, além disso, não podem dirigir. Várias delas estão presas atualmente por ter desafiado essa proibição.

Na Líbia, um dos novos líderes, Mustafá Abdelyalil, declarou que seriam revogadas as restrições à poligamia. Cada homem poderia ter quatro esposas. Diante dos protestos, voltou atrás dizendo que será mantida a lei que outorga à primeira esposa o direito de permitir ou não os demais matrimônios do marido.

Na Turquia, a Corte Suprema de Apelações provocou protestos públicos quando ratificou a decisão de um julgamento local de Mardim, que reduziu a

condenação de 26 homens (entre eles, políticos, professores e militares) que mantiveram relações sexuais pagas como uma menina de 13 anos. A corte alegou que “a menina deu seu consentimento para as relações e estava consciente de seus atos”. Nessa região, em 2010, houve 73 mortes por violência doméstica, e 113 mulheres se suicidaram por pressões familiares.

Diante desses crimes e das contínuas afrontas à moral mais elementar, da violação das leis quando elas existem e da impunidade, a ONU fez um campanha mundial em que exigia: “*Nem uma mais*”.

### HÁ AVANÇOS, MAS...

A violência é o ponto mais extremo de um contínuo de discriminações contra a mulher.

As longas lutas pela equidade de gênero têm produzido significativos avanços.

Entre eles, a igualdade de direitos jurídicos, a maior participação política, os avanços da mulher nos diversos níveis da educação e sua rápida e crescente incorporação à força de trabalho. Todas essas conquistas têm reestruturado sua situação pessoal e influenciado em sua posição na família e na sociedade.

Apesar disso, subsistem profundas diferenças, e muitíssimas mulheres ainda sofrem múltiplas formas de restrições em suas possibilidades existenciais básicas. Essas diferenças são provocadas pelos retrocessos advindos da degradação social agravada pela atual crise mundial, a vulnerabilidade frente a ela dos grupos mais frágeis (como as mulheres urbanas marginalizadas e as camponesas) e a sobrecarga adicional que significa a persistência da discriminação de gênero com forte base cultural e social.

As mulheres são particularmente atingidas pela pobreza, pela desigualdade e pela exclusão.

Assim, apesar dos avanços na medicina, as taxas de mortalidade materna no mundo em desenvolvimento são muito altas em consequência da falta de sistemas de proteção adequada. Segundo dados da ONU, 350 mil mães morrem anualmente na gravidez ou durante o parto, e mais de 98% dessas mortes ocorrem nos países em desenvolvimento.

O que está acontecendo com a condição da mulher, em geral, em termos de dados?

■ Apesar dos enormes progressos em educação, dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres.

■ A integração da mulher ao trabalho está se dando com fortes tendências a fazer parte de posições menores e a ter uma grande presença na economia informal. Quase metade das mulheres que trabalham em setores

diferentes da agricultura o fazem no setor informal em sete de dez países da América Latina e em quatro países asiáticos. Em dois dos países mais povoados do mundo, Índia e Indonésia, 90% das mulheres que trabalham fora da agricultura estão na economia informal.

■ A discriminação em matéria de salários ainda persiste. Em uma pesquisa com 83 países (ONU Mulher, 2011), é de 10% a 30%. Nos mercados de trabalho latino-americanos, as mulheres recebem consideravelmente menos que os homens. Enquanto na Suécia a relação de renda estimada entre homens e mulheres é de 0,81 e na Noruega 0,77, no México é 0,39 e no Chile 0,40.

■ Os avanços das mulheres em cargos executivos no mundo empresarial são limitados. Nos países desenvolvidos, raramente ultrapassam os 10% nos conselhos empresariais das principais empresas. Na América Latina, menos ainda.

■ Embora haja progressos, ainda é limitada a presença da mulher nos altos cargos políticos. São menos de 10% de ministras e chefes de Estado. Nenhum dos presidentes dos 28 bancos centrais da Europa é mulher. Representam apenas 11% dos parlamentares do mundo.

Na América Latina tem havido avanços na integração da mulher aos Parlamentos. A lei de cotas sancionada na Argentina tem sido pioneira a esse respeito, mas ainda falta muito para haver paridade. Apenas 20% dos parlamentares e 7% dos prefeitos são mulheres.

### MULHERES À BEIRA DE UM ATAQUE DE NERVOS

Alguns dos processos típicos da economia globalizada abriram oportunidades de integração da mulher ao mercado de trabalho, mas isso, ao mesmo tempo, significou cargas e sacrifícios desproporcionais para elas.

Nilufer Cagatay (Pnud) analisou os impactos da liberalização do comércio exterior sobre as mulheres. Mostra que, nos países desenvolvidos, a influência do aumento do percentual das exportações sobre o produto nacional bruto produz um aumento na participação da mulher nos empregos remunerados – entre outras, em atividades como as *maquiladoras*. Com isso ela integra o mercado de trabalho e melhora sua posição social.

No entanto, ressalta que as pesquisas indicam diversas limitações e custos por essas conquistas.

Em primeiro lugar, como se viu, a expansão do emprego feminino não implicou a diminuição das diferenças salariais entre homens e mulheres. Inclusive, os postos de trabalho conseguidos se mostraram inseguros e instáveis, porque essa expansão ocorreu justamente em um período, em geral, de perda da capacidade de negociação dos trabalhadores.

Em segundo lugar, enquanto um grupo de mulheres se incorpora à força de trabalho, outras (as menos qualificadas) perdem empregos e meios de subsistência.

Terceiro, a tendência pode ser revertida com a incorporação de avanços tecnológicos que substituem a mão de obra nas indústrias de exportação. Quarto lugar, a incorporação ao mercado de trabalho significa um aumento da carga de trabalho total da mulher, porque suas tarefas domésticas – não pagas – não são reduzidas.

Quinto, ainda que as mulheres se empoderem ao trabalhar, seu poder de negociação com as empresas continua sendo menor que o dos homens.

Em resumo, Cagatay conclui: “a expansão e a liberalização do comércio internacional têm efeitos contraditórios sobre o bem-estar das mulheres e as relações de gênero”.

Outra dimensão usual dos processos globalizadores, a implantação de políticas de ajuste, tem incidido com mais intensidade sobre as mulheres do que sobre os homens. Nos países em desenvolvimento, as reduções dos postos de trabalho, que são próprias dessas políticas, incidiram primeiramente nos setores menos qualificados e de menor capacidade de negociação, nos quais a concentração maior é de mulheres.

Mesmo em altas posições executivas e em países desenvolvidos, as mulheres pagam custos elevados por sua incorporação ao mundo do trabalho. Um tema essencial, a possibilidade de ter filhos e criá-los normalmente, é sacrificada em proporção significativa. Um estudo da General Accounting Office, dos Estados Unidos, constatou que é muito mais difícil para as mulheres do que para os homens equilibrar a família e a carreira. O estudo mostra que 60% das mulheres com cargos executivos das indústrias analisadas não têm filhos, enquanto entre os homens o percentual é de 40%. Outro estudo constatou que, entre os executivos da indústria de serviços financeiros, 88% dos homens tinham filhos em seus lares, e entre as mulheres esse percentual era de 58%.

Na América Latina há um problema adicional. Ainda é preponderante a visão “machista” de que as responsabilidades domésticas devem estar a cargo quase exclusivo da mulher. Desse modo, no México, elas dedicam à cozinha e à limpeza do lar 4,43 horas diárias, e ao cuidado com as crianças 1,1 horas diárias. Os homens, 0,30 e 0,20, respectivamente.

As mulheres estão se integrando ao mercado de trabalho e devem fazer um esforço sobre-humano para superar as discriminações e condições muito desfavoráveis. Continuam integralmente encarregadas de suas tarefas domésticas. Têm uma dupla e dura jornada.

## A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Tem crescido em diversos países da América Latina e em outra regiões o grupo denominado “Mães sozinhas chefes de família”. Em sua maioria, são mães pobres que ficaram sozinhas na condução do núcleo familiar pela deserção do cônjuge masculino – em geral provocada pela impossibilidade de continuar cumprindo seu papel de provedor principal da renda familiar.

Essas unidades familiares, em geral, são muito vulneráveis em termos econômicos e, em muitos casos, beiram a indigência.

A pobreza é um destruidor sistemático de famílias e atinge principalmente as mulheres. Esta não é apenas uma realidade latino-americana, mas internacional. Uma pesquisa de amplo alcance nos Estados Unidos (The Center for Disease, Control and Prevention), envolvendo 11 mil mulheres, concluiu:

o setor da população mais atingido pela pobreza, as mulheres negras, tinha menos taxas de casamento, maiores taxas de divórcio e menores taxas em relação a um novo casamento;

■ quando se analisavam as mulheres brancas que viviam em áreas pobres, as taxas desciam aos mesmos níveis daqueles encontrados entre as mulheres negras.

As pressões que a pobreza exerce sobre o relacionamento do casal são determinantes nesses desequilíbrios.

Outra causa importante de constituição de mulheres pobres chefes de família é a gravidez precoce. Esse tipo de família terá, de início, condições de grande vulnerabilidade. Também este fenômeno está claramente associado à pobreza e tem amplas dimensões na região.

O número de mulheres que tiveram filhos antes dos 20 anos é muito mais alto entre pobres do que entre não pobres em todos os países. No total, estima-se que, nos centros urbanos da região, 32% dos nascimentos dentre os 25% mais pobres da população são de mães adolescentes. Nas zonas rurais, a proporção é ainda maior: 40%. No total, 80% dos casos de gravidez de adolescentes na América Latina estão concentrados entre os 50% mais pobres da população, enquanto que nos 25% mais ricos são apenas 9% dos casos. Nas áreas rurais, os dados são 70% dos casos nos 50% mais pobres e 12% nos 25% mais ricos.

Uma variável central na gravidez de adolescentes é, segundo as correlações estatísticas, o nível de escolaridade.

Nos centros urbanos da América Latina, o percentual de mães adolescentes com menos de seis anos de escolarização é de 40%. O número de mães adolescentes vai caindo à medida que aumentam os anos de estudo. Entre as jovens com 10 a 12 anos de estudos, é de apenas 15%.

Funciona na realidade um círculo perverso. As jovens pobres têm menos escolaridade, isso gera condições propícias para a gravidez de adolescentes. Ao ter filhos e serem chefes de família muito vulneráveis, abandonam totalmente o sistema educacional. Os dados disponíveis indicam que as mães pobres adolescentes têm de 25% a 30% menos capital educacional do que as mães pobres que não tiveram gravidez na adolescência. Ao ter baixo nível de escolaridade, essas mães jovens com filhos terão poucas possibilidades de conseguir trabalho e rendas adequadas, e sua pobreza será agravada.

As mulheres pobres sofrem também intensamente o impacto da pobreza em temas vitais cruciais, como a saúde. A pobreza latino-americana tem como uma de suas expressões os altos déficits nutricionais. Estima-se que 17% das crianças da região padecem de desnutrição crônica.

É um dos fatores-chave nas elevadas taxas de mortalidade infantil. Com ele interagem outros fatores de escassez, como a falta de água potável, de instalações sanitárias e as condições gerais de pobreza.

As mulheres pobres têm na região um problema adicional muito sério em matéria de saúde: a ausência de atendimento apropriado durante a gravidez e o parto. Consequentemente, a taxa de mortalidade materna é muito elevada. Segundo a OPS, morrem por causas relacionadas 20 mil mulheres latino-americanas por ano. Além disso, muito mais mulheres da região sofrem efeitos de longo prazo sobre sua saúde vinculados a afecções adquiridas na gravidez.

## NADA DE TRIUNFALISMOS

A tão positiva incorporação da mulher aos estudos e ao mercado de trabalho em muitos casos tem se dado sob condições que colocam numerosas questões, e isso é muito intenso na América Latina.

No tocante à escolaridade, no caso das mulheres pobres da região, ainda que seja maior o ingresso na educação básica, a situação de pobreza incide nas altas taxas de repetência e evasão. Em resumo, as mulheres urbanas marginalizadas, as camponesas, as indígenas e negras têm escolarização reduzida e taxas de analfabetismo muito superiores às médias nacionais.

Nos estratos médios e altos, em que a mulher tem tido maior acesso à educação universitária, existem perguntas sobre a qualidade de seus avanços. Apresenta-se uma tendência definida em termos do tipo de carreiras que escolhem. Têm grande presença nas humanidades e ciências sociais, mas muito limitada em profissões estratégicas, como engenharia e as ciências naturais. Nesses campos há uma enorme diferença entre homens e mulheres.

Também no mercado de trabalho, há sérias questões em aberto. As mulheres, como já vimos, em geral têm se incorporado nos trabalhos menos qualificados ou na economia informal.

A mulher pobre, em geral, é trabalhadora informal ou operária em *maquiladoras* e, ao mesmo tempo, chefe de família; por conseguinte, leva uma vida cotidiana muito dura. As mulheres dos estratos médios continuam encarregadas da responsabilidade do cuidado da família e do funcionamento do lar, o que implica importante dedicação mesmo quando contam com ajuda doméstica; ao mesmo tempo, devem trabalhar intensivamente para demonstrar sua capacidade profissional e manter suas posições.

Como também já foi visto, a participação feminina na política, embora tenha crescido, ainda continua limitada.

Diante desse panorama, as atitudes “triumfalistas” em questões de gênero podem levar a resultados muito negativos. Necessita-se, ao contrário, redobrar a pressão social por políticas cada vez mais ativas de discriminação positiva. Apesar dos avanços conquistados, os indicadores de desenvolvimento humano das Nações Unidas demonstram que as mulheres continuam sendo o maior grupo discriminado de todo o planeta.

Uma agenda de trabalho destinada a enfrentar essa situação deveria, em primeiro lugar, continuar lutando para que o tema faça parte continuamente das grandes agendas de discussão econômica e social, em nível internacional e latino-americano. Deve-se reforçar e aprofundar na visão coletiva a ideia de que o tema é crucial não apenas para as mulheres, mas para a sociedade em seu conjunto.

Efetivamente, continuam aumentando as evidências que indicam que potencializar a mulher, superando discriminações, é uma fonte de benefícios excepcionais para a sociedade em seu conjunto. Entre outros aspectos, as mães são melhores administradoras de recursos escassos do que os homens.

Aumentar a educação das mulheres pobres tem um efeito direto sobre os indicadores de saúde, gerando, entre outros aspectos, um forte impacto sobre os percentuais de vacinação dos filhos.

Algumas indagações vão ainda mais longe. Nancy Folbre (1994) afirma que as mulheres têm maior tendência ao altruísmo e à cooperação. Uma pesquisa sobre o capital social em comunidades camponesas no Paraguai (Molinas, 1998) verificou, efetivamente, que as atitudes cooperativas ocorriam com mais frequência em grupos com alta participação feminina. E constatou que “a participação feminina efetiva nos comitês camponeses aumentava a performance desses comitês... e as possibilidades das comunidades camponesas de combater a pobreza”.

Estudos internacionais (Banco Mundial) mostram que uma “maior igualdade na participação de mulheres e homens está associada a empresas e governos mais transparentes e com melhor administração. Onde a influência das mulheres na vida pública é maior, o nível de corrupção é menor”.

É necessário enfrentar as discriminações de gênero aplicando vigorosas políticas públicas afirmativas em todos os planos básicos.

Na América Latina, isso significa coisas muito concretas.

Em matéria de saúde, deve-se proporcionar pleno acesso à prevenção e atenção médica apropriada às mulheres pobres, que são mais da metade do total. É inadmissível, ética e socioeconomicamente, que os progressos na medicina que têm reduzido ao mínimo a mortalidade materna e a mortalidade infantil (e que implica, em muitos casos, tecnologias de fácil aplicação) estejam fora do alcance de muitíssimas mulheres pobres da região.

No campo da educação, é preciso implementar um amplo leque de políticas para romper com a marginalização das mulheres pobres. Nos centros urbanos, as meninas pobres devem ser especialmente apoiadas para que possam concluir sua escolarização.

São necessários programas que ataquem as carências básicas dos lares que provocam o abandono da escola e, além disso, a criação de incentivos positivos para que as famílias apoiem a escolarização das meninas. Um exemplo exitoso são os programas de *Asignación Universal por Hijo*, da Argentina, e o Bolsa Escola, do Brasil, em que as famílias recebem um subsídio do Estado condicionado à matrícula e permanência das crianças na escola.

Por outro lado, deveriam ser fortalecidas as estratégias para atender às numerosas jovens e mulheres pobres que não terminaram o ensino primário. Teriam que ser estimulados programas pensados para mulheres que trabalham por longas jornadas. Experiências como as da Fundação Fé e Alegria, que permite às mulheres com essas características completar seus estudos formais pelo rádio, indicam, com seus excelentes resultados, caminhos promissores. Deveria ser dada uma atenção especial ao caso das mães adolescentes com programas inovadores, a partir de suas realidades, que possam ajudá-las a completar os ciclos educacionais dos quais frequentemente se evadem.

A luta pela educação da mulher camponesa deve ser intensificada ainda mais. Sua presença na escola continua tendo enormes disparidades em relação aos homens. As ações a serem implementadas devem questionar diretamente os preconceitos culturais que incidem sobre isso e multiplicar as oportunidades educacionais para essas mulheres. Um campo especial são as mulheres indígenas. Devem ser criados programas educacionais adaptados às suas características, que, com pleno respeito a sua cultura e seu idioma, permitam melhorar suas possibilidades reais de acesso à educação.

Deve haver políticas muito mais consistentes e incisivas do que as que temos atualmente em matéria de proteção à família. Isso pode melhorar substancialmente a situação concreta da mulher e permitir sua incorporação à edu-

cação e ao trabalho em condições muito mais dignas. Os apoios públicos em setores como creches, ampliação de oportunidades de pré-escola, ajuda no cuidado de pessoas idosas e outros podem ser de utilidade prática.

Em relação ao mercado de trabalho, é necessário que as atuais situações de discriminação venham à tona e sejam colocadas na mesa de discussão, para que isso possa ajudar a gerar políticas que lhes dê respostas eficazes.

Quando se possibilita às mulheres em geral, e às mulheres pobres em particular, oportunidades produtivas reais, os resultados para elas e para a sociedade em seu conjunto são muito concretos. Isso é muito bem ilustrado, entre outras, pela inovadora experiência do Grameen Bank, a instituição mais reconhecida do mundo em microcrédito. Muhammad Yunus (seu inspirador) e sua equipe decidiram emprestar pequenas somas a mulheres camponesas pobres de Bangladesh. O banco tem hoje 8 milhões de mutuários, dos quais 94% são mulheres.

Os resultados são muito impressionantes, e numerosos países do mundo têm pedido a assessoria do Grammen Bank para montar experiências similares. Os mutuários têm melhorado suas vidas, e metade deles superou a linha da pobreza. A taxa de recuperação dos empréstimos a esses clientes – em geral mulheres camponesas pobres – tem sido maior de 98%.

Outra área de ação é que se dê pleno reconhecimento ao trabalho doméstico da mulher, contribuição que não aparece nas estatísticas econômicas como se não tivesse nenhum valor.

Outras políticas públicas afirmativas devem ser dirigidas ao crucial campo da participação política. É fundamental pela contribuição que a mulher pode dar, e sua voz deve ser escutada em toda plenitude. Deve-se buscar ampliar ativamente os limitados progressos alcançados.

Junto a todas as políticas anteriores e muitas outras que se podem agregar, deve continuar a ação coletiva para realizar mudanças de fundo nos comportamentos culturais e nas mensagens educativas, em que há fortes conteúdos preconceituosos enraizados em séculos de discriminação contra a mulher. Destacam-se, entre eles, os currículos de educação básica, que em muitos casos ignoram o problema da mulher e reproduzem os mesmos estereótipos tradicionais sobre seu papel na sociedade e suas supostas limitações.

Superar a questão de gênero será decisivo para conseguir um desenvolvimento econômico humanista e em bases firmes. Ao mesmo tempo, não se trata apenas de um melhor funcionamento da economia, mas de um assunto ético vital. Os atrasos e sofrimentos que boa parte da população feminina mundial e a maioria das mulheres da América Latina estão padecendo pela pobreza e pela exclusão, reforçadas por sua condição de gênero, são moralmente intoleráveis e já duram demais.

---

### **Um problema de todos**

“A desigualdade baseada no gênero pode prejudicar consideravelmente o desempenho global em numerosas e diversas áreas, afetando variáveis demográficas, médicas, econômicas e sociais. O fortalecimento das capacidades das mulheres e sua consequente habilitação graças à escolaridade, às oportunidades de emprego e outras têm efeito de longo alcance na vida de todos os envolvidos, homens, mulheres e crianças.”

Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia

### **As mulheres que “não fazem nada”**

Com muita frequência, desqualifica-se o trabalho doméstico das mulheres, designando-o como “não fazer nada”.

O reconhecido urbanista e pensador Manuel Castells declarou: “Se as mulheres que ‘não fazem nada’ deixassem de fazer ‘apenas isso’, toda estrutura urbana, assim como a conhecemos, seria incapaz de manter suas funções”.

### **Os líderes**

No informe sobre igualdade de gênero elaborado pelo Fórum Econômico Mundial 2011, os quatro primeiros países do mundo são os escandinavos: Islândia, Noruega, Finlândia e Suécia. Neles, a diferença entre os sexos foi reduzida em mais de 80%.

---



## O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM A EDUCAÇÃO: UMA QUESTÃO-CHAVE

### SE TUDO ANDA BEM, POR QUE AS COISAS ESTÃO TÃO MAL?

O Chile é o número um da América Latina na prova de Pisa, que mede o rendimento educacional de jovens de 15 anos em matemática, compreensão de leitura e ciências. Mas será que a prova de Pisa consegue saber a real situação dos países em educação, o grande tema do século XXI?

Se for pela situação do Chile, certamente não. Os estudantes chilenos estão promovendo o maior protesto feito em décadas em relação ao sistema educativo da região.

Com precedentes na Revolta dos Pinguins, dos estudantes secundaristas em 2006, o atual protesto massivo foi mais longe.

Iniciado em maio de 2011, concentrou todas as organizações secundaristas e universitárias e professores, e ficou por 17 meses enfrentando, nas ruas a repressão e, na mídia, as desqualificações da elite no poder.

Segundo as pesquisas, mais de 80% da população se identificou com as reivindicações, e, em alguma de suas marchas, participaram quase 1 milhão de pessoas.

O que acontece com os estudantes chilenos? Por que reclamam?

Nada menos do que contra a desigualdade na educação, um problema de ordem maior que afeta a grande maioria dos países na América Latina e que está no núcleo duro das causas pelas quais a região é a mais desigual de todo o globo.

O ditador tinha as coisas claras: um dia antes de deixar o governo, Pinochet ditou a Lei Orgânica Constitucional de Ensino.

A lei impulsionou a privatização, entregando ao mercado boa parte do sistema educacional. Assentou as bases para a entrega à educação privada de

fundos substanciais do Estado, sem uma maior fiscalização. Municipalizou, deixando os níveis de qualidade entregues à maior capacidade econômica de cada município. Tarifou a educação universitária, com custos que significavam que um estudante devia se endividar por 20 anos para pagar uma carreira.

Segmentou socialmente, criando diversos circuitos de educação, reforçando assim todas as desigualdades.

A BBC descreveu os protestos dizendo que a “ira estudantil” se deve à “percepção de que o sistema educativo do Chile é grosseiramente desigual. Ele dá acesso, aos estudantes ricos, a uma das melhores educações possíveis na América Latina, enquanto lança os estudantes pobres em degradadas e subfinanciadas escolas públicas”.

A situação criada levou a classe média a fugir das escolas públicas. A matrícula na escola pública secundária baixou de 63% da população escolar, em 1986, para 43% em 2008.

A maioria das universidades hoje é privada. Não se construíram novas universidades públicas desde o fim da ditadura.

Os que concluem o ensino secundário nas escolas pobres competem em desvantagem nos vestibulares das universidades; além disso, como são pagas, não podem financiá-las.

Como afirma Daniela Trucco (Cepal, 2011), “Em vez de a oferta educativa cumprir a promessa e a expectativa de reverter as desigualdades sociais de origem, o que ela está fazendo é reproduzir-las”.

### NÃO SABEM O QUE QUEREM?

Como enfrentar os argumentos dos indignados espanhóis ou dos que ocupam Wall Street? Como contestar o lema de que somos 99%, e há 1% que concentra a maior parte do patrimônio mundial, respaldado por números que têm tido tanta repercussão?

À falta de respostas, os setores que não desejam mudança alguma no status quo têm apelado à desqualificação. Os argumentos podem ir desde “são confusos”, “querem muitas coisas diferentes”, “definitivamente não sabem o que querem”, até que “são cabeludos”, “não tomam banho”, “são barulhentos” e coisas parecidas.

A questão é deslocar a agenda principal de discussão por outra secundária que a encubra e a abandone. Isso é muito difícil de fazer no caso dos protestos estudantis chilenos. Além de utilizarem inovações muito criativas e suscitarem uma grande simpatia na sociedade, suas reivindicações são muito específicas e concretas. Se, claramente, acatassem as suas reclamações sobre a desigualdade na educação, haveria substanciais melhorias.

Entre elas:

- aumento do orçamento para educação, que é atualmente de apenas 4,4% do PIB, 60% dos 7% recomendados pela ONU;
- educação pública gratuita em todos os níveis;
- substituição do sistema atual de educação primária e secundária a cargo dos municípios, que produz desigualdades, por um sistema governamental central;
- subsídios apenas à educação sem fins lucrativos, não como são atualmente, com escolas que se comportam como empresas privadas;
- maior apoio orçamentário para as universidades públicas, que atualmente financiam suas atividades principalmente através das matrículas pagas;
- criação de uma “universidade intercultural”, que permita corresponder às demandas dos estudantes mapuches;
- supressão das leis que proíbem a participação dos estudantes na administração das universidades;
- melhores remunerações para os professores e um plano nacional para atrair os melhores talentos para a profissão, elevando seu status social.

A luta dos estudantes chilenos está apontando um problema que é um pilar das grandes desigualdades que se apresentam em toda América Latina.

Houve avanços muito importantes no ingresso à escola primária e na alfabetização, mas há ainda graves desigualdades que se refletem nitidamente nos indicadores de evasão escolar, nos anos de escolaridade e na desigual qualidade de educação que recebem os diversos estratos sociais.

## OS POBRES NÃO TERMINAM A ESCOLA SECUNDÁRIA

Hoje, 95% das crianças iniciam a escola primária. Mas 14% não a terminam. Elas pertencem quase integralmente aos 20% mais pobres da população.

Em alguns países com menor orçamento educativo, o problema é ainda mais grave. Desse modo, na República Dominicana, não terminam a escola primária 26% das meninas e 36% dos meninos. Isto levou a que um terço da população dominicana entre 15 e 49 anos não tenha concluído a escola primária.

Sem o primário completo, não há futuro empregatício algum.

A deserção na escola secundária ainda é muito mais ampla. Segundo a Cepal (2010), 51% dos homens e 49% das mulheres não a completa.

Dos 20% mais pobres, 66% não terminam o ensino secundário.

Tanto o setor público como as empresas privadas pedem atualmente certificado de conclusão do secundário inclusive para trabalhos manuais. Os que não terminam a escola secundária, portanto, não possuem “empregabilidade”.

Os estudos da Cepal dizem que, mesmo com o curso secundário completo, não há garantia de conseguir emprego. Os números mostram que, aqueles que não têm 12 anos de escolaridade – o necessário para finalizá-la –, estão virtualmente condenados a ser pobres.

Os 40% dos matriculados nas escolas da região alcançam somente nove anos de escolaridade, o que se considera internacionalmente como uma situação de “indigência educativa”.

Em um país como o México, 12ª economia do planeta em produto bruto, somente 40% dos jovens terminam o nível médio. Na Colômbia, apenas 31,3%.

A desigualdade funciona *a todo vapor* na evasão escolar. Entre os 20% mais ricos da população, finalizam o ensino secundário 86% das mulheres e 81% dos homens. Entre os 20% mais pobres, os números são radicalmente menores. Apenas a terminam 26% das mulheres e 23% dos homens.

Há uma transmissão intergeracional desses números. Entre os jovens cujos pais não terminaram o primário, apenas três em cada dez concluem o ensino secundário. Entre aqueles cujos pais são universitários graduados, conseguem terminar nove em dez.

Os fatores que levam os pobres à evasão são muito concretos. Entre eles, 16% das crianças da região padecem de desnutrição crônica, por isso não podem render na escola; 11% dos menores de 14 anos trabalham – “escravidão infantil”, como define a OIT –, o que leva à deserção. A pobreza tensiona e destrói as famílias. A desestruturação familiar incide gravemente sobre a deserção, a repetência e o rendimento.

Outro fator muito visível é a habitação: 120 milhões de latino-americanos vivem em favelas (bairros miseráveis, cortiços). Onde vão estudar e fazer seus deveres? Em suas casas há superlotação. Quando chove, inundam. Não há as condições básicas para estudar.

## EDUCAÇÃO POBRE PARA POBRES

O problema não é apenas estar na escola, mas com que conhecimento se sai dela.

Isso será muito diferente segundo fatores como o número de horas em classe anuais efetivas, a preparação, as motivações, capacitações e o tempo de dedicação dos professores.

Também influenciarão os recursos para a aprendizagem, a infraestrutura da escola, seu equipamento em bibliotecas e informática.

Tudo isso varia profundamente em boa parte da região, criando circuitos de qualidade diferenciados, como os que foram denunciados pelos estudantes chilenos.

Como consequência do exposto, o que aprendem os alunos varia totalmente segundo concorram a uma escola privada, a uma pública urbana ou a uma rural.

As diferenças entre os países e dentro dos diversos estratos sociais são muito significativas.

Uma análise da Unesco-IPIE e OEI (2010) relatou que seus conhecimentos de uma disciplina básica como matemática são muito diferentes. O estudo mediu a capacidade de crianças do terceiro ano do primário de resolver problemas que não se solucionam com métodos rotineiros e requerem interpretação.

Em uma série de países, menos de 40% das crianças responderam bem. Foram apenas 19% na República Dominicana, 33% na Guatemala, 33% na Nicarágua, 34% no Panamá, 34% no Peru, 37% em El Salvador, 39% na Colômbia.

A porcentagem oscilou entre 40 e 56% na Argentina, Chile, Uruguai, Costa Rica e México. Os déficits que se têm no primário vão se acentuando ao longo dos anos e estimulam a repetição e a deserção. Como consequência, as capacidades proporcionais de resposta baixam totalmente nos setores pobres, que recebem uma educação muito mais limitada.

Assim, no Peru, os números oficiais sobre alunos do segundo ano do primário dizem que:

- na escola pública, apenas 11,7% alcançam a expectativa prevista em matemática. Na escola privada, os números também são baixos, mas quase dobram: 20,9%;

- nas escolas rurais, que são em sua maioria estatais, o nível baixa muito mais. Apenas 5,8% chegam aos objetivos previstos em matemática.

O mesmo que ocorre em matemática também acontece em compreensão de leitura. Nas escolas públicas primárias, no segundo ano, apenas 25,8% dos estudantes obtêm os resultados esperados. Nas escolas privadas, o número duplica.

A diferença de desempenho entre as populações urbanas e rurais nesse mesmo quesito foi de 27,9%.

O Peru é um país com uma grande população rural pobre. Com esses resultados tão precários em educação nas áreas rurais, naquele país – e em outros com baixa escolaridade rural, entre eles Guatemala e Honduras – vêm se consolidando “círculos viciosos de reprodução da pobreza”.

## OS FALSOS DILEMAS

Por que na América Latina há tantas dificuldades para se avançar na igualdade e qualidade da educação? É possível analisar o tema contextualizando-o, e então se verá que a escola já recebe uma população totalmente

desigual; e que, se por sua vez oferece alternativas que acentuam as desigualdades originais, os resultados não podem ser muito diferentes. Analisando desse modo, pode-se concluir que é necessário enfrentar a fundo as causas últimas das desigualdades neste contexto e, portanto, rever todo o modelo socioeconômico. Além disso, é imprescindível democratizar as oportunidades reais para que todos estudem (e a um bom nível).

Mas outra possibilidade, muito comum, é evitar olímpicamente a discussão de fundo sobre o modelo e se concentrar em supostos dilemas.

Entre os mais usuais se encontram:

**a) *Há dinheiro, mas é mal gasto***

Eles dizem, alegremente, que os orçamentos são significativos, mas muito mal gastos.

Sem dúvida, a gestão em educação, como em todo o setor público, deve ser melhorada. Mas as atribuições orçamentárias estão muito longe das necessárias.

A América Latina gasta em educação apenas 4,2% do PIB; os países desenvolvidos, 5,3%; os países exemplares nesse assunto, mais de 6%.

A Finlândia – um dos líderes mundiais em rendimento educacional – gasta em educação primária 5.373 dólares por aluno; a França, 5.224. Em contrapartida, no México são apenas 1.604; na Colômbia 1.257; no Peru, 446.

Argumenta-se que se gasta mal porque a maior parte dos gastos está concentrada nos salários e despesas administrativas imprescindíveis, mas como seria diferente se os recursos são muito menos do que o necessário?

A falta de recursos é extrema em muitas escolas. Segundo Serce-Unesco (2008), 20% das escolas não têm água potável, 33% não possuem banheiros suficientes, 26% não têm bibliotecas, 52% não têm sala de computação.

Os países que têm enfrentado essa situação com coragem conseguiram obter bons resultados. Na Costa Rica, por exemplo, a educação é realmente um projeto nacional desde a dissolução das forças, em 1948. Modificou sua Constituição em 1997 a fim de incluir uma cláusula que garantisse que o gasto em educação nunca seria menor do que 6% do PIB.

Os economistas ortodoxos locais se horrorizaram. Alegaram que se iriam “amarrar” as mãos dos ministros de Economia, criando parcelas fixas no orçamento.

Rebeca Grynspan – conhecida lutadora e prestigiada economista, então vice-presidente do país (hoje administradora associada do Pnud) – respondeu: “esta é justamente a ideia... a educação é muito importante para todos para que possa ficar apenas refém do que decida o ministro da Economia do momento”.

Um ministro da Economia de um governo posterior acreditou que havia encontrado uma maneira de esquivar-se da incômoda disposição constitucional. Mudou o método de medir o PIB, baixando-o. Foi processado pelo Ministério Público por se contrapor à Constituição.

Na Argentina, durante o governo Néstor Kirchner, por iniciativa presidencial, o Congresso sancionou a Lei de Financiamento Educativo, que obrigou o Estado a dedicar à educação 6% do PIB.

O governo de Cristina Kirchner levou o investimento em educação, em 2011, a 6,47% do PIB, o maior valor da região.

No Uruguai, o Plano Ceibal universalizou o acesso à era digital para toda a população escolar. O país está recebendo pedidos de numerosas nações para apoiá-las tecnicamente na reprodução desse programa.

No Brasil, os governos de Lula e Dilma fortaleceram o investimento em educação e tomaram como uma de suas prioridades praticar a discriminação positiva em favor da população afro-brasileira, tradicionalmente marginalizada do sistema educativo.

### ***b) As universidades levam o dinheiro***

Durante anos, os organismos financeiros internacionais alegaram que a educação era muito importante, mas os governos, para receber empréstimos para educação, deveriam utilizar os recursos principalmente na escola primária e secundária, e não nas universidades. E fizeram uma forte pressão para que o ensino universitário fosse tarifado.

Ainda existindo em grande parte da região uma ampla oferta de universidades públicas gratuitas, herdadas da grande reforma universitária que se iniciou em Córdoba em 1918, estima-se que apenas um em cada cem jovens pobres termina a universidade.

O que haveria se sucedido se tivessem cedido à pressão, se tivessem tarifado e avançado nas privatizações?

Vastos setores da pequena classe média não teriam condições de acessá-las.

É parte da reclamação no Chile.

Toda contradição “gasto em universidade *versus* gasto em escolas primárias e secundária” é, no fundo, falsa.

A real oposição não é entre ambos, mas em “investimento em educação *versus* outros gastos muito mais prescindíveis”, como armamento ou a criação de outras fontes de ingresso.

Existem possibilidades de financiamento diferentes para não reduzir o montante de recursos destinados à educação sem que seja necessário baixar o

orçamento universitário, mas isso requer mudar as muito enraizadas correlações de poder.

Entre elas, baixar a evasão fiscal, combater a corrupção a fundo, aumentar os impostos aos mais ricos e tributar o consumo de luxo.

### *c) O inimigo são os professores*

Cada vez mais chovem diatribes sobre os professores, especialmente sua ideia de ter sindicatos para defender seus direitos.

Assim, por exemplo, Zepeda e Lacki (2011) dizem que “apresentam suas reivindicações de interesse sindical como se estes fossem requisitos imprescindíveis para que os docentes possam corrigir suas ineficiências e melhorar a qualidade da educação”.

A situação dos professores é muito singular em grande parte da região. Enquanto nas economias desenvolvidas se trata de uma profissão muito estimulada por toda a sociedade, que recebe remunerações maiores que a média de dedicação em tempo integral, com amplas possibilidades de capacitação e desenvolvimento, na América Latina as coisas são muito diferentes.

Os salários são inferiores à média salarial, uma alta porcentagem tem que ter outro trabalho para poder viver, não há possibilidades de desenvolvimento nem formação; é uma profissão vista como de “perdedores”.

Dos professores do sexto grau, 36% têm outro trabalho para se sustentar.

O que esperar nessas condições?

Que não tenham sindicatos, conflitos, greves e protestos?

O argumento fica muito distante de toda realidade quando se coloca que deveríamos seguir o exemplo dos que encabeçam os quadros de rendimento educativo.

Por exemplo, os mesmos Zepeda e Lacki dizem que “na Coreia do Sul só podem se candidatar às escolas formadoras de professores os 5% melhores alunos da escola secundária; na Finlândia os 10%; e em Singapura os 30%”.

Isso não acontece magicamente. A docência é, nesses lugares, uma verdadeira carreira, bem remunerada, incentivada, e por isso interessa às melhores médias. Os sindicatos devem trabalhar para a melhoria da escola, cumprir seu papel.

### **O QUE FAZER NA EDUCAÇÃO?**

Não é um tema a mais. É crucial. O futuro das pessoas, das famílias e dos países tem a ver cada vez mais com seus níveis de educação, num século baseado totalmente no conhecimento. Percebem-se as restrições concretas que a desigualdade impõe aos sistemas educativos da região: supe-

rá-las demandará colocá-las em foco e desenhar estratégias necessárias à sua natureza.

É muito importante continuar com a política de extensão do acesso ao ensino, pois, mesmo com ela, grandes grupos da população pobre se encontram fora da escola primária. Mas, como se tem visto, isso não basta. Deve haver uma vigorosa política de elevação da qualidade. A grande maioria dos estudantes passa pela escola pública com debilidades significativas. É imprescindível fortalecê-la ativamente.

Isso implica recursos adequados e ações concretas nas áreas da profissão de docente, revisão curricular, materiais de trabalho e infraestrutura.

A situação dos professores é um eixo básico da questão. É necessária uma profissão docente hierarquizada socialmente, remunerada apropriadamente e que construa uma alternativa atrativa de trabalho para as novas gerações, oferecendo-lhes possibilidades de progresso e crescimento profissional.

Nas sociedades que aparecem nos primeiros lugares da prova de Pisa, estas têm sido as estratégias principais empregadas para obter esse resultado.

A realidade exige, conseqüentemente, que sejam traçadas vigorosas políticas de melhoramento da equidade em educação, e que elas sejam o núcleo das políticas educativas gerais. Em sociedades como as latino-americanas, com vastos setores da população vivendo na pobreza e na miséria, a educação pode ser uma poderosa força de mudança social e devolução da dignidade e esperança aos pobres, ou, ao contrário, se persistirem as graves desigualdades que a caracterizam hoje, pode ser um reforço permanente dos círculos perversos que conduzem à exclusão social e a colocam em uma situação crítica.

A educação é uma causa coletiva. Deveriam haver pactos nacionais dos principais atores sociais para se cumprir toda a agenda proposta.

## CUIDADO

Normalmente, o debate em educação cai em um erro grave.

Enfatiza-se seu papel apenas como meio, como recurso econômico macro na competitividade, como meio para alcançar posições no trabalho.

É tudo isso, mas é, além disso, um fim em si mesmo. É a via pela qual os seres humanos desenvolvem realmente suas potencialidades éticas, espirituais e solidárias, e se realizam.

O teste de Pisa tem uma grave limitação. Faz uma medição do que é útil: compreensão de leitura, conhecimento de matemática, de ciências. Mas é fundamental saber se o tipo de educação proporcionada está preparando ou não pessoas conscientes, com valores morais sólidos, com sentido e justiça,

com atitude solidária, com capacidade de desfrutar do convívio familiar, das amizades e do amor; com valores pessoais, relacionais e coletivos.

Nos *master* em Administração – uma das pós-graduações mais procuradas do planeta – e nas escolas de economia ortodoxa, em geral, prepara-se o aluno muito bem tecnicamente. É educação de primeira em termos instrumentais.

Porém, formam muito mal naquilo que é mais importante: a utilização desses conhecimentos em favor de todos, em um marco de responsabilidade e de consistência ética. Em medidores do tipo Pisa são ótimos, mas, se fossem medidos pelo mais importante, o ético, não passavam pelos testes mais elementares.

Após a queda descomunal (60 bilhões de dólares) e fraudulenta da Enron, a sétima empresa dos Estados Unidos, e das pesadas penas impostas aos 30 executivos formados nos melhores MBA, mas que prejudicaram milhões de pessoas, um curioso perguntou: “Vocês creem que esses superexecutivos não conheciam os Dez Mandamentos?” Respondera: “É claro que conheciam, mas pensaram que eram dez sugestões”.

A ética, a busca da justiça, da integridade, da coerência não devem ser meras sugestões, notas de pé de página na educação, mas o seu núcleo.

É urgente que estejam no centro de todos os sistemas educativos o quanto antes.

---

### **“Queremos UBA”**

Nos cartazes das manifestações dos estudantes chilenos se destacava um que dizia “Queremos Universidade de Buenos Aires” (UBA). Estavam exigindo uma universidade gratuita, aberta ao povo, de boa qualidade.

### **Urgente**

“A desigualdade de oportunidades na educação é um fator de acréscimo da pobreza, da fome e da mortalidade infantil, e declina as perspectivas de crescimento econômico. Por isso os governos devem atuar com um maior sentido de urgência.”

Unesco

### **Não pode ser**

“No Peru, apenas 30% dos alunos de primeiro grau e 50% dos alunos de segundo grau podem ler passagens simples de um livro de texto do primeiro grau. Na Guatemala e República Dominicana, é muito escasso o nível de domínio de leitura de metade ou mais dos alunos de terceiro ano do ensino primário. O Peru gasta em educação apenas 2,7% do PIB; Guatemala, 3,2%;

República Dominicana, 2,5%. As elites com mais peso não aceitam, nesses e em outros países, dedicar recursos significativos à educação de seus povos.” Informe Serce-Unesco, 2002-2008

### **Cantos do Chile**

Em seus protestos multitudinários, os estudantes chilenos gritavam: “Um povo educado jamais será explorado”.

---



## O APARTHEID CLIMÁTICO

### NÃO ESTAMOS TODOS JUNTOS NA MUDANÇA CLIMÁTICA

La Oroya é um povoado andino do Peru. Encabeça uma tabela muito perigosa. É um dos dez lugares mais tóxicos do planeta. Viver ali é um perigo.

Era um idílico e tranquilo povoado indígena. Instalou-se ali uma empresa internacional de fundição de chumbo. Infringiu todas as disposições ambientais por conta de uma administração pública fraca que não fiscalizou para que fossem cumpridas.

Nesse povoado, 95% das crianças menores de 6 anos apresentam contaminação do sangue por chumbo tóxico. Sua saúde está comprometida.

Rosa Amaro, líder de um grupo de ambientalistas do lugar, declarou ao *The New York Times* que denunciou esse inadmissível “escândalo ético”: “Não posso entender por que estamos expostos aos riscos de um investimento norte-americano, mas não temos as proteções ambientais que os cidadãos dos Estados Unidos têm”. É a dupla moral de algumas transnacionais. Em seu país de origem respeitam a legislação, temendo o risco de serem denunciadas. Em La Oroya, não se importam.

Para o cúmulo, a fundição é de propriedade de um bilionário – um membro do 1% denunciado pelos Ocupa Wall Street – que tem uma das maiores mansões do país, com 66 mil metros quadrados.

Para ele, todo o verde do mundo; para as crianças de seu investimento em La Oroya, chumbo.

Os mais frágeis são os mais atingidos pelas agressões ao meio ambiente.

A British Petroleum (BP) provocou um dos maiores vazamentos de petróleo da história no Golfo do México.

Entre outros danos, 11 trabalhadores morreram na explosão. Além disso, houve a destruição de parte da vida marinha, milhares de humildes pescadores ficaram sem trabalho, e os danos ecológicos foram incalculáveis.

Acidente casual? Com certeza, não. Segundo a comissão presidencial designada por Obama para investigar o fato, foi resultado de cálculos muito mesquinhos de economia de custos para aumentar os lucros, jogo com o risco alheio e falhas sistemáticas nos organismos reguladores, em parte cooptados por aqueles a quem devia fiscalizar.

O ex-senador Bob Graham, copresidente da comissão, afirmou: “O desastre não teria acontecido se as empresas envolvidas houvessem se guiado por um compromisso irrecusável de colocar a segurança em primeiro plano”.

Outro copresidente da comissão, William Reilly, declarou: “O vazamento de petróleo é resultado de uma série de decisões aberrantes feitas por uma empresa sem controle”, reflete uma indústria com tendência ao risco.

Empresas sem escrúpulos como a poluidora de La Oroya, ou algumas das grandes empresas petrolíferas, estão mostrando o que os desastres ambientais podem significar para os mais pobres.

O processo geral de aquecimento global e a mudança climática tem incidência sobre todo o planeta. Prejudica a todos, mas seu efeito sobre os pobres é muito mais grave.

Assim, as estimativas sobre os prejuízos que o aquecimento global poderá causar no abastecimento de água mostram claramente quem serão as principais vítimas.

Segundo os novos informes do Painel sobre Mudanças Climáticas da ONU, integrado por 2 mil cientistas de 113 países, que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2002, a escassez de água pode estar afetando 250 milhões de pessoas na África, e a produção agrícola em certas áreas pode cair em 50%.

Na Ásia, a falta de água potável pode atingir 1 bilhão de pessoas no ano 2050.

Com razão afirma Mendelshon (Yale University), “a ideia original era que estamos todos juntos nisso e essa é uma ideia mais fácil para vender, mas a investigação, não avaliza isso – não estamos todos juntos”.

## O QUE ESTÁ ACONTECENDO?

O aquecimento global, que tem efeitos nefastos sobre o ecossistema, está diretamente ligado às emissões de gases de efeito estufa, e se estima que 90% do fenômeno é resultado da ação humana.

O percentual de dióxido de carbono na atmosfera foi, durante 10 mil anos, de 280 partes por milhão; subiu, em 1980, a 339; nos últimos anos, a 380, e continua aumentando.

O ingresso maciço de dióxido de carbono na atmosfera e de outros gases de efeito estufa produzidos pelas indústrias poluidoras impede a refração no espaço dos raios infravermelhos, e isso aquece o planeta.

Nos últimos 20 anos, a concentração atmosférica desses gases tem aumentado a valores sem precedentes de 1,5 parte por ano. Os anos de 2010 e 2011 foram os mais quentes desde 1880, quando se começou a medir a temperatura do globo terrestre.

Dez dos onze anos com temperaturas mais altas registradas ocorreram desde o início de 2001.

Segundo a Organização Meteorológica Mundial, a década de 2000 teve 0,46 graus a mais de temperatura que a média do período 1961-1990. Em vários países, os registros foram recordes. Em Moscou, por exemplo, em 2010 a temperatura esteve 7,6 graus acima da média; durante 33 dias seguidos, foi mais alta que 30 graus. Estima-se que a onda de calor causou 11 mil mortes.

Em Mohenjo Daro (Paquistão), chegou-se a 53,5 graus em 26 de maio de 2010, a mais alta na Ásia desde 1941. O Norte da África e a Península Arábica também tiveram recordes, como os 50,4 graus de Doha (Qatar) e os 47,4 graus em Taoudante (Marrocos).

O verão de 2011 nos Estados Unidos foi o mais quente em 75 anos. A temperatura média foi 2,4° C maior que a média de 1901 a 2000. O aumento das temperaturas produz ao derretimento das geleiras e provoca a elevação de 3 milímetros ao ano no nível do mar – o dobro que que ocorria no século XX.

O Prêmio Pulitzer Nicholas Krisfof destaca que, no Everest, as geleiras perderam o equivalente de 35 a 40 andares de altura. No Himalaia, estão perdendo 8 metros de altura a cada ano.

O parque Nacional de Geleiras tem atualmente 25 geleiras, frente às 150 que tinha há um século.

A diminuição das geleiras tem graves consequências e ameaça a segurança alimentar de 60 milhões de pessoas que vivem a seus pés.

Geleiras como as do Himalaia estão desaparecendo em primeiro lugar pela elevação da temperatura provocada pelas emissões de carvão. Em segundo lugar, o padrão das chuvas e das nevascas está mudando, e a quantidade de neve que se forma é inferior à quantidade que derrete.

Em terceiro lugar, com a poluição que vem dos caminhões e a fumaça que cobre as geleiras com uma camada de carvão, suas superfícies se tornam mais escuras e menos refletoras, e isso faz com que se derreta mais rápido.

O Oceano Ártico está derretendo muito mais velozmente do que o previsto, com graves efeitos na elevação dos níveis do mar.

Perdeu 30% de sua superfície de gelo desde 1979.

Quatro anos atrás, os prognósticos eram que isso causaria uma elevação de cerca de 60 cm em um século. Atualmente se pensa que pode ser mais que o dobro.

Os pesquisadores constataram que as geleiras da Groenlândia diminuíram quatro vezes mais rápido entre 2004 e 2009 que entre 1995 e 2000.

A mais recente avaliação do painel da ONU (19/11/2011) demonstra: “Uma atmosfera mais quente e úmida é uma atmosfera que pode provocar desastres... quando o mundo se torna mais quente, os riscos são mais altos”.

### ALGUNS IMPACTOS

A mudança climática está causando fenômenos regressivos de diversas naturezas.

Por um lado, as inundações, tempestades, furacões. Por outro, a desertificação, grandes prejuízos à biodiversidade e extinção de espécies.

O percentual de terras do planeta que estão enfrentando estiagens graves dobrou de 1970 a inícios de 2000.

Nas regiões áridas e semiáridas, onde vivem 700 milhões de pessoas, o aquecimento pode agravar a escassez de água e tornar impossível a vida nelas.

Inclusive, em 2020 pode chegar a ameaçar a sobrevivência de 20% a 30% das espécies conhecidas.

Uma em cada cinco espécies vertebradas do mundo está em perigo de extinção. Isto inclui 13% das aves e 41% dos anfíbios.

O planeta está perdendo espécies a um ritmo de mais de cem a mil vezes as médias históricas. Os cientistas (Conferência Mundial de Biodiversidade de Nagoya, outubro de 2010) consideram que é o pior período desde o desaparecimento dos dinossauros, há 65 milhões de anos.

Estimativas da Comissão Stern indicam que o aquecimento global pode provocar uma queda de 5% a 20% do produto bruto anual mundial.

Uma de suas consequências mais graves são os danos diretos que está causando à saúde pública.

Adverte o Painel da ONU, Nobel da Paz Rajendra Pachauri, que o efeito estufa leva a “um aumento das mortes e das enfermidades devido às ondas de calor, às inundações, às tempestades, aos incêndios e estiagens”, além de gerar todo tipo de surtos epidêmicos.

### OS “NEGADORES” DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos informou ao Congresso (maio 2010):

O país deve agir imediatamente para reduzir as emissões de gases contaminan-

tes e desenvolver uma estratégia nacional para encarar os impactos inevitáveis da mudança climática [...] O aquecimento global é causado principalmente por atividades humanas e está colocando em perigo e, em muitos casos, afetando um amplo setor de sistemas humanos e naturais.

Opiniões similares têm sido emitidas pela esmagadora maioria dos cientistas e dos centros especializados no tema no planeta.

No entanto, continua a todo vapor a atividade dos “negacionistas”, que tentam desclassificar essa imensa maioria.

Al Gore, em seu documentário *Uma verdade inconveniente*, premiado com o Oscar, já havia denunciado “o pequeno grupo de poluidores endinheirados” que tentam convencer a opinião pública de que o problema não existe.

O Tea Party, nos Estados Unidos, usa a estratégia de negação do problema como principal plataforma de discurso, apresentando-a permanentemente no Congresso norte-americano.

Recolhendo opiniões de alguns dos seus líderes sobre o tema, o *The New York Times* destaca (7/9/2011):

■ O governador do Texas e pré-candidato à presidência, Rick Perry (agregando que é “há muito tempo amigo da indústria petroleira”), insiste que a mudança climática é uma teoria não provada criada “por um grupo substancial de cientistas que têm manipulado dados porque querem angariar dólares para seus projetos”.

■ Outra pré-candidata, Michele Bachman, disse que não é preciso temer o dióxido de carbono porque “é um derivado natural gerado pela natureza”.

■ Outro pré-candidato, Ron Paul, chama o aquecimento global de “a maior fraude que já se viu em muitos, muitos anos”.

■ Rick Santorum, ex-senador, descreve a mudança climática como “um esquema bem montado que é apenas um pretexto para aumentar o controle governamental sobre nossa vida”.

Tomas Friedman, Prêmio Pulitzer, responde a vários deles chamando a atenção para o fato de que, enquanto Perry, em sua campanha eleitoral em setembro de 2011, negava a validade científica sobre a mudança climática, o seu estado – Texas – estava em chamas, depois da pior estiagem conhecida e que havia provocado gigantescos incêndios.

O Departamento Florestal do Texas dizia, frente à magnitude dos incêndios, “que ninguém na face da terra combateu incêndios em condições tão extremas”.

De acordo com o National Climate Data Center (9/9/2011), as estiagens do verão de 2011 no Texas foram as piores desde 1950. Cerca de 81% do território

do estado foi classificado na pior categoria, seca extrema. Em 2012, os Estados Unidos em seu conjunto experimentaram a pior estiagem dos últimos 50 anos.

Perderam metade da colheita de milho, cereal do qual é o principal produtor mundial.

Os pronunciamentos do Tea Party se transformaram em projetos de lei muito concretos, que eliminam ou reduzem regulamentações, ou cortam os recursos das agências reguladoras para que não possam aplicar a legislação.

A quem beneficia a negação das mudanças climáticas?

Paul Krugman, Prêmio Nobel de Economia, sugere “seguir a rota do dinheiro”.

Ressalta “que a economia como um todo não seria significativamente atingida se puséssemos um preço no carbono, mas certas indústrias – a do carvão e do petróleo – seriam”. E essas indústrias montaram uma grande campanha de desinformação.

## OS POBRES SÃO OS MAIS VULNERÁVEIS

Os primeiros a serem atingidos, como já dito, serão os pobres. A vulnerabilidade é uma condição básica da pobreza que aparece com toda força.

As áreas agrícolas mais pobres sofrerão com os problemas de erosão da terra.

Por outro lado, regiões costeiras inteiras, onde vivem muitos pobres do mundo em moradias de extrema fragilidade, podem ser varridas da terra.

Além disso, as altas temperaturas e o aumento das chuvas facilitam a reprodução de mosquitos transmissores de enfermidades infecciosas. A mudança climática provocará mais dengue, malária, cólera, febre amarela e hantavírus, doenças típicas dos pobres.

Um grupo de especialistas da ONU estima que em cinco anos haverá 50 milhões de emigrantes climáticos, e que esse número continuará aumentando. Não se sabe como serão absorvidos num mundo onde há barreiras crescentes para os migrantes.

O Direito Internacional contempla diversas categorias de refugiados, mas não tem nenhuma figura legal esta inédita categoria.

Rajendra Pachauri, presidente do Painel da ONU sobre Mudança Climática, enfatizou, ao receber o Prêmio Nobel da Paz em 2007, que era necessário prestar especial atenção “aos impactos da mudança climática sobre as comunidades mais pobres do mundo, porque podem ser extremamente desestabilizadores”.

Outro Nobel da Paz, o arcebispo Desmond Tutu, denunciou: “está sendo criado um novo *apartheid*, o climático. Os países e as populações pobres são

muito mais vulneráveis às estiagens, catástrofes, inundações e epidemias que o aquecimento da Terra está produzindo, e têm muito menos capacidade de se adaptar a essas realidades”. Ele pergunta:

Como poderá uma camponesa pobre de Malawi adaptar-se à mudança climática quando as frequentes estiagens e falta de chuvas mínguem a produção? Talvez tenha que reduzir a qualidade da alimentação de sua família ou tirar seus filhos da escola. Como uma pessoa que vive em um bairro marginalizado de Manila ou Porto Príncipe, protegida apenas com plástico e folhas de zinco, poderá adaptar-se a ciclones cada vez mais intensos? Como as pessoas que vivem nos grandes deltas do Ganges ou do Mekong poderão adaptar-se ao alagamento de suas moradias e de suas terras?

O rigoroso e grave Informe de Desenvolvimento Humano 2007 do Pnud, dedicado à luta contra a mudança climática, enfatiza: “

À medida que aumenta o nível do mar, cidades como Londres e Los Angeles podem enfrentar o risco de inundações porque seus habitantes estão protegidos por modernos sistemas de defesa. No entanto, quando o aquecimento global altera os padrões climáticos no Chifre da África, significa a perda de colheitas e fome”.

Segundo os dados do informe, entre 2000 e 2004, 264 milhões de pessoas foram afetadas pelos desastres climáticos anuais. Destas, 98% viviam em países em desenvolvimento.

Nos países ricos que integram a OCDE, apenas um em cada 1.500 habitantes recebeu o impacto; nos países em desenvolvimento, um em cada 19. O índice de vulnerabilidade dos pobres é 79 vezes maior.

As reservas de peixes diminuem, terras férteis se tornam estéreis e há mais pessoas sem água potável. Alguns dos impactos, como as secas, as tempestades mais intensas e as inundações, estão apagando os progressos que as populações pobres haviam feito em relação às metas do milênio.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, adverte que existe uma ameaça de “dupla catástrofe, com próximos reveses para o desenvolvimento humano dos pobres, seguidos depois de perigos em longo prazo para toda a humanidade”.

## A SITUAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Existem sérios riscos para a América Latina, uma região com 30% de sua população em situação de pobreza.

A maior vulnerabilidade dos pobres pôde ser constatada em desastres como aqueles causados recentemente pelos furacões na Guatemala, El Salva-

dor e Honduras; pelos terremotos em Pisco, Tabasco, Santo domingo e Chile. Os pobres foram maciçamente os mais atingidos.

Atualmente, 128 milhões de latino-americanos vivem em favelas, em áreas facilmente inundáveis, não protegidas e em moradias precárias.

Uma ilustração extrema do que pode ser a vulnerabilidade dos pobres na região diante das catástrofes foi o terremoto do Haiti. Enquanto as casas dos bairros ricos eram atingidas, mas em proporção limitada, a dos pobres, que eram a grande maioria, foram varridas massivamente.

Proporcionalmente, houve um número muito maior de mortos no terremoto do Haiti do que no ocorrido pouco tempo depois no Japão, um país rico atingido por um terremoto de muito maior intensidade, combinado com maremotos e com a explosão das usinas nucleares.

Problemas como o aumento do nível dos oceanos e a mortalidade das matas por conta da elevação das temperaturas médias podem ter séria incidência na América Latina, conforme adverte um informe da Cepal e do Banco Mundial (2009).

O transbordamento dos mares pode colocar em risco a população do entorno, e a região tem muitas aldeias costeiras e em pequenas ilhas. Entre outros exemplos, as florestas de pinheiros no Chile e na Argentina, que podem viver mais de 3 mil anos, estão em constante risco por conta dos longos períodos de seca e do possível aumento dos incêndios florestais.

As mais afetadas na América Latina são, em geral, as populações indígenas, que enfrentam graves riscos de desequilíbrios ecológicos induzidos por fatores externos. Por isso estão lutando duramente para preservar seu meio ambiente.

O informe da Cepal e do Banco Mundial chama a atenção, ainda, para outro processo regressivo: a fuga de carbono. Trata-se de investimentos externos que fogem das fortes regulamentações ambientais em seus países de origem e desenvolvem sua produção poluente em países da região que tenham regulamentações frágeis e onde podem cooptar com facilidade os órgãos reguladores.

Um dos campos de maiores riscos é o da saúde pública. Estima-se que, em nível mundial, o número de vítimas do impaludismo (que atualmente mata 1 milhão de pessoas por ano) pode crescer de 220 a 400 milhões, e enfermidades como dengue, típicas da América Latina, podem se ampliar.

Uma contradição inaceitável de toda essa situação é a de que, enquanto os principais países emissores de gases de efeito estufa têm avançados sistemas de proteção, as consequências de maior gravidade estão sendo sofridas pelos países que menos poluem.

Os países ricos estão gerando a grande maioria das emissões mundiais de dióxido de carbono. A América Latina, apenas 3,8%; e os países mais pobres, 1%.

## HÁ SAÍDA?

Em junho de 2012 foi realizado, no Rio de Janeiro, uma nova cúpula de todo o planeta sobre as mudanças climáticas: Rio+20, organizado pelas Nações Unidas.

Fez-se o balanço sobre o que aconteceu nos 20 anos transcorridos desde a reunião anterior, a Eco 1992, e novos caminhos foram traçados.

Em 1997, ratificado o Protocolo de Quioto, que requeria às nações mais ricas a diminuição das emissões de poluentes e a promoção de ajuda aos países em desenvolvimento para avançarem no caminho das energias limpas.

Isso não foi cumprido. Enquanto os 12 países em desenvolvimento investiram 72 bilhões de dólares para prevenir os impactos da mudança climática, até pouco tempo atrás só haviam contribuído, para essa finalidade, com menos de 10% desse valor aos países em desenvolvimento.

Na Rio+20 foram discutidos, entre os temas mais importantes:

- a necessidade de desenvolver rapidamente e empregar fontes de energia limpa;

- a adoção de fortes restrições às emissões poluentes antes que seja tarde e os danos ao meio ambiente sejam irreversíveis;

- as obrigações dos países desenvolvidos (os principais poluidores) e dos em desenvolvimento;

- a questão de quem financiará as nações pobres para que possam se adaptar às mudanças que estão colocadas;

- a proteção das matas tropicais.

A viabilidade das resoluções adotadas estará vinculada a que os países ricos mais poluidores empreendam a luta contra os lobbies econômicos que se opõem, por todos os meios, às regulamentações imprescindíveis, e para isso não têm vacilado em financiar e estimular a negação do problema.

Os países ricos produzem 65% dos gases contaminantes e 95% dos resíduos tóxicos.

A mobilização da população pode jogar um papel muito importante no que acontecerá.

O tempo urge, e o tema deve estar no centro da agenda das políticas públicas e das sociedades.

Ao receber o Prêmio Nobel por seu filme e sua militância ambientalista, Al Gore sintetizou a situação: “A próxima geração nos fará uma destas

perguntas: em que vocês estavam pensando, por que não agiram? Ou, como encontraram destemor e coragem para se levantar e resolver com sucesso uma crise que muitos diziam que era impossível de se solucionar?”.

---

### **Crime ecológico**

Um informe da Comissão de Justiça da União europeia diz que as empresas são responsáveis por 73% dos crimes ambientais. Entre eles, o de lançamento de dejetos tóxicos em países em desenvolvimento.

Em um dos tantos incidentes semelhantes, recentemente esse tipo de material foi depositado na Costa do Marfim, provocando um desastre ambiental que se pagou com vidas.

### **A Mãe Natureza**

Declara o ambientalista Rob Watson: “A Mãe Natureza é química, biologia e física. Não se pode dizer o que as grandes empresas poluentes dizem: que a mudança climática é uma invenção. A Mãe Natureza fará o que a química, a biologia e a física determinam”.

### **Não têm netos?**

“As empresas de energias fósseis, levadas pela necessidade de proteger centenas de bilhões de dólares de lucro, estimulam a confusão sobre os resultados científicos inconvenientes (para seus interesses). Eu, por um lado, os admiro por suas capacidades de relações públicas, mas me surpreendo: eles não têm netos?”

Thomas Friedman, Prêmio Pulitzer, *The New York Times*.

---

## A LUTA PELA PERCEPÇÃO E PELOS VALORES

### A IMPORTÂNCIA DA CULTURA

Tem sentido aqui refletir sobre a cultura. A atenção não deveria estar somente nos temas econômicos duros.

Se não incluimos a questão da cultura, dificilmente compreenderemos o que está se passando com a crise econômica mundial e seus impactos, e o que poderá acontecer.

É imprescindível verificar o que acontece na percepção das pessoas, seus valores, suas atitudes.

A Unesco define a cultura como “maneiras de viver juntos... aquilo que modela nosso pensamento, imagem e comportamento. A cultura engloba valores, percepções, imagens, formas de expressão e comunicação e muitos outros aspectos que definem a identidade das pessoas e das nações”.

As políticas econômicas neoliberais, que causaram tantos danos nos anos 1990, têm sido substituídas em muitos países, mas os constructos culturais disseminados massivamente para validá-las estão ainda muito presentes. A cultura não muda da noite para o dia, nem se pode mudar por decreto.

Vemos as implicações macroeconômicas e políticas da transformação das percepções culturais que o movimento Ocupe Wall Street logrou avançar nos Estados Unidos.

O Tea Party conseguiu focar o debate nacional num país que vive uma aguda crise econômica, com mais de 25 milhões de pessoas desempregadas, com emprego parcial, ou que saíram do mercado de trabalho desesperançadas, em *déficit*.

Sentenciaram o papel de causa central da crise ao déficit público e convocaram a sociedade a realizar sacrifícios para baixá-lo. O debate estacionou

em como reduzi-lo, e avançaram sobre a opinião pública argumentos conservadores, de que havia de recortar fortemente os sistemas de proteção social e inclusão, educação e saúde.

A discussão estava em quais seriam os percentuais de corte. Assim mesmo, o Tea Party logrou transmitir com força seu argumento de que nenhum caso havia que aumentar impostos aos mais ricos porque isso reduzia a inversão e a geração de emprego, isso seria entregar mais fundos ao Estado, que por princípio devia ser reduzido.

Em uma sociedade desesperada por soluções rápidas e simples, lograram atrair amplos setores e conquistar a Câmara de Representantes em 2010.

As perspectivas em favor do enfoque das causas estruturais do problema, que levaram a políticas públicas ativas que podiam gerar empregos, pareciam sombrias.

A situação melhorou em virtude do grande debate introduzido pelos jovens do Ocupe Wall Street, sobre os problemas reais.

O lema de seu movimento, “Somos 99%, mas há 1% que tem tudo”, calou fundo. Chamou a atenção sobre um fator quase marginal, o acelerado crescimento das desigualdades. O grupo dos 1% mais rico passou os últimos 30 anos a ter de 9% a quase 25% do ingresso nacional.

Uma parte importante do déficit se deve a isso. Ao final do período de Bill Clinton havia um pressuposto fiscal superavitário. Nas duas presidências de Bush, houve degravações em grande escala em favor dos 1%, criando inúmeros “desequilíbrios fiscais” que aproveitou a fundo.

Incentivar os ricos não criou empregos. Durante a presidência de Clinton com impostos mais altos, o desemprego foi menor que durante a de Bush.

O movimento Ocupe Wall Street colocou o foco no papel chave da desigualdade, chamou a atenção de muitas formas, desde as cifras até suas manifestações frente a algumas mansões mais suntuosas do país, e sobre a injustiça implicada para as classes médias e setores populares.

O mesmo ex-presidente Clinton se referiu ao protesto ressaltando: “É gente que protesta porque perdeu seu trabalho, enquanto quem causou a debacle tem excelentes postos, salários e bônus. Algo anda muito mal neste país”.

Mudaram o debate. A medida da palavra desigualdade e dos debates sobre ela cresceu exponencialmente nos meios, em todos os âmbitos.

Segundo editorial do New York Times (7/12/11), Obama colocou o tema no centro da campanha. Saúda um discurso chave numa cidade majoritariamente conservadora, em Kansas, destacando: “Obama apresentou corretamente as alternativas aos votantes. O país pode voltar às políticas que favoreceram aos ricos, deixando cada um ao seu próprio destino, criando ‘travas sob

sua própria economia ou dos líderes eleitos, podem manter uma competição justa e assegurar que o governo tenha recursos suficientes para proteger aos vulneráveis e investir em educação e pesquisa”.

Outro influente periódico afirmou em seu editorial: “A ideia de que o mercado pode atender todos os problemas sem impostos é fraca, e as regulações são minimizadas, pode iluminar muito bem o que disse Obama: Não trabalha, não trabalhou nunca. Não funcionou antes da grande depressão, nem nos anos 1980 e nem na última década”. Segundo levantamento, 54% da população apoia as bandeiras do movimento Ocupa Wall Street, mais que o dobro do que respaldava o Tea Party.

A batalha cultural, travada com imaginação e recursos inovadores pelos jovens, impulsionou a desigualdade ao centro da agenda pública, transformando percepções, imagens e comportamentos.

Na Europa, as elites avançam com a ideia do déficit público como o problema central e a austeridade extrema como a solução.

A realidade mostra que ela satisfaz aos grandes interesses, mas aprofunda a crise e leva a sofrimentos sociais inenarráveis. Vão desde o aumento das taxas de suicídio na Grécia, à economia de intercâmbio nas principais capitais europeias, os negócios da miséria como a venda de joias de família, passando pelo aumento das casas de penhora e o abandono de mascotes domésticos para baixar gastos.

Por outro lado, segundo informe da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), nos países europeus a desigualdade cresceu ao seu mais alto nível histórico nos últimos 30 anos.

O secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, advertiu (6/12/2011) que “este estudo derrubou por terra a hipótese de que os benefícios do crescimento econômico repercutem automaticamente sobre os mais desfavorecidos. Sem uma estratégia integral para o crescimento, a desigualdade continuará aumentando”. Soa o alarme e afirma que “o contrato social começa a desfazer-se em muitos países”.

Para que possam avançar políticas alternativas, será fundamental a batalha cultural nessas sociedades por onde passa a agenda real das desigualdades. Entre outros, os indignados espanhóis denunciam que o sistema político abandonou os jovens, seus similares italianos, franceses e de outros países, o movimento “não pago” da Grécia, que apregoa rebelar-se ante às políticas de ajuste extremo, deixando de pagar impostos e serviços.

## O PESO DA CULTURA. POR QUE NÃO HÁ CORRUPÇÃO NOS PAÍSES NÓRDICOS?

A cultura tem sido fundamental em todos os processos históricos con-

temporâneos, desde os resultados das economias mais exitosas no cenário econômico e social, como as nórdicas, até o fracasso em grande escala de Wall Street e a crise mundial da atualidade.

Vejam os casos atuais relevantes. Por que países escandinavos têm baixa presença da corrupção, um flagelo que assola o mundo e a América Latina? Poderíamos supor que devem ter um sistema legal draconiano, que vigia cada comportamento dos atores sociais e que são máximas as penas para atos de corrupção. Não é assim. Eles têm uma legislação normal, com penas usuais. Mas têm algo muito importante, um desenvolvimento cultural em que a corrupção é inadmissível culturalmente, como comportamento social.

Se surgir um corrupto, sua esposa e seus filhos levariam uma vida difícil, seus amigos os erradicariam do círculo social e a sociedade toda o excluiria. A corrupção é deslegitimada pela cultura dessas sociedades.

Isso não é mágica. A cultura se constrói, é um exercício permanente por meio da família, da educação, da mídia, dos modelos de referência e de instituições fortes.

Assim, o primeiro ministro da Noruega instituiu, em 1998, na mesma época em que os valores antiéticos floresciam na gestão pública da Argentina, uma Comissão Nacional de Valores Humanos, dedicada a promover sua aplicação nas tomadas de decisão e na vida cotidiana.

Seu mandato era o seguinte: “O principal objetivo da Comissão consiste em contribuir a uma ampla mobilização em favor dos valores humanos e da ética social, com o fim de enaltecer os valores positivos compartilhados e fortalecer a responsabilidade pelo ambiente e sua comunidade. É importante trabalhar para contrarrestar a indiferença e promover a responsabilidade pessoal, a participação e a democracia”.

Entre outros resultados, a Comissão propôs que nos 434 municípios do país e nas escolas se discutissem os novos desafios éticos dessa sociedade.

A Noruega gerou códigos de ética altamente exigentes nas políticas públicas, nas empresas e nas relações comerciais e financeiras com o mundo em desenvolvimento, a fim de garantir níveis de coerência ética.

Assim, o Fundo de Inversão Petrolífera da Noruega, um dos maiores do mundo, com 300 bilhões de dólares, assustou com a publicação em um dos principais meios mundiais em 2007, uma lista de 13 empresas multinacionais das quais decidiu retirar seus investimentos devido a práticas contrárias aos valores éticos da sociedade norueguesa.

Compreendam, entre outras, a produção de minas de guerra, o apoio a ditaduras, o uso de mão de obra infantil, a discriminação de gênero, a proi-

bição de formação de sindicatos e a deterioração do meio ambiente. *The New York Times* enfatizou: “Na Noruega, seu dinheiro segue sua ética”.

São sociedades que cultivam, sistematicamente, esses valores que significam, entre outros, os resultados positivos para a erradicação da corrupção.

Por outro lado, esses países (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca), nos quais se destacam o modelo nórdico, são os líderes em desenvolvimento humano no mundo, segundo os índices de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Entre 180 países, nos últimos dez anos o número um é a Noruega, e os outros estão dentro dos primeiros.

Um dos pilares de seus resultados são seus altos níveis de equidade. Possuem coeficientes de Gini mais baixo do planeta: 0,25.

Poder-se-ia pensar que nos países nórdicos há decretos que dizem que as distâncias sociais entre os que ganham uns e outros devem ser reduzidas. Na Noruega, por exemplo, o que se ganha um empresário privado em respeito ao que se ganham os operários, a medida é de três para um. A distância entre os 10% mais ricos e os mais pobres, lá são cinco vezes, enquanto que na Suécia e Dinamarca são seis vezes.

No Chile e México são 500 vezes maior essa mesma diferença. E nas sociedades mais desiguais, como Guatemala, Panamá e Colômbia, tal diferença está próxima de mil vezes maior.

Não há, no mundo nórdico, decretos a respeito. Os dirigentes da Central de Empresários Privados da Noruega costumam explicar que os empresários privados do país ganham muito menos que os empresários privados dos demais países desenvolvidos, mas não tem nenhuma dúvida deste comportamento, porque a equidade é um valor central da cultura de seu país.

Sua cultura valoriza a igualdade, pois igualdade de oportunidades é real. Isso é vida cotidiana. É um encontro com o autor, assinalavam que os noruegueses têm, normalmente, um bangalô para passar os finais de semana, nas proximidades de Oslo, e dizem que seriam mal vistos em toda a costa ter um bangalô de qualidade superior a dos outros. Rechaçam a ostentação. Diziam que, na Noruega, definitivamente “está muito mal visto ser muito rico”.

Este valor cultural foi construído por meio de processos educativos sistemáticos. Em diversos países da região, as tendências nas últimas décadas foram em sentido oposto, a quase legitimação da corrupção e das grandes desigualdades.

## OS VALORES CULTURAIS SOLIDÁRIOS DOS POBRES

Um segundo exemplo de como a cultura pode impactar positivamente um processo econômico insólito, que só se pode entender de uma perspectiva

cultural. Nos anos 1980 e 1990, milhões de latino-americanos humildes tiveram que sair de seus países (Guatemala, Nicarágua, Honduras, El Salvador, República Dominicana, Haiti, México, Equador, Peru e Argentina).

Foram ganhar a vida em condições muito duras nos Estados Unidos, Canadá e outros vários países da Europa. A maioria deles faz as tarefas mais humildes de toda a economia, as que ninguém quer fazer (limpeza, trabalhos pesados de construção, cozinha etc.). Muitos deles são ilegais. Percebem salários pequenos, abaixo dos limites da pobreza. Produzem um fluxo de fundos de solidariedade inédito, as chamadas remessas migratórias.

As somas que estes latino-americanos pobres mandavam a suas famílias foram, em 2002, mais de 32 bilhões de dólares, ou seja, mais que todos os investimentos estrangeiros ingressos na América Latina naquele ano. E em 2003, 40 bilhões de dólares, 50% maior que o investimento estrangeiro e o dobro que a ajuda externa, incluindo doações e empréstimos de organismos internacionais.

Esse montante vem crescendo continuamente. Entre 1996 e 2003 quadruplicou-se. Entre 2004 e 2006 duplicou-se, ultrapassando os 60 bilhões de dólares. Em 2007 foram 65 bilhões e em 2008, já afetados pela crise, foram 60 bilhões de dólares.

Transformaram a situação das economias ao prover divisas fundamentais. Significam mais que a terceira parte das exportações de países como a República Dominicana, El Salvador e Nicarágua. São a segunda fonte de divisas do México e representavam de 18% a 24% do PIB de Honduras, Guiana, Haiti, Jamaica e El Salvador; e de 6,6% a 12,1% do PIB da Nicarágua, Guatemala, República Dominicana, Bolívia e Equador.

Por outro lado, as remessas constituem um feito de gigantesca rede de proteção social. Atingem setores muito pobres da população e elevam substancialmente sua inclusão, salvando-os da pobreza extrema.

O Diálogo Interamericano indica que dobram a inclusão dos 20% mais pobres em Honduras, Nicarágua e El Salvador. No México, 40% das remessas atingem municípios muito pobres, com menos de 30 mil habitantes, que sem tais remessas não poderiam sobreviver. Estimativas indicam que essa rede de proteção atinge cerca de 20 milhões de famílias.

São muitos trabalhadores que, em lugar de praticar o axioma de raciocínio neoliberal dogmático, segundo o qual as pessoas tendem a atuar como "homo economicus" maximizando o lucro, pensam diferente.

Enviam a suas famílias, em seus países de origem, parte significativa de suas poupanças. Remetem pequenas somas de oito a nove vezes ao ano.

As remessas têm um papel multiplicador fenomenal. Os 32 bilhões de dólares de 2002 foram gastos integralmente por famílias no mercado de

consumo, expandindo a economia, onde se calcula que produziram outros 100 bilhões de dólares.

Nos bastidores disto está um valor cultural, a solidariedade familiar, o qual possui grande peso nas estruturas familiares em muitas sociedades latino-americanas.

## O DESCENSO DAS EXPECTATIVAS ÉTICAS

Um terceiro exemplo sobre a importância da cultura é a atenção que desperta um tipo de discussão sobre tópicos como a corrupção. Chegamos a um nível tal de deterioração cultural pelo tipo de vivência histórica, pelos efeitos culturais do economicismo dogmático, que a discussão ética se reduz a eliminar a corrupção, e não ser corrupto bastaria para ocupar as mais altas posições públicas.

Quão distante isso está de aspirações éticas razoáveis. É fundamental eliminar a corrupção, mas isso é o mínimo. A ética nos apresenta um horizonte de questões, que vai muito mais além.

Nasceu muito antes que qualquer reflexão, na Bíblia, no antigo ou novo testamento, nas principais cosmovisões espirituais, o que tem a ver com o motivo de estar no mundo, qual o sentido da vida, até onde deve ir uma sociedade organizada, como orientar uma economia para que haja melhores condições para a harmonia social, para o desenvolvimento de cada um, para o amor.

Considerar que um empresário privado é ético porque paga os impostos ou que um líder político é ético porque não rouba, significa um nível alto de deterioração cultural. Um líder político ético, além de não roubar, teria que ter uma identificação absoluta com a agenda de prioridades de sua sociedade, deveria ter transparência no comportamento, coerência em seus projetos etc.

Na empresa privada, verifica-se que o conceito de responsabilidade social tem se ampliado. Espera-se que ela cuide, pelo menos de seu pessoal, haja jogo limpo com o consumidor, entregando-lhe produtos de boa qualidade, a preços razoáveis e saudáveis, proteja o meio ambiente, seja transparente e apoie ativamente as políticas públicas no enfrentamento dos principais problemas sociais.

Claramente, alguns dos problemas pelos quais hoje atravessam as principais economias do mundo têm um dos fatores causais no desenvolvimento de uma cultura corporativa que marchou em direção oposta, orientada pelo que Obama, entre outros, chamou de “a cobiça desenfreada”.

Gerou a especulação selvagem em Wall Street, a bolha hipotecária, a bolha dos derivativos, as quebras semifraudulentas, o engano aos acionistas, o crescimento da comercialização de produtos causadores da obesidade. Praticou, ao mesmo tempo, o desinteresse pelo interesse público.

Em uma cultura degradada pelo economicismo e a exaltação do egoísmo, como a que se gerou, na Argentina e América Latina neoliberal dos anos 1990, podem chegar a dar-se fenômenos quase patológicos de insensibilidade social.

Um episódio da cidade de Buenos Aires ilustra essa perda de valores culturais. A reação natural frente à marginalização social deveria ser a preocupação por como integrar a quem caiu sem recursos para sobreviver e devem apelar a tarefas que ninguém faria, salvo em extrema necessidade. Tal é o caso dos jovens que limpam vidros de automóveis ou se oferecem a cuidá-los enquanto estão estacionados. Ninguém faz esses trabalhos por prazer. Refletem o conhecido problema da exclusão social que atinge jovens no mundo todo.

Uma controvérsia recente é inexplicável à luz de qualquer comparação com texto bíblico ou outras vertentes espirituais seguidas majoritariamente pela população da capital federal argentina. Em lugar de focar a preocupação em como integrá-los social e produtivamente, é posto proibir sua atividade de sobrevivência, penando-a inclusive com prisão. Uma jornalista fez referência para justificá-la nessas “tarefas que tanto incomodam os vizinhos”.

A Legislatura rechaçou, finalmente, a proposta que é quase a continuidade de como a Bíblia descreve a insensibilidade moral em que haviam caído os habitantes de Sodoma e Gomorra. Diante de um tribunal, declarou inocente um limpa-vidros levado à juízo e advertiu a sociedade que seu processo fictício “dá conta da margem de prejuízos que margeia a questão de quem se dedica informalmente à limpeza de vidros de automóveis em via pública”.

Nas pesquisas entre vizinhos parece que há outra valoração que as dos legisladores que insistem em excluir ainda mais os já excluídos. Segundo o Latinobarómetro<sup>3</sup> 2011, nas cidades argentinas, como em outras, consideram que são os muito ricos que em maior medida não cumprem a lei e não os pobres.

## RELEGAR INVESTIMENTOS EM CULTURA

Como fica demonstrado nos exemplos descritos acima, incidem ativamente no desenvolvimento de um país. Deve-se investir na cultura para fortalecer sua qualidade, seu papel e promover o acesso real de todos os cidadãos às diversas manifestações culturais.

Nos anos 1990, aconteceu na região justamente o oposto.

Não é surpresa. Dedicar investimentos para fortalecer e democratizar as atividades culturais faz parte do conjunto da ideologia economicista ortodoxa.

---

3. Latinobarómetro é um estudo de opinião pública aplicado anualmente com aproximadamente 20 mil entrevistas em 18 países da América Latina, representando cerca de 600 milhões de habitantes. É realizado pela organização não governamental Corporación Latinobarómetro, com sede em Santiago do Chile.

Isso tem sido denunciado muito criticamente não apenas na América Latina, mas nos países desenvolvidos.

Uma renomada economista, Françoise Benhamou, em seu livro *Economia da Cultura* (1997), chama a atenção sobre a visão economicista da cultura:

[...] somente pelo interesses do economicismo pode-se pretender justificar o gasto cultural em função dos recursos tangíveis que ele possa gerar como contrapartida. Os lucros que a vida cultural pode contribuir/aportar à coletividade nem sempre cobrem os gastos ocasionados. Evidentemente, o juro/interesse nesses gastos deve ser avaliado em função de outros critérios, que vão mais além da noção econômica.

Benhamou enfatiza a nocividade desta visão. Os benefícios gerados pela cultura à sociedade devem ser avaliados com outros critérios.

A necessidade de parâmetros mais amplos de avaliação do progresso humano é o que está proposto, em geral, pelo paradigma do desenvolvimento humano da ONU e o informe Stiglitz-Sarkozy sobre como medir o progresso dos países.

Benhamou sugere: Seria lamentável que, no momento em que a ciência da economia reconhece o valor da dimensão qualitativa do objeto que está avaliando, os economistas se empenhem em levar em conta somente as repercussões comerciais do investimento cultural. Há que reclamar do custo da vida cultural que, apesar de modesto, não terá que se ver nele o símbolo de uma nação adulta e próspera.

Sua indagação é concreta: a cultura deve ser um tema a mais das medições do custo-benefício ou terá que ver, no país que se dedica à cultura, o símbolo de uma nação que avança?

Uma das coisas das quais a América Latina pode se orgulhar é que em diversos países tem havido resistência cultural à visão economicista da cultura.

Este modo de manter viva a chama da cultura em meio a condições muito adversas, que essas sociedades permanentemente têm gerado através de expressões de cultura massivas, como o teatro independente, o humor crítico, novas gerações de escritores jovens, as músicas de protesto, os corais, a arte e muitíssimos espaços criativos não convencionais são os grandes símbolos de nações que “podem chegar a ser adultas e prósperas”.

Pierre Bourdieu (1986), pensador francês, escreveu que “a ausência da cultura é acompanhada geralmente pela ausência do sentimento dessa ausência”.

Isso aconteceu na região nos anos 1980 e 1990. Por um lado, a marginalização da cultura, o corte de orçamentos e a redução dos espaços para a cultura popular.

Por outro lado, a ausência de cultura foi acompanhada por *slogans* e argumentos que desvalorizavam explícita ou implicitamente a ação cultural, com o propósito de apagar os sentimentos pela ausência de políticas culturais orgânicas.

### FORTALECENDO UMA CULTURA PARA UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

O que pode ser feito no plano cultural frente à situação em que a região se encontra? Em primeiro lugar, é necessário superar alguns argumentos que têm feito parte do quadro que lhe deu origem.

Assim, é necessário uma proposta diferente sobre o modelo de desenvolvimento.

Chegou-se ao convencimento de amplos setores de que não há propostas alternativas ao neoliberalismo ortodoxo. Quiseram fazer disso o único pensamento possível.

O prêmio Nobel Amartya Sen (1998) chama esse modelo ortodoxo de “sangue, suor e lágrimas”. Explica que não é verdade que haja apenas um modelo econômico. Há diversos. Há um modelo nórdico, um modelo do Sudeste asiático, um modelo econômico da Europa Ocidental, um modelo chinês, um modelo do Canadá, um modelo dos Estados Unidos, ou seja, cada sociedade de acordo com sua história.

O campo da cultura pode ter um peso muito importante em ajudar a recriar um modelo de desenvolvimento integral.

Esse modelo avança nas economias de mais sucesso, como a dos países nórdicos e, atualmente, na Argentina e na América Latina em geral.

Está baseado em valores como a solidariedade, a equidade, o civismo, a responsabilidade pelo outro, o cuidado com o meio ambiente etc., e tem gerado ampla inclusão social, equidade e eliminação da pobreza.

É muito importante que a existência de modelos alternativos reverbere no campo da cultura; que ali se consiga propiciar um debate mais aberto, plural e de melhor qualidade sobre políticas que permitam superar mitos como os que estão em circulação, e cultivar uma cultura de solidariedade e de cooperação. No mais, as políticas culturais podem contribuir muito. É fundamental para isso que as boas intenções sobre a cultura se plasmem em políticas concretas. Isso parte de que o orçamento para a cultura seja digno de “uma nação adulta e civilizada”, como diz Benhamou.

É preciso conectar sistematicamente a ação entre as políticas sociais, econômicas e culturais. Em um modelo de desenvolvimento integrado, a cultura pode ser um caminho muito poderoso para reforçar tudo o que se deve fazer no campo da ação social.

Os níveis de exclusão herdados dos modelos neoliberais são muito amplos na região. A exclusão é um fenômeno complexo e provoca o isolamento da pessoa, o rebaixamento da autoestima e danos psicológicos.

Colocando-se em funcionamento políticas culturais ativas, com um forte apoio público e dirigidas a amplos setores desfavorecidos, a cultura pode ser um caminho para a inclusão totalmente fortalecedora dos outros caminhos.

O que a participação cultural pode fazer em devolução de autoestima dos grupos marginalizados é de muita relevância.

Os seres humanos podem perder tudo, mas são portadores de cultura. Incluir ativamente nas políticas culturais os grupos marginalizados, entre eles os indígenas, os afro-americanos, os portadores de necessidades especiais, é um caminho para devolver-lhes autoestima coletiva. O respeito e a mobilização de sua cultura revalorizará as pessoas e o grupo.

Além disso, a cultura pode jogar um papel essencial na recriação de laços de associatividade. A ideia de cultura, em si mesma, implica ação coletiva. É significativo como, apesar da propaganda maciça das ortodoxias neoliberais pelo individualismo e pela competição ao extremo, um movimento histórico baseado em princípios opostos – a soma de esforços e a cooperação – tem conseguido progredir.

As cooperativas têm atualmente mais de 1 bilhão de associados. Cerca de 3 bilhões de pessoas dependem delas. Estão presentes nas áreas mais diversas, como poupança e crédito, consumo, seguros mútuos, produção, moradia e muitas outras.

## O SUBDESENVOLVIMENTO, UM ESTADO MENTAL?

Certos especialistas de sociedades desenvolvidas costumam dizer que o subdesenvolvimento é um estado mental. Essa é uma ideologia que circulou bastante na América Latina. Segundo eles, por essa razão a região não tem chance de construir nada parecido ao que as sociedades desenvolvidas fazem em diversas áreas, como a participação ampla da comunidade, o civismo, os valores do trabalho e outros semelhantes.

Novamente, trata-se de um constructo cultural falaz, manejado pelos países ricos e pelas elites para escamotear a discussão sobre relações de dependência, dívida externa, condicionamentos de organismos financeiros internacionais, práticas desleais no comércio internacional e outros fatores causadores de subdesenvolvimento.

A realidade desmente essas simplificações. A América Latina tem enormes potencialidades culturais. Elas têm permitido o desenvolvimento de experiências que são referências mundiais, como o Orçamento Participativo de Porto

Alegre, o município Autogestionário de Villa El Salvador, no Peru, o sistema de Orquestras Sinfônicas juvenis da Venezuela e múltiplas experiências argentinas.

Quando nos dizem que o subdesenvolvimento é um estado mental e que a América Latina tem culturas inferiores, é preciso repudiar plenamente essa falácia.

Não há inferioridade de nenhuma natureza. A cultura latino-americana é densa e plena de valores positivos em conteúdos relevantes, em solidariedade, em potencialidade para a participação e outras formas de ação coletiva. E isto cria condições muito concretas para poder mobilizar experiências desse tipo e outras semelhantes em diversos terrenos.

O “mal estar da civilização”, como o chamou Freud em sua célebre obra, é muito profundo atualmente no mundo rico. A ética da falta de solidariedade, da perda de responsabilidade pelos outros, do enfraquecimento selvagem das políticas públicas e da ação coletiva está avançando empurrada pelas elites e espalha o protesto e a desesperança. Já na América Latina, avança atualmente a ética contrária, e vem renascendo com força a esperança coletiva.

A luta pela cultura é uma das áreas críticas em que se trava esta luta entre éticas. Fortalecer uma cultura centrada em valores como equidade, inclusão, democratização e coerência ética é fundamental para aprofundar o modelo inclusivo em andamento.

---

### **Machismos**

Camila Vallejo, líder chilena do movimento estudantil de protesto, é uma das três figuras políticas mais bem avaliadas do país. Tinha 71,3% de aprovação, frente a 29,2% do presidente Piñera, conforme as pesquisas de 2011 da Universidad de los Lagos.

### **Choque ético**

Na Itália, a ministra do Trabalho do governo Monti, pró-ajuste ortodoxo, não pôde resistir ao apresentar com o primeiro-ministro o programa de cortes. Quando se aproximou a hora de anunciar que as aposentadorias não seriam mais corrigidas pela inflação, começou a chorar. Muitos aposentados vivem com o mínimo. Sem essa correção, não poderão chegar ao final do mês. A incoerência ética da medida era demasiadamente clara. Não conseguiu continuar falando.

### **Os mais felizes**

As culturas que estimulam a solidariedade estão criando felicidade. Em um estudo da Universidade de Chicago sobre os trabalhos que trazem mais felicidade no mundo, apareceram nos primeiros lugares aqueles em que se trabalha de forma direta pelo outro, como os sacerdotes, os bombeiros, os fisioterapeutas, os escritores e os professores.

---

## O VOLUNTARIADO: 140 MILHÕES AJUDANDO OS DEMAIS

### SOAM VOZES DE SOLIDARIEDADE E PROTESTO

No Haiti, quando as casas dos pobres estavam desabando massivamente em consequência do terremoto e o governo havia deixado de funcionar, já estavam chegando os Médicos sem Fronteiras.

A voz de Save the Children se levantou duramente, em seu informe anual em 2010, sobre a situação das crianças no mundo, mostrando que a quarta taxa de mortalidade materna mais alta de todo o planeta está nas aldeias indígenas do Peru. Apesar dos progressos macroeconômicos do país, é um grande risco ser mãe indígena.

Amnesty International, prêmio Nobel da Paz, denunciou sem meias palavras, nos piores anos, o genocídio que estava sendo perpetrado pela ditadura militar na Argentina. Atualmente faz gestões para salvar uma jovem iraniana da condenação de apedrejamento até a morte.

Juntamente com Human Right Watch, fazem tremer às ditaduras. Não deram trégua a Videla, Pinochet, às ditaduras brasileira e uruguaia, a Fujimori, ao regime de Mianmar, o ditador Francisco Nguema, da Guiné Equatorial, e outras semelhantes.

As rigorosas estatísticas sociais e denúncias de Oxfam Internacional sobre a fome no mundo e a especulação no mercado de alimentos, e o trabalho contínuo da Ação Internacional Contra a Fome são fundamentais na luta pelo direito à alimentação.

Diversas ONGs defendem com meios heterodoxos as ameaças ao meio ambiente. Essas e outras organizações similares costumam ser os adversários mais temidos pelos grandes poderes econômicos e financeiros. São insuborná-

veis, não podem comprá-las nem calá-las, mobilizam amplos setores da opinião pública mundial. São totalmente autônomas, não aceitam pressões. Não há como fazer lobbies sobre elas.

Todas são organizações baseadas em trabalho voluntário. São financiadas e apoiadas em suas atividades por milhares e milhares de voluntários do mundo, em muitíssimos países. Têm se transformado em um símbolo de luta pelas melhores causas do gênero humano em nosso tempo.

Sozinhas, não poderão mudar o mundo, mas “fazem barulho”, pressionam fortemente e perturbam a atividade do 1% mais rico, que hoje controla quase a metade dos ativos do mundo.

É uma de suas tarefas-chave, levada a cabo atualmente pelos voluntários do mundo. E há ainda outras de contribuição diária à vida dos “condenados da terra”, os grandes núcleos de pobres e excluídos.

### O DEBATE SOBRE O VOLUNTARIADO

O voluntariado é um enigma para muitos latino-americanos, para os quais a percepção sobre o tema está influenciada por forças contraditórias.

Por um lado, o pensamento neoliberal ortodoxo tenta apresentá-lo como um ator secundário e marginal que pouco pode influenciar na realidade. Os economistas convencionais não entendem que impacto pode ter um setor que se mobiliza totalmente fora do mercado e cujas unidades de produção não raciocinam em termos de maximizar suas rendas, nem sequer com frequência no custo-benefício, mas que utiliza continuamente categorias éticas e é movido por estímulos morais.

Onde estão os incentivos que guiam todo produtor de bens? E, se não tem incentivos econômicos, nem atua no mercado, o que é que se pode esperar dele? Será, segundo eles, marginal; além de ineficiente quase por definição.

Há outros setores diferentes, com preocupação social, mas uma visão que desvaloriza tudo aquilo que não sejam mudanças de fundo, que costumam conceituar o voluntariado como uma atividade caritativa, sem maior impacto na realidade e que, embora não seja reprovável humanamente, é quase uma perda de tempo.

No entanto, os fatos vão em direção oposta a essa visão. Poucos anos atrás, um renomado cientista social brasileiro, Betinho, com uma enfermidade letal, criou uma grande frente de voluntariado contra a fome; 60 milhões de brasileiros atenderam ao seu chamado. Constituiu-se o maior movimento de luta contra a fome da história desse país. Mais tarde, Lula haveria de aprofundá-lo com seu Programa Fome Zero.

Na Argentina, as políticas ortodoxas dos anos 1990 levaram a que, em finais de 2002, 58% da população e 70% dos jovens ficassem abaixo da linha

da pobreza. Amplos setores da classe média se transformaram, em poucos anos, nos “novos pobres”. O voluntariado se mobilizou ativamente. O número de voluntários triplicou de 1998 a 2002, chegando a significar a terça parte da população. Entre outras, uma organização como a Cáritas protegeu 3 milhões de pessoas, com o apoio de 150 mil voluntários. A AMIA, instituição central da comunidade judaica, cobriu com uma rede social milhares de famílias de novos pobres apoiando-se em milhares de voluntários. Multiplicaram-se os refeitórios solidários como o de Margarita Barrientos e seu projeto Los Piletones, que oferecia comida a 3 mil pessoas por dia.

O mesmo tipo de exemplos pode ser citado para a grande maioria dos países da região. Cabe perguntar então: o voluntariado é realmente marginal, ineficiente e uma perda de tempo? Como se explica seu grande poder de convocatória, particularmente entre os jovens, e seus altíssimos níveis de credibilidade nas pesquisas?

Não será o momento de revisar a visão convencional sobre o voluntariado e passar a uma visão mais realista, que permita explorar suas potencialidades e mobilizar essa força latente que tem se manifestado frequentemente com tanto vigor? É hora de realizar um debate sério sobre o tema. Já se postergou demasiadamente.

### O VOLUNTARIADO É A SÉTIMA ECONOMIA DO MUNDO

O Relatório sobre o Estado do Voluntariado no Mundo (Pnud, VNU, 2011) constata que se está subestimando a importância do voluntariado.

A pesquisa mundial Gallup 2010 constatou que 16% dos adultos do mundo dedicam voluntariamente seu tempo a alguma organização. Segundo suas estimativas, existem 140 milhões de pessoas fazendo trabalho voluntário.

A Universidade Johns Hopkins, em uma amostra de 35 países, mediu o peso das atividades das ONGs na economia entre 1995 e 1998.

As ONGs, apoiadas em uma enorme força voluntária de 190 milhões de pessoas, o que significa 20% da sua população, geravam anualmente 5% do produto bruto total. Somando-se tudo o que as ONGs desses países produzem, seriam a sétima economia do mundo. O produto bruto que geravam combinados era superado apenas pelos Estados Unidos, Japão, China, Alemanha, Inglaterra e França. Era maior que o da Itália, Rússia, Espanha e Canadá.

Estudos em diferentes países mostram uma grande população de voluntários que faz importantes contribuições em bens e serviços sociais.

No Canadá, dedicam anualmente 2,1 milhões de horas (2007). Na Austrália, 5,2 milhões de pessoas dedicaram 713 milhões de horas, em 2007, em trabalhos voluntários. Nos Estados Unidos, 62,8 milhões de pessoas cola-

boraram de forma voluntária com uma organização nos 12 meses anteriores (2004). Israel tem números recordes em trabalho voluntário. Ele é praticado por cerca de 25% de sua população, desde adolescentes até aposentados. Produz 8% do produto bruto nacional em bens como atenção a portadores de deficiência, idosos, integração social dos mais desamparados, integração de imigrantes, serviços de saúde paramédicos, apoio em educação de crianças especiais e outros.

Não é importante apenas o volume do voluntariado e seu papel na economia, mas sim seu especial perfil qualitativo. Os voluntários estão concentrados frequentemente nas áreas mais pobres da sociedade e em comunidades em situação de risco. Sua chegada rápida permite salvar vidas, capacitar para o trabalho, prevenir enfermidades dificilmente tratáveis etc. São reconhecidos, como diz o estudo da Universidade Johns Hopkins, “por identificar e encarar necessidades não protegidas, por inovar, por entregar serviços de excepcional qualidade e por servir aos que têm mais necessidades”.

O Unicef estima que, no ano 2000, 10 milhões de voluntários vacinaram, no mundo, 550 milhões de crianças. O produto que geraram pode ser estimado em 10 bilhões de dólares.

São um fator-chave de opinião. A campanha mundial “Levanta-te e fala” (realizada em outubro de 2008), que exigiu dos líderes mundiais o cumprimento dos compromissos que assumiram a respeito das metas do milênio para melhorar urgentemente a pobreza e a desigualdade, mobilizou 43 milhões de pessoas em 127 países.

Bono Vox, um excepcional mobilizador de voluntários, declarou em 2009 que as campanhas pelo perdão da dívida nos países mais pobres da África conseguiram que 34 milhões de crianças estejam agora na escola financiadas pelos governos através da dívida liberada. A mobilização dos voluntários do mundo foi crucial para conseguir sua remissão.

Ainda referindo-se ao potencial do voluntariado, são eloquentes as experiências como a da renomada Enseñar por América, uma ONG que propõe aos recém-formados das universidades mais conceituadas dos Estados Unidos trabalhar dois anos ensinando em escolas pobres por salários-mínimos. Supera em capacidade de recrutamento, em Yale, Harvard, Georgetown e outros *campus*, às ofertas das principais empresas privadas. Recebeu em 2008, 24.700 candidaturas para 3.700 postos. Foram enviados a trabalhar em áreas pobres de cidades, zonas rurais e reservas indígenas.

Na América Latina, há uma intensa e crescente atividade da sociedade civil apoiada no voluntariado. Estima-se que existem 1 milhão de organizações em atividade. Os campos principais em que atuam são: desenvolvimento

comunitário, educação e capacitação, participação cívica, saúde, necessidades básicas, meio ambiente, direitos humanos, processos de paz e serviços de emergência. Percorrem um *continuum* que vai desde contribuir em ações contra a pobreza até ajudar a construir a cidadania.

Segundo cálculos da Johns Hopkins, a contribuição das organizações da sociedade civil apoiadas no voluntariado superam os 2% do produto bruto em países como Argentina e Brasil.

### UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA MUITO ESPECIAL

*Un Techo para mi País* é atualmente uma das maiores ONGs da América Latina. Está integrada totalmente por jovens com menos de 30 anos. Constrói em dois dias moradias provisórias para a população em extrema pobreza.

Nasceu no Chile há dez anos e atualmente está em 19 países. Já construiu mais de 80 mil moradias. Os voluntários identificam áreas em pobreza extrema, onde se vive na mais absoluta precariedade, com moradias diretamente sobre o chão, sem piso, com telhados e paredes de latas e papelão, e que desabam quando chove com alguma intensidade, em locais onde se convive com o lixo. Os voluntários vão até as comunidades, se reúnem e planejam coletivamente onde vão construir. Treinam as famílias para construir juntos. Levantam com elas suas moradias apoiada em pilotis de madeira, feita com madeira de boa qualidade, com janelas e telhados impermeabilizados. Fazem seu trabalho, como muitas ONGs da nova geração, de modo totalmente horizontal. Quando terminam, eles e as famílias humildes que receberam ajuda tornam-se novos amigos. E, como consequência imediata, membros dessas famílias se oferecem para ser voluntários na construção de casas similares para seus vizinhos.

As experiências são inesquecíveis para os jovens, em sua grande maioria universitários, que participam de *Un Techo para mi País*.

Um deles, no Panamá, explica: “As moradias da vila estavam ao lado de um depósito de lixo. As pessoas viviam sobre o lixo. Era insuportável. Ou fugíamos ou continuávamos. Continuamos. Isso nos marcou para sempre”. Outro voluntário conta que, em uma vila no interior da Argentina, “quando terminamos de construir, a mãe da família desatou a chorar. Quando lhe perguntamos ‘Fizemos alguma coisa errada?’, ela disse: ‘Não, acontece que eu nunca tive uma janela em toda a minha vida’”.

Um jovem de 18 anos, de uma vila, escreveu: “Tive que abandonar os estudos e ir trabalhar para ganhar a vida. Foi ruim, mas pior que isso era o que me acontecia cada vez que chovia à noite. A água penetrava pelo telhado, minha mãe começava a tossir e tossir. Vocês mudaram a minha vida. A água não entra mais”.

Experiências desse tipo são impagáveis e permitem que muitos jovens das classes médias e altas entendam de verdade a pobreza e vejam a injustiça social à flor da pele. Un Techo para mi País cresce aceleradamente e tem, atualmente, quase 400 mil voluntários na América Latina.

A experiência voluntária é um fortalecedor insubstituível dos valores éticos positivos e do civismo. Em um importante trabalho, Thompson e Toro (2000) mencionam os estudos de Schervish, Gates e Hodgkinson (1995) que comprovam que crianças e jovens que participam de atividades voluntárias ou têm pais que o fazem aumentam consideravelmente as possibilidades de que se tornem adultos socialmente responsáveis.

Howard e Gilbert (2008) analisaram grupos de voluntários mais ativos de associações e voluntários menos ativos. Concluíram que “os mais intensamente envolvidos em associações voluntárias tinham mais participação política, maior satisfação de vida e eram mais confiáveis que os mais passivos”.

Segundo o Primeiro Informe Mundial do Voluntariado 2011, na Austrália, um estudo evidenciou que 83% dos que fazem trabalho voluntário afirmam que o voluntariado aumentou seu sentimento de pertença à comunidade. O estudo concluiu que “o voluntariado pode ajudar a amenizar os sentimentos de isolamento pessoal, aumentar a autoestima e questionar os estereótipos existentes sobre diferentes grupos”.

Resultados similares foram encontrados no Brasil a partir do Programa de Universidades Solidárias. Também as avaliações das relevantes experiências de programas de aprendizagem-serviço realizados nas escolas primárias e secundárias da Argentina indicam seus importantes efeitos positivos.

Atualmente nesse país, o prêmio presidencial Escolas Solidárias distingue anualmente aquelas escolas que incluem o trabalho solidário na formação. A participação é superada a cada ano.

O voluntariado é um desencadeador de círculos virtuosos em valores éticos, educação e cidadania e condutas de associativismo. É um construtor puro de capital social.

### **É UMA FALÁCIA OPOR ESTADO E VOLUNTARIADO**

Costuma-se dizer que é o Estado que deve se encarregar da assistência social à população, e, se existe um voluntariado ativo, isso seria sinal de um Estado fraco. Ou então, argumentam que o voluntariado não pode por si só mudar as causas estruturais que geram a pobreza e, portanto, tem uma função paliativa.

A realidade desmente essas falácias. Os países líderes em trabalho voluntário são Estados fortes e reconhecidos por seu excelente trabalho, como

Suécia, Holanda e Noruega. Além disso, embora o trabalho voluntário não mude os problemas de fundo, está claro que salva vidas diariamente. Não há nenhuma maneira de alegar que cada uma delas não tem a máxima importância. Essa ideia está contida na antiga sabedoria do Talmud, interpretação livre da Bíblia, de milhares de anos, que atesta: “Aquele que ajuda a salvar uma só vida é como se salvasse todo o gênero humano”.

Para enfrentar a pobreza persistente que caracteriza a América Latina, que “mata” e “adoece” milhões diariamente, necessita-se de ação combinada de todos os atores sociais. O Estado é, em uma sociedade democrática, o principal responsável por garantir a todos os cidadãos seus legítimos direitos a alimentação, saúde, educação, moradia e trabalho. Mas isso não exime os outros atores sociais. O voluntariado, que é a sociedade civil em ação, pode complementar e enriquecer as políticas sociais.

A política pública pode executar projetos de longo prazo, financiamento, continuação institucional. O voluntariado pode complementá-la com seu contato vivo com a comunidade, sua flexibilidade organizacional, sua capacidade de chegar rapidamente a qualquer lugar do território. Impõe-se a combinação de ambos, e para isso é necessário superar a cultura de falsas oposições e preconceitos muito presentes na América Latina.

### O QUE MOBILIZA OS VOLUNTÁRIOS?

Em anos recentes, estudantes de Medicina dominicanos prestaram ajuda médica a populações isoladas, vítimas de inundações. Para chegar até elas, tiveram que atravessar rios. As pontes haviam caído. Quando perguntei-lhes como chegaram até lá, responderam que, com suas mochilas às costas, amarraram-se uns aos outros com cordas.

Luna (25 anos), uma jovem médica indígena guatemalteca, criou um programa voluntário para atender gestantes indígenas em aldeias onde não chega nenhum tipo de assistência médica. Só se pode ter acesso às famílias caminhando durante horas pelas montanhas. Os quatro jovens médicos que trabalham com ela colocam às costas as mochilas com o material médico e seguem. Treinaram “cuidadores nativos”, que visitam as famílias; oferecem orientação e medicamentos básicos às parteiras para acompanharem a gestação. Na Guatemala, morrem 153 mães para cada 100 mil nascimentos (no Canadá, apenas 6).

O que mobiliza jovens como estes, ou os do Un Techo para mi País, ou os Cascos Blancos<sup>4</sup> da Argentina, e muitos outros no continente e no mundo?

Existem enormes possibilidades de desenvolver o voluntariado porque sua força propulsora se encontra na própria natureza humana: é o sentimento

---

4. Cascos Blancos é um órgão do Ministério de Relações Exteriores e Culto da República Argentina, encarregado de planejar e executar assistência humanitária internacional.

profundo de que a solidariedade ativa, a transcendência, o sentir-se responsável, mais que uma obrigação, é um privilégio.

Thompson e Toro (2000) afirmam que “a ação política e religiosa são hoje, talvez, os motores mais importantes para o desenvolvimento do voluntariado social na América latina”. Ambas implicam, no fundo, esse compromisso ético com o outro.

No Peru, as pesquisas indicam que 47% dos jovens que fazem trabalho voluntário admitem que isso faz parte de suas crenças religiosas (Portocarrero, Loveday e Millán, 2001). Por outro lado, a motivação política, no sentido mais nobre e amplo de ajudar a construir uma sociedade melhor, é um poderoso propulsor de jovens de toda a região.

Em uma região como a América Latina, que sempre se caracterizou por estar fervilhando de ideias, a chama do voluntariado pode ser amplamente acesa, porque o ambiente é propício.

É despertar algo que já está latente nos seres humanos e destinado a lhes propiciar múltiplos benefícios – desde seu crescimento como pessoa até uma melhor condição de saúde.

A sabedoria bíblica destaca que “aquele que ajuda o outro na realidade está ajudando a si mesmo”. A ciência tem chegado, por outros caminhos, a conclusões similares. Rojas Marcos (2001), em seus estudos nos Serviços Sanitários da Cidade de Nova York, constatou que aqueles que fazem trabalho voluntário têm melhor condição geral de saúde do que os que não o fazem. As gratificações espirituais, psicológicas e afetivas envolvidas contribuem fortemente para isso. Estudos da Universidade Hebraica de Jerusalém (Brinn, 2005) concluíram que “as pessoas que demonstram uma conduta pró-social têm mais êxito na vida. Os voluntários têm uma atitude mais positiva diante da vida”.

Análises de programas nos Estados Unidos com adultos idosos fazendo trabalho voluntário organizado em escolas, como Experience Corp., encontraram resultados impactantes. Weiss (2006) destaca que foram observados “maior mobilidade, menos falhas, redução de medicamentos e diminuição de casos de depressão”.

Em sua provocativa obra, *A vida que você pode salvar* (2009), o filósofo Peter Singer menciona dois estudos recentes em que Harbaugh, Burghart e Mayr fizeram uma experiência na qual entregavam dinheiro a jovens estudantes. Estes podiam escolher entre doá-lo a um banco de alimentos para pobres ou ficar para si. Mediu-se com ressonância magnética as áreas do cérebro que produzem gratificações, e essas áreas eram mais ativadas quando eles doavam.

Em outro estudo da Universidade de Michigan, em 30 mil lares norte-americanos, fazendo-se uma comparação entre doadores e não doadores,

concluiu-se que aqueles que doavam tinham 43% mais probabilidade de considerar que eram “muito felizes com suas vidas”, e 68% menos possibilidades de cair em desespero.

### O NOVO INTERESSE PELO VOLUNTARIADO

Os jovens mostram um grande interesse nas atividades voluntárias. O chamado à solidariedade está atualmente na letra e na música dos principais conjuntos musicais em muitos países. Um estudo internacional constatou que 73% dos jovens espanhóis e 66% dos canadenses e norte-americanos dão muito mais importância a esse tema que ao de ganhar muito dinheiro. Uma pesquisa nos Estados Unidos entre jovens de 13 a 25 anos constatou que 61% estava preocupado pela situação do mundo e se sentia pessoalmente responsável de fazer a diferença. Segundo o Informe Juventud en Espanha (2008), a instituição mais valorizada pelos jovens eram as ONGs. Trabalham nelas como voluntários 1 milhão de pessoas. Na Argentina, numa enquete Gallup (2008), 80% dos jovens entrevistados, de 10 a 24 anos, responderam que ajudar os outros era uma das suas metas principais. Essa opinião era mais forte entre as mulheres do que entre os homens, e mais no interior do que na capital, cujo percentual baixava para 57%.

O voluntariado, segundo estudos, tem fortes bases biológicas. Wilson, resumindo diversas pesquisas sobre a biologia do ser humano, afirma: “Os estudos revelam uma profunda capacidade para a empatia, o desejo de confiar nos outros e tornar-se instantaneamente bons amigos e, também, o sentimento de revanche contra aqueles que não respeitam as regras do grupo por lucros pessoais”.

O impulso ao voluntariado está presente nas principais crenças espirituais do mundo. A Bíblia tem 3 mil referências sobre “aliviar a pobreza”. A palavra em hebraico para “solidariedade” é “*Tzedaka*”, que significa “fazer justiça”. A ideia é que ajudar o pobre significa restabelecer a justiça que está sendo violada pela própria existência da pobreza. A “*Tzedaka*” é considerada igual em importância a todos os outros mandamentos justos. Jesus de Nazaré proclamou que o modo como “tratamos o último de nossos irmãos é o que vai determinar se herdamos o Reino dos Céus ou iremos ao inferno eterno”. O islamismo também requer que seus fiéis ajudem aos necessitados.

Os graves problemas sociais que criam tanta miséria e pobreza na América Latina, um continente potencialmente tão rico, que desestabilizam continuamente a governabilidade, minam a confiança, criam gerações de jovens desiludidos e têm uma de suas bases principais na grave desigualdade da região, requerem uma resposta coletiva.

Corresponde à política pública assumir responsabilidades centrais a respeito, garantindo, junto à cidadania política, uma cidadania econômica e social.

Porém, todos os atores sociais devem assumir suas responsabilidades e colaborar com as políticas públicas.

O voluntariado latino-americano, com seu vigor, sua capacidade criativa e sua genuinidade, pode fazer contribuições transcendentais. É necessário criar políticas públicas que tenham qualidade de políticas de Estado para respaldá-lo, hierarquizá-lo, promulgar leis, educar sistematicamente, colocá-lo na grande agenda pública.

No novo modelo econômico em construção no Mercosul e em outros países observados na região, há significativos avanços a respeito. No Uruguai, o presidente Mujica convocou uma grande ação voluntária em moradia e outras áreas. Na Argentina, o mais alto nível presidencial tem apoiado vigorosamente o ensinamento de valores solidários em todas as instâncias da educação, e há também programas de vanguarda como os Cascos Blancos, iniciativa governamental de voluntariado que hoje presta ajuda a numerosos países. No Brasil, são estreitas as inter-relações entre política pública e organizações voluntárias.

Uma grande convocação ao voluntariado pode dar resultados muito importantes para a região diretamente pela contribuição socioeconômica que pode gerar, mas, além disso, pela mensagem moral que podem transmitir essas caras jovens ou adultas cheias de desejos de ajudar o próximo, esse trabalho silencioso e de baixo perfil, essa emoção quando se obtêm vitórias.

É utópico acreditar no voluntariado? De modo nenhum. Está nas raízes das convicções éticas e espirituais dos latino-americanos.

Os aimaras, uma das civilizações mais antigas do continente, distinguem entre “bem-estar”, que significa ter bens materiais, e “bem viver”, que significa sentir-se bem consigo mesmo por optar sempre pelo bem, por sentir-se uma boa pessoa e perceber que todos os demais o veem assim. Argumentam que o “bem-estar” não garante o “bem viver”, e que este é um estado humano superior.

Os jovens latino-americanos e muitos outros setores da população se encontram na busca do ideal aimara de bem viver. O voluntariado em todas suas expressões, o compromisso solidário, o civismo e a participação política são uma boa via para se aproximar dele.

---

### **A figura de 2011**

Os heróis de 2011, segundo a *Time*, foram “os indignados”. Uma jovem americana de 26 anos, integrante do Ocupa Wall Street, foi a capa da revista. Os indignados, que são voluntários, conseguiram mudar o debate americano e mundial sobre a economia com seu lema “somos os 99%”, e os espoliadores são “o 1%”. Manchete de primeira página do *The New York Times*

(1º/12/2011), “as praças foram desocupadas, mas os 99% ocuparam a linguagem cultural e política”.

### **Um gesto voluntário**

Wesley Aubrey, um humilde operário norte-americano da construção civil, negro, estava esperando o metrô em Nova York com suas duas filhas de 4 e 6 anos. Viu próximo a ele um jovem que convulsionava com um ataque de epilepsia. O jovem caiu nos trilhos e o trem vinha se aproximando. Não teve dúvida. Deixou suas filhas e se atirou sobre o epilético, abaixando-o, e o trem passou sobre ambos. Recebeu a máxima distinção da cidade. Sua mensagem a todos foi a da solidariedade e a responsabilidade pelo próximo.

### **Alta popularidade**

O Latinobarômetro é uma pesquisa que se faz anualmente em todos os países da América Latina. Quando perguntou às pessoas em quais instituições tinham mais confiança, surpreendentemente 82% responderam: nos bombeiros.

Não é por acaso, pois são um modelo. Não têm interesse econômico, têm compromisso com a comunidade, se arriscam diariamente pelos demais, não buscam nenhuma recompensa, são anônimos.

---



## CRIANÇAS: O DISCURSO E A REALIDADE

As ordens do ditador da Síria são muito claras. Atirar nos civis. Assad deu permissão a suas tropas para matar civis. São mais de 30 mil em poucos meses. Segundo denúncias da ONU, entre as vítimas há muitas crianças. É fácil matar crianças. Estão absolutamente indefesas. Falta de defesa e vulnerabilidade fazem parte da vida cotidiana de muitíssimas crianças no planeta.

Supostamente, um dos avanços da civilização é a compreensão de que elas devem ser a prioridade; devem ser protegidas, cuidadas, educadas, estimuladas. Que são o futuro. Mas as crianças têm um problema. Não têm lobbies, não fazem parte de grupos de poder, nem de sindicatos, nem de organizações. Não têm capacidade de pressão, não votam, não podem fazer favores. Portanto, se o modelo não é em si um modelo inclusivo e atento a princípios éticos, podem ter sérias dificuldades.

O discurso sobre as crianças costuma estar totalmente divorciado da realidade. Cerca de 33% da população mundial e 50% da população dos países em desenvolvimento estão constituídos por meninos e meninas. São 2 bilhões. A maioria está em situação de pobreza. E pagam muito caro; 8,1 milhões de crianças morrem anualmente antes de cumprir cinco anos, por causas totalmente evitáveis.

São 22 mil mortes por dia, por razões perfeitamente controláveis, como alimentação, vacinas ou assistência sanitária. Um dos maiores assassinos é a desnutrição. É a causa de morte de um terço delas. Num mundo onde se jogam no lixo, diariamente, toneladas de alimentos. Outra causa é a falta de vacinas: 23 milhões de crianças não têm acesso a elas. Estima-se que, se 90% das crianças dos países mais pobres fossem vacinadas, seriam salvos 2 milhões de vida por ano.

Se houvesse assistência médica ou paramédica nos partos, seriam salvos 1,3 milhão de bebês por ano. Isso não existe para enormes setores. Na Etiópia, apenas 6% dos partos recebem assistência médica. Na Noruega, todo nascimento é assistido por pessoal médico.

Não é por acaso. O modelo econômico geral é muito determinante. Os países escandinavos, onde não se discute se a saúde deve ser pública, e esta é assegurada pelo Estado universalmente a toda a população, são os melhores lugares do mundo para ser mãe. Analisando dez fatores, o relatório Save the Children 2010 conclui que o número 1 é a Noruega; o 3, a Islândia; o 4, a Suécia; o 5, a Dinamarca; e o 7, Finlândia. Noruega e Dinamarca gastam em saúde 6 mil dólares por habitante por ano. O Peru, apenas 200.

De acordo com o discurso sobre as crianças, sua educação deveria estar assegurada pela sociedade. Mas ocorre que é uma mão de obra muito barata e explorável sem problema. Há 215 milhões de crianças trabalhando duramente.

As crianças são o objeto preferido das maiores perversões do planeta; 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos se viram obrigados a manter relações sexuais forçadas ou foram objeto de outras formas de violência ou exploração sexual.

A situação das meninas é pior ainda do que a dos meninos. São discriminadas por serem pobres, por serem crianças e por serem mulheres. As meninas têm maior risco de subnutrição, fome e doenças, menor acesso à educação e sofrem as maiores violações dos direitos humanos básicos: 140 milhões sofrem por toda vida as consequências da mutilação sexual e, a cada ano, 10 milhões são obrigadas a se casar antes de completar 12 anos.

As crianças portadoras de necessidades especiais sofrem todas as discriminações possíveis juntas. Nos países em desenvolvimento 90% delas não têm acesso à educação.

Vejam alguns dos quadros típicos de muitas crianças no mundo, e também algumas das argumentações mais comuns para justificá-los e poder conviver com as hipocrisias.

### MÃES E CRIANÇAS EM RISCO

A primeira prioridade é prover assistência adequada à mãe durante a gestação e o parto, bem como os cuidados necessários ao bebê. São altamente vulneráveis nessa etapa, e a situação da mãe e do bebê está muito ligada; se ela tem problemas de saúde sérios, repercutirão de imediato no bebê.

Os países avançados tomam todos os cuidados a respeito. Neles, morre apenas uma mãe em cada 14.285 nascimentos. No mundo em desenvolvimento, 50 milhões de mulheres dão à luz sem acompanhamento de

peçoal minimamente qualificado. Morrem 343 mil mães por ano, quase uma a cada minuto.

Uma razão central é a falta de assistência médica. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), deveria haver, no mínimo, 23 médicos, enfermeiras ou parteiras para cada 100 mil habitantes. Na Somália, há 1,5. Na Nigéria, apenas um em cada três partos é atendido por pessoal médico ou paramédico.

Morre, no mundo, uma criança a cada três segundos. Um terço das mortes é de crianças que perecem durante o primeiro mês de vida, em sua casa, sem ter tido acesso a serviços elementares de saúde que poderiam ter salvado sua vida.

Estima-se que as mortes anuais de crianças equivalem às vítimas que causaria um *tsunami* a cada 40 dias, com a diferença de que todas elas são de crianças menos favorecidas.

Cerca de 50% das mortes são causadas pela desnutrição da mãe e da criança. Reduzindo a desnutrição, reduziriam-se fortemente as mortes por doenças tratáveis com facilidade, como a diarreia ou a pneumonia. Além disso, incidem fortemente na diarreia fatores primários como a falta de água potável, de instalações sanitárias adequadas e a falta de práticas higiênicas.

A América Latina tem um quadro paradoxal. Está produzindo alimentos suficientes para o triplo de sua atual população. No entanto, 25% das mães que dão à luz sofrem de desnutrição, entre 42% e 57% das mortes de crianças são causadas também pela desnutrição, e 16% das crianças têm desnutrição crônica. A pronunciada desigualdade da região tem um papel preponderante.

Um tema alimentar-chave é o aleitamento materno. O Unicef afirma que esta é a melhor fonte de nutrição para um bebê e fortalece seu sistema imunológico. Pesquisas demonstram que, quando as crianças são alimentadas com fórmulas, se aumentam os riscos de infecção nos ouvidos, de enfermidades respiratórias, de obesidade, de diabetes e até de câncer. Cerca de 60% das crianças do mundo em desenvolvimento não recebem aleitamento materno durante o período mínimo desejável.

Quando se somam alguns desses números, as contradições podem se mostrar quase insuportáveis. Save the Children mostra que as mulheres suecas têm educação formal durante mais de 17 anos, expectativa de vida de 83 anos, e apenas uma em cada 185 perderá um filho antes de completar um ano. No entanto, as mulheres nigerianas têm três anos de educação, apenas uma em cada dez sabe ler e escrever, sua expectativa de vida é de 45 anos, e 25% das crianças morrem antes de completar um ano. Cada mulher verá um filho morrer, e 90% pode perder até dois filhos em sua vida.

Não há muitas justificativas para o péssimo tratamento que um planeta transbordante de riquezas e tecnologias está dando a grande parte das mães e das crianças.

Com 20 dólares se pode dar a uma criança recém-nascida, como fazem os noruegueses, todo o conjunto básico de vacinas necessárias para toda sua vida. Com 5 dólares pode-se adquirir um mosquiteiro e reduzir radicalmente os dois milhões de mortes anuais por malária. Com apenas 33 centavos de dólares pode-se vacinar contra o sarampo, que está matando 240 mil crianças por ano em 47 países, totalizando 95% de mortes por essa enfermidade, porque um terço dos menores de cinco anos não estão vacinados.

Bastariam proporções ínfimas do PIB dos países mais ricos para dar possibilidade de vida a tantas vítimas inocentes. A grande maioria de seus habitantes, segundo as pesquisas, estaria disposta a fazer essa contribuição. No entanto, a ajuda internacional não cresce.

### BEM-VINDOS AO MUNDO

Como proteger as crianças de verdade, e não apenas no discurso? O modelo nórdico possibilita que o bebê chegue ao mundo nas melhores condições, com um grande acolhimento por seus pais e com aleitamento materno assegurado.

A Suécia outorga 14 meses de licença-maternidade, 12 por um pai e dois pelo outro. Na Noruega, são 47 semanas com o salário integral, ou 57 semanas com 80%. Além disso, ambos os pais podem requerer uma licença de um ano adicional sem receber salário. Tudo isso possibilita o aleitamento materno de seis meses, que é o tempo recomendado pela OMS. Na Suécia, esse índice alcança 98% das mães.

Os pais noruegueses usam intensamente as possibilidades de estar com seus filhos recém-nascidos. Em 2008, 90% dos pais aproveitou esse direito. Além disso, está aumentando o número de pais que usam um período maior ao da licença. Passaram de 11% a 16,5% entre 2000 e 2008.

Os países que vêm depois dos nórdicos estão a grande distância: República Checa, 28 semanas; França e Itália, 20; Canadá, 17; Alemanha, 14. Nos Estados Unidos, o direito é de apenas 12 semanas, mas não pagas.

A pré-escola, atualmente considerada fundamental para o desenvolvimento da criança, é também objetivo especial de proteção entre os escandinavos. Na Suécia, 80% das crianças de dois anos estão na pré-escola.

Lá permanecem por seis horas diárias, com o estímulo de profissionais. O sistema exige um investimento econômico importante. Tanto Suécia como Dinamarca pagam 10 mil euros por ano por uma criança na pré-escola. Como o financiamento é público, isso significa pressão fiscal. É bem vista por seus cidadãos nas pesquisas porque estão pagando por valores éticos muito importantes para a sociedade.

Investir em crianças tem a ver com valores, mas ao mesmo tempo tem efeitos econômicos positivos de grande envergadura. Está se criando equidade real na base da pirâmide social. Um estudo<sup>4</sup> comparado de Richard Wilkinson e Kate Pickett conclui que as sociedades mais igualitárias são também as mais saudáveis e as mais felizes.

### A EPIDEMIA DE CRIANÇAS OBESAS

Um estudo publicado por *New England Journal of Medicine* constatou que as crianças mais obesas têm duas vezes mais probabilidade de morrer prematuramente antes dos 55 anos. A obesidade é o fator mais estreitamente associado com uma morte precoce, segundo os dados coletados.

O tema é de grande significação nos Estados Unidos. Uma em cada três crianças norte-americanas é considerada com sobrepeso ou obesa. Michelle Obama lançou uma grande campanha a esse respeito, chamada “Movimento-nos”, que convoca a mudanças na maneira que as crianças comem e brincam; entre eles está reduzir o tempo médio, de seis horas diárias, que as crianças passam assistindo a TV.

Os especialistas dizem que, junto a isso, é necessário regulamentar a publicidade de alimentos para as crianças e eliminar os subsídios governamentais que fazem a “junk-food” barata e rentável.

Um estudo constatou que as crianças e os jovens eram mais obesos quando havia lojas de comida rápida a uma quadra de suas escolas. Foram apresentados projetos para estabelecer uma distância mínima obrigatória. O vereador de Queens, Eric Gioia, fundamenta um desses projetos afirmando: “Um restaurante de comida rápida na esquina pode ter um impacto terrível sobre a vida da criança”.

No México, de acordo com os dados da Secretaria de Saúde, só no Distrito Federal, 47% da população infantil tem sobrepeso. Tem aumentado bastante o consumo de produtos sucateados. Em um protesto público de pais de família, exigindo a proibição de tais alimentos nas escolas, argumentavam: “Consumem e depois terão obesidade, que desencadeará diabetes ou hipertensão, e essas doenças irão matá-los. É um tema de dupla moral. É como proibir o cigarro”. Estima-se que, se essa tendência se mantiver, em 2015, 100% do orçamento de saúde em nível federal será destinado às enfermidades relacionadas à obesidade, como a hipertensão arterial e o diabetes.

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPS) está lutando na América Latina para que se consiga avançar até que esta possa ser declarada “livre de gorduras saturadas”, atualmente presente em muitos produtos consumidos pelas crianças.

4. Richard; Pickett. O espírito da igualdade. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

São úteis como referência as recomendações formuladas (2011) pela equipe de especialistas convocada por Michelle Obama: “a indústria alimentícia tem que elaborar para as crianças produtos com valor nutricional, não *junk-food*”.

Devem ser fixados objetivos agressivos para aumentar a proporção de propagandas que promovam alimentos e bebidas saudáveis para as crianças – em três anos, a maioria das propagandas deve ser de produtos saudáveis.

Os meios de comunicação devem destacar em seus programas comidas saudáveis. O governo federal deve gerar incentivos para aumentar a produção de alimentos saudáveis, como frutas, vegetais e grãos integrais. As escolas devem proporcionar horário de recreio para que as crianças se movimentem e façam exercícios físicos.

O governo, as empresas e as fundações devem aumentar o número de parques seguros e lugares para exercícios físicos, especialmente nos bairros pobres. O governo e as comunidades locais devem difundir mensagens simples sobre alimentação, como “tome água em vez de bebidas açucaradas”, “coma mais frutas, vegetais e grãos integrais”, “escolha produtos lácteos sem gorduras”, “tente fazer as refeições em conjunto, como família”.

Outros países vão por esse caminho. Na França, propuseram aumentar os impostos dos alimentos que fazem engordar. Em alguns países europeus, incorporou-se a educação alimentar ao currículo escolar. Os países nórdicos projetaram “corredores de segurança” para estimular que os alunos vão a pé para a escola.

Na América Latina, com um potencial imenso para produzir alimentos saudáveis e com experiências muito interessantes apoiadas pela OPS, urge enfrentar o problema.

### AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Leidy Tabares é uma menina de rua de Medellín cujo nome percorreu o mundo. Sobrevivia vendendo rosas de mesa em mesa. Foi a figura central da *Vendedora de Rosas*, um célebre filme colombiano indicado para a Palma de Ouro de Cannes (1998), que documenta a vida de crianças em situação de rua.

Todos os protagonistas eram como Leidy, e sua vida difícil comoveu o mundo. Seu encanto e atuação lhe valeram o prêmio de melhor atriz em três festivais internacionais. Por tudo isso ela recebeu apenas mil euros (*El País*, Madri, 25/1/2004). Um ano depois, esta mesma menina teve que voltar às ruas para vender rosas. Dos 17 meninos que atuaram no filme, nove foram assassinados. Em Honduras, uma média mensal de 50 crianças e jovens menores de 23 anos teve o mesmo fim em anos recentes.

Milhões de crianças na América Latina vivem nas ruas ou trabalham nelas. Causas: a necessidade de sobreviver, famílias falidas e a exclusão social. No México, Bolívia, Peru e Equador trabalham 20% das crianças menores de 14 anos. Na América Central, há 1,3 milhão trabalhando. Sua renda é miserável.

As crianças que vivem nas ruas em muitas cidades da América Latina dormem em edifícios abandonados, debaixo de pontes, marquises, parques, redes de esgotos. Trabalham como limpadoras de para-brisas, engolidoras de fogo, coletando lixo, carregando coisas, como mendigas. Sua saúde e alimentação são muito precárias e estão indocumentadas.

São as vítimas preferidas do comércio sexual, que tem crescido. Também tem aumentado o tráfico de crianças roubadas para o mercado sexual ou para exploração. Segundo a ONU, o tráfico de pessoas é um dos negócios do crime em maior expansão. Outro filme premiado, o brasileiro *Central do Brasil*, denuncia em seu início uma das violências mais brutais, as quadrilhas de roubo de órgãos de crianças. E a tudo isso se soma o uso de crianças pelos traficantes de droga.

Nessas condições, viver nas ruas é viver no inferno. Isso foi constatado pelos estudos sobre os altos níveis de depressão psíquica, busca de saídas através de cola e outras drogas e, finalmente, suicídios nesta população infantil desesperada.

É muito cômodo chamá-los de “meninos de rua”. É como se tivessem decidido viver assim, e há os que acalmam sua consciência com essa argumentação. As pesquisas indicam o contrário. Estão ali porque foram atirados àquela situação.

Impõe-se a busca de saídas. Há os que mostram o caminho. A Asignación Universal por Hijo, o mais ambicioso programa de proteção das crianças pobres da história das políticas sociais na Argentina, tem mostrado em pouco tempo resultados impactantes.

Organizações internacionalmente reconhecidas, como Casa Alianza e Junconí (Junto com los niños), do México, têm mostrado que, mediante programas orgânicos de proteção, educação e reintegração familiar, é possível resgatar muitas crianças. Na Argentina, entre outras instituições exemplares, Nuestros Hijos (Leladeinu), da comunidade judaica, tem devolvido a dignidade e recuperado em pouco tempo 300 crianças em grave risco, e os voluntários de outra ONG, as Velhas do Andén, percorrem diariamente as vias férreas e as estações de trem em áreas da Grande Buenos Aires recolhendo e reabilitando as crianças que vivem nelas.

Os meninos de rua não estão ali por sua vontade, como certos projetos de punição na cidade de Buenos Aires alegam implicitamente. São crianças excluídas pela sociedade.

## DESCULPAS SOBRE O TRABALHO INFANTIL

Diante de fatos que chocam os valores éticos básicos, é costume engendrar desculpas para aquietar o desconforto de consciência.

O trabalho infantil violenta a ética mais elementar. Todas as crianças deveriam ter direito a uma infância feliz e à escola. Os mais de 200 milhões que são vítimas no mundo e os 17 milhões de crianças e jovens de 5 a 17 anos que trabalham na América Latina não têm esses direitos básicos.

Entre as desculpas mais comuns estão:

### 1) *As crianças trabalham porque querem*

Trabalham por necessidade, empurrados pela pobreza, num continente com 170 milhões de pobres. Trabalhar nos depósitos de lixo, por exemplo, não responde a uma suposta decisão; é sujeitar-se a lugares imundos, arriscando a saúde, nas condições mais hostis.

### 2) *É bom que trabalhem*

A frase é mencionada muitas vezes por quem jamais enviaria seus próprios filhos para trabalhar, retirando-os da escola. O trabalho infantil é uma causa muito importante de evasão escolar.

### 3) *É uma questão secundária*

Não é o que afirma a OIT e o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. Um relatório demonstra que existem crianças trabalhando em 122 produtos em 58 países. Produzem bolas de futebol com as quais outras crianças brincarão, estão nas plantações de café na América Central, na construção civil, em todo tipo de atividade agrícola, nas minas, são vendedoras ambulantes.

### 4) *Não tem solução*

Não é verdade, pois as remessas de dinheiro que os imigrantes latino-americanos enviam a suas famílias pobres permitiram tirar muitas crianças do trabalho infantil. Programas de excelência como Pro Niño, da Telefónica, têm resgatado mais de 200 mil crianças do trabalho infantil. É necessário ainda multiplicar a ação das políticas públicas e as alianças estratégicas, entre elas a responsabilidade social das empresas privadas e das ONGs.

Na América Latina, em busca de novos caminhos, urge substituir as desculpas por ações efetivas que erradiquem de verdade o trabalho infantil, que está roubando a infância de milhões de crianças da região.

## É DIFÍCIL SER FILHO DE TRABALHADORES POBRES

Segundo o Unicef, há sete necessidades básicas que qualquer criança deveria ter atendidas: moradia, água potável, instalações sanitárias, educação, informação, saúde e alimentação adequada. Existem 1 bilhão de crianças (cer-

ca de 50% do total mundial) que sofrem privações severas de algum desses itens básicos e, dentre elas, 700 milhões privados de duas ou mais.

Jody Heymann e Magda Barrera (2008) analisaram a especial situação das famílias de trabalhadores pobres. Os pais têm um dilema: cuidar das crianças, em particular quando adoecem, ou gerar renda. Se decidem cuidar deles podem perder salários, promoções no trabalho e até mesmo o próprio emprego.

Essa situação é mais grave entre aqueles de renda mais baixa. No México, 58% dos que ganham menos de 10 dólares diários e devem cuidar de um criança doente perdem renda ou promoções, ou o trabalho. Entre os que ganham mais de 10 dólares diários, o percentual é de 25%.

As autoras mencionam um dos muitos casos similares. Irene lava pratos em um hotel no México. Seu filho nasceu com um problema cardíaco. Durante os nove meses que seu filho viveu, passou entre tirar licença para atendê-lo ou trabalhar para ganhar dinheiro para proporcionar atendimento médico. Cada dia que faltava ao trabalho sem permissão, perdia três de pagamento. Seu filho morreu quando ela estava trabalhando. Irene pergunta-se frequentemente se seu filho teria sobrevivido mais se ela estivesse em casa, mas se faltasse mais dias ao trabalho não teria dinheiro para alimentá-lo. Seis anos depois, ela ainda continua muito afetada.

As famílias de menores salários e menos educação têm menor possibilidade de conseguir férias pagas ou flexibilidade no trabalho.

Os pais pobres, além disso, têm menos apoio familiar e mais cargas familiares. Cerca de 46% dos pais que ganham mais de 10 dólares por dia têm uma família grande que pode ajudá-los. Entre os que têm uma renda inferior a 10 dólares diários, apenas 32% contam com essa ajuda. Além disso, 47% deles ajudam um familiar adulto. Entre os que ganham mais de 10 dólares diários, esse percentual é de 42%.

Nessas condições, os filhos de pais trabalhadores pobres são deixados em casa sozinhos ou ao cuidado de outras crianças. No México, 27% dos pais fazem assim. Acontecem mais acidentes, e sua saúde e desenvolvimento são prejudicados. Quando há um irmão maior, deve deixar a escola para cuidar dos outros. Cerca de 42% das famílias de trabalhadores pobres no Brasil, e 37% no México, com um filho de menos de 5 anos tinham pelo menos outro em idade escolar não matriculado na escola.

Os pais trabalhadores pobres não podem ajudar com as tarefas da escola, nem participar das reuniões e eventos escolares. Entre 58% e 66% desses pais têm filhos com dificuldades de aprendizado ou de conduta na escola, comparando-se com os 31% dos que podem fazer essas atividades de acompanhamento.

A sociedade deve ajudar os pais trabalhadores pobres, legião na América Latina, para que possam cumprir suas missões familiares. Isso exige, entre outros aspectos, trabalho decente, flexibilidade, multiplicação das creches, educação pré-escolar universalizada, apoio para atendimento aos idosos e ampliação e plena implantação das instituições protetoras das mães.

Em muitos casos as leis existem, ou pelo menos subscrição a convenções internacionais. O continente tem que transformá-las em fatos, com os adequados sistemas de proteção legal, prestação de contas, transparência e fiscalização do seu cumprimento.

### DEFENDENDO AS CRIANÇAS

O filme quase documentário indiano *Quem quer seu um milionário?* (*Slumdog millionaire*) surpreendeu no Oscar 2009 da Academia de Hollywood. Foi aplaudido por audiências maciças. Não tinha publicidade nem estrelas e foi feito com recursos modestos. Qual foi o segredo do seu êxito?

Fez com que amplos setores entrassem em um universo totalmente desconhecido para eles – o das crianças pobres. Seus protagonistas, os órfãos Jamal, Salim e Latika, são a realidade da infância de muitas crianças da Índia e de outras áreas. Sua mãe assassinada, sua subsistência miserável revirando o lixo, sua descida ao inferno ao serem roubados por uma quadrilha que tira os olhos de crianças para que possam mendigar com “mais eficiência”, sua exploração por uma máfia criminosa, a cumplicidade das autoridades, a sordidez esmagadora são experiências cotidianas de numerosas crianças. Na Índia, 46% das crianças menores de três anos estão desnutridas.

A paisagem humana de *Slumdog* tem paralelos com o do célebre filme brasileiro *Central do Brasil*, que também foi indicado ao Oscar. Na entrada de uma estação de trem da capital do Rio de Janeiro, uma ex-professora criou um ofício: *escritora* de cartas para pobres analfabetos. Chega até ela um menino cuja mãe acaba de ser atropelada e morta, e ele está sozinho no mundo. Ela o acolhe para vendê-lo a uma quadrilha de traficantes de órgãos (têm alta atividade na região) e comprar um televisor, mas o conflito de consciência faz com que o resgate depois.

Em ambos os casos há um “happy end”. Mas a realidade não funciona assim. A imensa maioria das crianças pobres não ganhará nunca um concurso que a tornará milionária, nem os que entregam crianças às máfias se arrependem depois.

Em ambos os filmes, os espectadores sofrem pelas crianças e clamam por soluções. Nas telas as soluções aparecem. É fácil e popular.

Na realidade, diariamente, acontece o contrário. Como chegar a um “final feliz” nessa região não apenas nas telas, mas na vida real? São necessárias

políticas públicas que protejam as famílias pobres, assegurem educação e saúde universal e criem oportunidades de trabalho para jovens excluídos, empresas socialmente responsáveis e sociedades civis mobilizadas.

Na América Latina, não é suficiente se sentar no cinema e assistir ao filme. A questão é o que faremos depois de vê-lo.

Hoje, na região, há resultados alentadores. No Brasil, Dilma Rousseff proclama que não haverá mais assassinatos de mendigos e indigentes, entre os quais estavam os meninos de rua, e seu Programa Brasil sem Miséria tem incidido em determinantes cruciais para a situação das crianças. Os agentes de saúde comunitários já estão chegando a 90 milhões de pessoas, cobrindo os grandes vazios em saúde que afetam principalmente as crianças<sup>5</sup>.

Na Argentina, foi promulgada em 2005 a Lei de Proteção Integral aos Direitos de Meninas, Meninos e Adolescentes. Deixaram de ser objeto de tutela para passar a sujeitos plenos de direitos. Com Asignación Universal foram restituídos aos filhos dos trabalhadores informais esses direitos que eram violados.

Aumentou a matrícula escolar, diminuiu a evasão e fortaleceu o controle da saúde das crianças e dos adolescentes.

Na Costa Rica, apesar dos impactos das crises econômicas em 2008-2009, a ação para reduzir a mortalidade materna e a infantil continua sistematicamente. Ambas têm sido reduzidas a níveis que tornam esse país referência obrigatória no tema.

No Uruguai, a luta contra os interesses da indústria do cigarro tem como um dos seus beneficiários principais as crianças e os adolescentes. Segundo a OMS, quase 700 milhões de crianças respiram ar contaminado pela fumaça do cigarro, o que lhes causa malefícios de toda ordem.

Por outro lado, os grandes produtores, diante da redução do consumo nos países mais ricos, têm intensificado sua campanha para iniciar pessoas cada vez mais jovens no tabagismo. Em 2006, o presidente do Uruguai Tabaré Vázquez iniciou uma potente campanha para dissuadir os jovens de fumar e estabeleceu a proibição de fumar em espaços públicos, escritórios, bares, restaurantes, discotecas e qualquer tipo de local fechado. Em 2009, o consumo havia baixado cerca de 14% entre os jovens.

Ao declarar o país livre do fumo e levar isso na prática, teve que enfrentar um processo internacional bilionário demandado pela Philip Morris. A

---

5. Soma-se a esses programas o Mais Médicos, programa lançado em 8 de julho de 2013 pelo governo Dilma, cujo objetivo é suprir a carência de médicos nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades do Brasil. O programa pretende levar 15 mil médicos para as áreas onde faltam profissionais. O formato da “importação” de médicos de outros países foi alvo de duras críticas de associações representativas da categoria, sociedade civil, estudantes da área da saúde e inclusive do Ministério Público do Trabalho. [N. E.]

OPS e diversas ONGs do mundo ofereceram apoio ao pequeno país que está enfrentando a gigantesca transnacional.

Em todos esses países e em outros da região as crianças são, atualmente, parte central nas prioridades de seus modelos inclusivos.

As políticas em favor das crianças têm inimigos poderosos, como os que lucram intoxicando-as com junk-food ou explorando seu trabalho, e pela insensibilidade com os mais vulneráveis cultivada pelos que defendem as economias fundamentalistas de mercado.

Não é o caso de ficar na poltrona aplaudindo os filmes a favor das crianças, mas de apoiar por todos os meios as políticas a seu favor e multiplicar o compromisso pessoal com elas. É muito sofrimento inútil. É hora de acabar.

---

### **Recursos existem, mas...**

Um bilhão de pessoas nunca veem um agente sanitário em sua vida. São necessários 17,5 bilhões de dólares anuais para suprir o déficit sanitário. Isso corresponde a 25% do que os europeus gastam em cosméticos.

Existem 67 milhões de crianças que não concluem a escolaridade. São necessários 16 bilhões de dólares anuais para prover educação a todos. São seis dias de gasto militar dos países ricos.

### **O poder dos lobbies econômicos**

A Câmara de Representantes dos Estados Unidos, em 2011, deveria aprovar um projeto que previa que alimentos servidos nos refeitórios escolares financiados pelo Estado deveriam ser saudáveis. Os refeitórios têm uma concorrência recorde por conta do aumento da inclusão de muitas famílias de classe média em condição de pobreza. Os interesses do *fast-food* e das indústrias alimentícias não saudáveis conseguiram que o projeto fosse rejeitado. As crianças continuarão ingerindo seus produtos cheios de gorduras ultrassaturadas.

### **O 1% mais rico em ação**

Os indignados reclamam contra o 1% mais rico. Ekaterina Rybolovlev parece que não lê os jornais. Filha de um magnata russo que fez fortuna com as privatizações, comprou em dezembro de 2011, segundo a *Forbes*, um apartamento em Manhattan por 88 milhões de dólares, o maior valor já pago em Nova York. Tem dez ambientes, quatro dormitórios, terraço. O novo capricho de Ekaterina, de 22 anos, segundo seu porta-voz, é que ela queria um apartamento para usar “quando visita Nova York”. A Rússia é um dos poucos países em que, pela explosão da pobreza e pela deterioração dos serviços sociais, a expectativa de vida foi reduzida nos últimos anos.

---

## DESIGUALDADES QUE CAUSAM INDIGNAÇÃO

### DUAS MULHERES JOVENS, UM FINAL DE 2011 DIFERENTE

Segundo o *The New York Times* (27/12/2011), Vassiliki Ragamb, uma jovem grega de Atenas, tem dois filhos. Um deles é um bebê. Elias, o outro, de três anos, sofre de diabetes infantil e necessita de insulina. Sem isso ele corre graves riscos.

Vassiliki ficou sem seguro médico, como muitos gregos, e o sistema de saúde pública sofreu cortes orçamentários. Os últimos dias de 2011 passou indo de farmácia em farmácia para ver quem podia lhe dar a insulina sem custo.

A Grécia tinha um amplo serviço de saúde pública. Nos últimos dois anos, foi um dos objetivos dos credores externos. Impuseram cortes e pagamentos. O orçamento para a saúde foi reduzido em 13%. Em 2012, mais 6% deverá ser cortado. Ao mesmo tempo, os pacientes aumentaram de 25% a 30%, porque muitos não podem mais pagar os serviços médicos privados. Sob a receita ortodoxa, a economia caiu mais de 20% em três anos, e o desemprego aumentou 23%.

Vassiliki obteve a insulina em uma clínica que foi aberta por uma ONG internacional, Médicos do Mundo, para atender a imigrantes ilegais, mas atualmente atende principalmente os gregos. Segundo a clínica, muitas famílias não podem pagar sequer o transporte para chegar até ela.

Ekaterina Rybolovlev, russa, de 22 anos, se tornou famosa nos mesmos dias do final de ano por um motivo oposto ao de Vassiliki; comprou o apartamento mais caro da história do Manhattan.

Enquanto Vassiliki não tinha recursos para a insulina, Ekaterina pagou 88 milhões de dólares. A *Finanças e Desenvolvimento*, a revista do FMI, noticia:

Depois da queda da URSS em inícios dos anos 1990, a desigualdade na Rússia cresceu a uma velocidade nunca vista antes em nenhum lugar. Ao mesmo tempo, a renda média baixou, criando um grande setor de novos pobres. A principal força por trás do aumento da desigualdade foi o processo de privatização, que deixou enormes ativos que faziam parte do Estado soviético em mãos daqueles que estavam próximos do poder político (os oligarcas) (...) as redes de seguridade também entraram em colapso.

Essas histórias refletem muitas outras similares de desigualdade sem limites. Richard Fuld, o presidente da Lehman Brothers que levou essa empresa – o terceiro banco dos Estados Unidos – à falência criando um gravíssimo risco financeiro mundial, ao contrário, cuidou muito bem de suas finanças pessoais. Ganhava 17 mil dólares por hora. Mais do que ganham em um ano os 50 milhões de norte-americanos que estão abaixo da linha da pobreza.

### A DESIGUALDADE CRESCE

O Instituto de Crédit Suisse, um dos bancos líderes em assessoria às grandes fortunas, estima que 0,5% da população adulta do planeta tem nada menos que 35,6% da riqueza do mundo. Em segundo lugar em riqueza, estão os 7,5% que são donos de 43,7%.

A *Forbes*, que faz a lista anual dos 1.200 mais ricos do mundo, informa (março de 2011) que estes, em conjunto, têm 4,5 trilhões de dólares. Do outro lado, os 3 bilhões que têm menos de 10 mil dólares somam 8,2 trilhões.

Isso significa que 1.200 pessoas têm mais que 1.650 bilhões. Que diria Platão, que advogava para que se fizesse o possível para haver equilíbrio na distribuição da riqueza?

Um informe (dezembro de 2011) da Organização para o Desenvolvimento Econômico e a Cooperação (OCDE), que agrupa os 50 países mais ricos, denuncia que a desigualdade nesses países é a maior nos últimos 30 anos.

A renda dos 10% mais ricos é 9 vezes a dos 10% mais pobres. A relação varia muito conforme os países. Nos países nórdicos é de 5 a 6 vezes; na Itália, Japão, Coreia e Grã-Bretanha, vai de 10 a 1; Turquia e Estados Unidos, 14 a 1; e chega a seu máximo nível, 27 a 1, no México e Chile.

Dentro dos 10% mais ricos, o 1% tem cada vez mais e, por sua vez, dentro dele, o 0,1% é o que teve mais lucro. Na principal potência econômica mundial, Estados Unidos, o 0,1% quadruplicou sua participação na renda bruta entre 1978 e 2008. As tendências ao agravamento da desigualdade têm expressão mundial, com claras exceções, como a dos países nórdicos e da América do Sul.

No relatório sobre Desenvolvimento Humano 2010 do Pnud, entre outras coisas, constata-se que o coeficiente de Gini, que mede o nível de desigualdade na distribuição de renda, tem se elevado. Agora há mais países com um coeficiente de Gini alto do que na década de 1980. Em cada país onde a desigualdade diminuiu nos últimos 20 ou 30 anos, ou aumentou em mais de dois dígitos, a participação do trabalho na renda caiu em 65 de 110 países nas últimas duas décadas. Na Rússia, Estados Unidos e Índia, a queda foi de nada menos que 5%, entre 1990 e 2008.

### CUSTOS HUMANOS DAS DESIGUALDADES

Uma onda de pesquisas nos últimos anos tem demonstrado que as altas desigualdades são prejudiciais para a economia e para a sociedade. Entre outras constatações, mencionam que as desigualdades geram “armadilhas de pobreza”; reduzem os mercados internos; diminuem a capacidade de poupança nacional; provocam o aumento da evasão escolar e a baixa qualidade da educação oferecida; criam desigualdades múltiplas em saúde; degradam a coesão social; provocam altos graus de conflito; promovem a criminalidade; e estimulam e facilitam a corrupção.

O diretor da OCDE, Angel Gurría, ao apresentar o estudo sobre o crescimento da desigualdade, ressaltou: “O contrato social está começando a se desmoronar em muitos países. Esse estudo joga por terra a hipótese de que os benefícios do crescimento econômico repercutirão automaticamente sobre os mais desfavorecidos”.

Nos países mais ricos, as desigualdades têm sérios impactos nas condições de vida mais básicas de amplos setores. O mesmo acontece de modo ampliado nos países em desenvolvimento, onde os sistemas de proteção social normalmente são mais frágeis do que nos países ricos.

As desigualdades impactam negativamente em duas bases estratégicas para que as pessoas possam ter acesso a oportunidades e progredir: a saúde e a educação.

Na saúde, atuam tanto sobre aqueles determinantes sociais que incidem na produção de saúde ou doença como no acesso a cobertura em saúde. Um estudo sobre 30 países industrializados demonstra como as desigualdades sociais da saúde incidem negativamente sobre os indivíduos. Bradley e Taylor (2011) dizem que normalmente se pergunta por que os Estados Unidos, cujo gasto em saúde é muito maior que em outros países desenvolvidos, comparativamente, têm índices tão baixos em termos de expectativa de vida e mortalidade infantil.

Está abaixo da metade da tabela de desempenho. Tanto é assim que a expectativa de vida norte-americana está estacionada em 78 anos, enquanto

muitos países europeus superaram os 80 anos. Além disso, as taxas de mortalidade infantil nesses países é metade da dos Estados Unidos.

Sugerem que, junto com o gasto direto com saúde, deveria incluir-se o gasto em serviços sociais, tais como subsídios ao aluguel, programas de capacitação para o trabalho, seguro desemprego, o valor das aposentadorias, ajuda às famílias e outros serviços que possam prolongar a vida.

Quando isso é levado em conta, vê-se que em 2005 os Estados Unidos destinava apenas 29% de seu produto bruto para saúde e assistência social combinadas. Esses percentuais eram de 33% a 38% na Suécia, França, Holanda, Bélgica e Dinamarca.

Investia em saúde menos que esses outros países, e em proporção era menor. Nos Estados Unidos, para cada dólar gasto no sistema de saúde, destinavam-se 90 centavos para serviços sociais. Nos outros países, para cada dólar aplicado em saúde eram adicionados dois dólares em serviços sociais.

Os gastos em serviços sociais atuam como políticas afirmativas em relação à saúde. Quanto mais precárias forem essas políticas, piores serão os níveis de saúde. Nos países da Europa onde está havendo cortes de recursos para esses programas, já são visíveis os retrocessos.

No mundo em desenvolvimento, somam-se aos déficits de políticas públicas de assistência social as pronunciadas disparidades no acesso à atenção em saúde. Um estudo em 55 países (Pnud 2010) mostra que, nos lares pobres, apenas 40% das crianças receberam todas as vacinas, comparativamente a 66% entre os de melhores recursos. No Peru, os 20% mais ricos têm acesso universal a pessoal treinado por ocasião do parto; entretanto, nos 20% mais pobres, apenas de 10% a 15% das parturientes contam com esse serviço.

As desigualdades em serviços sociais, atenção médica e outros serviços criam graves diferenças em saúde, que depois se manifestarão em possibilidades muito diferentes de alcançar resultados educativos e de conseguir trabalho.

A incidência das desigualdades gerais em educação também é dramática. A escola recebe as crianças com diversas bagagens de condições que vão repercutir fortemente no seu desempenho. Novamente, há determinantes sociais para além do que a escola pode fazer. Assim, as crianças dos países em desenvolvimento aprendem, num mesmo período, menos do que as crianças dos países desenvolvidos. Em testes padronizados, suas pontuações são inferiores em 20% às dos países industrializados. Isso equivale a três graus escolares.

Mas, dentro dos países ricos, ocorre o mesmo. Em uma observação muito mais apurada que a de alguns analistas argentinos, quando tiram conclusões apressadas sobre o teste de Pisa, dois especialistas norte-americanos, Hellen Ladd e Edward Fiske, se perguntam (*The New York Times*, 12/12/2011):

[...] os resultados dos testes de leitura 2009 do Pisa mostram que, nos Estados Unidos, da mesma maneira que nos 13 países em que os estudantes de 15 anos superaram os norte-americanos, os alunos com *status* econômico e social mais baixo têm menores resultados do que aqueles de melhor *status* em cada país. Pode alguém crer que a medíocre performance dos estudantes norte-americanos nos testes internacionais não está vinculada com o fato de que 20% das crianças vivem em pobreza?

Os números são categóricos: 40% da variação no desempenho em leitura e 46% da variação em conhecimento de matemática entre estados nos Estados Unidos estão associadas com a variação nas taxas de pobreza infantil.

Mais desigualdade e passividade ou inação em políticas públicas em apoio dos desfavorecidos geram variações substanciais em saúde e educação, e também em outros campos que vão alimentar a reprodução e ampliação das desigualdades.

A desigualdade é um claro gerador de pobreza, como se pôde constatar tão fortemente na América Latina nos anos 1980 e 1990.

Os efeitos de seu aumento estão se fazendo sentir nos Estados Unidos. Um relatório da Associated Press (dezembro de 2011) baseado em dados do censo estima que “um número recorde de norte-americanos, quase um em cada dois, está em situação de pobreza ou próximo, com baixa renda [...] os dados mostram uma classe média em diminuição”.

### **O 1% TRABALHANDO PELO 1%**

A alta concentração de renda gera incentivos para usar a riqueza acumulada com a finalidade de incidir sobre o sistema político, tentando obstruir qualquer tentativa de que seja mais compartilhada ou que se ponham limites a seu aumento.

A América Latina é especialista em golpes militares orientados a frear o avanço de processos reformadores, levando aos cargos de comando os senhores do poder econômico.

Foi esse o caráter da ditadura militar de Pinochet (que conseguiu o milagre de duplicar o número de pobres no Chile, aumentando de 20% a 40% da população, e produziu uma gravíssima concentração de renda); da ditadura genocida argentina (que proclamou que “diminuir o Estado é ampliar a Nação”, e procurou eliminar fisicamente toda tentativa de dissidência possível); das ditaduras brasileira e uruguaia e, nos últimos tempos, do golpe militar em Honduras, para cuja casta dominante era impensável um aumento do salário-mínimo e tentativas tímidas de melhoria para mais de 70% de pobres do país.

Em um formato diferente, nos países desenvolvidos, atualmente em crise, o 1% mais rico tenta pressionar de todas as formas para não retroceder em sua situação e tirar proveito de sua proeminência econômica.

O risco das grandes concentrações econômicas foi visionariamente percebido com clareza meridiana por um dos maiores inovadores sociais da história dos Estados Unidos, Luis J. Brandeis, o grande juiz progressista que imprimiu novos rumos à Corte Suprema de Justiça. Em 1916, quando integrou a corte, profundamente preocupado diante das disparidades em ascensão, advertiu: “Podemos ter democracia ou podemos ter concentração da riqueza em mãos de uns poucos, mas não podemos ter ambas”.

Efetivamente, as grandes desigualdades (e a especulação selvagem que favoreceram) foram decisivas para que se produzisse a gigantesca depressão de 1930.

Em 1980, quando Reagan assumiu a presidência, o 1% mais rico ganhava 12,5 vezes a média da renda nacional. Em 2006, havia triplicado essa diferença, chegando a 36 vezes. Incidem nisso, segundo continuados alertas (desde os do presidente Obama até numerosas pesquisas), as operações que o grupo mais rico desenvolve para conquistar benefícios fiscais a seu favor, como também para impedir que seus impostos sejam aumentados.

Para Harry Holzer (Georgetown University), seu enriquecimento não reflete “produtividade real”, mas sim “privilégios daqueles que estão lá dentro”; entre outros meios, as vultosas deduções fiscais obtidas na era Bush, que são estimadas como equivalentes à terça parte do atual déficit público dos Estados Unidos.

O Tea Party está resistindo por todos os meios à tentativa de Obama de aumentar o imposto para os mais ricos a fim de financiar, ainda que parcialmente, os serviços sociais básicos, considerando isso como uma questão de princípios. Quanto mais poder econômico concentrado, mais incidência sobre o poder político e mais aumento da desigualdade, e o círculo perverso (previsto por Brandeis) continua se reproduzindo.

Stiglitz analisa em profundidade como opera diariamente a inter-relação entre os grupos econômicos mais poderosos e o poder político, em seu importante trabalho “Do 1%, para o 1%, pelo 1%” (*Vanity Fair*, maio de 2011).

Em seu Relatório de Desenvolvimento Humano em 2010, O Pnud adverte que essas tendências podem se tornar mais pronunciadas na crise atual.

Ressalta: “As crises, em geral, criam mais desigualdade. Enquanto milhões perderam seus empregos, outros (como alguns investidores) estão protegidos por seguros aos depósitos ou se beneficiam com o resgate financeiro. Quem ganha geralmente são os que têm mais bens, melhor informação e mais agilidade financeira, e, certamente, aqueles com influência”.

## O CASO DA AMÉRICA LATINA

Atualmente existem várias Américas Latinas. A primeira é aquela onde os números da desigualdade continuam se mantendo entre os mais elevados, comparativamente, do globo. Ali, a pobreza tem marcante presença, e os benefícios do crescimento chegam muito limitadamente aos setores populares, porque as próprias dinâmicas da desigualdade e do peso político dos poderosos faz com que permaneçam nos estratos mais ricos.

A outra, com forte expressão na Unasul e, especialmente, no Mercosul, é citada com frequência como exemplo de que se pode enfrentar e reduzir a desigualdade.

Entre as desigualdades mais significativas vigentes na região, se encontram:

### 1) *Diferenças de renda*

Os números do coeficiente de Gini em alguns países desenvolvidos líderes em desenvolvimento econômico e social em comparação a outros da região no período 2000-2010 são marcadamente contrastantes (Informe sobre Desenvolvimento Humano do Pnud 2010).

Na Noruega, o coeficiente de Gini é 28,8; na Holanda, 30,9; no Canadá, 32,6; na Suécia, 25; na Dinamarca, 24,7. Em todos esses países, seus altos níveis de igualdade têm sido fundamentais em seus êxitos.

No entanto, no Chile é de 52; no Panamá, 54,9; no México, 51,6; no Peru, 50,5; na Colômbia, 58,5; em Honduras, 55,3; na Guatemala, 53,7. O coeficiente de Gini é o dobro dos anteriores. A elevada desigualdade causa descontentamento e exclusão nesses países. Inclusive no Chile, com seus avanços econômicos, 2 milhões de pessoas lideradas pelos estudantes saíram às ruas para protestar, em numerosas passeatas em 2011, reivindicando equidade em educação.

### 2) *As múltiplas desigualdades*

A dimensão mais difundida da desigualdade latino-americana é a que se dá na distribuição da renda, mas não é a única nem a mais grave. A desigualdade se manifesta em todas as dimensões centrais da vida cotidiana na região.

Outra de suas expressões é a extrema concentração de um ativo produtivo fundamental como a terra, cujo acesso é impossibilitado/negado a amplos setores da população rural. Aqui a concentração é muito pior que na renda. O coeficiente de Gini de terra na América Latina é muito pior do que em qualquer outra região do mundo: é superior a 0,70.

Uma dimensão essencial das desigualdades é o campo da educação. Tem havido progressos muito importantes na região em áreas como alfabetização e matrícula na escola primária. A grande maioria das crianças ingressa à escola, mas são muito altas as taxas de evasão e repetência. Isso gera baixos índices

de escolaridade. O funcionamento dessas desigualdades nesse campo foi examinado no Suplemento 10 “O que está acontecendo com a educação – uma questão-chave”.

A disparidade em anos de escolaridade e o certificado de conclusão do secundário pesam muito fortemente nas possibilidades futuras, influenciando nos circuitos de desigualdade. Estudos da Cepal (2009) constataam: “As deficiências educacionais condenam os jovens ao desemprego ou às ocupações informais, e a outras de baixa produtividade, reproduzindo-se as armadilhas de transmissão intergeracional da pobreza”.

As desigualdades mencionadas anteriormente agregam-se as imperantes no campo da saúde, já analisadas no Suplemento 6 “Saúde pública – o tema postergado”, e outras altamente significativas.

Uma delas é a que opera na área do acesso ao crédito. Assim, sendo as pequenas e médias empresas um fator decisivo na criação de emprego na região, as estimativas indicam que os 60 milhões de pequenas e médias empresas existentes recebem apenas 5% do crédito proporcionado pelas entidades financeiras. Aí está outra fonte de concentração.

Uma nova desigualdade é a do acesso às tecnologias avançadas. O número de pessoas que têm acesso à internet está fortemente concentrado nos estratos superiores. Tem sido advertida permanentemente na região a silenciosa instalação de uma ampla “desigualdade digital” e a geração de um setor de “analfabetos cibernéticos”.

Fatores como a limitada conexão telefônica nos setores mais pobres e os custos significativos para adquirir computadores dificultam o acesso à internet dos estratos de menores recursos e das pequenas empresas. Apenas 19% da população tem telefone fixo, e somente 13% tem um PC.

Na América Latina, as desigualdades têm expressões extremas em termos étnicos e raciais. Assim, estima-se que mais de 80% dos 40 milhões de indígenas da região estão em pobreza extrema. Também são muito contrastantes as disparidades entre os indicadores básicos da população branca e da população afro-americana. A tudo isso se pode acrescentar, mesmo com alguns avanços, a persistência de significativas discriminações de gênero no mercado de trabalho, também com os portadores de necessidades especiais e os idosos.

Todas as desigualdades mencionadas, além de outras, interagem diariamente, reforçando-se mutuamente.

## EXISTE POBREZA PORQUE EXISTE DESIGUALDADE

Poucos anos atrás, havia entre os economistas aqueles que defendiam a ferro e fogo as “funcionalidades” das desigualdades. Costumavam argumentar

que isso contribuiria para a acumulação de capitais em determinados grupos e depois isso seria reinvestido e o crescimento seria acelerado; ou alegavam uma etapa obrigatória do progresso.

Atualmente, frente a suas evidentes disfuncionalidades, o consenso está mudando fortemente. O Banco Mundial já reconhecia em 2004: “A maioria dos economistas (e de outros cientistas sociais) considera agora a desigualdade como um provável freio para o desenvolvimento”.

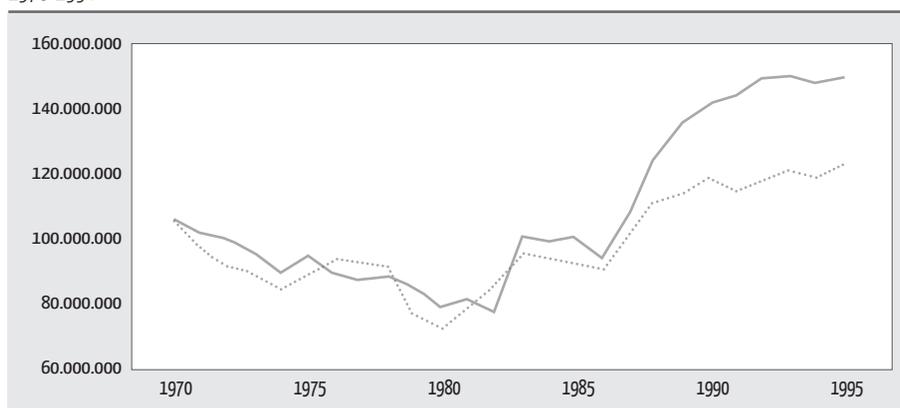
Efetivamente, numerosas pesquisas têm dado conta de quanto está custando à região esses níveis de desigualdade, e de que modo eles incidem para obstaculizar a possibilidade de um crescimento sustentável.

As análises sobre a América Latina, em geral, mencionam que existe pobreza e desigualdade. Na realidade, as pesquisas evidenciam uma situação diferente. Existe pobreza porque existe desigualdade. É um fator-chave para entender por que um continente com abundância de recursos naturais e com amplas possibilidades em todos os campos tem percentuais tão elevados de pobreza.

Segundo a Cepal, a pobreza atualmente é superior à situação de 1980, em termos absolutos. Em 1980 havia 136 milhões de pobres. Atualmente existem 170 milhões. Os avanços, especialmente no Sul, têm contribuído para baixar esse percentual, mas continua sendo alto, quase 30%.

Nancy Birdsall e José L. Londoño (1997) buscaram determinar econometricamente o impacto da desigualdade sobre a pobreza. Construíram a seguinte simulação:

**Figura 1**  
**O impacto da desigualdade sobre a pobreza na América Latina (em milhões)**  
1970-1994



Nota: A figura mostra o número de pobres em milhões. A linha verde representa pobreza com desigualdade constante; a linha vermelha indica pobreza com desigualdade real.

Fonte: Birdsall, N.; Londoño, J. L. “Asset inequality matters: an assessment of the world Bank’s approach to poverty reduction”, *American Economic Review*, maio 1997.

A primeira curva do gráfico mostra a tendência da pobreza na região, que, como se observa, ascendeu continuamente nos anos 1980 e 1990 com pequenas variações. A segunda simula qual teria sido a pobreza se a desigualdade houvesse se mantido nos níveis de início dos anos 1970 (antes das ditaduras militares e das políticas ortodoxas) e não tivesse continuado a crescer. Era considerável, mas aumentou muito mais nas décadas neoliberais. Segundo suas estimativas, a pobreza seria a metade do que efetivamente tem sido. Tem havido um “excesso de pobreza” causado pelo aumento da desigualdade que a duplicou.

Vinod Thomas (2006), diretor geral do Grupo de Avaliação Independente do Banco Mundial, declara: “É um conceito equivocado a ideia de que se pode crescer primeiro e se preocupar depois com a distribuição”.

### ENFRENTANDO A DESIGUALDADE

As desigualdades podem ser reduzidas? Podem-se enfrentar os círculos perversos de concentração de riqueza, incidência desigual sobre o poder político e aumento da concentração que as dinamiza? É possível levar adiante políticas em favor das maiorias em condições de alta desigualdade?

Não tem sentido especular sobre essas perguntas. Na América do Sul elas estão sendo respondidas pelos fatos.

Na Argentina, no terceiro trimestre de 2003, a distância entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres era de 40,9 vezes. No terceiro trimestre de 2011, já havia baixado a 20 vezes. Em 2004, o coeficiente de Gini estava estimado em 0,513. Agora é de 0,406.

A melhoria nos índices de desigualdades se deveu a políticas públicas muito concretas executadas a partir de 2003 e aprofundadas desde 2008 (...) Ao mesmo tempo, houve políticas ativas que potencializaram a capacidade de produção nacional e geraram 5 milhões de empregos entre 2003 e 2011. O salário-mínimo teve considerável aumento em termos reais. De acordo com estimativas da Cepal, a massa salarial real aumentou 95,5% desde 2005 no setor formal da economia argentina.

O sistema de proteção social foi ampliado, permitindo o ingresso de amplos setores, e também melhoraram significativamente os benefícios pagos por aposentadorias e pensões.

A isso se acrescenta a magnitude do reforço materializado pelo Programa Asignación Universal por Hijo para os trabalhadores não formais, que fortaleceu as famílias fora da economia formal com uma transferência de renda da ordem de 1,2% do produto nacional bruto.

O gasto público gerou, por outro lado, uma grande ampliação nos serviços sociais já referidos, que são cruciais como determinantes sociais da saúde e da educação.

Zaiat (24/12/2011), com base num estudo de Jorge Gaggero e Dario Rossignolo, destaca que o gasto público, que em 2002 equivalia a 20,2% do PIB, em 2010 era de 45,5%. O gasto público social aumentou dez pontos entre 1997 e 2010.

A gestão governamental argentina apelou ao que, segundo a OCDE, são os claros efeitos virtuosos do gasto público – a OCDE recomenda, para melhorar a igualdade, “garantir a prestação de serviços públicos gratuitos e de alta qualidade, tais como educação, saúde e atenção às famílias”. Nesse país, o investimento em educação mais que duplicou comparativamente ao período Menem, nos anos 1990, que era de 3% do produto bruto, e atualmente corresponde a 6,49%. Isso está gerando grandes impactos em favor da igualdade. Junto a fortes avanços na matrícula, ao avaliar a aprendizagem de todos os alunos do último ano do secundário, foram constatados relevantes avanços em Matemáticas, Ciências Sociais e Ciências Naturais (ver Ministério da Educação, Censo de conclusão da Escola Secundária, dezembro 2011).

O Brasil era considerado um dos piores países em desigualdade. Inclusive alcunhou-se a expressão, para designá-lo, “Belíndia”, referindo-se ao fato de que nele conviviam populações com os melhores níveis internacionais de riqueza (como os da Bélgica) e também com os piores (como os de parte da Índia). Isso está mudando sob a gestão Lula-Dilma, e muito mais rapidamente do que se previu.

Políticas bastante vigorosas de expansão produtiva, que permitiram reduzir totalmente o desemprego, a expansão dos serviços públicos, programas compensatórios em escala gigantesca, como Fome Zero e Bolsa Família, retiraram da pobreza cerca de 40 milhões de pessoas. Bolsa Família, que atende 11 milhões de famílias pobres, implica uma transferência de renda de 0,8% do produto bruto de um país que passou a ser a sexta economia de todo o planeta.

O governo Dilma Rousseff está implementando com muito vigor o Programa Brasil sem Miséria que retirou 22 milhões de pessoas da pobreza extrema com uma maciça transferência de renda e criação de oportunidades produtivas. Tem grande ênfase na potencialização da agricultura familiar.

A imagem de Belíndia ficou no passado. O coeficiente de Gini melhorou. É um país muito desigual, mas está no caminho para mudar uma matriz histórica que parecia impossível de modificar.

Afora isso, houve uma mudança de fundo no paradigma. Segundo o Informe sobre Desenvolvimento Humano 2010 do Pnud, um estudo sobre o comportamento das elites do país sobre educação, em 1990, constatou que em geral essas elites eram contra ampliar as oportunidades de educação porque consideravam que educar trabalhadores tornaria mais difícil lidar com eles.

Por sua vez, os que decidiam as políticas governamentais estavam preocupados porque uma mão de obra mais cara reduziria as vantagens comparativas em produtos de trabalho intensivo.

Conclui o Pnud: “Esse pensamento impedia o desenvolvimento humano, ao destinar baixos investimentos em capital humano e bens públicos, menos distribuição e mais instabilidade política”.

A gestão governamental da Frente Ampla, no Uruguai, se propôs a conquistar a igualdade reduzindo a pobreza com vigorosas políticas, e, entre seus projetos mais importantes, está democratizando o acesso à internet.

Menos de 20% dos latino-americanos têm internet. Os custos são proibitivos e excludentes. Assim, enquanto cem minutos mensais de telefonia equivalem a 2% da renda de um habitante do Norte industrializado, representa 26% da renda do latino-americano.

O Plano Público Ceibal, baseado nos computadores ultraeconômicos desenvolvidos pelo MIT, possibilitou a entrega de um computador a cada um dos 362 mil alunos e 18 mil professores da escola pública primária, e instalou conexão com a internet em todas as escolas; 70% dos foram entregues a crianças que não tinham um computador em sua casa. Metade delas faz parte dos 20% mais pobres da população.

Agora o programa está sendo levado a todos os estudantes e professores do ensino secundário e pré-escolar. Será habilitado um sistema especial para que todas as crianças deficientes visuais das escolas públicas possam utilizar o computador. Inclusive está programada a instalação de pontos de conexão em 300 espaços públicos.

Diversos países africanos, e de outros continentes, têm pedido ao Uruguai assessoria para reproduzir o programa. Enquanto em El Salvador e em outros países há 479 alunos por computador, no Uruguai cada criança terá o seu. A Argentina vai na mesma direção, com seu programa Conectar Igualdad, em que já foram entregues quase 2 milhões de computadores em um curto período de tempo.

Nesses e em outros países da Unasul, está se semeando a igualdade. A luta é longa. Os interesses pró-*status* continuam ativos, buscando deslegitimar as políticas pró-igualdade e pressionar para continuar cooptando os Estados e recebendo privilégios.

No fundo, sabem que o novo modelo de uma economia mais humanizada será invencível à medida que promova a igualdade.

---

### **Impostos dos mais ricos**

O Nobel de Economia Paul Krugman diz que os economistas ortodoxos afirmam que não se deve criticar os muito ricos, nem exigir que paguem impostos mais altos, porque “são criadores

de trabalho”. Afirma: “Os fatos são que uns quantos dos atuais muito ricos conseguiram sua riqueza destruindo trabalhos em vez de criá-los”. Destaca que eles se parecem ao personagem do filme *Wall Street I*, de Oliver Stone, Gordon Gheekoo, que dizia que “a avareza é boa”, e “eu não crio nada, eu possuo”.

### **Visões sobre a desigualdade**

“Não devem existir entre os cidadãos nem extrema pobreza nem excessiva riqueza, porque ambas são produtoras de grandes demônios.” Platão

“O pão que reténs pertence ao faminto.” Santo Tomás de Aquino

---



## O ESTADO EM TEMPO DE CRISE

### DESARMAR O ESTADO

No contexto da pior crise econômica dos últimos 80 anos, não há o menor indício de autocritica das elites do poder que a geraram.

Em vez de se concentrarem em regulamentar os mercados financeiros que explodiram em operações de especulação, proteger às vítimas indefesas da crise e ver as possibilidades de, o quanto antes, reativar economias, estão fazendo pressão para desmontar o Estado de bem-estar europeu e as instituições sociais norte-americanas. Isso, para elas, reduziria o déficit e aumentaria a confiança dos mercados.

A redução do Estado está em andamento. Na Inglaterra, o plano de austeridade significa reduzir em 140 bilhões de dólares o gasto fiscal entre 2011 e 2015. Entre os excluídos estão os programas para jovens e a ajuda ao estudante secundarista, e o custo da matrícula universitária triplicou. Há 1 milhão de jovens desempregados. Em 2012, a economia cresceu apenas 0,6%, com taxa de desemprego a 8,6%.

Na Itália, uma ofensiva contra os gastos do governo. Isso será mais necessário do que nunca, porque a taxa de desemprego juvenil é de 30,1%, a maior desde 2004. Na Espanha, onde o índice geral de desemprego é de 25%, e o desemprego juvenil chega a 52%, os cortes continuam avançando. Em Portugal, ao mesmo tempo em que aumenta a demanda por serviços sociais, pretende-se reduzir o orçamento de saúde e educação. A economia encolheu 1,6% em 2011 e cerca de 3% em 2012. Na Irlanda, apesar dos cortes, a situação não melhora. Em 2012, a economia vai subir apenas 1,1%, e a taxa de desemprego será de 14,3%. Na Grécia, o laboratório do manual

dos ajustes, o produto bruto caiu mais de 20% nos últimos três anos. A taxa de desemprego é de 23%.

A demanda por saúde pública cresceu de 25% a 30% porque muitos não podem mais ir a consultórios particulares. Em consequência dos severos cortes, os hospitais estão à míngua. Falta tudo. Um grupo de pesquisadores ingleses lançou um alerta na prestigiosa revista médica *The Lancet* sobre “a tragédia grega”. Informam: “As pessoas comuns estão pagando o preço, estão perdendo o acesso a serviços preventivos e de atendimento, aumentam os riscos de Aids e, nos piores casos, estão perdendo suas vidas”. A isso se soma o aumento na taxa de suicídios.

*The Economist* (7/1/2012) prevê para toda zona do euro uma queda do produto bruto de 0,5% para 2012. Nos Estados Unidos, a ofensiva do Tea Party no Congresso contra o emprego público é permanente. Assume todas as formas, desde o corte de verbas para os estados e municípios até tentar destruir os sindicatos de funcionários públicos. Desde o início da recessão já foram eliminados 500 mil postos de trabalho no serviço público. Muitos deles são de professores, enfermeiros e prestadores de serviços de manutenção.

### A GRANDE MENTIRA

Frequentemente repetida por economistas ortodoxos no mundo desenvolvido, e no país, a culpa da crise reside no Estado de bem-estar. Desmontando esse Estado, a causa central será desativada.

Os dados mostram o contrário. Em países com Estado de bem-estar social mais desenvolvido, tais como Noruega e Suécia, a crise não ocorreu. Sua presença faz com que a população esteja protegida, e é isso que a capacita produtiva e economicamente, garantindo as bases de crescimento econômico. Inclusive o país menos atingido pela crise europeia, a Alemanha, é o que tem maior Estado de bem-estar social, de acordo com seu gasto em serviços sociais.

Isso pode ser visto inclusive nos exemplos do Canadá e Estados Unidos. O Canadá, que tem serviços sociais muito mais amplos que os Estados Unidos, com um sistema de saúde pública universal e uma grande rede de proteção social, enfrentou a crise melhor que os Estados Unidos.

A grande mentira não coincide com a realidade, mas é muito funcional, pois permite dar uma aura de legitimidade a cortes que são eticamente inadmissíveis e que ferem os direitos sociais mais básicos.

Está se configurando um círculo perverso em todos os países em que está sendo aplicada: redução do Estado, diminuição das políticas públicas quando são mais necessárias, queda do consumo, diminuição da arrecadação fiscal, aumento dos impostos e dos cortes para compensá-la, e mais recessão.

Keynes já havia explicado, em 1937, que “A expansão, não a recessão, é o momento idôneo para a austeridade fiscal”, advertindo Roosevelt a não se apressar para que não asfíxiase a recuperação em desenvolvimento.

### QUEM SÃO OS BENEFICIÁRIOS DESSA RECEITA?

Há alguns beneficiários muito diretos. A Europa registra atualmente um *boom* de compradores de ouro e de casas de penhores. Eles estão colocando à venda bens familiares que são penhorados por muitos desesperados.

Mas esses são beneficiários menores. Os maiores estão nos grandes interesses financeiros, que querem garantir por todos os meios que cobrarão as muito elevadas taxas de juros, recuperarão os seus empréstimos e poderão até fazer negócios com a compra de bens públicos a preços de pechincha.

Para estes, é conveniente um Estado fraco, incapaz de se defender. Eles não estão preocupados com a qualidade de seus serviços. Podem comprar diretamente os serviços de que necessitam. Enquanto a grande maioria da população necessita que haja saúde pública, educação pública, seguridade estatal, eles podem comprá-las.

Em plena crise, o consumo de bens de luxo está aumentando na Europa. Na Espanha, os registros de automóveis caíram 17,7% em 2011; o setor de luxo, no entanto, aumentou suas vendas em 83%. Dificilmente serão os membros desse setor que poderão fornecer as soluções. Adverte um leitor (*El País*, 5/1/2012):

Em países como Itália, Grécia, Portugal e agora a Espanha são reproduzidos modelos de governo em que não fica claro qual é o perfil de seus membros, se político, tecnocrático ou um misto disso, mas, em todo caso, põem as soluções dos problemas nas mãos de algumas pessoas que participaram do seu aparecimento e consolidação.

O senador democrata Richard Durbin declarou, após a grave crise de 2008: “Apesar de ter causado esta crise, essas mesmas empresas financeiras são o mais importante *lobby* de poder no Congresso. Francamente, são os donos do lugar”.

O Prêmio Nobel Joseph Stiglitz disse que o 1% mais rico “está preocupado com a ideia de um governo forte que use seu poder para ajustar o desequilíbrio, tirar alguma coisa de sua riqueza e investir no bem comum.” Destaca que a “razão mais importante para que haja tanta desigualdade é que o 1% mais rico quer que seja assim.” E explica: “A desigualdade atual é, em grande parte, devido à manipulação do sistema financeiro, o que foi possível graças a

mudanças nas regras produzidas e pagas pela própria indústria financeira em um de seus melhores investimentos”.

Na Europa e nos EUA, o movimento dos indignados questionou a fundo a tentativa de distorção em grande escala dessa discussão que coloca como causa central do problema o Estado de bem-estar, em vez das desigualdades.

Foi efetivamente um curso rápido de formação sobre as desigualdades para cidadãos que ainda não haviam tomado consciência de sua magnitude e de seus impactos recessivos.

Uma pesquisa feita na Espanha reflete a resistência da população a essa grande mentira. Na pesquisa, 52,4% dos cidadãos entrevistados preferiram políticas de investimento público e de serviços sociais, ainda que tivessem que pagar mais impostos, em vez de políticas de redução de déficit e dívida (23,2%).

### LIÇÕES VINDAS DA ISLÂNDIA

É possível resistir diante da ofensiva ortodoxa sobre o Estado? A Islândia, um pequeno país que sofreu a maior crise bancária jamais experimentada por alguma economia, mostrou que sim. Em março de 2008, o país amanheceu com a notícia de que seus três grandes bancos privados haviam contraído dívidas equivalentes a dez vezes o seu produto bruto e que estavam à beira da falência.

Entre as causas, a desregulamentação bancária em 2001, a ambição de seus proprietários de se expandirem especulativamente e o peso de alguns deles nos meios de comunicação e círculos políticos. Eles calculavam, assim como seus credores, que, se tudo corresse bem, ganhariam; se eles se dessem mal, o Estado islandês se encarregaria dos prejuízos. Esses mesmos cálculos guiaram as apostas financeiras especulativas em Wall Street e em diversos países. A esse raciocínio se juntava a ideia de que “eram muito grandes” para que os deixassem cair.

O povo islandês, que tem altos índices de civismo, cultura e valores, reagiu com mobilizações massivas, negando-se a cair na armadilha. Mudou o governo, rejeitou salvar os bancos e os deixou cair, processou o primeiro-ministro e os responsáveis, nos bancos e no Estado, por aquela situação.

Havia 400 mil depositantes da Inglaterra e da Holanda nos bancos. Diante da negativa da Islândia de assumir a dívida dos bancos, aquele país foi duramente ameaçado.

Seria um pária internacional, nunca mais lhe fariam empréstimos, seria boicotado pelos organismos financeiros internacionais, seria processado criminalmente. Seu produto bruto caiu em 12% entre 2008 e 2009. No entanto,

se manteve firme. Inclusive, em 9 de abril de 2011, a população rejeitou em um referendo público assumir a responsabilidade pelos depositantes da Grã-Bretanha e Holanda, apesar das ameaças.

O país adotou uma política nacional ativa, com o Estado como base desta. Rejeitou a dívida, desvalorizou em 50% sua moeda para ser mais competitivo, impôs severo controle de capitais. Mesmo assim, pediu e recebeu ajuda de outros países escandinavos, e um empréstimo do FMI. Manteve e ativou suas redes de proteção social.

Sua economia cresceu em 2011 muito mais do que a média europeia: 2,5% *versus* 1,6%. Sua taxa de desemprego será, em 2012, de 6%, frente a 9,9% da zona do euro.

Os mercados que iam apagar a Islândia do mapa voltaram a lhe fazer empréstimos. Ela tomou um empréstimo de 1 bilhão, em junho de 2011, a uma taxa de 6%, muito menor do que as que estão pagando países como Irlanda, Espanha e Portugal, que cumpriram com a ortodoxia.

A receita empurrada pelas potências econômicas e financeiras e agências de crédito pressiona para que os Estados assumam as dívidas dos seus bancos, mantenham as taxas de câmbio estáveis, liberem a circulação de capitais e imponham cortes maciços, sacrificando os serviços sociais e a população para recuperar a confiança do mercado.

Como explicar que a Islândia fez praticamente o oposto e está bem, enquanto os que aceitaram a receita estão em dificuldades crescentes?

Para completar, em novembro de 2011, a Islândia deu outro exemplo de soberania. Rejeitou a proposta de um bilionário chinês, Huang Nubo, de comprar uma grande extensão de terra e investir 200 milhões de dólares.

O governo explicou que “as leis islandesas impõem condições estritas a respeito das empresas que querem comprar ou utilizar propriedades do país, e está claro que a empresa investidora não reunia tais condições”.

Apoiado por uma sociedade civil mobilizada, o Estado, esse ator que o neoliberalismo quisera reduzir a sua mínima expressão, liderou na Islândia com todo êxito a saída para a pior crise econômica de sua história. Em vez de cair na tentação de aliar-se aos grupos poderosos e tendenciosos em relação a eles, defendeu os interesses do conjunto da população.

## O QUE O MUNDO DESENVOLVIDO EM CRISE PODE APRENDER DA EXPERIÊNCIA LATINO-AMERICANA COM O ESTADO?

O melhor juiz das teorias é a realidade. A América Latina foi o teste de laboratório de uma grande operação de certos setores da sociedade para remover o Estado na década de 1980 e 1990. O que pode ser aprendido com

essa experiência, tanto para o futuro da região como para os debates atuais no mundo desenvolvido?

As reformas neoliberais na América Latina, de Menem, Salinas e outros governos similares, afetaram estruturalmente o Estado.

Tentaram passar do Estado existente – ao qual foram atribuídos inúmeros qualificativos, como “obeso”, “onipresente”, “interventor” – ao “Estado mínimo”. Enfatizou-se que o Estado era nocivo para a economia, da mais alta ineficiência, e que a grande maioria de suas funções deveria ser transferida para a “mão invisível” do mercado.

Foi prometido que a nova reforma do Estado contribuiria para aumentar o crescimento, reduzir a pobreza, eliminar a corrupção e melhorar a eficiência.

Na maioria dos países da região, foram instrumentalizadas estratégias de “minimizar o Estado” através de, entre outras medidas, redução do seu quadro de funcionários e do gasto público, uma acelerada privatização, desregulamentação, eliminação jurídica de diversas de suas funções.

Tudo isso foi acompanhado de uma vigorosa campanha de desvalorização da ação estatal. Questionou-se frontalmente seu sentido de existência, associou-se atividade pública com ineficiência, enfatizou-se a alta identidade entre aparelho público e possibilidade de corrupção. Chegou-se, inclusive, a desprestigiar ao extremo o funcionário público, alegando que era um dos maiores obstáculos para se avançar em direção a um progresso sustentável.

Após duas décadas de implementação das reformas, foi possível comparar as promessas com as realidades.

A pobreza aumentou. No início dos anos 1980, equivalia a 40% da população, e em 2003 a 43,9%. Mesmo alguns dos indicadores mais básicos de saúde pública, tais como a desnutrição infantil, pioraram entre os anos 1980 e 2000.

Os números de desigualdade se agravaram. Eram ruins em inícios dos anos 1980, mas ficaram ainda piores. O Gini, que era de 0,50 nos anos 1980, passou a ser de 0,52 nos anos 1990. Nos países da OCDE, ao contrário, era de 0,34. Em finais do ano 2000, o Gini alcançou proporções recordes: no Brasil, 0,64; Bolívia, 0,60; Guatemala, 0,58; México, 0,57; Equador, 0,56; Colômbia, 0,55; Argentina, 0,53.

O balanço das reformas foi negativo. O Estado anterior apresentava grandes deficiências, patologias burocráticas, facilidade para cair em práticas clientelistas, vulnerabilidade diante da corrupção, sérias ineficiências, mas as reformas praticadas não se limitaram a tratar de mudar internamente o Estado – atacaram frontalmente sua função e seus instrumentos básicos de gestão.

Como ficou o Estado depois dos ajustes? Que acontecerá com a Europa e outros países se forem pelo mesmo caminho?

## O ESVAZIAMENTO DO ESTADO

Na reforma se diminuiu fortemente o funcionalismo público. Em 1999, na América Latina, os funcionários públicos eram apenas 7,3% da população economicamente ativa; na OCDE era o dobro, 15,6%.

Em apenas dez anos, entre 1987 e 1998, o emprego público na Argentina diminuiu 35%; no Chile, 63%; na Bolívia, 25%; na Venezuela, 75%; no Uruguai, 26%.

Enquanto nos Estados Unidos havia, em 2001, sete funcionários para cem cidadãos, na América Latina era quase a metade, 3,88. Na Argentina, apenas 4,9; no Brasil, 3,3; no México, 4,8.

Os recursos geridos pelo Estado foram drasticamente reduzidos. Em 2001, nos países da OCDE, a relação entre gasto público e Produto Interno Bruto era quase 50% maior do que na América Latina.

Enquanto na América Latina quiseram vender a história de que se devia diminuir ao máximo o Estado, no mundo desenvolvido ele se mantinha e se ampliava. As receitas fiscais dos países da OCDE dobraram em proporção aos da América Latina. No México, o Estado representava, em 1988, apenas 20,4% do produto bruto; em 1999 reduziu sua participação a 13,4%.

Entre 1982 e 1993, o número de empresas públicas passou de 1.155 a 213. Entre 1990 e 1998, as privatizações alcançaram um montante de 154.225 milhões de dólares. Abarcaram setores como, entre outros, aeroportos, ferrovias, indústrias petrolíferas e elétricas.

Na Argentina, nos governos de Menem, foi implementado o chamado de Programa de Reforma Administrativa.

As privatizações abarçaram áreas fundamentais, tais como água, energia, comunicações, transporte, química, petroquímica, aço, aeroportos, estradas e vários bancos de desenvolvimento. Entre abril de 1990 e dezembro de 1992, o total de pessoal civil do governo federal foi reduzido de 670 mil para 364 mil. A privatização foi fundamental para essa redução, e a elas se somaram os programas de demissão voluntária e aposentadorias antecipadas.

As privatizações na Argentina são frequentemente mencionadas como um *"best practic"* ao contrário, por suas graves deficiências. Entre elas, vendas de empresas sem saneá-las antes para poder receber melhores preços, subestimação dos ativos, oferecimento de condições que geravam monopólios quando um objetivo central da privatização era, supostamente, estimular a competição.

A tudo isso se somaram pronunciadas debilidades nos organismos reguladores. Thwaites Rey e López (2004), avaliando essa operação, concluem: "As privatizações argentinas foram feitas com o propósito principal de pagar a dívida externa e oferecer oportunidade de negócios aos grandes grupos de poder econômico".

Além disso, o capital humano do Estado foi destruído. A desvalorização sistemática da função pública, a atmosfera permanente de cortes, os critérios arbitrários utilizados para realizar esses cortes e a redução do tema a uma questão de poupança orçamentária criaram um clima em que “ativos intocáveis” como as expectativas de carreira, o orgulho pelo trabalho desempenhado, a lealdade à organização e a ideia de serviço à comunidade foram fortemente prejudicados.

O aparelho estatal latino-americano, que apresentava graves problemas em inícios dos anos 1980, foi objeto de um verdadeiro “esvaziamento”.

Um dos impactos maiores da onda privatizadora e antiestatal, que impregnou fortemente na população, é que a própria ideia de Estado como representante da ação coletiva da sociedade, e da função pública como um trabalho relevante, foi profundamente deteriorada. Em pleno apogeu da onda reformista, O’Donnell (1993) caracterizou muito bem suas implicações de fundo: “as tentativas atuais de reduzir o tamanho e os déficits do ‘Estado como burocracia’ também está destruindo o ‘Estado como lei’ e a legitimação ideológica do Estado”.

### CONSTRUINDO UM NOVO ESTADO

Governos com um mandato de mudanças econômicas e sociais profundas, e com todo interesse em levá-las adiante, como os da Argentina, Brasil, Uruguai e Peru, entre outros países da Unasul, se deparam com a necessidade imperiosa de reconstruir o Estado para levar a cabo suas intenções.

O Estado reaparece, nesse novo contexto político, como um ator imprescindível para promover e impulsionar as mudanças. Para isso, é necessária uma reformulação integral. O mandato conferido vai em direção a um Estado ativo, associado estreitamente com a sociedade civil, propulsor da ação produtiva de pequenas e médias empresas, fortemente centrado no social, descentralizado, transparente, sujeito ao controle social, de alta eficiência administrativa e apoiado em um serviço público profissionalizado e baseado no mérito. Ele também pretende ser um Estado aberto à participação cidadã.

A partir desse mandato, há, em vários países do continente, uma nova geração de reformas que estão promovendo uma nova formulação do Estado.

Algumas delas:

#### 1) *Fortalecimento das políticas sociais*

Os novos governos colocaram o tema do enfrentamento à pobreza no centro das prioridades do Estado e da sociedade, e criando ações a partir de uma perspectiva de direitos. Não são dádivas, mas devolução de direitos viola-

dos. Significam passar da ideia da pobreza como um problema individual para a visão de que é uma responsabilidade nacional.

Lula criou no Brasil o Programa Fome Zero, destinado aos 44 milhões de pessoas com fome. Acentuou que o tema da fome não era uma questão somente de saúde, mas, antes de tudo, uma “questão política” que devia comprometer a todos. Depois criou o Bolsa Família, beneficiando 52 milhões de pessoas e que recebe 0,7% do Produto Bruto do país.

Dilma Rousseff tem como programa principal de sua gestão o Brasil sem Miséria, que se propõe a retirar da pobreza extrema, em três anos, 16 milhões de pessoas nessa situação. É um investimento de 4 bilhões de dólares anuais. Com três eixos: inclusão econômica, renda mínima garantida e acesso a serviços públicos.

Néstor Kirchner ressaltou que programas como Chefas e Chefes de Família – que protegeu 1,7 milhão de famílias – não significava dar-lhes assistência, mas “restaurar um direito”. Cristina Kirchner criou o maior programa social da história da Argentina, a *Asignación Universal por Hijo*, dirigido aos 4 milhões de crianças pobres. Implica que o Estado se torna responsável, se associa a suas famílias, para que essas crianças possam estudar e se desenvolver, investindo uma soma sem precedentes em nível internacional: cerca de 1,2% do PIB. Esse programa foi reforçado com outro de apoio às mulheres grávidas pobres.

No Paraguai, que não tinha programas sociais de alcance, o programa Tekoporá, da gestão Lugo, atendeu em pouco tempo meio milhão de pobres. No Peru, na gestão Humalla, a ministra de Desenvolvimento Social, Carolina Trivelli, concebeu e implementou em um curto espaço de tempo e com altíssima eficiência um vigoroso grupo de políticas sociais, ampliando sua cobertura e qualidade, e tentando chegar às áreas mais marginalizadas.

Os programas não estão concentrados nos centros urbanos, mas foram levados a toda extensão territorial.

Foram desenhados com base na total transparência, informação permanente à comunidade e possibilidade de controle por esta.

## 2) *Universalização de serviços públicos básicos*

A nova geração de políticas públicas busca assegurar o acesso a serviços básicos para a totalidade da população, indo mais além das abordagens focalizadas.

Para isso, tem aumentado substancialmente o investimento de recursos em políticas de saúde e educação, e políticas para melhorar a infraestrutura nas áreas mais necessitadas e afins.

São típicos dos novos programas massivos realizados com grande sucesso no Brasil para garantir gratuitamente os medicamentos necessários a todas as pessoas com Aids, e na Argentina o Programa Remediar, que oferece sem custos medicamentos genéricos essenciais para as famílias carentes em centros de atenção primária de saúde.

Em ambos os países estão em andamento também programas ativos para superar desigualdades em educação: no Brasil, com ênfase na melhoria da escolaridade da população afrodescendente; na Argentina, os investimentos em educação cresceram para 6,49% do Produto Interno Bruto – os maiores da região, onde a média é de 4%. Entre outras iniciativas, o Ministério da Educação entregou a todas as famílias com poucos recursos os livros escolares necessários para o ano letivo.

No Uruguai, a política de universalização do acesso à internet alcançou, já em 2008, a meta de um computador por estudante, e o acesso à banda larga em escolas básicas é de 100%. O Chile tem um computador para cada 13 estudantes, e Honduras um para cada 137.

### 3) *Apoio à produção nacional*

O Estado está promovendo ativamente a geração de empregos, apoiando as empresas para mobilizar a sua capacidade produtiva, particularmente por meio do fortalecimento das pequenas e médias, promovendo novos mercados para as exportações e procurando facilitar o acesso ao crédito e à tecnologia.

Isso foi plasmado, entre outros, em programas como o Primeiro Emprego, no Brasil, que visa garantir aos jovens um primeiro trabalho; e Manos a la Obra, na Argentina, que apoia a criação de uma área de economia social com os pequenos produtores, a geração de um vasto programa de obras públicas com as cooperativas de trabalho, a criação de um setor forte da economia social em vários países da Unasul, e assim por diante.

### 4) *Reforço da capacidade de regulamentação*

O Estado se propôs, na nova etapa, a fortalecer as agências reguladoras, favorecer sua independência e renegociar sob novas condições os contratos de privatização.

Isso inclui inovações organizacionais que vão desde a retomada de certos serviços nos quais existia uma importante quebra das condições acordadas com as empresas de privatização, como é o caso do Correio na Argentina, que voltou a ser público, até a criação de uma empresa pública “testemunha” no mercado de energia, a fim de propiciar mais racionalidade em benefício coletivo.

### 5) *Por um serviço público profissionalizado*

É necessário para construir uma carreira pública estável e meritocrática.

Vários países estão fortalecendo os Institutos de Administração Pública ou instituições similares para apoiar a execução do serviço público e reformas que aumentem a capacidade de gestão do Estado. Isso tinha sido o alvo favorito das reformas esvaziadoras.

Tem-se começado a melhorar a formação dos funcionários públicos, voltando a apostar sobre os “ativos intangíveis” do Estado, o profissionalismo, a preparação e o compromisso de seus funcionários com o serviço público, e uma ação sistemática para a re-hierarquizar a função.

### O ESTADO NECESSÁRIO

Há uma grande demanda social na região por “mais Estado”, mas de melhor qualidade. Não se aspira a um retorno ao Estado dos anos 1960, mas a construir um Estado eficiente, participativo e equitativo. Tenho chamado em algumas obras “um Estado inteligente”.

Frente ao argumento de que é preciso “cuidado” com o crescimento do Estado na região, vale a pena ver as estatísticas atuais. Segundo um relatório da Cepal e OCDE sobre o assunto (dezembro de 2011), “os gastos públicos como percentual do Produto Interno Bruto mostram uma defasagem na região em relação aos países da OCDE. Embora a despesa pública tenha aumentado, as diferenças ainda são substanciais, e até mesmo têm se ampliado nos últimos anos”. O emprego público representa a metade do tamanho que tem nos países da OCDE.

A região está também muito atrasada no processo de descentralização. Tem havido avanços importantes na transferência de poderes e competências às regiões e municípios, mas o gasto municipal é apenas 9,5% do Produto Bruto. Na OCDE é de 20,6%.

Entre as reformas pendentes se encontra ainda a necessidade de um novo pacto fiscal em favor do desenvolvimento e das pessoas.

Quando o 1% mais rico da América Latina e muitas vezes desinformadas das camadas médias se queixam da carga tributária na região, deveriam ver os números comparativos. Nos países da OCDE, a carga tributária é estimada em 34,8% do Produto Interno Bruto (2008); na América Latina, em uma média de 20,6%. Além disso, enquanto naqueles países as principais fontes fiscais são impostos diretos sobre riqueza e renda, que recaem sobre os que possuem mais, na América Latina são os indiretos, impactando toda a população. O sistema é marcadamente regressivo.

Não é a América Latina que hoje tem que seguir uma Europa e setores dos Estados Unidos, com suas fórmulas de corte drástico do tamanho do Estado, inventando pretextos para fazê-lo. Ao contrário. Isso já foi feito na

América Latina. “Menem já fez”, assim como anteriormente a ditadura militar genocida – e, ao mesmo tempo, Salinas, no México, e tantos outros. E os resultados estão à vista.

O Estado é uma democracia, a ação coletiva potencializada. Têm funções insubstituíveis. Entre outras, melhorar a equidade, o desenvolvimento das energias produtivas da população, aumentando a inclusão, dando a todos acesso à saúde e à educação, motores de empoderamento produtivo do trabalho e da cidadania; apoio à investigação científica e tecnológica; proteção do meio ambiente; promoção da cultura e recuperação da memória; proteção irrestrita dos direitos humanos e da própria democracia.

Prescindir dele é renunciar à ação coletiva. É quase suicida fazê-lo no mundo de hoje, mas favorece os interesses daqueles a quem não convêm que a sociedade se organize para regulamentar, combater as desigualdades e dar voz e poder real às grandes maiorias.

Construir o Estado necessário na América Latina é um dos maiores desafios históricos enfrentados pelo país e pela região e afetará seu futuro de forma decisiva.

---

### **Por trás do poder**

O Congresso dos Estados Unidos criou em 2011 um comitê especial de seis senadores republicanos e seis democratas para poder romper o impasse sobre como baixar o déficit. Fracassou. Os republicanos disseram que não podiam aceitar nada que significasse subir os impostos e rejeitaram terminantemente aumentar os impostos do 1% mais rico, o que é apoiado nas pesquisas de opinião pela grande maioria da população. O senador John Kerry, membro do Comitê, disse que o fracasso se deveu ao fato de que havia nas sombras, no Comitê, “um senador número 13”, que não estava na lista, Grover Norquist, líder de um *lobby* dedicado a impedir todo e qualquer aumento de imposto. Tamanho é seu poder que conseguiu que os representantes republicanos no Congresso, quando tomaram posse, fizessem um compromisso de que em nenhum caso permitiriam um aumento de impostos. Tem um lema famoso sobre o Estado que diz: “deve-se reduzi-lo ao mínimo para depois afogá-lo na banheira”. Para quem trabalha? Pode-se supor.

### **A nova expectativa sobre o Estado**

Na pesquisa de Latinobarómetro 2011, que entrevistou 20.204 latino-americanos em 18 países, foi perguntado em que medida o Estado pode solucionar os principais problemas do país. Um deles era a pobreza.

Dos argentinos, 79% responderam que pode “solucionar todo o problema ou grande parte dele”. A Argentina liderou, seguida de Brasil e Uruguai, ambos com 75%. Ao contrário dos mitos que continuam circulando sobre a inutilidade do Estado, a população confia nele.

### **Destinos entrelaçados**

“O 1% mais rico tem as melhores casas, a melhor educação, os melhores médicos e o melhor estilo de vida, mas tem algo que o dinheiro não pode comprar: a compreensão de seu destino está unido ao dos 99% restante.

Ao longo da história isto tem sido algo que o 1% mais rico só pôde entender com o tempo. Tarde demais.”

Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia (*Vanity Fair*, maio de 2011)

---



## É POSSÍVEL ERRADICAR A CORRUPÇÃO?

### O CASO SIEMENS – TERMINOU A IMPUNIDADE

Em 14 de dezembro de 2011, oito ex-executivos e empresários da Siemens foram acusados criminalmente pela justiça dos Estados Unidos por terem conspirado e pagado 100 milhões de dólares em subornos a “altos funcionários do governo argentino”, violando a lei norte-americana que proíbe práticas corruptas no exterior.

Segundo a investigação, fizeram parte da trama o uso de empresas fantasmas, contas em bancos suíços, intermediários e dinheiro transportado livremente entre fronteiras. De acordo com as acusações, um dos mais altos executivos da Siemens, membro do seu Conselho Administrativo, contrabandeou 10 milhões de dólares em notas através da fronteira suíça, em 1999, para acertar as contas.

A Procuradoria Geral de Justiça dos EUA declarou em conferência de imprensa: “As acusações mostram um nível chocante de enganação e corrupção”. Um diretor da Agência de Controle Financeiro (SEC), Robert Khuzami, declarou “Nossas investigações revelam que eram poucos os limites que esses executivos não estavam dispostos a cruzar para ganhar o contrato”.

A empresa como tal já tinha sido acusada anteriormente, em 2006, mas é a primeira vez que se acusam, individualmente, executivos que levaram adiante as práticas de suborno.

O fiscal de Nova York, Preet Bharara, revelou que, inclusive, “quando o projeto foi cancelado, trataram de receber os lucros que tinham obtido de um contrato outorgado ilegítimamente”. Tentavam um processo contra o Estado argentino por não concretizar o contrato.

Havia muito em jogo. O contrato em questão, destinado a prover documentos de identidade aos argentinos, valia nada menos que 1 bilhão de dólares.

Menem assinou esse contrato em 1996. Na época, o país tinha uma taxa de desemprego de 17,3%, segundo dados oficiais. Além do mais, entre os trabalhadores que tinham emprego, 20% ganhavam menos que a média de salários e tinham dificuldades para subsistir com sua renda. O coeficiente de distribuição da renda do país era muito ruim, 0,483. A taxa de mortalidade infantil era alta, 24 em cada mil crianças morriam antes de completar 5 anos de idade.

Não obstante, mesmo com tantos problemas sociais existentes, o então presidente não duvidou em assinar com a Siemens. Quando se afirma que a corrupção causa imensos danos aos países, não é mera suposição. Foram 1 bilhão de dólares destinados a financiar os ganhos da Siemens e o pagamento de comissões para alguns funcionários e intermediários efetivos.

Para a Siemens, essa não foi uma operação isolada, mas pela sua magnitude excedeu muitas outras. A SEC informou, em 2008, que “a corrupção envolveu 1,4 bilhão em subornos pagos a oficiais governamentais na Ásia, África, Europa, Oriente Médio e Américas” durante várias décadas. Aceitou pagar nesse ano 1,6 bilhão de dólares de multa às autoridades norte-americanas, que ameaçavam expulsá-la dos Estados Unidos, e também às europeias.

Entre as transações pelas quais pagou suborno se encontram a telefonia móvel em Bangladesh, o sistema de controle de trânsito na Rússia, refinarias no México, projetos de telecomunicações na Nigéria, linhas de transmissão de alta voltagem elétrica na China.

O senador Arlen Specter denunciou no Senado norte-americano que “a conduta da Siemens tem sido escandalosa e sistemática, e que existe uma cultura corporativa na qual o suborno é tolerado e inclusive premiado nos mais altos níveis da empresa”. A Siemens subornou em 60 países.

De acordo a *Der Spiegel*, a empresa pagava de 5% a 10% do valor dos contratos, mas em alguns casos chegou a 30%. Segundo informa, um dos conflitos morais maiores ocorreu na Nigéria, nos anos 1990. O ditador Sani Abacha ordenou que as comissões deveriam ser de 50%. Agrega a renomada publicação alemã: “mas, em casos como o de Abacha, o dinheiro dos subornos convertia-se com frequência em dinheiro sangrento”.

O caso Siemens ilustra os efeitos letais da corrupção. Desvia recursos fundamentais para combater a pobreza, melhorar a saúde e a educação para acabar em mãos de poucos.

Os custos econômicos são altíssimos e são pagos pelos consumidores, a quem se repassa o custo dos subornos, e pelos contribuintes, que os financiam.

Destrói a confiança, elemento-chave da economia. Há ainda um custo invisível enorme: quebra o sistema de valores morais e cria niilismo nos jovens.

Mas o exemplo da Siemens ensina mais. Derruba mitos. Assim, é impossível sustentar – depois de se terem acusado, pela primeira vez, membros da direção de uma das 50 primeiras empresas privadas do mundo, segundo a lista de *Fortune* – que “a corrupção é somente um problema do setor público”.

### PRECISAM-SE DOIS PARA DANÇAR UM TANGO

O caso da Siemens e vários outros similares – como, entre muitos, a quebra do principal banco privado dominicano há alguns anos, que absorveu recursos vitais para o país, e o suborno comprovado realizado por executivos de uma multinacional líder na Argentina para vender massivamente informatização ao principal banco público – têm demonstrado que a corrupção não é só pública.

A corrupção corporativa é parte importante do problema global. De fato, os esquemas de corrupção costumam entrelaçar executivos públicos e privados. Há uma sentença que se cumpre constantemente. Sempre que há um corrupto no setor público, há um corrupto no setor privado. A corrupção não é exclusividade do setor público, como o indicam as experiências concretas.

Entre os grandes em nível internacional, destaca-se, junto à Siemens e outros, um dos maiores impérios de comunicação do mundo: o grupo Murdoch.

Possuidor dos maiores meios de comunicação da Inglaterra, com forte presença nos EUA e outros países, o império estava a ponto de ficar com 50% dos meios comerciais da Inglaterra quando explodiu, em 2011, o escândalo das interferências telefônicas.

Violando as leis e a ética jornalística mais elementar, o jornal de maior venda do grupo, *The News of the World*, havia grampeado ilegalmente 800 telefones celulares de destacadas personalidades, inclusive das famílias de soldados mortos, para poder publicar escândalos e privilégios.

Entre os grampeados estavam um ex-ministro, atores famosos e a família de uma criança de 13 anos sequestrada. Em sua “eficiência”, como o telefone estava cheio de chamadas, os integrantes da organização não tiveram dúvida em apagá-las, para ter mais espaço e poder escutar mais.

A esta trama somaram-se subornos à polícia e ameaças a líderes políticos, e depois, quando começaram a ser denunciados, destruição de evidências.

Como assinala Soledad Gallegos, ex-subdiretora de *El País*, da Espanha, não era “jornalismo marrom”, mas uma categoria ainda mais baixa a que praticava o grupo Murdoch: era “lixo de jornalismo”. Cada vez mais se descobrem manobras desse império dos meios de comunicação, que têm levado seus diretores a várias interpelações parlamentares, e à prisão 17 funcionários e jornalistas.

Em 1977, na presidência de Carter, os EUA aprovaram a Lei sobre Práticas Corruptas no Exterior. Segundo as investigações da SEC, em meados dos anos 1970, 400 empresas admitiram ter feito pagamentos ilegais por interesses. Entre estes, houve casos famosos, como os escândalos de suborno da empresa espacial Lockheed e o “Banana gate”, no qual Chiquita Brands subornou o presidente de Honduras para que lhe reduzisse os impostos.

A lei foi aplicada a casos em que foram implicadas, entre outras empresas, BAE Systems, Baker Hughes, Halliburton, Lucent Technologies, Monsanto, Titan Corporation, Avon Products.

Entre muitos outros exemplos, o Departamento de Justiça e a SEC estão investigando se executivos da Hewlett Packard pagaram 10,9 milhões de dólares de subornos, entre 2004 e 2006, ao procurador geral da Rússia para ganhar um contrato que forneceria computadores; investigaram como aconteceu a ação da Siemens na Argentina e abriram uma investigação sobre o grupo Murdoch, para conferir se violava a lei norte-americana com seus subornos na Inglaterra.

Dois empresas do grupo automobilístico Daimler aceitaram pagar, em 2010, 185 milhões de dólares para encerrar contratos feitos por pagamento de subornos. A Deutsche Telekom aceitou pagar 95 milhões de dólares para resolver as investigações de subornos realizados na Macedônia e em Montenegro – trataram de impedir com isso a entrada de outro competidor no mercado.

A corrupção corporativa tem tido presença também no interior dos países desenvolvidos. Casos como os da Enron, sétima empresa em vendas nos Estados Unidos, que fez um desfalque de 60 milhões de dólares, da Parmalat, na Europa, das questionadas administrações das principais empresas de Wall Street, entre outros, mostraram que os riscos de corrupção não são exclusivos da gestão pública.

### A CORRUPÇÃO NÃO SÃO SOMENTE AS GORJETAS

Com frequência, tende-se a associar a corrupção com as gorjetas que os cidadãos pagam a funcionários. A gorjeta nos países sul-americanos, a *mordida* no México e outras similares são claras expressões de corrupção que devem ser combatidas e erradicadas. São inadmissíveis. Contudo, os maiores custos são pagos pela sociedade nas grandes operações de cumplicidade econômica, como as que se dão, entre outras, no mercado de armas e em outras formas de corrupção mais silenciosas.

Entre elas, as cumplicidades entre o crime organizado e membros da polícia, a influência sobre o sistema judiciário, a disseminação de novas formas de corrupção vinculadas à expansão do narcotráfico.

A juíza franco-norueguesa Eva Joly é autora de um célebre texto *Impunidade* (em espanhol, Katz Editores). Nele, conta como combateu a corrupção de

empresas francesas líderes que faziam grandes negociações na África, subornando altos funcionários.

Um dos itens mais importantes era o comércio de armas.

Foi perseguida e ameaçada por suas denúncias, e retrata vividamente o poder dos interesses em jogo.

*Le Monde* escreveu um editorial sobre o caso da Elf Petroleum da França: “Elf tem utilizado seu dinheiro para manter no poder ditadores cujos princípios não têm sido o desenvolvimento de seus países, mas seu enriquecimento pessoal”.

Há modos de corrupção inéditos vinculados à temática do meio ambiente. Os *lobbies* que tentam negar a existência mesma da mudança climática recorrem a toda ordem de práticas para obstaculizar o conhecimento de seus riscos e influenciar quem toma as decisões.

Um informe de Transparency International (abril de 2011) chama a atenção sobre o peso desses *lobbies* em relação àqueles que defendem as energias limpas. Afirma:

Nos Estados Unidos, somente em nível nacional, os interesses do petróleo e do gás destinaram às atividades de *lobby*, durante 2009, um orçamento oito vezes maior que o setor de energia não contaminante. Na União Europeia, durante um importante processo deliberativo sobre políticas climáticas que se desenvolveu em 2004, os grupos empresariais contribuíram com o debate com mais do dobro de documentos sobre políticas que as organizações ambientais.

Um dos grandes temas que surgem quando se presta atenção nas gorjetas é o da transparência no financiamento dos processos eleitorais.

Em um crítico estudo da Ethos e Transparency International no Brasil a respeito (2008), mais de dois terços das empresas assinantes do pacto pela integridade e contra a corrupção consideraram, sobre essa estratégia em questão, que “as empresas devem apoiar iniciativas da sociedade civil que monitorem o financiamento da política”; “as empresas devem revelar suas doações políticas independentemente do que façam os partidos e os candidatos”; “as empresas somente devem apoiar candidatos comprometidos com a divulgação das doações”.

## MAIS DESIGUALDADE, MAIS CORRUPÇÃO

Com frequência se coloca a corrupção como um tema basicamente policial. Suas causas seriam a falta de adequados controles policiais e falhas judiciárias. Isso é parte do problema, e é imprescindível atuar nestes níveis. Mas, além disso, há um tema fundamental de viés econômico e político.

Uma pesquisa da Universidade de Harvard aborda este tema. Tratou de medir em cem países a que causas estava mais ligada a corrupção.

As correlações econométricas identificaram que a principal era o nível de desigualdade. Quanto maiores são as assimetrias em uma sociedade, maior é a corrupção. Esta é maximizada quando reduzidas elites detêm o controle das grandes decisões econômicas, dos recursos, da informação, e as grandes maiorias têm graus mínimos de informação e de participação real.

Nessas condições há, segundo os pesquisadores, “incentivos perversos” para as práticas corruptas, porque os grupos de alto poder não têm controle e podem atuar com impunidade. Seu acesso à compra de influência legal ou ilegal é muito importante. Em troca, os setores populares têm, nessas sociedades com consideráveis brechas, limitados níveis de articulação política, dificuldades de organização e são frágeis para fiscalizar os poderosos.

A corrupção, por sua vez, aumenta a desigualdade. Afeta retrospectivamente a composição do gasto público, os níveis de investimento e o funcionamento democrático.

Tem-se estimado que o aumento de um ponto no índice de corrupção faz aumentar o coeficiente de Gini em 0,54 pontos. Gera-se um círculo perverso. Quanto mais desigualdade, mais corrupção. Por sua vez, a corrupção é uma das vias pela qual a desigualdade se produz, gerando então ambientes propícios a ela. Reforçam-se mutuamente. Para se atuar contra a corrupção, estruturalmente, é preciso abordar a fundo o tema, em vez de ver na “corrupção” e “desigualdade” duas questões não interligadas, como acontece na imagem da realidade que trata de impor o pensamento econômico ortodoxo.

Quanto mais equitativas as sociedades e maior a participação das maiorias em educação, saúde, informação e participação nas decisões, melhor poderão fiscalizar e protestar, e menor será a corrupção. Estes resultados são particularmente significativos para a América Latina, por ser a região mais desigual do planeta. Um dos custos silenciosos dessa desigualdade tem sido o incentivo à corrupção.

A hipótese dos pesquisadores de Harvard pode confirmar-se em múltiplos casos. Um extremo são as ditaduras. Guiné Equatorial é governada desde 1979 por um ditador, Theodore Obiang. O país era um dos mais pobres do mundo. Em 1995, descobriu-se petróleo e é agora o terceiro produtor da África, depois de Nigéria e Angola.

Nada disso beneficiou a sua população. O ditador e sua família ficaram com tudo, aproveitando a absoluta polarização do poder. Morrem 148 de cada mil crianças antes de completarem 5 anos. A esperança de vida é de apenas 51 anos. Somente 26 em cada cem jovens chegam a iniciar o científico, o que no Brasil equivale ao ensino médio. A escolaridade média é de somente cinco anos.

Em julho de 2011, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos anunciou uma nova iniciativa: a recuperação de ativos fruto de corrupção. Aplicando-a, abriu dois processos cíveis contra o filho do ditador Nguma Obiang e seu ministro de Agricultura, para confiscar uma mansão em Malibu de 30 milhões de dólares, um avião particular de 38 milhões, uma Ferrari 2011. Também lhe serão confiscados 75 itens de Michael Jackson, que o jovem bilionário comprou de seus herdeiros. Incluem uma luva de cristal de 275 mil dólares, dois chapéus de 60 mil cada e uma carteira por esse mesmo valor.

Quantas vidas de crianças guineanas poderiam ter sido salvas com esses recursos? O Congo, com um governo autoritário, tem 68 milhões de habitantes e recursos minerais muitos importantes. A esperança de vida é de 48 anos, e a média de anos de escolaridade é de 3,8. Metade da população come somente uma vez por dia. Contudo, somente 1% do orçamento nacional vai para agricultura. Não é o item mais rentável para os donos do poder.

### COMO COMBATER A CORRUPÇÃO?

Melhorar a equidade e superar mitos e sinais falsos, aprofundando sobre suas causas reais, são recomendações básicas. Há um longo caminho à frente no campo legal.

Até 1999, quando a organização dos países ricos, a OCDE, penalizou o código fiscal alemão, entre outros, pois permitia a dedução dos subornos como “gastos de negócios”. Recentemente, em 2003, a ONU conseguiu fazer aprovar a Convenção Contra a Corrupção, que requer a todos os países aprovar leis anticorrupção, pôr em prática legislação anticorrupção e cooperar com os demais.

Há 140 países signatários, mas há quase uma década muitos não a ratificaram. Entre os que não o fizeram, encontram-se três das maiores economias do mundo (membros do G-20): Alemanha, Japão e a Índia.

Mesmo assim, a convenção anticorrupção da OCDE tem execução limitada. Segundo uma avaliação, dos 37 países que a integram, somente sete têm dado aplicação ativa, nove moderada, e 21 nenhuma ou muito pouca aplicação.

O senador Spector, já mencionado, advertiu, sobre a aplicação da lei anticorrupção norte-americana, que não basta multar as corporações (que terminam agregando o valor das multas a seus preços), mas que se deveria perseguir criminalmente as pessoas que levam adiante tais práticas corruptas.

Uma nova lei inglesa de 2010, semelhante à norte-americana, introduz uma novidade porque considera como delito que as corporações falhem em prevenir o suborno.

As correlações de poder precisam mudar para que a impunidade acabe. Assim entendeu o povo indiano. Foi sacudido por gigantescos escândalos em

campos diversos, desde a concessão de permissões para a exploração do espectro sem fio [*wireless spectrum*] até a extração mineral, com perdas enormes para o Estado. Tudo isso em um país onde, apesar de seu crescimento econômico, 42% dos menores de 5 anos estão em situação de desnutrição. Milhões de pessoas saíram às ruas em apoio ao movimento “Índia contra a corrupção”, encabeçado pela ativista social Anna Hazare.

Seus métodos, que seguem Ghandi, incluindo prolongadas greves de fome, obrigaram o Congresso a apresentar uma lei anticorrupção, que cria uma agência investigadora do mais alto nível.

Juntamente com a mudança de leis, são imprescindíveis vigorosas políticas de reforma e fortalecimento do Poder Judiciário, apoio à profissionalização das instituições policiais vinculadas à investigação desses delitos, estabelecimento de instituições reguladoras sólidas e dotadas de capacidade técnica efetiva, gestão ativa para a recuperação de ativos no exterior.

Depois de longos trâmites, o empobrecido Haiti recuperou vários milhões de dólares que a dinastia Duvallier tinha depositado em contas na Suíça.

A necessidade de mudar a estrutura do poder para atacar a corrupção e melhorar a igualdade foi um grande detonador da Primavera Árabe. A ostentação dos resultados da corrupção pelas autocracias governantes na Tunísia, Egito e Líbia, contrastada com a miséria cotidiana de amplos setores da população, jogou um papel-chave no desencadeamento das rebeliões.

Enfrentar a corrupção significa leis rigorosas, um Poder Judiciário íntegro, condições de investigação, sistemas de controle, mas também mobilizações sociais que equilibrem as desigualdades. São todas essas medidas que podem significar um alto custo para as elites, fazê-las sentir que não há mais impunidade e tirar-lhes os incentivos para esta prática.

### AMÉRICA LATINA EM MUDANÇA

É frequente a referência à América Latina como lugar de corrupção. Como se viu, não há nenhum monopólio a respeito. Tem alta presença também, sob outras formas, em países desenvolvidos. Mas é compreensível que os níveis de impunidade tenham sido historicamente muito importantes, por ter sido a região mais desigual do planeta.

Contudo, isso está mudando. A pesquisa de Harvard conclui afirmando que, “depois de tudo, a corrupção não é um destino manifesto de nenhum país”. Isso é plenamente visível na América Latina, em pleno processo de mudança.

Nos países da região onde estão em marcha reformas profundas nas estruturas econômicas e sociais, estão se modificando as estruturas de poder que favoreciam a corrupção.

No novo ambiente histórico, contra a concentração do poder pelas elites e a favor de sua democratização, podem perceber, entre outros exemplos, novos e avançados projetos de lei como o que está tratando o Congresso do Brasil. O país tem hoje empresas multinacionais trabalhando em diversas partes do mundo. A lei, em estado avançado de tramitação, propõe penalizar severamente as práticas corruptas dessas empresas no exterior. De modo inovador, torna as empresas responsáveis pelas ações de seus diretores, funcionários e agentes, sob a teoria da responsabilidade superior. A presidenta Dilma Rousseff já fez renunciar seis de seus ministros desde junho de 2011, por conta de questionamentos sobre suas condutas.

Na Argentina, Uruguai e outros países da Unasul, estão em marcha avanços importantes nas leis, na transparência da atuação pública, na prestação de contas, no fortalecimento dos organismos de controle, na independência plena do Poder Judiciário.

Uma chave para enfrentar a corrupção é ampliar as possibilidades de controle social. Isso significa, entre outros aspectos, instalar mecanismos institucionalizados de participação contínua da população. São significativos os resultados alcançados em nível local com experiências nas quais a América Latina foi pioneira nos últimos anos, como o Orçamento Municipal Participativo de Porto Alegre, que tem se convertido em referência mundial nessa matéria e se estendido, sob diversas fórmulas, a centenas de cidades da região.

A transparência dos orçamentos, sua análise pela cidadania, a seleção direta de prioridades e a prestação de contas geraram uma melhor gestão municipal e reduziram sensivelmente os níveis de corrupção e clientelismo.

A isso deverá se agregar o trabalho na família e na educação a fim de fomentar uma “cultura de transparência e responsabilidade”. Ambos os termos significam que o outro importa; já a corrupção é o contrário: egoísmo maximizado.

Nos anos 1990, em países como Argentina – onde se levam adiante 15 processos judiciais contra políticos, ex-funcionários, empresários e banqueiros dessa década –, alguns setores da população chegaram a mudar seus valores.

Um dos efeitos mais perversos do período foi a quase legitimação das práticas corruptas, nomeadas como “esperteza crioula”, e a estereotipação de funcionários honestos que resistiam a se beneficiar com elas como “idiotas”.

Eva Joly lembra em *Impunidade* que, na realidade, ocorre o inverso: “idiota” é, no significado original grego do termo, aquele que pensa somente nos seus interesses pessoais, enquanto que “um homem livre digno desse nome é quem se consagra ao bem comum”. As políticas ortodoxas extremas destruíram setores da classe média e as oportunidades para as maiorias da região, e deterioraram profundamente os valores básicos.

As sociedades reagiram, mas há que se continuar a trabalhar esse plano fundamental. Os países que encabeçam a tabela mundial da integridade, como os escandinavos, detêm altos graus de equidade, instituições sólidas, Poder Judiciário exemplar, mas também sua cultura rejeita os corruptos como “párias sociais”.

A ilegalidade “cultural”, além de jurídica, da corrupção é a batalha dupla a se aprofundar.

---

### **Uma cultura de corrupção**

Tão entranhada estava a prática dos subornos na Siemens, segundo os processos realizados, que um de seus operadores físicos, Siekacze, alegou com todo cinismo no julgamento, depois de ter admitido a sua culpa:

“As pessoas só dirão em relação à Siemens que fomos desafortunados e não cumprimos com o undécimo mandamento. O undécimo mandamento é ‘que não te descubram’”.

### **Roubo a mão armada**

O informe da União Africana 2002 estima que se roubam da África por corrupção 148 bilhões de dólares. Com essa cifra, poder-se-ia proteger todas as crianças africanas que morrem por malária, pneumonia e falta de micronutrientes.

### **Sem palavras**

“Nicolás Cosentino, 53 anos, foi secretário de Estado de Economia no último governo de Silvio Berlusconi. Apesar de os juízes de Nápoles o terem acusado, já em 2009, de ser a “referência política” do clã dos Caseleses – o mais poderoso da Camorra (clã que ameaça de morte o jornalista Roberto Saviano por tê-lo colocado em evidência em seu *best-seller Gomorra*) –, e de o Tribunal Supremo autorizar a sua captura, o anterior primeiro-ministro o manteve em seu cargo, desafiando – como o fazia – a Justiça.

Mas não só isso. Berlusconi utilizou agora sua maioria na Câmara de Deputados para que se opusesse a seu encarceramento. Por 309 votos a 298, continuará em liberdade. Com assento na câmara e tratado protocolarmente como honorável.”

*El País*, Espanha, 12/1/2012

---

## MELHORANDO O MUNDO: OS EMPREENDEDORES SOCIAIS

### ALGO ANDA MUITO MAL

Você sabe quantas crianças morreram de fome em 2010? Foram 5 milhões. Há no mundo 125 milhões de pessoas com fome, uma em cada sete. Muitas são crianças. As crianças desnutridas têm 160 dias de doenças todos os anos.

Chega de pretextos. Alega-se que a população cresce demais, que não há forma de fazer frente a seu aumento nos países pobres. A realidade é que o mundo produz hoje 17% mais calorias *per capita* que há 30 anos. A população cresceu fortemente nesses anos, mas a capacidade de produzir calorias, muito mais.

Dividindo-se a produção mundial de calorias pelo número de habitantes, cada um teria 2.720 calorias diárias, mais que o mínimo necessário, 2.500. Mas as crianças que perecem por fome ou estão desnutridas não as têm. Os alimentos não estão ao alcance de suas famílias.

Um fator-chave é, segundo o relator mundial da ONU sobre o direito à alimentação, Olivier de Schutter, “a bolha especulativa”. Os especuladores financeiros que causaram a implosão mundial de 2008 e 2009, e alimentam uma nova, estão apostando no mercado de alimentos a futuro e fazendo subir os preços.

Segundo a FAO, somente 2% dos contratos a futuro de matérias-primas finalizam na entrega real dos produtos. Em 98% dos casos, os contratos se revendem. Aos especuladores só lhes interessa ganhar em curto prazo.

*Der Spiegel* (4/11/2011) retrata assim o funcionamento da Bolsa de Chicago: “Aqui, na sala de negociações da maior bolsa de matérias-primas

do mundo, se decide sobre o preço dos alimentos e com isso o destino de milhões de pessoas. A fome também se organiza aqui, além da riqueza de uns poucos”.

Um informe (20/1/2012) da União Europeia mostra até onde o sistema é ineficiente para assegurar o direito mais elementar, o direito à alimentação. Reporta que a Europa joga anualmente no lixo 90 milhões de toneladas de produtos alimentícios em bom estado para o consumo. São 179 quilos por habitante. A mesma Europa tem, atualmente, não menos de 70 milhões de pobres, e o número vai crescendo. Segundo o informe, 50% de produtos sadios e comestíveis se perdem nas distintas fases do processo, desde a produção até a mesa e ao lixo do consumidor.

A indignação cresce diante das disparidades que contradizem a ética mais básica. O prestigiado Pew Research Center dos Estados Unidos (14/1/2012) disse, em sua pesquisa, que os norte-americanos têm mudado bastante de opinião a respeito de qual é o principal conflito que tem a sociedade norte-americana.

Antes destacavam os conflitos raciais e entre os imigrantes e os nascidos no país. Entre 2009 e 2011, subiu 19 pontos percentuais o número de quem considerava “muito forte” ou “forte” o conflito entre ricos e pobres, e agora encabeça a lista. Passou de 47% em 2009 para 66% em 2011.

Diante da argumentação do Tea Party e de alguns líderes conservadores de que o problema é de “inveja” aos mais ricos, são alçadas vozes como a de Elizabeth Warren, eminente jurista de Harvard, autora da lei de regularização financeira e da criação da Agência do *Ombudsman* financeiro, para a defesa dos pequenos investidores, dos portadores de cartão de crédito e outros de abusos financeiros.

Warren, atualmente candidata a senadora na cadeira ocupada por Edward Kennedy, ressalta:

Não há ninguém neste país que tenha virado rico por si só. Ninguém. Você constrói uma fábrica, bom para você. Mas quero ser clara: você transportou seus produtos ao mercado sobre os caminhos que o resto de nós pagamos. Você contratou pessoal cuja educação fomos nós que financiamos. Você está seguro na sua fábrica pelos policiais e bombeiros que nós pagamos. Olhe, você construiu uma fábrica e é um êxito. Muito bem. Leve-se uma boa parte. Mas parte do contrato social subjacente é que você leva uma parte, mas retribui à sociedade para abrir passo à nova criança que vem a caminho.

Não é um problema de inveja, mas de jogo limpo. O mesmo Pew Center informa, em pesquisa de dezembro de 2011, que somente 50% dos norte-ameri-

canos reagem hoje positivamente ante o termo “capitalismo”. Jovens de 18 a 29 anos são os que mais têm uma visão mais negativa que positiva.

Uma pesquisa do Edelman Barometer, entre os 25% de maior renda, apontou que somente 46% têm confiança em que os negócios farão o correto, e a confiança se reduz ainda mais, a 25%, quanto aos bancos.

Nesse clima, com pressões em ascensão por mudanças no sistema, há quem ao mesmo tempo em que luta por elas sente que é seu dever contribuir de imediato para aliviar o enorme sofrimento social. Está surgindo com força a figura do empreendedor social. Seu lema é fazer algo já, que chegue na maior escala possível.

### AS IDEIAS DE MUHAMMAD YUNUS

Em um mundo que tem possibilidades tecnológicas e ao mesmo tempo brechas sociais e de exclusão enormes, e onde as grandes desigualdades e os vazios éticos atuam como limitantes severos para as mudanças necessárias, surgem novas ideias e atores comprometidos profundamente com a sorte de seu próximo.

Há uma demanda crescente por políticas públicas centradas nas reais prioridades das pessoas e com altos níveis de qualidade.

Pode contribuir muito que estejam acompanhadas por outros atores sociais, como os empreendedores sociais. Estes se caracterizam por tratar os problemas sociais agudos e abordá-los com uma perspectiva não convencional, criando soluções inovadoras para enfrentá-los.

Mobilizam as comunidades para levá-las adiante, e tratam de fazê-lo com a melhor gestão possível. Seus projetos não procuram nenhum lucro, mas sim criar condições para que possam ser autossustentáveis. Certamente não substituirão nunca o papel decisivo das políticas públicas, as únicas que podem deter a máquina de produzir pobres e excluídos diariamente, mas podem ser uma ajuda significativa para elas. Já dão resposta a muitos e são uma fábrica de ideias sociais originais, utilizadas com frequência pelas mesmas políticas públicas.

Encabeçam uma lista muito ampla, e com frequência anônima, figuras como o Prêmio Nobel da Paz Muhammad Yunus, modelo de empreendedor social. Os empreendedores sociais geram permanentemente projetos que atendem a necessidades prioritárias, rompem com os caminhos convencionais, mobilizam as comunidades beneficiadas e operam com alta eficiência gerencial.

Yunus concebeu a ideia do microcrédito, de emprestar aos mais pobres embora não pudessem dar garantias, apostar neles. A ideia foi rejeitada tanto pelos bancos públicos como privados. Violava todas as ortodoxias em matéria

de crédito. Ninguém, salvo o ensino bíblico, que promove ativamente emprestar aos pobres (e proíbe a usura), tinha antes estimulado políticas desse tipo.

Criou, em Bangladesh, o Grameen Bank (o banco da aldeia), destinado a conceder pequenos empréstimos para desenvolvimentos produtivos. Deses empréstimos, 95% foram concedidos a mulheres. Deviam conformar um grupo e, embora o empréstimo fosse individual, todo o grupo se tornava responsável pela sua devolução. Os resultados foram de grande impacto: desde o melhoramento da condição econômica ao empoderamento da mulher no meio de uma cultura patriarcal.

As mulheres responderam com acréscimos. O Grameen Bank, que foi configurado como uma instituição de propriedade de seus próprios mutuários, tem uma das melhores taxas de retorno dos empréstimos de toda a indústria bancária mundial.

Além do mais, Yunus, representante pleno do perfil mais desejável do empreendedor social, concebeu o banco como uma organização antiburocrática, sem papéis, descentralizada, com seus agentes trabalhando nas aldeias, no meio das pessoas.

Hoje são mais de 8 milhões de mutuários em Bangladesh. O banco empresta mais de 100 milhões de dólares ao mês. O empréstimo médio é menor que 200 dólares; há alguns que vão de 10 dólares (para mendigos) até mil dólares (para microempresas).

O dinheiro vem dos depósitos dos próprios mutuários. Quando ingresam no banco, abre-se uma conta de poupança e se deve guardar uma pequena quantidade de dinheiro nela.

Yunus (2010) aponta que, entre outros efeitos, “é uma enorme fonte de empoderamento para uma mulher dizer que tem uma conta bancária e que tem tanto de dinheiro na conta”.

A experiência tem se reproduzido já em 80 países. Mais de 500 milhões de pessoas recebem microcréditos. O grande empreendedor assinala, em um artigo do *The New York Time* (15/1/2011), que a experiência de emprestar aos pobres tem sido tão exitosa que atraiu poderosos grupos financeiros, e tem levado algumas ONGs a converterem-se em bancos privados. Em diversos casos, cobram-se juros muito altos, deformando assim o sentido original da proposta.

Ele adverte que é necessário haver regulamentação governamental no setor e critica severamente esses desvios. Prevê:

Sempre há gente desejosa de tirar proveito dos vulneráveis. Os programas de crédito que procuram ganhar a partir do sofrimento dos pobres não devem ser descritos como microcrédito, e não deve se permitir que os investidores, que

são os donos, se beneficiem da confiança e do respeito que os bancos de micro-crédito têm ganhado pelos seus méritos.

O Grameen Bank mobilizou a fundo as possibilidades de criar suas próprias estruturas de proteção às suas mulheres pobres empoderadas. Gerou um sistema de crédito educativo, para que seus filhos possam estudar, e um seguro de saúde. Quase 100% das crianças dessas mulheres que recebem empréstimo vão à escola.

Yunus concebeu a seguir a ideia de negócios sociais, empresas que dão resposta a problemas sociais críticos, mas que não geram lucro e se autossustentam.

Respondendo a uma necessidade muito importante, criou em seu país o Hospital para o Cuidado dos Olhos. Lá são realizadas 20 mil cirurgias de catarata por ano. Com a escala, pela enorme demanda insatisfeita, conseguiu reduzir o custo de cada intervenção a 30 dólares. O hospital é autossustentável.

Metade das crianças em Bangladesh (que tem 158 milhões de habitantes) está desnutrida. Para amenizar esse quadro, associou-se com a multinacional Danone, que produz leite e iogurte, e criou a empresa Grameen-Danone. Produz um iogurte a custo muito baixo que contém todos os micronutrientes de que as crianças precisam. Pela escala, os preços são ínfimos. Se uma criança consome duas xícaras desse iogurte por semana, durante oito ou nove meses, passa a ser sadia.

Fundou, com a empresa de águas francesa Veolia, a empresa Grameen-Veolia, para abastecer de água potável as aldeias. Propôs à Adidas a produção de um calçado acessível às pessoas mais pobres. A maioria delas anda descalça nas aldeias em Bangladesh e em muitos países do mundo em desenvolvimento.

Contraem todo tipo de doenças por isso, através de ancilóstomos e outros parasitas. Planeja-se que o calçado custe menos de um dólar. Projeta criar com a BASF uma empresa que produza mosquiteiros quimicamente tratados, a preços reduzidos. São vitais para reduzir a malária.

## UM EMPREENDEDOR SOCIAL NO HAITI

Em 12 de janeiro de 2010, um terremoto de escala 7 quase destruiu o Haiti. Houve 230 mil vítimas, e 1,3 milhão de pessoas ficaram sem moradia.

Uma semana depois, Sean Penn<sup>6</sup> viajou ao país para ajudar. Agora converteu essa ajuda – segundo explica – na causa de sua vida.

Criou um campo para albergar refugiados nos subúrbios de Petonvelli, que deu asilo a 55 mil pessoas, e o gerencia pessoalmente. Viveu aí por seis meses depois do terremoto e organizou os principais serviços.

6. Penn ganhou duas vezes o Oscar como melhor ator da Academia de Hollywood pelos filmes Rio místico (2003) e Milk (2008). Foi um forte crítico da administração Bush e se comprometeu com diversas causas sociais.

Há no local 11 mil barracas, serviços médicos, um mercado. Conseguiu apoio para escolas. Inclusive, combateu pessoalmente as gangues criminosas. Trabalhou ombro a ombro com organizações como Oxfam, Save the Children, Médicos sem Fronteiras e outras.

Explica: “Penso que ninguém que não tenha estado em lugares como este possa entender o que é a pobreza e o que significa uma falta real de infraestrutura”.

Entende que a tarefa é de longo prazo e coloca: “aqui é onde estarei, quando não esteja trabalhando, pelo resto da minha vida”. Em janeiro de 2010, Penn organizou na meca do cinema, Los Angeles, um grande evento para levantar fundos: “Ajude a construir o Haiti com Sean Penn e amigos”. Propunha-se chegar a 850 mil dólares; conseguiu 5 milhões.

### O QUE É UM EMPREENDEDOR SOCIAL?

Que rumos estão indicando exemplos como os de Yunus e Penn? O que exatamente é um empreendedor social e o que faz? O que traz de novo?

Com base nesses e em outros elementos, Sally Osberg e Roger Martín definem os empreendedores sociais como singularizados por meio de três componentes:

- identificam um equilíbrio injusto que causa exclusão, marginalização ou sofrimento de segmentos do gênero humano, que não têm os meios e o peso político para alcançar por si próprios transformações na situação;
- identificam uma oportunidade de mudar esse *status quo* injusto criando valor social e trazem para isso inspiração, criatividade, ação direta, coragem e força. Estão desafiando a ordem das coisas existente, estável mais injusta;
- geram um novo equilíbrio estável que libera o potencial ou alivia o sofrimento do grupo relegado, assegurando-lhe um melhor futuro e contribuindo com a sociedade em geral.

Os autores analisam um exemplo interessante, o do papel de empreendedor social levado adiante pelo muitas vezes premiado ator e produtor Robert Redford, que identificou um desequilíbrio inicial importante em Hollywood: os grandes estúdios, movidos por interesses financeiros, controlavam a forma pela qual os filmes eram financiados, produzidos e distribuídos. Não havia maior espaço para jovens produtores. Ao mesmo tempo, identificou novas tecnologias que permitiam filmar a custos bem mais econômicos.

Decidido a dar oportunidade às novas gerações de realizadores, criou o Sundance Institute, abrindo-lhes espaço e apoio para desenvolver suas ideias. Depois organizou o Sundance Film Festival, para que pudessem mostrar sua produção. Tudo isso foi criado como organização sem fins lucrativos, e Re-

dford pediu à sua extensa rede pessoal de produtores, atores e autores conhecidos que atuassem como voluntários dos jovens realizadores.

Seu empreendimento teve o maior dos sucessos, e 25 anos depois há um novo equilíbrio. Sundance é o centro do cinema independente, tem grandes audiências, os jovens realizadores têm um caminho aberto, e o público ampliou sua opções de maneira considerável. O novo equilíbrio está agora firmemente estabelecido.

Outro caso bastante atual e transcendente é o de Wikipedia. Seus fundadores, Jimmy Wales e Larry Sanger, geraram e colocaram em marcha uma ideia absolutamente original. Convidaram milhares de voluntários para criar e editar uma enciclopédia de acesso livre na internet.

A enciclopédia tem hoje 17 milhões de artigos em 270 idiomas. É consultada por 400 milhões de usuários ao mês. Baseia-se no trabalho de 35 mil voluntários.

A Wikipedia tem enorme valor econômico, mas não cedeu a nenhuma tentação e tem permanecido como uma organização sem fins lucrativos. Clay Shirky diz que é *London Guardian*, “um dos maiores atos agregadores de generosidade da história”. *The Economist* parabeniza seu décimo aniversário destacando: “Todos os dias milhares de pessoas cadastram sua entrada ou agregam novas com o intuito de contribuir com o estoque de conhecimento humano”.

### POR QUE EMPREENDEDORISMO SOCIAL É ATRATIVO?

J. Gregory Dees, um dos pioneiros do empreendedorismo social, destaca que este é diferente do empresarial:

“Os empreendedores sociais têm uma missão explícita em mente. Seu principal objetivo é converter o mundo em um lugar melhor. Isso implica em como medem seu êxito e como estruturam suas organizações. A melhor medida de êxito para um empreendedor social não é quanto lucro obteve, mas quanto valor social criou”.

Há nele um impulso voluntário e um objetivo de serviço e, ao mesmo tempo, uma inovação liberada de entraves burocráticos.

A especificidade do empreendedorismo social é uma das explicações de ser um grande atrativo para as novas gerações. Um caso paradigmático que o ilustra é o de Ensinar por América. Criado há dez anos por Wendy Kopf, nos EUA, propôs-se a lançar um desafio puro de empreendedorismo social a alguns dos jovens mais brilhantes da sociedade.

Dirigiu-se aos graduados com as mais altas notas das melhores universidades propondo-lhes que, ao se formarem, trabalhassem dois anos nas

escolas mais pobres do país por modestas remunerações. Criariam valor social compartilhando uma das melhores educações do mundo com crianças menos favorecidas e teriam uma experiência única de vida e formação.

O chamado parecia quixotesco, no entanto, o sucesso foi rotundo. Deu a eles, que tinham todo tipo de condições econômicas, a possibilidade de ter, de imediato, um impacto social real. Responderam. Em 2006, 19 mil graduados com altas qualificações se ofertaram para o programa. Em 2011 multiplicaram-se os interessados. Houve 97 mil inscritos para 14 mil cargos.

Ingressar no Ensino por América se converteu em grande compensação para os jovens brilhantes; superior ainda, segundo afirmam alguns deles, a ingressar em uma universidade de elite.

Outras organizações têm tido respostas similares. Em 2006 e 2007, o Acumen Fund, que promove o empreendedorismo social, recebeu 1.100 inscrições de mestrandos em administração de negócios para 15 cargos.

O Bridgespan Group, uma consultoria que trabalha com Bain@Company, que dá assistência estratégica a organizações de ação social, recebeu, em 2007, 1.800 inscrições para 18 postos.

Starting Bloc, cujo Instituto de Inovação Social convoca estudantes e profissionais jovens “socialmente conscientes” que perseguem carreiras que contribuam para uma “economia justa global”, passou de 200 estudantes em 2003 a 2.400 em 2005.

A provocação que significa essa “especificidade” atrai também outras entidades. Em uma pesquisa com mil pessoas, patrocinada por The Met Life Foundation e Civic Ventures, 60% declarou estar interessado em “rever suas prioridades para colocar o impacto social na frente e no centro”.

## AVANÇOS NA AMÉRICA LATINA

Nos anos do liberalismo ortodoxo, foi crescendo na América Latina o sentimento profundo de que não se poderia esperar nada importante dos governos que estavam empenhados na aplicação de receitas que levavam ao aumento da pobreza.

O próprio papa João Paulo II, frequente crítico da situação social da região, colocou: “A pobreza é algo urgente que não pode esperar”.

Na região há notáveis exemplos de pessoas, grupos e organizações que fazem empreendedorismo social. Nos tempos da ortodoxia, estavam presentes nas muitas das grandes brechas que deixavam as políticas dos Estados, para os quais o social era uma preocupação somente em época de eleições.

Nos processos de transformação em curso, são, em muitos casos, um ativo colaborador da nova geração de políticas sociais.

Entre outros países, o Brasil, país de grandes contrastes, que tinha, antes das mudanças dos últimos anos, uma das piores desigualdades do planeta, foi cenário da ação de importantes iniciativas dessa ordem.

Betinho, um proeminente sociólogo, líder de um centro de pesquisas sociais de excelência, criou um gigantesco movimento de luta contra a fome que conseguiu aglutinar 60 milhões de brasileiros. Sua tarefa de colocar a fome no centro da agenda, em um país de enormes potencialidades, foi uma valiosa contribuição ao primeiro mandato do presidente Lula. O presidente conhecia pessoalmente a fome e a pobreza, tanto que retomou na política pública, com toda força, o lema do empreendedor social e criou o Fome Zero, que haveria de converter-se em referência mundial na luta contra esse flagelo.

A Pastoral da Criança, liderada por Zilda Arns, irmã do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, presidente da Conferência Episcopal do Brasil e grande lutador contra a pobreza, é um empreendimento social de grande alcance, que chega a milhões de famílias desfavorecidas, com uma metodologia original de formação de lideranças da comunidade. Por meio dessas lideranças, trabalha diretamente com cada família, dando assistência às crianças novas e às mães. Entre suas tarefas se destaca o acompanhamento das gestantes. Prepara para o parto, educa para o pós-parto, apoia o aleitamento materno, monitora as vacinações, previne as diarreias e as infecções respiratórias. De acordo os dados, a Pastoral tem contribuído para melhorar fortemente, em cooperação com as políticas de saúde, os índices de mortalidade materna e infantil e de desnutrição.

Rodrigo Baggio, um jovem engenheiro eletrônico, abandonou a sua brilhante carreira profissional para criar, em 1995, Centros de Inclusão Digital nas favelas. Neles, treina os jovens para usar a tecnologia digital no combate a problemas-chave de suas comunidades.

A ideia cresceu rapidamente. O Comitê para a Democratização da Informática – nome dado à organização – se expandiu para diversas populações desfavorecidas. Entre elas (além das favelas), comunidades indígenas, instituições de deficientes, hospitais psiquiátricos e centros de detenção. Em cada comunidade, uma organização de base administra o centro, e o comitê provê gratuitamente computadores, cria programas de formação em informática, capacita instrutores, monitora os programas.

Os resultados foram tão positivos que o projeto conquistou múltiplos apoios. Estendeu-se para Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e para outros continentes. Criou 803 centros, onde já foram capacitadas 1,25 milhão de pessoas; 87% dos graduados dizem que, graças a isso, têm encontrado melhores trabalhos, aberto pequenas empresas, continuado a sua educação e se convertido em agente de mudança na sua comunidade.

Na Argentina, entre muitas outras instituições e programas do mais alto valor, a Cáritas, caracterizada por seu caráter empreendedor, tem ganhado reconhecimento público e internacional por seu trabalho social. Participam dela 32 mil voluntários, que beneficiam a 3 milhões de pessoas.

Entre as organizações que levam adiante um ativíssimo trabalho de empreendedorismo social estão a Fundação Clarita, a Rede Social liderada por Juan Carr; a Fundação Consciência, Jabad Lubavitch; o Restaurante Popular criado em Los Piletones por Margarida Barrientos; e a Fundação Caras Sucias, de Mônica Carranza.

Outro exemplo de referência internacional é o centro de apoio à inclusão laboral criado na Argentina, a AMIA – instituição central da comunidade judia que foi totalmente destruída por um ataque terrorista assassino em 1994 –, é hoje um importante centro de atividades pelo país. Os assassinos não puderam matar o espírito que morava nela. A AMIA é vanguarda em muitos campos – entre outros, a atenção geriátrica e a luta contra as incapacidades –, e criou também um centro de trabalho da mais alta qualidade. Organizou, nos últimos dez anos, uma base de dados de 650 mil solicitantes e tem ajudado a encontrar trabalho a 16 mil trabalhadores. Estabeleceu treze filiais em diversas cidades do interior do país.

Por sua qualidade, o centro tem sido utilizado para admitir pessoal por 9 mil empresas. A Amia trabalha na mais estreita coordenação com as políticas públicas, que com frequência recorrem a seu apoio para execução de projetos.

No Chile, o programa Um Teto para Meu País desenvolveu tecnologia para construir moradias em dois dias, em áreas de extrema pobreza.

Em dez anos, seus jovens integrantes têm construído 80 mil moradias em 19 países, mas, como entendem que para solucionar o problema é preciso reforçar a demanda social sobre as políticas públicas, produziram e projetam nas redes sociais um curta-metragem intitulado *Precária*.

Nele se denuncia que na América Latina há, no meio de uma região potencialmente rica, um país onde, quando chove, as casas caem ou são inundadas; a ele chamam Precária.

São 120 milhões de latino-americanos que vivem em barracos sem as mínimas condições de moradia. Entre outras vozes do filme, Michelle Bachelet, a tão conhecida ex-presidenta do Chile e ex-presidenta da ONU Mulher (atualmente presidida pela ex-vice-presidenta sul-africana Phumzile Mlambo), exige mobilização por Precária.

Nascida na Venezuela e depois expandida em todo o continente, Fé e Alegria se propôs chegar às trabalhadoras domésticas – que se estimam em 10 milhões na região – que não têm possibilidade de ir à escola. Criou um programa para que pudessem fazer o primário por rádio, e depois o estendeu para

o secundário. Teve a mais alta receptividade. Trabalha em soluções educativas similares em outras áreas.

Em outros países da América Latina há múltiplas experiências similares às referidas. Não obstante, tudo é pouco frente à grande dívida social vigente em parte importante da região.

Promover sistematicamente o empreendedorismo social, estimulando-o nas políticas públicas, ensinando-o nas universidades, dando difusão na mídia às experiências exemplares, pode ajudar a potencializar muito mais esse novo e fecundo colaborador das políticas públicas.

É um passo significativo a criação da Rede Latino-Americana de Universidades pelo empreendedorismo social, integrada por universidades de diversos países, e a União de Universidades da América Latina. Tem seu ponto focal na Universidade de Buenos Aires e conta com o apoio da Fundação Porticus, da Holanda, da Fundação Clarita e da Fundação Observatório da Responsabilidade Social.

### UMA NOTA FINAL

Em fevereiro de 2012, realizou-se, em Harvard, a XII Conferência Anual sobre Empreendedorismos Sociais. Foi feita em um ambiente muito particular.

O movimento dos indignados se instalou fortemente nas universidades norte-americanas. Centenas de *campi* universitários mantêm ou recebem atividades vinculadas a ele. Informa o *The New York Time* (22/1/2012) que, além de protestar contra as desigualdades e os laços entre a elite do poder financeiro e a institucionalidade, o movimento tem aberto diversos empreendimentos sociais.

Os estudantes de Tufts University pedem que se crie um Departamento de Estudos Africanos. Em várias das universidades de elite – Yale, Princeton, Cornell, a própria Harvard –, a indústria financeira veio recrutar, através de sessões informativas, como o fazia normalmente, e foi hostilizada pelos estudantes.

Uma das estudantes que protestaram em Yale declara: “Definitivamente, a gente está começando a pensar mais criticamente acerca de nossas escolhas depois da graduação e como elas poderão afetar os pobres no mundo, não somente a eles, mas também ao mundo”.

Uma das líderes do movimento na Universidade da Califórnia ressalta: “Os que estão em posições de poder pensam que nada acontecerá... Mas temos uma geração de pessoas que perceberam que algo está mal, e que algo tem que mudar porque o sistema está equivocado. Somos muitos mais que eles”.

Os protestos, que têm uma de suas expressões universais no movimento estudantil chileno, que reclama contra a desigualdade na educação, e os esforços dos empreendedores sociais vão na mesma direção, que é a de melhorar um mundo onde é muito difícil para amplos setores ter acesso a trabalho de-

cente e a direitos básicos. Questionam a visão de que tudo anda bem, e de que os que se queixam é por mera “inveja dos mais ricos”.

---

### **Os mais populares**

Ressalta *The Economist*, sobre a crescente popularidade do empreendedorismo social (agosto de 2011): “Há uma década, se escutava raramente a expressão empreendedor social. Hoje, todos, de Londres a Lagos, querem sê-lo. As conferências sobre empreendedorismo social são invariavelmente as mais assistidas pelos estudantes nas escolas de negócios líderes”.

### **Todos podem ajudar**

Um empreendedor social, Eugênio Cos, criou uma organização que pede a todos doar um dia ao ano do salário para causas humanitárias. Afirma: “não precisa ser milionário ou uma estrela de rock para fazer diferença”.

### **A crise**

“Esta não é somente uma crise financeira, trata-se de um conjunto de crises. A crise financeira só está em primeiro plano porque ocupa a primeira página de cada jornal. Os outros tipos de crise não aparecem nos jornais, mas estão presentes na vida das pessoas: a crise alimentar, a crise energética, a crise ambiental, a crise social e todas as outras”. Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz

---

## POR MAIS ÉTICA EMPRESARIAL

### ACABOU A FESTA

O Fórum Econômico de Davos de janeiro de 2012 reuniu os 2.700 empresários mais ricos do planeta. Foram recebidos pelo fundador e diretor, Klaus Schwab, com uma declaração que teria ecoado inaudita dez anos atrás, quando o fórum iniciou: “O capitalismo na sua forma atual não se adequa mais ao mundo. Não temos sabido aprender as lições da crise de 2009. É urgente uma transformação global e deve começar com a aplicação de um novo sentido de responsabilidade social”. Um banho de realismo para o 1% que hoje concentra 43% da riqueza de todo o planeta. Desse jeito não dá mais.

A OIT indica que há pelo menos 200 milhões de desocupados, cifra recorde, e que nos próximos dez anos haverá de se criar 600 milhões de empregos produtivos para “garantir a paz social”.

Como se fará? Não será com a receita ortodoxa, que agrava tudo onde é aplicada. Além do mais, a gente se pergunta cada vez mais por que os sacrifícios se dividem tão mal. Que direito há.

No discurso de Obama no Congresso de 2012, a Casa Branca reservou lugar para a secretária do multimilionário Warren Buffett ao lado da esposa do presidente, dando-lhe destaque. Obama a mencionou em seu discurso. Ela paga o dobro de taxa de impostos em comparação ao de Buffet, seu chefe, graças às isenções para os muito ricos.

Beneficiam deliberadamente 1%. Como reclama a opinião pública, as diferenças de gratificações são amplíssimas. E isto não é somente nos EUA. Na Grã-Bretanha, Tony Hayward, ex-gerente da British Petroleum, causadora do maior derramamento da história, ganhou, em 2010, 63 vezes mais do que

ganhava um empregado médio da sua própria empresa. Em 1979, essa relação era de 19 para um.

Isto implica, finalmente, diferenças abissais nos anos de vida. No bairro rico do Queen's Gate, em Londres, as pessoas vivem em média 88 anos. Perto dali, em Tottenham Green, do lado onde aconteceram as revoltas sociais, a esperança de vida é de 71 anos.

Com muita razão, adverte o informe-base do Fórum de Davos: "Nos países desenvolvidos, como os da Europa Ocidental, EUA e Japão, o contrato social que se dava como estabelecido em décadas recentes corre perigo de ser destruído". Deflagrou-se a desconfiança profunda nos modelos econômicos que não dão resposta e magnificam as desigualdades.

Obama, em seu discurso, invocou como um dos temas centrais a necessidade de uma economia justa, que permita a mobilidade social. Segundo fontes estatísticas, há uma grande mudança na percepção da opinião pública nos EUA: passou da crença quase absoluta de que todos podiam chegar ao topo à realidade aniquiladora das enormes desigualdades e do estancamento da mobilidade social. Nos anos recentes, 4 milhões de pessoas perderam suas casas, porque foram confiscadas pelos bancos. Há 50 milhões de pobres e outros 50 milhões perto da linha da pobreza.

Os questionamentos estão centrados cada vez mais no papel concreto das empresas, especialmente dos grupos financeiros. Está sendo discutido tudo: como operam, a falta de transparência, a aplicação rígida da maximização dos lucros em curto prazo, a tendência à especulação, as remunerações exorbitantes dos gerentes, as demissões selvagens, as ações contra os sindicatos.

Um tema fundamental do questionamento é que a prática de algumas das principais empresas está violando um dos princípios do capitalismo: a relação entre desempenho e remuneração. Supõe-se que tem que haver regras racionais que premiem o bom desempenho e desmotivem a má gestão. Isso não está funcionando. Os executivos que quebraram a Lehman Brothers e a Bearn and Stearn, e quase quebram também a Merryll Linch e a ASG (e muitos outros casos em que implodiram empresas líderes de muitos anos), receberam pagamentos exorbitantes.

A inconformidade massiva e crescente que levou a que os indignados fossem a figura de 2011 da *Time* significa um desgaste muito importante na legitimidade das empresas.

Um economista severo, Michael Porter, apontava já sobre o problema que Davos destacou na *Harvard Business Review* (janeiro de 2011):

O sistema capitalista está cercado. Nos últimos anos, as empresas têm sido consideradas, cada vez em maior medida, a causa de problemas sociais, ambientais

e econômicos. E grande parte da população acredita que as empresas têm crescido à custa da comunidade. A legitimidade das empresas tem caído a níveis antes nunca vistos na história.

Neste ambiente, a demanda histórica pela responsabilidade social empresarial (RSE) cresce todos os dias. O que está se pedindo, concretamente?

## O QUE É RSE?

Em um artigo (13/9/1962) cujo título não deixava dúvida, “A responsabilidade social das empresas é melhorar seus lucros”, Milton Friedman dizia que lhes pedir outra coisa era prejudicar sua função. Friedman foi o pai da Escola de Chicago e assessor de Pinochet. Era o período da “empresa narcisista”, fechada em si mesma.

Surgiram pressões sociais para que a empresa saísse desses marcos estreitos, e ganhou força a “empresa filantrópica”. Cresceram as contribuições das empresas a causas mais específicas.

Forças históricas emergentes exigem hoje que a empresa vá muito mais além, que produza uma ruptura de paradigma com as visões anteriores e se transforme na empresa com alta RSE.

O que é isso? Bem, podemos resumir da seguinte forma:

**a) Políticas de pessoal que respeitem seus direitos e favoreçam seu desenvolvimento**

A RSE começa em casa. Para que as empresas possam difundir ser, devem exercê-la com seu próprio pessoal. São imprescindíveis condições dignas de trabalho, remunerações justas, possibilidade de ascensão, capacitação. Mas ao mesmo tempo há outros temas críticos, como a eliminação das discriminações de gênero, da atitude negativa com as mulheres grávidas e o equilíbrio família-empresa.

**b) Transparência e bom governo corporativo**

A informação deve ser pública e contínua, os pequenos acionistas devem ser ouvidos, os órgãos de direção devem ter idoneidade e ser controláveis, devem se eliminar os conflitos de interesse. Um capítulo especial é o das remunerações aos altos executivos.

**c) Jogo limpo com o consumidor**

Espera-se que os produtos sejam de boa qualidade, os preços razoáveis, e é determinante que os produtos sejam saudáveis. Há grandes problemas nesse campo. Vão desde os efeitos altamente nocivos dos *fast-food*, com seus conteúdos de gorduras supersaturadas, até os recentes processos contra laboratórios farmacêuticos líderes por comercializarem medicamentos com contraindicações sérias.

#### **d) Proteção do meio ambiente**

Isso vai desde converter as empresas em ambientalmente limpas até colaborar, de múltiplas formas, com a crítica agenda atual.

#### **e) Integração aos grandes temas sociais**

A expectativa é que a empresa privada colabore intensamente com as políticas públicas, em aliança estratégica com elas e a sociedade civil, no enfrentamento de questões essenciais do interesse coletivo, como são, por exemplo, na América Latina, a evasão escolar, as melhorias na educação, a inclusão de jovens marginalizados e outras questões similares. A empresa privada, além de contribuir com recursos, pode auxiliar com alta gerência, canais de *marketing*, espaços na internet, tecnologias avançadas e com muitas de suas tecnologias específicas. Não se pede que substitua a política pública, mas que seja aliada criativa e constante dela.

#### **f) Não praticar duplo código de ética**

As multinacionais não deveriam aplicar um código de RSE nos países centrais e outro diferente nos países em desenvolvimento. Seria grave que – como tem acontecido em diversos casos – apliquem RSE nas suas matrizes e empreguem mão de obra infantil ou degradem o meio ambiente nos seus investimentos externos.

### **POR QUE AVANÇA A IDEIA DA RSE?**

A ideia da RSE prosperou bastante nos últimos anos. *The Economist*, por exemplo, que a via muito criticamente, considera que “tem ganhado a batalha das ideias” e que “com o tempo será simplesmente a maneira de fazer negócios no século XXI”.

Mais de 3.300 empresas líderes assinaram o Pacto Global, proposto pela ONU, que manda aplicar princípios básicos dos direitos humanos, liberdade sindical, trabalho escravo, erradicação do trabalho escravo e infantil, preservação do meio ambiente, combate à discriminação e corrupção.

Numerosos países aprovaram a ISO 26.000, que estabelece diretrizes para a RSE. A ideia ortodoxa de que a empresa tem que ganhar o máximo sem prestar contas a ninguém, tão somente a seus donos, tem sido confrontada pela teoria dos envolvidos (*stakeholders*), afirmam que é necessário assumir a responsabilidade perante públicos variados, como seus empregados, os consumidores, os pequenos e médios investidores, as diversas expressões sociais.

Todas essas ideias têm enfrentado resistências, mas avançam impulsionadas pela perda da legitimidade da empresa “egoísta” tradicional. Importantes forças históricas exigem mudanças profundas na concepção de empresa privada e de seu papel. Entre elas destacam-se:

### ***Uma sociedade civil mobilizada***

Na luta por democracias reais, os cidadãos exigem ética aos políticos, mas cada vez mais aos empresários.

As ONGs e a opinião pública têm travado nos países desenvolvidos extensas lutas, como as que levaram adiante, em defesa da saúde pública, contra uma das concentrações empresariais mais poderosas, a da indústria do tabaco. Sem essas lutas, o número de mortos anuais que o cigarro produz seriam ainda maiores que os milhões de hoje. Tais lutas têm sido fundamentais em derrotar a tese proferida por empresas de agrotóxicos de que não há perigo real ao meio ambiente.

### ***Os pequenos acionistas desfalcados***

Os pequenos acionistas estão em total ebulição frente à queda das grandes instituições financeiras de Wall Street e de outros países desenvolvidos, com grandes perdas para eles. Exigem, através dos fundos de pensão e de outras organizações em que investiram, uma mudança substancial nas regras do jogo, em que o bom governo corporativo controlado é uma reivindicação central. Entre seus protestos, estão agora os exorbitantes salários de altos executivos, muitas vezes autofixados porque cooptam os conselhos diretivos em cuja nomeação têm influência, e a mencionada dissociação entre seus rendimentos e o que cobram.

Assim dizem os diretores de duas grandes corporações que trabalham com pequenos investidores, a Fidelity World Wide Investment e a Associação de Seguradoras da Grã-Bretanha (*The New York Times*, 23/1/2012): “Os níveis inapropriados de remuneração dos executivos têm destruído a confiança pública e levado a uma situação na qual se percebe que todos os diretores estão super bem pagos”. O ânimo dos pequenos investidores e da sociedade esquentou por estes dias na Inglaterra, quando se soube dos planos de pagamentos milionários aos altos executivos do Banco Barclays, embora o preço das ações do banco tenham caído 30% no ano passado. O Royal Bank of Scotland anunciou que pagaria a seu diretor de Investimentos uma grande soma, embora o banco tenha declarado a demissão de milhares de trabalhadores. Os pagamentos aos executivos das cem maiores empresas da Grã-Bretanha cresceram em média 49% em 2010, enquanto as remunerações aos trabalhadores, somente 2,7%.

### ***Consumidores responsáveis***

Em terceiro lugar está o avanço do consumidor responsável. Nos Estados Unidos, como em outras economias desenvolvidas, cresce o “consumidor verde ou ético”. Estima-se em não menos de 110 milhões de dólares, nos EUA,

o mercado de consumidores que, ao comprarem, levam em consideração se a empresa é sadia e ética com o meio ambiente, e os níveis de RSE.

Cidadãos ativos, acionistas indignados e consumidores responsáveis estão estimulando a mudança de paradigma na RSE. São forças que chegaram para ficar. Quanto mais avance o irreversível processo de democratização que vivem grandes áreas do planeta, maior será sua incidência e pressão. Estão mobilizadas pela profunda decepção deixada pelo comportamento ético pessoal e empresarial de amplos setores das elites empresariais. Colocam que algo muito importante deve mudar.

A Pesquisa Edelman entrevistou, em finais de 2011, uma amostra de 5.075 pessoas dos 25% mais ricos da população em 23 países dos cinco continentes. Apontou uma forte queda da confiança nas empresas no último ano. Caiu nos EUA de 54% para 46%; na França, de 48% para 36%; e, na Grã-Bretanha, de 49% para 44%.

A esses 25% foi feita uma pergunta bem concreta: as corporações devem criar valor acionário que se alinhe com os interesses da sociedade, ainda que signifique sacrificar esse valor? A grande maioria respondeu que sim: Alemanha, 91%; Grã-Bretanha, 89; EUA, 85; México, 85; Suécia, 81; Argentina, 78; e Índia, 74%.

A pesquisa conclui: “as empresas devem alinhar os objetivos de lucro com metas sociais”. No campo das ideias, a RSE tem ganhado. É nadar contra a corrente se opor hoje a ela. A doutrina Friedman foi derrotada. Mas isto não acontece necessariamente na realidade.

### A LUTA PELA PRÁTICA DA RSE

Não basta uma ideia se impor no pensamento para que passe a ser exercida. Isso está sendo mostrado pelo retrocesso crescente das ideias ortodoxas na economia, que mantêm a todo custo presença ativa nas políticas de austeridade na Europa. Havendo interesses poderosos em jogo, resistirão às novas ideias usando todo seu poder.

Isto está acontecendo com a proteção ousada dos interesses financeiros por cima dos povos na Europa.

É similar a situação com a RSE. Avança nas ideias, mas tem firme resistência na prática. Muitas vezes não negam a ideia, mas a adulteram na ação, fazendo de conta que a levam a cabo, ou trocando-a por parecidas.

Perdem as empresas que praticam seriamente a RSE? Não parece. Pesquisas de toda ordem indicam que mais RSE resulta em mais reputação corporativa, competitividade, lealdade dos consumidores, possibilidade de atrair os mais capazes da empresa, produtividade laboral e confiança.

A crise tem agravado a necessidade de mudanças urgentes. No momento, pede-se às empresas balanços sociais que informem à sociedade o que tenham realizado pelo social e ambiental. Este tipo de balanço hoje é obrigatório, na Suécia, para empresas com mais de 50% de participação estatal; e, na Dinamarca, para suas 1.100 maiores empresas. Mas não é somente informação o que está sendo pedido; num ambiente cada vez mais tenso socialmente, aumenta a pressão por normas que levem a uma maior ética empresarial.

Na Pesquisa Edelman, 48% disseram que a regulamentação não é suficiente, contra 19% que afirmam ser excessiva. Em todos os países predominam os que são a favor de maior regulamentação. Estes são: os EUA, 37%; Alemanha, 44%; França, 47%; Rússia, 59%; Grã-Bretanha, 48%; Irlanda, 59%; Itália, 56%; Espanha, 69%; Índia, 52%; China, 75%.

A RSE que a cidadania está exigindo crescentemente implica, no fundo, repensar o papel da empresa na sociedade.

### ***Como está a América Latina em RSE?***

O debate entre os líderes empresariais do mundo – sobre se são eles que têm que mudar, ou se, ao contrário, são os governos ou a opinião pública – está quente.

Em 2010, o presidente de um dos maiores fundos de investimento, Stephen A. Schwarzman, do Blackstone Group, perante as denúncias de Obama sobre o papel de alguns empresários na crise, falou de uma guerra do presidente dos EUA contra as empresas, comparável à ocupação da Polônia por Hitler.

*The Economist*, revista muito lida nos meios empresariais, disse (28/1/2012) que “os executivos dos fundos de investimento devem guardar para si suas opiniões, pois má publicidade é a última coisa de que o setor precisa”. O mar não está para peixe com a opinião pública.

Assim também entende o presidente de outro fundo de investimento, Muhamed El-Eirian, de Pinco. Declarou ao *The New York Times* (27/10/2011) que simpatizava com o movimento Ocupa Wall Street, porque “o sistema capitalista tem que se mover para um capitalismo inclusivo, criar mais empregos e cortar desigualdades excessivas”.

Bill Gates levou ao Fórum de Davos 2012 uma novidade. Declarou que sua Fundação doava 750 milhões de dólares para o Fórum Global de combate à Aids, tuberculose e malária. Criado pela Organização Mundial da Saúde, está com dificuldades financeiras, pois vários países ricos cortaram suas contribuições. O Fórum paga os medicamentos contra Aids a 3 milhões de pessoas pobres; tem distribuído 200 milhões de mosquiteiros contra a malária e evitado 4 milhões de mortes por tuberculose. Gates enfatizou: “os

tempos de crise econômica não são pretexto para cortar a ajuda aos mais pobres do mundo”.

Na América Latina, os países empenhados em transformar o modelo, como muitos da Unasul, vêm desenvolvendo políticas públicas que proporcionem um crescimento para todos. Entre elas, políticas agressivas em campos como o investimento em infraestrutura, transporte e energia, o fortalecimento das pequenas e médias empresas, a extensão do crédito, programas que promovam o emprego; e ainda tem aumentado sensivelmente o investimento em educação, saúde e programas compensatórios.

Os pobres, que são 30,4% da população da região, dependem fortemente de políticas públicas de qualidade.

A empresa privada pode ser uma aliada estratégica dessas políticas, mas se faz necessário reconsiderar a agenda da RSE na região.

Um alto número de empresas latino-americanas está ainda numa etapa “narcisista”, apegadas restritamente à maximização do lucro e isoladas de toda prestação de contas à comunidade.

Alguns empresários do 0,1% mais rico da região afirmam que sua única responsabilidade é a alta rentabilidade, que eles criam trabalhos, e isso basta.

No mundo desenvolvido, coloca-se atualmente que alguns dos que tiveram mais alta rentabilidade não o fizeram criando empregos, mas, ao contrário, destruindo-os – comprando empresas falidas, demitindo em massa e revendendo-as; ou exportando trabalho de onde pudessem conseguir mão de obra barata, sem leis trabalhistas e sem incômodos sindicatos.

Por outro lado, nenhuma empresa gera trabalho sozinha. É bom que o gere, mas isso só é possível porque há uma sociedade, que, através das suas contribuições fiscais e de seu esforço, constrói caminhos e pontes, organiza sistemas de transporte, investe em ciência e tecnologia, educa mão de obra, cuida da saúde dos trabalhadores. Algumas empresas têm avançado nos últimos anos na “filantropia empresarial”, com contribuições crescentes, embora proporcionalmente menores às que efetuam no mundo desenvolvido. Isso é um progresso, mas continuam distantes de assumir a RSE.

Impera em amplos círculos empresariais a ideia de que uma empresa é responsável se paga os salários e cumpre com os impostos. Isso significa simplesmente cumprir com a Lei, o contrário seria infringi-la. Mas RSE é muito mais que isso, como foi visto. A confiança na empresa privada é baixa na região. Em Latinobarómetro (2011), quando se pergunta aos entrevistados de 18 países latino-americanos, a empresa privada tem somente 38% de credibilidade.

O que se espera das empresas na América Latina? Elas devem proporcionar “trabalho decente”, com salário digno, as devidas proteções à saúde, pre-

vidência, possibilidades de desenvolvimento, equilíbrio com a vida familiar. Deve haver transparência, bom governo corporativo, prestação de contas, jogo limpo com os consumidores, cuidado com o meio ambiente e participação em grandes causas de interesse coletivo, acompanhando as políticas públicas.

Uma empresa brasileira, a Natura, que produz cosméticos e está presente em 15 países, é hoje uma referência internacional em RSE. Aplica em todas as áreas a ideia de gestão sustentável. Trabalha conjuntamente com ONGs, cooperativas, empreendedores e lideranças sociais e ambientais. Está criando com seus provedores um tipo de “empacotamento totalmente sustentável”. Dá gratificações especiais ao pessoal que encontra novas formas de reduzir seu impacto no meio ambiente. Produz um Triplo Balanço Anual (financeiro, social e ambiental) com a participação de todos os envolvidos. Compreende seu compromisso de maneira muito diferente das imersas no “narcisismo”. Coloca: “Nosso compromisso excede a cadeia de negócios, buscamos contribuir ao desenvolvimento local, a geração de filiais e provedores, e a formação de lideranças da sociedade civil e do poder público”.

A Cooperativa Operária de Bahía Blanca (Argentina) tem um supermercado que concentra 60% do comércio de alimentos da cidade e coloca a saúde dos consumidores antes de tudo. Não somente vende alimentos saudáveis, mas também faz pesquisas para desenvolvê-los. Em colaboração com o laboratório de alimentos da Universidade de La Plata, produziu um pão incorporando ômega 3 e outros produtos semelhantes. Compete com êxito com as grandes cadeias comerciais internacionais devido a seus altos níveis de RSE, coerente com seu perfil cooperativo.

As PMEs (pequenas e médias empresas) são especialmente convidativas para a RSE. Têm uma relação bem estreita com seu pessoal, cuidam da sua clientela, fazem parte integral da comunidade e se preocupam seriamente com seu progresso.

Uma agenda renovada de RSE neste continente implica também, entre os aspectos-chave, avançar para um novo pacto fiscal. O esquema atual é nocivo, com mais de dois terços da arrecadação fiscal proveniente de impostos indiretos, como o valor agregado que afeta a população por igual, independente de seu patrimônio e renda. A falta de equidade se reforça ainda mais com a existência de uma alta percentagem de evasão fiscal nos setores de maiores rendimentos.

A exigência por parte da cidadania para que se dê um salto na ética empresarial é muito significativa na região. A Pesquisa Edelman consultou 35% dos maiores rendimentos da Argentina, Brasil e México sobre se deveria haver mais regulação das empresas. Apesar de ser a quarta parte mais rica, com forte

presença de empresários, executivos e pessoas vinculadas às médias e grandes empresas, a maioria a favor da regulamentação foi ampla. Na Argentina, 54% disseram que se requeria mais regulamentação, frente a 25% que disseram que havia a necessária, e somente 14% alegaram ser excessiva. No Brasil as cifras foram similares, 52% por mais regulamentação, 24% consideraram ser suficiente, e somente 17% gostariam de menos. No México, 62% pediam mais regulamentação, 16% a consideravam suficiente, e 16% pediam menos.

A pressão por mais ética empresarial vai aumentar na região porque os processos históricos de mudança em marcha a requerem e estão potencializando suas forças impulsionadoras, como a participação da sociedade civil, o consumo responsável, os pequenos investidores, os sindicatos e os envolvidos em geral.

Avança a democratização. A região e o município recuperam protagonismo. Muitos grupos excluídos estão hoje participando e incidindo, como os indígenas, as mulheres e os jovens. Crescem as organizações de base e as ONGs representativas. Quatro em cada cinco latino-americanos desejam mais igualdade. Estão em marcha mudanças profundas nos modelos econômicos, que têm levado a que, no Brasil, Argentina e Uruguai, mais de um quarto da população passasse, nos últimos oito anos, da condição de pobreza para a classe média baixa.

No Fórum de Davos 2012, predominou o desconcerto de como enfrentar a falta de empregos na Europa, a baixa atividade econômica, os jogos especulativos, agora deflagrados inclusive sobre as economias de alto risco, como Grécia, Irlanda e até Itália, os impactos nocivos dos ajustes ortodoxos sobre a produção e o protesto social massivo.

Em contrapartida, o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre nos mesmos dias de janeiro, teve um clima oposto.

A presidenta Dilma Rousseff, do Brasil, hoje sexta economia do planeta em Produto Bruto, discursou especialmente para os 35 mil participantes e lhes disse sobre os modelos do Sul: “Nossos países crescem e reduzem a pobreza e a desigualdade social, enquanto noutras regiões aumentam as desigualdades e a exclusão, além de avançar a estagnação”.

Enfatizou – como o fez Cristina Fernández de Kirchner ao ressaltar, no seu discurso de posse à segunda presidência, que era “a presidenta dos 40 milhões de argentinos, e não das corporações” – que “não cedemos a soberania perante as potências ou agências qualificadoras de risco”.

O Brasil tem uma taxa de desemprego de 5,2%, e a da Argentina continua baixando, atualmente está em 7,2%. A da zona do euro é de 10,8%. Os latino-americanos querem construir uma economia com rosto humano.

A luta por mais ética empresarial é um episódio fundamental na construção desse modelo, que os tempos estão demonstrando ser imprescindível e pos-

sível. Há avanços motivadores no sul da América Latina, como o compromisso de instituições empresariais líderes na Argentina (como a União Industrial), no Brasil, Uruguai e outros países da Unasul, com reformas profundas, formação de organizações de jovens empresários pela RSE em diversas províncias (como Moverse em Rosário, Valor em Mendoza e outras); a expansão do Instituto Ethos, criado pelos empresários para promover a RSE, continua no Brasil; a instalação do Programa Amartya Sen na Universidade Nacional Mayor de San Marcos, no Peru, com apoio do escritório local do Pnud, que em 2013 lançou sua quinta edição na Universidade Ricardo Palma com a participação de numerosas universidades peruanas; o estabelecimento, na Argentina, de uma subsecretaria de RSE (a primeira no continente), e a criação, pela Fundação Observatório da RSE, do primeiro observatório desse tipo; além da constituição da Rede Ibero-americana de Universidades pela RSE (com sede na Faculdade de Ciências Econômicas da UBA), que já integra 250 universidades de 23 países, e muitos outros.

Entretanto, o caminho a percorrer é longo, e as resistências para fazer “aterriçar” a RSE, importantes.

A ação combinada da cidadania, as políticas públicas, as organizações de trabalhadores e consumidores, as universidades, e um empresariado nacional com visão da necessidade de se repensar o papel histórico da empresa podem lograr mudanças essenciais.

---

### **Uma questão de legitimidade**

“Os empresários só são toleráveis enquanto seus ganhos tenham relação com o que suas atividades contribuem com a sociedade.”

John Maynard Keynes

### **Corrupção**

“A disposição de se admirar e quase idolatrar os ricos e poderosos e desprezar as pessoas pobres e humildes é a maior e mais universal causa da corrupção de nossos sentimentos morais.”

Adam Smith, 1759

### **Prognósticos errados**

No livro *Igualdade e eficiência...* a grande opinião, Arthur Okun dizia, em 1975, adotando a visão ortodoxa usual, que os países devem optar entre igualdade ou crescimento econômico, e que por isso o modelo escandinavo (baseado na igualdade) estava fadado a ficar para trás. Trinta e seis anos depois, Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia detêm o melhor coeficiente de Gini de igualdade do planeta, além de estarem entre os líderes em todas as tabelas de desenvolvimento humano, cuidado com o meio ambiente, competitividade, progresso tecnológico, igualdade de gênero... Equivocou-se.

---



## A FAMÍLIA EM ÉPOCA DE CRISE ECONÔMICA

### UMA VÍTIMA SILENCIOSA

Há uma vítima silenciosa e quase não mencionada nas sisudas análises macroeconômicas que apoiam as medidas de austeridade e grandes ajustes na Europa e outras realidades: a família.

O que acontece com as famílias quando se produzem avanços como os que estão em marcha? A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada por todas as nações do planeta, disse que “a família é o elemento natural da sociedade e tem direito à proteção do Estado e da sociedade”.

Os efeitos da crise econômica mundial e das políticas de ajuste ortodoxas são concretos e têm múltiplas implicações sobre ela. Segundo a União Europeia, em seus 27 países membros, o número de pobres passou de 84 milhões em 2007 (17%) para 115 milhões em 2009 (23%), e continua a aumentar.

Segundo Eurostat, a pobreza é de atualmente 46% na Bulgária, 43,1% na Romênia, 37,4% na Letônia, 29% na Lituânia. Estima-se não menor que 23% na Espanha e 22% na Grã-Bretanha.

As cifras aumentarão conforme o tipo de medidas em planejamento nos diversos países da área. Estão sendo considerados na Grécia novos cortes nos salários, nas pensões e nos impostos às pequenas empresas.

As cifras do desemprego seguem em ascensão. Estima-se, para a zona do euro, 10,8%. Em um país como a Espanha, atualmente é de 25%. Os resultados macroeconômicos das mudanças são inquietantes. Os prognósticos atuais são que o Produto Bruto da zona do euro, que não cresceu mais que 1,5% em 2011, cairá para 0,8% em 2012. Na Inglaterra, a economia somente cresceu 0,9% em 2011, e um crescimento de apenas 0,2% em 2012. Na Itália, contração da economia de 2,2% em 2012 e de 0,6% em 2013.

Nouriel Roubini, entre outros, denunciou no Fórum de Davos os efeitos nocivos do círculo estabelecido: ajustes, queda do crescimento, baixa arrecadação fiscal, desemprego e pobreza.

O editorial do *The New York Times* (1/2/2012) dá destaque a um próximo encontro de líderes europeus que “assinalam na direção de mais empregos e mais crescimento, sem prever nenhum novo investimento para alcançá-los”.

A crise europeia tem forte impacto internacional porque o continente produz 20% do PIB. O jornal *Times* adverte: “Condenar esses países a depressões mais longas e profundas deprimirá, em qualquer lugar, economias que dependem do comércio com a região”.

### DESEMPREGO E FAMÍLIA

A crise, como alerta a OIT, levou a uma cifra recorde de desemprego. Aumentou significativamente em diversos países o desemprego de longo prazo.

O desemprego prolongado é um nítido destruidor das famílias. Pode levar à extinção do núcleo familiar.

Os estudos são categóricos a respeito. Em suas análises sobre o desemprego, o Prêmio Nobel de Economia Robert Solow explica os graves erros que comete a análise econômica tradicional ao tratar o tema.

Para os economistas ortodoxos, é um tema de mercado. Se há desemprego, a mão de obra diminuirá suas exigências em um nível que seja conveniente para os empregadores; as pessoas procurarão emprego cada vez mais ativamente, e se produzirá um novo equilíbrio de salários mais baixos. Tratar-se-ia de um tema de oferta e demanda.

Além de essa versão não ter tanto a ver com o que acontece na realidade, deixa à margem totalmente os aspectos humanos do problema.

O ser humano não é uma mercadoria a mais das que se compram e vendem no mercado. O desemprego prolongado não só o afeta economicamente, mas também sua autoestima, sua psique, sua integração social e sua situação familiar.

A pessoa procura ativamente emprego até chegar um momento em que, diante de reiteradas rejeições, se retira do mercado de trabalho e passa a fazer parte do que é chamado de taxa dos “desalentados”. São aqueles que não figuram mais nas pesquisas como desempregados porque deixaram de procurar emprego.

Por outro lado, a desvalorização que traz a situação de desemprego faz com que reduza seus contatos sociais. Passa a viver como um estigma essa situação. Para essa pessoa, é vergonhoso interagir com os outros tendo que admitir que não tem nem consegue emprego.

Segundo estudos, tudo isso cria uma situação explosiva no nível familiar. Sobretudo o homem, que deveria ser o provedor fundamental da família, sente que não pode cumprir esse papel. Sente-se deslegitimado perante os membros de seu próprio lar.

Entra em crise e pode projetá-la de várias maneiras: uma delas é o aumento da violência no interior da família; outro, o abandono direto da família.

É ilustrativo o caso da Argentina. Na década de 1990, o desemprego cresceu no país a 23%. Pesquisas da Universidade de Buenos Aires mostraram que houve uma implosão familiar de proporções. Não somente nas famílias populares, mas também nas famílias de classe média.

Amplios setores de pequenos industriais, comerciantes, funcionários e empregados perderam suas fontes de renda e, por trás disso, todos os elementos da condição de classe média: moradia, carro, recursos para a educação dos filhos. Converteram-se em “novos pobres”.

Nesse trânsito, muitas famílias se separaram.

Os impactos negativos das políticas ortodoxas sobre as famílias influenciaram tanto que, em toda a região, de um quarto a um terço dos lares se converteram em lares com uma mãe pobre, sozinha e como chefe de família.

Essas mães lutaram bravamente para salvar o núcleo familiar. A Cepal estima que a pobreza, que alcança atualmente 31,4% dos latino-americanos, seria 10% maior sem a contribuição dessas novas chefes de família. Mas, de todo modo, a família se dividiu.

A pobreza que as políticas ortodoxas têm incrementado é um claro destruidor de famílias. Os pobres são mais vulneráveis. Nos Estados Unidos, as percentagens de abandono familiar entre os pobres com limitada educação, que são os mais afetados pelas taxas de desemprego, são bem maiores.

Em 2006, pela primeira vez na história do país, a maioria dos nascimentos em mulheres com menos de 39 anos (50,4%), foi de mães solteiras. Entre as mulheres negras, essa percentagem elevava-se a 80%. Entre as latinas, a 51%. Os cônjuges masculinos jovens desertavam, deixando a família sem pai, por não conseguirem empregos estáveis nem renda suficiente para manter as suas famílias.

Uma pesquisa do Center for Labor Markets Studies concluiu que, “no caso dos homens jovens, a taxa de casamentos nos Estados Unidos está intimamente ligada à renda anual. Quanto maiores são os rendimentos, maior a probabilidade de estarem casados. Entre os jovens negros, aqueles que ganham 60 mil dólares anuais têm quatro vezes mais chance de estarem casados que os que ganham menos de 20 mil dólares. Desafortunadamente, a renda anual média dos jovens que não completam o primeiro nível universitário de-

clinou substancialmente nos últimos 30 anos e voltou a cair acentuadamente de 2000 a 2007”.

Essas tendências têm se mantido. Segundo os dados de desemprego de janeiro de 2012, pelos quais houve uma melhora com redução da taxa de desemprego geral de 8,5% em dezembro de 2011 para 8,3%, a situação da população negra e latina é muito diferente da média. A taxa de desemprego dos brancos é de 7,4%; a da população negra, 13,6%; e a da latina, 10,5%.

Os impactos sobre a família são muito nocivos. O presidente Obama enfatizou a importância de enfrentar o problema. Disse: “De todas as coisas sobre as quais construímos nossas vidas, devemos lembrar que a família é a mais importante e devemos reconhecer e honrar o fato de quão eticamente fundamental é cada pai para cada família”.

### RECEITAS, RECESSÃO E FAMÍLIAS

Em nenhum dos pronunciamentos, estudos, recomendações e acordos que coincidem em mais receita ortodoxa para a crise, se faz referência a algo tão elementar como o que acontece com a unidade mais básica de vida, a família.

São cuidadosamente inferidos a incidência sobre o déficit orçamentário, os níveis de endividamento, a maneira de recuperar a confiança dos mercados, mas muito pouco se diz sobre as pessoas, e nada sobre seu ambiente de vida usual, a família, em qualquer uma de suas modalidades.

Pareceria que fosse imune ao que acontece com as políticas públicas que se aplicam. Não é bem assim, pois há políticas que são de fato “assassinas de famílias”, e outras que podem fortalecê-las.

Os decisores e economistas ortodoxos, quando se encontram, provavelmente se façam a pergunta que a maioria dos seres humanos uns aos outros: “Como está sua família?” Mas não parecem se preocupar em como estão as famílias dos outros, em muitos casos afetadas diretamente pelas políticas que promovem.

Alguns efeitos que estão produzindo:

***a) Poder constituir uma família e sustentá-la, em sociedades muito desiguais, se transforma em um privilégio de classe***

Em um mundo onde as taxas de desemprego dos jovens duplicam em vários países, há muitos que gostariam de formar uma família e não podem. Mas não a conformam menos por problemas ideológicos, e mais porque não sabem onde viverão, como farão para ter um rendimento razoável e estável, como poderão custear a educação dos prováveis filhos.

Gera-se o que é chamado “taxa de renúncia” a formar família: jovens que quiseram constituí-la, mas não podem pela pobreza, pela exclusão e pelas desigualdades. Essa taxa expressa uma desigualdade pouco observada, mas

absolutamente relevante. O coeficiente de Gini de desigualdade na “liberdade para formar família” mostra uma das maiores desigualdades atualmente.

Nos EUA, dados do *The Washington Post* (6/1/2012) mostram que dois terços dos que se graduaram em uma universidade estão casados, em comparação com menos de 50% dos que só cursaram o ensino básico ou têm o básico incompleto.

***b) Em um ambiente econômico onde se pratica a eliminação de direitos trabalhistas conquistados durante anos, para – segundo se declara – “flexibilizar as condições de contratação” porque isto estimularia o emprego, sacrificam-se continuamente aspectos básicos da família***

A flexibilização na realidade implicou deixar o trabalhador mais indefeso, mas não demonstra maiores resultados em termos de mais empregos em múltiplos contextos.

Entre outras condutas desta ordem, é frequente a hostilidade contra as mulheres grávidas e a negação de medidas de proteção para elas, necessárias para uma gravidez saudável. A especialista laboral Dina Bakst mostra, em uma matéria no *The New York Times*, “Grávida e expulsa do trabalho” (31/1/2012), o exemplo de uma jovem demitida da sua função de caixa porque precisava ir com mais frequência ao banheiro; e o de outra que trabalhava em uma pequena mercearia e foi demitida depois de ter entregue o pedido do seu médico de que fosse liberada, um mês e meio antes do parto, de carregar caixas pesadas e subir escadas.

Também há sérias dificuldades em proporcionar o direito à amamentação materna. A Organização Mundial da Saúde afirma que se deveriam assegurar as condições para que as mães possam amamentar durante seis meses. Os mercados de trabalho rígidos o impedem de múltiplas formas.

É muito o que está em jogo. Uma pesquisa da prestigiada revista médica *The Lancet* disse que um bebê que não tem amamentação materna tem 14,4 vezes mais probabilidade de morrer ainda nos primeiros meses do que outro que a tem. Estima-se que 1,4 milhão de mortes de crianças por ano poderiam ser evitadas se elas tivessem sido amamentadas apropriadamente. Isto implica que uma criança morre a cada 23 segundos.

***c) As dificuldades para conseguir trabalho ou trocar de emprego têm resultado diretamente em um aumento das horas que as pessoas utilizam para ir e voltar do trabalho. Têm que aceitar o trabalho onde for, não importando o tempo de viagem***

Além do mais, em muitos casos, para pagar aluguéis mais baratos, mudam-se para regiões mais econômicas, mesmo que isto signifique mais tempo de viagem ao trabalho.

Tem-se detectado que o aumento do tempo de viagem produz *stress* e obesidade. Atualmente detecta-se também aumento na taxa de divórcios. Os casais têm 40% mais possibilidades de se divorciar se um dos cônjuges viaja mais de uma hora e meia diária para ir e vir do trabalho.

**d) *Uma parte dos trabalhos no mundo desenvolvido está se deslocando para grandes centros de produção na China e o resto da Ásia, onde as condições de trabalho – segundo numerosos estudos – são totalmente contra a família***

As jornadas costumam ser de longas horas em quase toda a semana e não há mínimos direitos laborais. O movimento de exportação de trabalho para esses centros, devido aos custos bem menores, significa sacrificar, no caminho, condições familiares. Os produtos elaborados com níveis longamente batalhados de proteção familiar passam a ser fabricados “sem proteção nenhuma à família”.

**e) *As precariedades tipicamente agravadas pelas receitas ortodoxas, como demissões inoportunas, rebaixamento de salários, eliminação de direitos básicos, estimulam as condições de risco de um dos piores males que podem afetar a família: a violência doméstica***

É um destruidor das famílias que causa danos muito graves, principalmente às cônjuges mulheres e às crianças que convivem com ele. Um estudo da Organização Mundial sobre 24 mil mulheres de dez países que sofreram violência doméstica revelou que elas tinham o dobro de probabilidade de adoecer, e que os efeitos persistiam mesmo quando a violência acabava.

Um estudo na Nicarágua mostrou que os filhos de família com violência doméstica são hospitalizados com maior frequência, têm taxas de repetência mais altas e abandonam a escola aos 9 anos. Além disso, crianças que têm visto violência doméstica em sua casa têm propensão maior a repeti-la em seus próprios lares.

As receitas ortodoxas não levam em consideração a família. Prometem que resolverão tudo às custas de enormes sacrifícios, nos quais a família é um mártir não lembrado. Só que depois não se produzem os efeitos prometidos e, para as famílias, pode ser muito tarde. Muitos dos danos que causam são irreversíveis.

## A FAMÍLIA É IMPORTANTE

O núcleo familiar é da maior importância para o desenvolvimento espiritual, emocional e psíquico. Todas as abordagens coincidem nisso.

Entre outros aspectos, Daniel Goleman, o criador da ideia de inteligência emocional, disse que a família é chave desta.

Estima-se que 50% do rendimento escolar das crianças está ligado à família. O acompanhamento dos estudos pelos pais, seu compromisso com a tarefa escolar da criança e seu apoio direto são fundamentais.

Análises sobre o rendimento escolar superior dos filhos de imigrantes asiáticos nos EUA têm mostrado que é muito comum que, ao ingressarem os filhos na escola, os pais comprem dois livros, um para a criança e outro para eles poderem acompanhar com cuidado os estudos. Esse interesse influencia no rendimento diferencial.

Um estudo da Secretaria de Saúde dos EUA realizado em 60 mil crianças demonstrou que as que viviam com somente um dos progenitores eram duas vezes mais propensas a serem expulsos ou suspensos das aulas, a sofrer problemas de conduta e a ter dificuldades com os colegas.

A solidez familiar tem impacto na saúde das crianças. A família é o terreno mais propício para desenvolver uma cultura de saúde preventiva. Os estudos dizem que as crianças fora do casamento têm uma taxa de mortalidade muito maior, e as que não moram com seus pais têm maiores danos em diferentes aspectos do desenvolvimento psicomotor.

A família é o local estratégico de formação efetiva, de aprendizado ético, de desenvolvimento emocional, de integração social e espaço central de vida para a terceira idade.

Estudos no Uruguai e nos Estados Unidos demonstraram que dois terços dos delinquentes jovens procedem de famílias desestruturadas. O fortalecimento das unidades familiares é um dos melhores instrumentos que uma sociedade tem para diminuir a delinquência juvenil.

A grande maioria dos latino-americanos e dos argentinos mora em família e valoriza profundamente essas e muitas outras funções fundamentais da família. Segundo a pesquisa Gallup, 83% dos argentinos veem a família como “unidade fundamental da sociedade” e consideram que “um bom casamento” e “uma sólida família com filhos felizes” são mais importantes que “uma boa casa e a segurança financeira”.

No caso dos peruanos, 96,4% considera a família importante ou muito importante. Grande parte dos jovens entrevistados na Bolívia, México, Chile e Colômbia vê a família “como o local de mais alto apreço e confiança”, onde “encontram carinho, compreensão e apoio”.

## COMER EM FAMÍLIA

Uma manifestação básica de vida familiar como “comer em família” ilustra o significado que pode ter a família no desenvolvimento das pessoas.

A universidade de Emory mostrou que, quando os membros da família comem juntos de maneira regular, são produzidos diversos efeitos favoráveis nas crianças.

Interação no momento da alimentação, recebem perguntas sobre o realizado durante o dia na escola, sobre o professor, ou fazem eles as perguntas sobre o trabalho de seus pais.

Entre os temas frequentes, um deles será de onde vêm, o que fizeram seus avós e outros parentes próximos, e terão clareza da sua identidade.

Tudo isso em um ambiente onde podem intervir em plano de igualdade, sem temores, nem vergonha, nem inibições.

A pesquisa mostra ser mais provável, com essa prática, jovens com elevada autoestima e forte sentido de seu lugar no mundo. Além disso, conclui: “há menos problemas de comportamento, menos problemas internos, como depressão e ansiedade, e menos problemas externos, como agressão e delinquência”.

Os estudos indicam que o exercício sistemático de comer em família sem telefones, celulares ou televisores ligados associa-se depois com condutas como evitar a gravidez na adolescência, maior rendimento na escola, menos desordens na alimentação dos jovens.

Em Israel, a ONG Fundação Viernes Familiar desenvolve uma campanha contínua que estimula o encontro de todos os membros da família em torno da mesa para “conversar, relatar experiências e vivências, comentar problemas e dar apoio e carinho”.

Kendrik, um terapeuta de família, afirma: “é a melhor vitamina diária que os pais podem dar aos filhos”. Não somente ganham as crianças. Uma pesquisa de Barilla com 2 mil adultos nos EUA identificou que aqueles que regularmente se alimentam com os filhos têm um nível de satisfação da vida maior.

Não são processos unilineares. Sempre influenciaram diversos aspectos, mas este parece ser um deles.

## O DISCURSO E OS FATOS NA AMÉRICA LATINA

No discurso, o apoio a família é unânime na região. No entanto, como em outros planos, o discurso está muito longe dos fatos.

A possibilidade de formar famílias por parte de quem livremente quer fazê-lo está ligada a condições bem objetivas. Com altos níveis de desigualdade, a liberdade de formá-las é somente para os que têm rendimentos médios ou altos, mas não para os que não sabem como sustentá-la.

Quando mesmo assim as formam, estão ameaçadas permanentemente de desintegração por falta de condições mínimas. Uma delas é a existência de moradia para a vida familiar. Cento e vinte milhões de latino-americanos vi-

vem na precariedade, em favelas. São moradias amontoadas, sem a mínima infraestrutura, onde cada chuva pode derrubá-las. Este contingente é submetido constantemente a tensões de sobrevivência. Nessa precariedade, a tendência é se desenvolverem famílias muito vulneráveis e instáveis, que podem sucumbir com facilidade ao *stress* dessa condição, ou dividir-se total ou parcialmente.

Para se garantir a integridade da família, na prática, é preciso criar condições propícias para ela. As políticas públicas nesse sentido são essenciais. Podem melhorá-la. Mas também podem piorar sua situação se forem insensíveis ou causadoras de maiores graus de precariedade, desemprego e desigualdade.

É ilustrativo o caso da França. As famílias francesas têm dois bebês, contra 1,5 na União Europeia. Um sucesso em termos de família, e muito importante para a pirâmide demográfica do país. Isso se deve a políticas públicas afirmativas enérgicas em relação à família, as quais o povo francês e seus movimentos operários organizados têm impulsionado e defendido ferozmente em todos os embates.

Em 2009, o país investiu 5,1% de seu Produto Bruto na família, no cuidado das crianças e em benefícios na maternidade. Entre estes, além de licenças do pós-parto pagas por quatro meses, concedeu generoso auxílio às famílias, deduções fiscais por criança, descontos nos trens para famílias numerosas, creches gratuitas e de boa qualidade para crianças de 3 a 5 anos, frequentadas por 99% delas, e até com tratamentos integrais de reabilitação física para o período pós-parto.

Em poucas palavras, a sociedade toda, através das políticas públicas, associa-se às famílias para fortalecê-las. O mesmo acontece nos países nórdicos e está em plena marcha nos novos modelos econômicos na Unasul.

Assim, atualmente, na Argentina, com a *Asignación Universal* a 3,8 milhões de filhos de trabalhadores informais, está se dando apoio concreto às famílias de maior pobreza. Mesmo quando se trate de trabalhos formais, essa gratificação continua a ser garantida para os filhos dos trabalhadores, porque o apoio é universal.

As famílias são assim apoiadas no país pela política pública de maneira universal. No mesmo sentido, um dos maiores programas da gestão Lula-Dilma tem sido o Bolsa Família, assim chamado porque é uma política direta de apoio à família que possibilita sua existência e desenvolvimento.

Em ambos os países, o Estado assumiu uma postura decisiva no apoio de um membro-chave na família, o aposentado. Tem se associado com o grupo familiar para protegê-lo como merece. A Argentina dedicava ao pagamento de aposentadorias e pensões 4,5% do Produto Bruto em 2003. Em 2011, o valor subiu para 6,6%, e está em vigência a atualização contínua das aposentadorias.

No Brasil, 81,2 milhões de brasileiros são beneficiados com o sistema previdenciário. Os numerosos programas que vêm gerando mais emprego em ambos os países e no Uruguai diminuem os efeitos letais do desemprego prolongado nas famílias.

Na Argentina, o desemprego baixou no último trimestre de 2011 a 6,7% – 16,7% a menos que em 2002. O Brasil tem atualmente o menor índice, 5,2%.

As melhoras na igualdade que o conjunto de políticas públicas de projetos nacionais em marcha geram vão no sentido de reduzir cada vez mais a brecha entre quem tem o direito real de formar família e quem não tem, por limitações socioeconômicas severas.

Enquanto a OCDE, organização dos países mais ricos, acaba de anunciar que neles a desigualdade tem alcançado níveis recordes, na Argentina, Brasil e Uruguai o coeficiente de Gini vem tendo melhoras significativas.

À família não se ajuda apenas com retórica, mas com fatos concretos que a favoreçam, como os mencionados. É necessário multiplicar políticas e programas que apoiem de fato a constituição das famílias dos setores mais humildes; que deem plena proteção médica nas diferentes etapas da gravidez; que apoiem para erradicar o trabalho infantil e para que erradiquem o trabalho infantil, para que seus filhos possam ir à escola; que desenvolvam serviços públicos de apoio (creches, asilos de terceira idade e outros); que se ampliem as possibilidades culturais e de recreação familiar; e que propiciem alianças entre o setor público e a sociedade civil para essa finalidade.

Há um longo caminho pela frente neste tema-chave tão deixado de lado pela economia ortodoxa. A ascensão de políticas familiares ativas marca uma diferença categórica de qualidade entre estas e as economias com rosto humano que se estão construindo na Unasul. Converteram o direito a formar família e sustentá-la, de um direito retórico, em um direito real.

---

### **O mistério das remessas de migrantes**

Os envios regulares de dólares dos migrantes latino-americanos pobres para suas famílias de origem têm sido vitais para muitas economias da região. São trabalhadores pobres que enviam, algumas vezes ao ano, pequenas somas de dinheiro, com muito sacrifício. Isso representa a segunda fonte de renda do México e mais de 20% do Produto Bruto de Honduras, El Salvador, Guatemala e outros países. Em 2007, foram 66,5 milhões de dólares. Protegem 80 milhões de pessoas.

Por que o fazem? Por que tanto sacrifício? As pesquisas explicam que esse gesto solidário de grande impacto macroeconômico está, antes de tudo, na família; por lealdade a suas famílias.

### **Filhos horizontais**

Como a pressão de permanecerem longas horas na empresa é grande, muitos pais somente

podem ver seus filhos quando já dormem. Também costumam ser ausentes no acompanhamento de seu estudo. Os resultados com frequência são problemas de comportamento, perda de interesse e baixo rendimento.

### **Iniciativas**

O governo de Catalunha lançou, há um tempo, um grande plano para conciliar trabalho e família, com 166 medidas concretas; entre elas, oferecer incentivos às empresas que os conciliem, melhorias no transporte público para aumentar o tempo disponível, aumento considerável de creches e um salário aos familiares que cuidam dos idosos.

---



## A HORA DA ECONOMIA SOCIAL

### CRÔNICA DE UMA RECESSÃO ANUNCIADA

A Grécia é o berço de uma das filosofias mais influentes da história. Hoje é o laboratório de experiências da nova onda de receitas de ajuste.

A promessa é a de que, realizando brutais sacrifícios no nível de vida da população, baixaria drasticamente o déficit público, e sobre essa base receberia empréstimos com os quais pagaria dívidas e finalmente, em algum momento, recuperaria o crédito, e as usurárias taxas de juros que paga cairiam e tudo voltaria a se normalizar.

Quem dera funcionasse assim. A realidade vai mais na direção do título da obra do Nobel García Márquez, *Crônica de uma morte anunciada*.

Sob os ajustes, o PIB caiu 11,7% entre 2009 e 2011. A arrecadação fiscal caiu 7% em janeiro de 2012, apesar do aumento dos impostos. A taxa de desemprego disparou de 13,9% para 20,9% em 2011.

A nova receita exigida para empréstimos implica reduzir em 22% o salário-mínimo e rebaixá-lo em 30% para as pessoas com menos de 30 anos. Também baixar os salários da iniciativa privada, precarizar as aposentadorias e promover demissões em massa de servidores públicos.

Um documento dos países credores, depois descartado, propunha nomear um mandatário ao país que controlasse diretamente o desembolso cotidiano de seus recursos. O documento, segundo assinala o *The New York Times* (10/2/2012), dizia: “Os recursos do Estado devem ser usados, antes de tudo, para o pagamento do serviço da dívida. Qualquer recurso que sobre poderá ser usado em outros propósitos, como pagamento dos salários da polícia ou comprar provisões para os hospitais”.

Tenta-se fazer valer a mesma receita, com alguns ajustes, em outros países de Europa. O descontentamento da população não se fez esperar; adquire forma de greves gerais, crescimento dos indignados e protestos de toda ordem.

Uma manifestação de protesto de mais de 1 milhão de pessoas em Portugal (23/9/2012) teve como lema “Fora a *troika*, devolvam-nos nossas vidas”. A *troika* é a comissão revisora do cumprimento dos ajustes integrada pelo Banco Europeu, pelo FMI e pela União Europeia.

Quinze primeiros-ministros perderam seus cargos desde que se iniciaram as políticas de ajustes no continente. Um dos primeiros foi o de Romênia, Emil Boc. Demitiu nos dois últimos anos 200 mil funcionários, cortou salários do setor público em 25%, congelou o benefício dos aposentados e reduziu os subsídios aos desempregos em 15%.

Ouvem-se cada vez mais vozes influentes com grandes dúvidas. O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, disse: “Não é necessário ser professor de economia para saber que, se você tem crescimento zero, não vai solucionar as coisas”. Guy Verhofstadt, ex-primeiro-ministro da Bélgica e líder do centro liberal e democrata no Parlamento Europeu, afirma: “Os novos acordos consolidam a disciplina fiscal, mas omitem completamente mostrar a outra cara da moeda, a da solidariedade e investimento para criar emprego e crescimento”.

A secretária-geral da Confederação Mundial de Sindicatos, Saharan Burow, advertiu no Fórum de Davos: “Deixemos um lugar no tabuleiro para a economia real”. O fundador do Fórum, Claude Schawab, alertou: “As elites econômicas e políticas estão em risco de perder completamente a confiança das futuras gerações”.

Muitos estão buscando no mundo novas alternativas que sejam mais afins aos direitos básicos do ser humano. Aparece aí uma renovação do interesse pela economia social e as cooperativas.

## O SILENCIOSO TRABALHO DAS COOPERATIVAS

Há 150 anos, amplos setores sociais vêm lutando para criar um espaço diferente de trabalho, produção e vida.

Sua ideia central é a auto-organização dos trabalhadores sob modalidades de democracia laboral, para gerar em conjunto bens e serviços com esforços precedidos pelo reconhecimento de valores éticos e solidários.

Múltiplas expressões se situam dentro do que se denomina economia social. Entre elas: redes de ajuda mútua, de comércio justo, finanças solidárias, empresas recuperadas, formas de economia de troca, moedas sociais. No centro da economia social encontram-se as cooperativas, com suas numerosas formas atuais. As Nações Unidas chamaram 2012 de Ano Internacional das Cooperativas, e resolveram apoiar seu desenvolvimento de diferentes maneiras.

Sobre elas, a ONU declara:

As cooperativas em suas diversas formas promovem a maior participação possível no desenvolvimento econômico e social de todas as pessoas, incluindo mulheres, jovens, idosos, portadores de necessidades especiais e povos indígenas, e têm se transformado um fator maior de desenvolvimento econômico e social, e contribuem para erradicar a pobreza (Resolução 64/136, 2010).

Com frequência, a perspectiva econômica ortodoxa as desvaloriza como um fato econômico marginal. Mas a realidade é muito diferente: estima-se que 1 bilhão de pessoas são atualmente membros de cooperativas. Isso significa um em cada cinco adultos maiores de 15 anos no mundo. Produzem nada menos que 10% do Produto Bruto Mundial. Muitas projeções as colocam como um dos modelos empresariais do mundo com maior crescimento para 2025.

Em 2011, as 300 maiores cooperativas do mundo tiveram ingressos de 1,6 bilhão de dólares. Atualmente, nos EUA, assim como em todo o mundo desenvolvido, elas têm um papel importante. Encontram-se em várias áreas, como o mercado agrícola, vendas a varejo, eletrodomésticos, cooperativas de moradia, cooperativas de compras.

As cooperativas de crédito cumprem um papel fundamental nos EUA e têm se mantido à margem da especulação financeira e da crise gerada por ela. Noventa e três milhões de membros de cooperativas controlam 920 milhões de ativos. No Japão, uma sexta parte da população faz parte de uma cooperativa de consumo.

O maior complexo cooperativo do mundo é o de Mondragón, na Espanha. Este teve início após a Segunda Guerra Mundial em uma área de muita pobreza. Foi fundado em 1956 por um sacerdote católico, dando início com uma escola cooperativa e um grupo de cinco trabalhadores que vendiam fogareiros. Cinquenta e cinco anos depois, Mondragón é líder mundial e a sétima empresa da Espanha. Compreende um conjunto de empresas que tem operações em 19 países e 83 mil trabalhadores proprietários. Segue fiel a seus princípios democráticos de gestão. Além disso, é uma fonte de emprego para a Espanha. A cada posto que cria no exterior, emprega dois trabalhadores no país.

Em 2009, o maior sindicato industrial dos EUA, dos metalúrgicos, anunciou um acordo com Mondragón para criar cooperativas operárias no país.

## AS COOPERATIVAS E A ECONOMIA SOCIAL EM AÇÃO

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, tem declarado sobre as cooperativas que “são um processo único e imensurável no mundo de hoje.

Lembram à comunidade internacional que é possível perseguir ambos, a viabilidade econômica e a responsabilidade social”.

Isso está acontecendo diariamente nos campos mais variados, com as diversas formas da economia social e as cooperativas. Assim, é estratégico seu impacto na vida dos camponeses pobres, já que a maior parte da pobreza nos países em desenvolvimento está nas áreas rurais.

O diretor da FAO, Graziano da Silva, vê na potencialização das cooperativas de agricultores pobres uma arma na luta contra a fome. No Brasil, foi o Programa Fome Zero, de Lula, que logrou importantes resultados para 45 milhões de pobres, em sua maioria da área rural. Um eixo do programa foi empoderá-los através da economia social e cooperativas. E a mesma estratégia continua sendo aplicada por Dilma Rousseff em seu Programa Brasil sem Miséria, dirigido a erradicar a pobreza extrema que hoje afeta 16 milhões de brasileiros, com forte viés rural, apesar dos avanços.

Graziano coloca como política mundial: “A FAO necessita de cooperativas e organizações de produtores fortes como sócios no esforço de eliminar a fome de que sofrem cerca de 1 bilhão de pessoas”.

Entre outros programas que a FAO apoia na Nigéria, os camponeses pobres não podem obter crédito dos bancos. Criou-se então uma cooperativa que paga instalações de armazenagem. Juntam aí seus produtos e os usam como aval, solicitando “crédito para inventários”. Isso tem funcionado.

Em Fiji, uma cooperativa viabiliza as exportações de mamão com a melhoria do fluxo de informações, oportunidades de comercialização e qualidade e regularidade na produção.

Em Honduras, em Lempira do Sul, a agricultura de corte e queima estava esgotando os recursos naturais. Os camponeses se organizaram em Conselhos de Desenvolvimento Comunitário e motivaram a reintrodução de técnicas indígenas menos danosas para o meio ambiente.

No Quênia, os bancos e as caixas de créditos cooperativos estão revolucionando a economia, fazendo pequenos empréstimos aos camponeses a taxas acessíveis.

Na Etiópia, as mulheres, os idosos e os jovens recebem normalmente menores salários por seu trabalho. Uma cooperativa como a dos produtores de café de Indidio permite que todos recebam o mesmo pagamento.

Em todas as suas expressões, as cooperativas e as formas de economia social promovem trabalho decente, tratamento digno, empoderamento da comunidade, desenvolvimento de seu capital social e possibilidade de viver sem pobreza.

## O DEBATE SOBRE COOPERATIVISMO

Robert Owen criou, em 1832, no meio da Revolução Industrial, a Bolsa

de Trabalho em Londres, onde o valor dos produtos dependia das horas trabalhadas para gerá-los. Também em 1834, nas comunas, tratou-se de aplicar o princípio “a cada um de acordo com suas necessidades, a cada um de acordo com suas capacidades”. Em 1844 surgiu a pioneira experiência do primeiro armazém cooperativo de Rochdale. Foram tentativas bem inspiradas, na época mais crua da exploração, que pareciam que ficariam somente como testemunhos de rebeldia moral e individual.

Contudo, no país que atualmente encabeça o sistema capitalista mundial, os Estados Unidos, esses princípios têm tanta força que 130 milhões de americanos, segundo última cifra, participam como proprietários de empresas cooperativas e de cooperativas de créditos.

Na Espanha, um informe sobre a economia social (2008) diz que 200 mil entidades a compõem. Faturam 116 bilhões de euros, geram 1,2 milhão de empregos diretos e têm cerca de 24 milhões de sócios. Conclui que “a economia social é determinante para a manutenção de mais de 2 milhões de empregos na Espanha, algo em torno de 10% da população total ocupada”.

As difíceis cifras econômicas e de desemprego da Espanha seriam ainda mais agudas se não fosse por elas. O valor agregado bruto de toda a economia social em relação ao Produto Interno Bruto era, em 2008, de 2,47%. As cooperativas contribuíam com 40% desse valor agregado.

No século XX, a economia social e o cooperativismo foram combatidos pelas ideologias econômicas que os dominaram. Suas ideias básicas – produzir associadamente, democracia real na tomada de decisões, solidariedade, pagamentos justos, igualdade absoluta, eliminação de todas as discriminações no lucro, responsabilidade social com o meio –destoavam totalmente dessas ideologias.

Para as economias da esfera soviética, significavam imenso e constante rumor em sentido contrário aos processos de concentração crescente de poder econômico e político das elites burocráticas geradas em seu interior, e que finalmente precipitaram seu fracasso e queda.

Para o capitalismo selvagem, esses princípios eram a negação da promoção da maximização pessoal dos lucros, da competição desenfreada, do individualismo exacerbado, da luta selvagem pela sobrevivência dos mais aptos, da exaltação da riqueza, da culpabilização dos pobres pela sua própria pobreza.

Em ambos os sistemas se perseguiram e se atacaram, legal e ideologicamente, as formas da economia social de autogestão, democrática e participativa, obstaculizando de todas as maneiras possíveis sua estabilização e avanço.

No entanto, como seus princípios têm a ver com alguns dos sonhos mais almeçados na história do ser humano, a luta para levá-la adiante continuou.

Teve, entre outros, momentos de conquistas excepcionais, como o caso de Mondragón na Espanha, onde foi construída uma cidade cooperativa que hoje produz 3,1% do Produto Bruto do país basco, e 7,4% de seu produto industrial; e o desenvolvimento do Kibutz em Israel.

Mondragón derrotou todas as teses pessimistas sobre se seria possível construir, a partir da pobreza e com base no cooperativismo, um complexo econômico de grande escala, de alta produtividade e competitividade, e ainda manter-se fiel aos princípios originais.

O filósofo Martin Buber, criador da filosofia do diálogo, analisa em sua obra *Caminhos de Utopia* todas as grandes tentativas do ser humano na história de construir sociedades igualitárias.

Quando chega ao Kibutz, depois de fazer um balanço das contribuições e limitações para lograr seu projeto original de transformação da sociedade que o rodeia, o grande pensador Jean Paul Sartre o chamou de “um não fracasso exemplar”.

Criado em 1910, com base na aplicação a fundo dos princípios cooperativos e da economia solidária em todas as áreas da vida comunitária, logrou no seu apogeu um elevado cumprimento de metas, como níveis inéditos de produtividade agrícola e depois agroindustrial, desenvolvimento contínuo de inovações tecnológicas, igualdade real de gênero, um sistema de educação singular, intensiva atividade cultural do coletivo. Por volta dos anos 1990, os Kibutz produziam 45% da produção agrícola de Israel.

Um especialista em gestão, Seymour Melman, da Universidade de Columbia, destacou em uma pesquisa sobre eles: “É importante que as pessoas do Kibutz compreendam que são possuidoras de um sistema de tomada de decisões e de organização do trabalho que tem implicações em escala mundial”.

Posteriormente, tiveram graves dificuldades no marco do avanço mundial do capitalismo financeiro e ortodoxo e fizeram grandes mudanças. Hoje estão atraindo novamente muitos jovens, e sua população está aumentando. No século XXI, o modelo econômico que prevalece atravessa uma crise severa, a maior desde a grande depressão de 1930.

Como documentam os trabalhos da Igreja católica, entre outros, as economias mais poderosas têm conseguido níveis de financiamento das atividades econômicas que têm ultrapassado muitas vezes a economia real, com destacados componentes especulativos. A operacionalização desta economia conduz a desigualdades cada vez mais aprofundadas. Obama tem advertido que ambos os aspectos, a especulação e a desigualdade, tiveram ampla presença antes da grande depressão de 1930, e que o mesmo aconteceu na crise de 2008.

Um resultante dos desajustes profundos é a incapacidade de muitas dessas economias em gerar emprego.

Tudo isso quebra a coesão social. É sugestivo o testemunho do gerente-geral de uma empresa seguradora em Nova York, cuja clientela é toda do 1% mais rico. Tem ativos superiores a 100 milhões de dólares. No *The New York Times* (9/2/2012), disse que “seus clientes, muitos deles altos executivos financeiros, presenciam um aumento de ‘hostilidade’, através, por exemplo, de e-mails e chamadas telefônicas que essencialmente dizem: ‘Eu perdi meu trabalho, quem você pensa que é para se beneficiar com isto?’ E informa que, “em resposta, a demanda por guarda-costas, motoristas treinados para segurança, guardas de segurança em casa e outro pessoal de proteção quadruplicou entre o início e o final de 2011”.

### COMO SE PODE FAZER DIFERENTE?

Na base de modelos exitosos como o escandinavo, é possível observar grande desenvolvimento histórico na construção de formas avançadas de economia social. É parte importante do modelo.

A economia social tem sido vista pelos setores conservadores como uma perda de tempo. Nada, segundo sua visão, pode superar a lógica do lucro e das regras duras do mercado e da sobrevivência. Essa opção tem conduzido a um beco sem saída, com indescritível sofrimento humano.

Ela tem sido atacada pelos setores radicais como remédio menor que não vai mudar nada. Ambas as visões subestimam totalmente as diversas expressões da economia social. E os fatos vão em outra direção.

Primeiramente, encontram justificativas em si, no sentido de criar um modelo que permita aos seres humanos trabalhar de tal maneira que se sintam realmente motivados, comprometidos, partícipes. Um trabalho feito em cooperação e paz com seus semelhantes é um ideal ambicioso, mas factível e necessário.

Em segundo lugar, estas organizações geram benefícios diretos e indiretos a setores significativos da população; como nos demonstra Mondragón, o complexo cooperativo que acabou com a pobreza na cidade. E, em terceiro lugar, são demonstrações de que se pode fazer: é possível organizar a produção conciliando altos níveis de desempenho, eficiência, produtividade e avanço tecnológico com controle democrático, cooperação e benefícios equitativos.

A economia social aparece então como um dos pilares da criação de economias alternativas. E, assim como está presente nos países nórdicos, está na América Latina.

Nem operação simples nem efeito marginal, a economia social está derrotando na realidade as teses negativas sobre ela. É um projeto pleno de hu-

manismo, de ajuda a seus protagonistas e a amplos setores sociais, laboratório de experimentação de modelos muito mais avançados que levam adiante a produção, e é uma base estratégica para as sociedades empenhadas em projetos nacionais transformadores.

### O NOVO INTERESSE PELA ECONOMIA SOCIAL NO SUL

Em 15 de dezembro de 2011 celebrou-se no Brasil o Dia Nacional da Economia Solidária. Múltiplas formas de economia solidária avançam no interior do modelo de economia de inclusão que está em marcha no Brasil, impulsionada pela cidadania e pelas políticas públicas.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária está colhendo 1,3 milhão de assinaturas para mandar ao Congresso pedindo uma Lei que crie a política, o sistema e o Fundo Nacional de Economia Solidária. O país criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária, e as políticas públicas a impulsionam ativamente.

A Assembleia Nacional do Equador aprovou, em dezembro de 2011, a Lei Orgânica de Economia Popular e Solidária e do Setor Financeiro Popular e Solidário.

A lei fortalece o setor da economia solidária do país, que é um dos pilares de seu atual modelo econômico geral. Integram a economia solidária setores comunitários, associações e cooperativas. Estima-se que a lei beneficiará a 3 milhões de pessoas.

Essa lei se baseia em princípios como a prioridade do trabalho sobre o capital e dos interesses coletivos sobre os individuais, além de estimular o comércio justo e o consumo ético e responsável. Ressalta também a igualdade de gênero, o respeito à identidade cultural, a autogestão, a responsabilidade social e ambiental e a solidariedade.

No Uruguai avança uma concepção ampla da economia social como uma das bases de seu exitoso modelo de transformação econômica e social, que reduziu a pobreza a menos da metade desde 2006 e levou a taxa de desemprego ao mínimo (5,1%).

O ministro de Desenvolvimento Social, Daniel Olesker, especula sobre a possibilidade de ver “a economia social como o germe para a construção de uma nova sociedade alternativa”.

Entre as políticas de fortalecimento da economia social propostas estão:

- 1) priorizá-la no gasto público;
- 2) promovê-la no plano fiscal;
- 3) dirigir-lhe uma parte dos sistemas públicos de pesquisa, formação, transferência tecnológica e organização;

4) investir em pesquisa e educação pública e apoiar processos de autogestão desde a capacitação.

Entre outras ações concretas, aprovou-se a Lei de Cooperativas em 2007, decretou-se a Lei de Criação de Cooperativas Sociais, mantiveram-se as exonerações fiscais, manteve-se o Fundo de Desenvolvimento com benefícios anuais do Banco da República – que apoiará modalidades de autogestão dos trabalhadores –, deu-se prioridade à construção de moradias, por parte do Estado, pelo sistema cooperativo. Atualmente, também se tem trabalhado na criação de uma marca social que identifique a economia social e que conte com uma garantia de qualidade associada à marca.

Na Argentina, as cooperativas e a economia social têm grande tradição histórica. Os ideais de cooperação ganharam força desde finais do século XIX, e foi gerada uma extensa rede de organizações de grande utilidade coletiva.

Entre elas, as cooperativas escolares têm sido um pilar do sistema de educação pública. As cooperativas de crédito cumpriram funções essenciais para o avanço das pequenas e médias empresas. As de serviços públicos, concentradas na água, energia elétrica, gás, telefonia e, agora, telefonia móvel, são fundamentais para cidades pequenas e médias do interior.

O movimento cooperativo sofreu forte embate sob as políticas neoliberais da ditadura e nas desenvolvidas nos anos 1990. Entre outros aspectos, o neoliberalismo pode exibir como troféu de guerra o enfraquecimento sistemático das cooperativas de crédito, favorecendo a concentração do crédito e o capital financeiro.

Hoje, o movimento cooperativo e, em geral, a economia solidária estão ganhando novas forças com o impulso das políticas públicas e o apoio geral da sociedade civil.

Em 2004, o governo declarou como política de Estado a economia social, e o Instituto Nacional da Economia Social (INAES) vem executando uma ampla ação de recuperação produtiva, institucional e educacional do ideário e da tarefa solidária.

A economia social gerou um milhão de postos de trabalho de 2003 a 2011, ou seja, 20% de todos os postos criados nesse período e que baixaram radicalmente a taxa de desemprego.

Segundo a Agência de Notícia Solidária (ANSOL), a economia social produz 10% do Produto Bruto, ocupando uma posição de vanguarda em nível internacional.

No final de 2011, havia no país 19.016 cooperativas e 9,6 milhões de associados urbanos e rurais. O número cresceu 49% nos últimos anos. O total de postos de trabalho criados diretamente pelas cooperativas é de 525.156.

Algumas de suas modalidades têm papel fundamental na prestação de serviços públicos em pequenas e médias cidades; de tudo o que se produz no campo, 22% está em mãos de cooperativas agropecuárias de primeiro e segundo grau. Têm papel-chave nas exportações do país. Segundo a Confederação Intercooperativa Agropecuária Limitada (CONINAGRO), representam 5,6% do total das exportações primárias e agroindustriais.

As cooperativas de trabalho têm crescido bastante, são atualmente 13.179. Delas, 61% participa em planos sociais para a inclusão de trabalho, desenvolvidos pelo governo nos últimos oito anos.

A principal empresa de seguros do país é uma cooperativa, a Sancor Seguros. Também é uma das empresas líderes em responsabilidade social empresarial em nível nacional.

Com grande esforço, continuam indo em frente as empresas recuperadas. Seu destino natural era a dissolução. Seus trabalhadores as receberam nas piores condições, mas estabeleceram sistemas de autogestão e conseguiram salvá-las. São mais de 200, as quais sustentam 10 mil postos de trabalho em todo o país.

As cooperativas, as caixas de auxílio mútuo, as associações de produtores, a economia solidária têm, atualmente, sólidos apoios e possibilidades de se desenvolver na Argentina. Organismos como o Ministério de Desenvolvimento Social, que trabalha fortemente na geração de oportunidades produtivas, o Ministério de Planejamento, INAES e outros estão permanentemente pondo em marcha novos programas para fortalecê-las.

O país conta com uma Lei de Microcrédito, impulsionada pelo Ministério de Desenvolvimento Social, que já entregou mais de 135 mil microcréditos a empreendedores sociais. No mais, está sendo lançada a ideia de uma marca coletiva para identificar produtos elaborados e serviços prestados por agrupamentos de empreendedores da economia social.

Nas economias da Unasul, a economia social é hoje uma realidade em pleno crescimento.

## POR ALGO

Festejando em 2012 a instituição do Ano Internacional das Cooperativas, a OIT assinalou que “as cooperativas têm papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico de milhões de pessoas do mundo inteiro, especialmente em tempos de crise”.

As organizações da economia social tendem a proteger mais do que nunca o emprego. Elas reinvestem nos países criando fontes de trabalho, produzem seus produtos preocupadas com a utilidade dos consumidores, preservam o meio ambiente e costumam ter alta responsabilidade social.

Essa lógica não é dominante, mas não é menor: as 300 cooperativas mais importantes igualam sua produção com a décima economia do mundo. Mas, sobretudo, indicam, como acontece nos exemplos vistos das economias da Unasul, que é possível gerar formas de produção pensadas desde seus objetivos até suas estratégias de organização, com ênfase no respeito à dignidade do ser humano, permitindo a ele ser efetivamente livre e desenvolver suas potencialidades. São viáveis e motor de projetos nacionais de mudanças completas.

Por pouco não foi possível apagá-las da história, apesar da tentativa de debilitá-las e marginalizá-las. Mas continuam animando a esperança coletiva.

---

### **Funciona**

As cooperativas de Mondragón são de propriedade de seus 84 mil trabalhadores. Compõem-se de 256 empresas. São dirigidas pelos dez princípios cooperativos: admissão aberta, organização democrática, soberania do trabalho, subordinação do capital, gestão participativa, pagamentos solidários, intercooperação, transformação social, universalidade e educação. Regem o princípio de *uma pessoa, um voto*. A diferença de salários entre os gerentes gerais e o trabalhador médio é das mais baixas do mundo, sendo fixada pelos trabalhadores.

Têm demonstrado um altíssimo nível de eficiência e possuem 73 filiais no mundo.

### **Um exemplo**

A Cooperativa Operária de Bahía Blanca é líder absoluta na comercialização de alimentos na cidade. Deixa para trás as grandes transnacionais da área. Tem 65 mil associados que todo mês realizam uma assembleia. A chave de seu sucesso: os alimentos que vende são comprovadamente positivos para a saúde. Compete com êxito baseada em produtos saudáveis, princípios cooperativos aplicados e compromisso com o cliente e a comunidade.

### **A diferença**

“O que diferencia este modelo de outros é que todas as cooperativas, sejam pequenos agricultores ou consumidores de grandes entidades, compartilham os valores da democracia, da solidariedade, da igualdade, da autoajuda e da autorresponsabilidade, criando empresas que servem ao bem comum frente à maximização de benefícios para poucos.”

Pauline Green, presidenta da Alianza Cooperativa Internacional Mundial

---



## O QUE OS LATINO-AMERICANOS PENSAM SOBRE A DEMOCRACIA

### A EXPLOÇÃO DEMOCRÁTICA

Até pouco tempo parecia impossível que os regimes ditatoriais consolidados durante mais de 40 anos, como muitos do mundo árabe, pudessem ser questionados e as pessoas pudessem ter acesso a direitos democráticos.

Isso está acontecendo no marco da Primavera Árabe. As sublevações massivas da população na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen do Sul, entre outros, alteraram substancialmente o imobilismo histórico que excluía totalmente as grandes maiorias da tomada de decisões.

Na Síria, atualmente, está se desenvolvendo outro capítulo dessas mudanças históricas. A férrea ditadura já massacrou impiedosamente mais de 30 mil cidadãos, mas a exigência de democratização ascende e tem se transformado numa causa universal.

A Assembleia Geral da ONU condenou o regime e exigiu a renúncia de Assad nos mais duros termos, por uma votação esmagadora de 112 países contra 12.

O mesmo espírito de exigência de participação e democracia está presente hoje em numerosos países africanos e asiáticos. E as recentes aberturas em Mianmar respondem a essas pressões históricas.

No entanto, o caminho a percorrer é muito longo. Segundo a ONG Freedom House, no último ano houve avanços de democracia em 12 países, mas em 26 o nível de liberdade diminuiu. Às pressões para se conquistar os direitos básicos da democracia, somam-se agora as tentativas de dar conteúdos totalmente substantivos em termos sociais.

As manifestações de protesto na Europa, frente ao rebaixamento do acesso ao trabalho, do aumento da pobreza e da disparidade das desigualdades, estão exigindo uma democratização real da economia.

Os jovens, através das múltiplas formas tomadas pelos “indignados”, são protagonistas centrais de tais protestos. Têm motivos bastante concretos. O índice de desemprego entre as idades de 16 a 24 anos alcançou na Grécia 53%; na Espanha, 52%; em Portugal e Itália, 30%.

Na Grã-Bretanha é de 22,3%, a maior desde que esse índice começou a ser medido, em 1982. Nessa economia, a sétima do planeta, o número de jovens que estão fora do sistema educacional, do mercado de trabalho ou de qualquer sistema de treinamento é de 1,3 milhão, ou seja, uma proporção de um para cada cinco.

A indignação aumenta na medida em que as receitas que vêm sendo aplicadas estão dando resultados negativos para a população, que cada vez mais está resistindo a essa imposição.

O título do editorial do *The New York Times* (18/2/2012) indaga: “A austeridade não funciona, então por que os líderes europeus estão tentando forçar a Grécia e outros países?”

Resenha da situação de Portugal. Cumpriu todas as exigências da União Europeia e do FMI. Cortou salários e pensões, reduziu o gasto público, aumentou os impostos. Tudo isso agravou a recessão e tornou cada vez mais difícil que pudesse pagar suas dívidas. Quando recebeu um empréstimo de ajuda, em maio de 2011, a dívida era de 107% em relação ao Produto Interno Bruto. Para o próximo ano espera-se que cresça a 118%. Continuará crescendo se a economia continuar encolhendo-se. A receita não melhora a situação; ao contrário, torna-a mais grave.

Por outro lado, no caso da Grécia, os fatos foram mais longe na limitação de direitos dos cidadãos, quando as pressões levaram à reversão de um referendo já definido que iria lhes permitir opinar, quando agora se concentram em postergar suas eleições. Em ambos os casos, são negados direitos democráticos de decisão aos cidadãos. Em Atenas, um cidadão se queixa, mostrando o Parlamento (*The New York Times*, 13/12/2012): “Deveríamos colocá-los em apartamentos pequenos, sem calefação, com pensão de 300 euros, e veriam se poderiam viver assim. Poderiam viver como estão nos pedindo que vivamos?”

A própria desigualdade é vivida crescentemente como uma violação às regras básicas da democracia. Essas regras falam de igualdade de oportunidades para todos, e isso não tem muito a ver com as grandes disparidades.

## AMÉRICA LATINA EM MUDANÇA

A América Latina esteve, durante longas décadas, imersa em ditaduras militares e sob a hegemonia de modelos econômicos ortodoxos.

Travou lutas muito importantes para mudar essas matrizes históricas e tem conseguido mudanças relevantes, que dependem da realidade de cada sub-região.

A força impulsionadora comum a essas mudanças é a aspiração generalizada da população de deixar de lado, para sempre, a ameaça das ditaduras militares e ir passando gradualmente de democracias de baixa intensidade a democracias de média e depois alta intensidade.

À medida que se intensificassem, a população teria um papel cada vez mais central nos processos de formação e implementação das políticas públicas.

Como a América Latina está preparada para avançar nessa transição? Dado o longo lapso de autocracia militar e de receitas ortodoxas, o que estará passando nas percepções, raciocínios e opiniões da população?

Qual sua atitude frente às fundamentais mudanças que implicam modelos orientados à inclusão total, como os que hoje estão em andamento no Brasil, Argentina, Uruguai e outros países?

A seguir, serão explorados alguns aspectos desse substrato invisível aos olhos, mas que tem clara presença na realidade.

Recentemente foi comemorado na Argentina o décimo aniversário de um momento definidor da história recente: em dezembro de 2001, em meio a uma situação econômico-social crítica e a declaração do estado de sítio, a população saiu maciçamente às ruas e terminou de retirar toda a legitimidade do governo de então.

Subestimara-se totalmente o que a população realmente estava pensando e qual era sua capacidade de disposição para a ação. Pensava-se que o estado de sítio permitiria controlar as dissidências. Ignorou-se totalmente tanto a magnitude dos problemas objetivos de sobrevivência como as percepções profundas.

Entre outubro de 2000 e outubro de 2001, o número de pobres e indigentes aumentou em 9.807 por dia. A taxa de desemprego era, em outubro de 2001, de 18,3%. Os números eram muito piores para os jovens: em maio de 2001, 40,9% dos jovens de 15 a 18 anos e 28,6% dos de 19 a 24 anos estavam desempregados.

A destruição da classe média, e sua conversão a novos pobres, foi contínua. Em 2001 havia entre 70 mil e 100 mil catadores de papel em toda a área metropolitana de Buenos Aires.

Cresceu a economia de troca. Em junho de 2002, os participantes de clubes de troca foram estimados em 3,3 milhões de pessoas; levando-se em conta o tamanho das famílias, calculava-se que 27% da população total do país participou deles nesse momento.

As pessoas buscavam novas formas de protestar para mostrar que existiam e deviam ser levadas em conta. Multiplicaram-se os painéis nas camadas médias e os piquetes e fechamento de rodovias e ruas nos setores populares.

Tudo isso foi ignorado, e foram cometidos os erros já conhecidos. É fundamental saber o que os latino-americanos pensam sobre a democracia, no contexto das mudanças da região.

É de grande valor o material coletado nas 19 mil pesquisas que são feitas anualmente em 19 países da região, desde 1995, pelo Latinobarómetro. Elas permitem captar, entre outras tendências, as que serão apresentadas sumariamente a seguir.

### GOLPES DE ESTADO, NUNCA MAIS...

Grande parte dos atuais latino-americanos cresceram em meio a ameaças de possíveis golpes de Estado ou sob governos surgidos deles. Entre 1930 e 1980, mais de um terço das mudanças de governo da região foi feita de forma irregular, principalmente através de golpes militares.

Os golpes frequentemente ofereceram uma suposta “ordem” frente à desordem que se atribuía ao sistema democrático – erradicação da corrupção, eficiência, resultados práticos. Recorria-se com frequência à exaltação de tendências autoritárias e chauvinistas.

Alguns setores caíram no engodo e as acompanharam, ou deixaram suas expectativas abertas. Foram postos em prática projetos nefastos, de supressão total da liberdade, imposição das regras do jogo econômico que favorecia apenas aos grupos mais concentrados e aos interesses externos, destruição sistemática do tecido social, disseminação de uma cultura autoritária em todos os estratos.

Culminou-se nos genocídios que ceifaram toda uma geração de 30 mil jovens cheios de talentos na Argentina, além de matanças sem precedentes no Chile, Brasil, Uruguai e outros países.

A tese de que o autoritarismo podia tornar a gestão política mais eficiente se espalhou na América Latina. Mas as ditaduras foram eficientes em favor apenas de uns poucos e, praticando toda sorte de corrupções, multiplicaram a pobreza e a exclusão.

Na Argentina, lançaram a campanha “Diminuir o Estado é aumentar a Nação”. E praticaram-na a fundo: reduziram a nação e multiplicaram a dívida externa.

No Chile, a sangrenta ditadura de Pinochet, que tentou se apresentar como um modelo tecnocrático, conseguiu efetivamente um milagre – mas ao contrário. Em um país tradicionalmente com pouca pobreza, conseguiu duplicá-la.

Passou de cerca de 20% da população, em seu início, para cerca de 40% no final. Em todos os lados, foram criadas as condições para que aumentassem substancialmente as desigualdades.

Hoje, quando se pergunta aos latino-americanos, no Latinobarómetro, “Você apoiaria um governo militar em substituição ao governo democrático,

se as coisas ficarem complicadas?”, a resposta é muito clara: dois terços dizem que “sob nenhuma circunstância apoiaria um governo militar”.

Inclusive em Honduras, o único país em que houve um golpe militar nos últimos anos, 60% diz a mesma coisa, que em nenhuma circunstância apoiaria um governo autoritário. A ilusão militar foi sepultada na América Latina pela experiência histórica vivida. Aqui não é um tema especulativo. Sitiou e destruiu sociedades inteiras, roubou bebês em grande escala, assassinou sem piedade para se sustentar e deixou um grande desafio aberto: a recuperação permanente da memória do que aconteceu para que nunca se repita.

A Argentina tem se colocado à cabeça do gênero humano, nesse tema, com as consequentes políticas governamentais que levaram ao julgamento dos genocidas e o infatigável trabalho educativo pela memória que é feita diariamente em vários espaços.

### OS LATINO-AMERICANOS VOTAM

Os cidadãos da região utilizam a fundo o instrumento mais básico de uma democracia: o voto. Pedem da democracia muito mais do que poder votar, mas não são apáticos frente a esse direito. Preocupam-se, buscam cumprir os requisitos e fazem o que seja necessário para exercer seu direito de voto.

Esta tendência está, inclusive, aumentando. Tomando-se os percentuais de participação eleitoral em eleições parlamentares no período 2001-2009, América Latina é a segunda região do mundo na matéria. Isso pode ser observado no seguinte quadro do Informe Nuestra Democracia (OEA, Pnud, FCE, 2010):

#### **Percentuais de votação nas eleições parlamentares por regiões (2001/2009)**

América Latina	40%
América do Norte	38%
África	29%
Europa Ocidental	55%
Ásia	40%
Oriente Médio	30%

Mas os latino-americanos querem mais que votar uma vez, de tempos em tempos; aspiram a uma democracia muito mais ativa que a atual.

### APOIO À DEMOCRACIA

Os latino-americanos têm poucas dúvidas a respeito de que se deve

apoiar a democracia. Quando perguntados se “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, a maioria, quase três em cada cinco, responde afirmativamente.

No entanto, quando de desagregam as médias, observa-se que o percentual cresce mais ainda em países como Uruguai (75%) e Argentina (70%), mas cai fortemente na Guatemala (36%), no México (40%) e em Honduras (43%).

Em complementação a essa pergunta, o item “dá no mesmo” foi a resposta de 36% no México, 31% na Guatemala, 27% na Colômbia e 23% em Honduras.

Há uma exigência por determinada qualidade de democracia que toma suas próprias formas em cada país, mas que é generalizada. É desejável uma democracia que responda aos grandes problemas da vida diária, que não se esgote apenas nos direitos políticos, mas que implique uma democratização real em todas as dimensões.

No fundo, o que está se propondo não é nunca um retorno a formas de autoritarismo, não menos democracia, mas sim mais democracia, substantiva, ativa, inter-relacionada com as prioridades do cidadão.

### AS DÍVIDAS PENDENTES DA DEMOCRACIA

Os cidadãos têm muito claro que é através da democracia que devem tratar de melhorar as coisas. Quando são perguntados “o que pensam sobre a frase: ‘Mesmo tendo problemas, a democracia é o melhor sistema de governo?’”, cerca de 76% – quase três quartos – está muito de acordo ou de acordo.

No entanto, como cidadãos democráticos cada vez mais ativos, têm claro que ainda falta muito. Interrogados sobre “Como está a democracia em seu país?”, só responderam que está bem do jeito que está 13% dos entrevistados. Os déficits maiores indicados são:

- Falta reduzir a corrupção: 48%
- Falta garantir a justiça social: 33%
- Falta aumentar a transparência do Estado: 31%
- Falta participação popular: 31%
- Falta consolidar os partidos políticos: 21%

Que percepções existem por trás de questões como garantir a justiça social, aumentar a transparência do Estado e aumentar a participação popular?

Pode-se entrever uma visão da realidade muito ampliada, que tem sua base no descontentamento majoritário com os níveis de desigualdade da região.

### PARA QUEM SE GOVERNA?

Quase 80% dos latino-americanos, um dos índices mais elevados obtidos em qualquer indicador, está em desacordo com os altos níveis de desi-

gualdade da região. O número é ainda maior no Chile (onde apenas 6% está de acordo com a distribuição de renda atual), República Dominicana (8%), Honduras (12%) e Peru (14%).

O Produto Interno Bruto da região vem crescendo significativamente, mas os cidadãos já não acreditam mais na teoria do derramamento, que seduziu muitos nos anos 1990.

A ideia de que o crescimento econômico seria suficiente para resolver o problema da pobreza, ampliando as classes médias, não funcionou. A população aprendeu a lição de que existe um tema fundamental, que é *como se distribui o crescimento*, pois está mediado pelos níveis de desigualdade.

O PIB latino-americano cresceu 4,1% em 2008, teve uma queda de 2,1%, em razão da crise mundial, em 2009, voltou a crescer em 5,9% em 2010 e aumentou em 4,7% em 2011. Porém, os coeficientes Gini de distribuição de renda têm mostrado uma enorme resistência a mudar.

O Chile é um exemplo: lá o PIB melhorou continuamente e cresceu inclusive cerca de 6,3% em 2011, mas ao mesmo tempo é a 13ª economia mais desigual do planeta. Em 2011, o país foi cenário de uma grande manifestação de protesto social contra a presença de marcas desigualdades na educação – o maior protesto desde a queda de Pinochet.

Os estudantes chilenos reclamaram três pontos muito concretos que promovem a igualdade de oportunidades e foram apoiados por amplos setores: educação gratuita, educação de boa qualidade para todos e que esse setor deixe de ser objeto de lucro.

Segundo denunciaram, entre outros aspectos, a trama criada pela ditadura de Pinochet em favor apenas dos mais ricos fez com que se tornasse muito difícil para muitos jovens ingressar e pagar a universidade. Os custos das mensalidades representam cerca de 40% da renda de uma família média.

A resposta à pergunta: “governa-se para o bem de todo o povo ou apenas para alguns” é um dos indicadores consistentemente mais deficitários e mais difíceis de mudar desde quando se iniciaram as pesquisas de Latinobarómetro.

Apenas um quarto da população acredita que “se governa para o bem do povo”. Emergem também muitas outras percepções, entre as quais, destacamos, a inconformidade maciça com as altas desigualdades da região. Sua existência é uma violação ao jogo limpo e a prova diária de que existe no poder uma influência desproporcional de um grupo limitado.

A pesquisa de 2011 mostra que, significativamente, os que acreditam que se governa para a maioria diminuíram, no Chile, em cerca de 26% entre 2010 e 2011. No entanto, na Argentina esse percentual cresceu, nesse mesmo período, em 12 pontos.

## A NOVA CONFIANÇA NO ESTADO E NO GOVERNO

Nos países desenvolvidos propaga-se, atualmente, a ideologia de que se deve fazer todo o possível para limitar ao máximo a “interferência” do governo. Que se deve olhar para cenários de “minimização da ação pública”. Desse modo, devem-se cortar os recursos, e inclusive há uma ofensiva muito forte contra os sindicatos de funcionários públicos, que são um obstáculo muito importante para os planos de desarmar o governo.

As percepções prevaletentes na América Latina são muito diferentes. A confiança nos governos vem crescendo intensamente na região. Partiu de patamares muito baixos, devido aos sérios danos sofridos pela população pelos governos como os dos anos 1990, mas tem subido consideravelmente na medida em que melhorou sensivelmente a representação política e a qualidade das políticas públicas.

Apenas 19% dos cidadãos tinham confiança em 2003; agora, são 40%. É possível comparar o Eurobarómetro e o Latinobarómetro. O primeiro trabalha com uma amostra representativa da população de 27 países europeus. Em 2010, a média de confiança no governo era de 29%, frente a 45% na América Latina.

Os acontecimentos na Europa, que incluem a queda de 15 governos em um breve período, como consequência da aplicação das receitas ortodoxas que tornaram mais difícil a vida de suas populações, e cujos resultados não são vistos, provavelmente devem ter debilitado ainda mais a confiança nos governos da região e aumentado a distância com respeito à América Latina.

## OS CIDADÃOS E O ESTADO

Nos anos 1990, grande parte dos cidadãos estava fechada na ideia de que se devia delegar o manejo da economia ao mercado, que a melhor forma de administrar era a privatização, e que o Estado não podia contribuir majoritariamente para resolver os problemas.

A experiência vivida fez com que mudassem de ideia. Atualmente, a realidade é vista de forma muito mais matizada. Entendem que deve haver uma combinação virtuosa entre Estado eficiente e ativo e empresas, às quais deve ser exigida cada vez mais responsabilidade social.

Quando se pergunta se as privatizações foram benéficas para o país, apenas 36% compartilha dessa ideia. As pessoas deixaram de considerá-las como o único instrumento de gestão.

O Latinobarómetro, em seu Informe 2011, destaca especialmente os contrastes que o caso chileno apresenta:

É contraditório que o país que o mundo ocidental diz fazer melhor sua tarefa de manejo macroeconômico, o Chile, seja o país da região que tem menos confiança na economia de mercado. Os protestos nesse país estão mostrando que as bondades do êxito econômico não são suficientes para satisfazer as demandas.

Destaca também “o contraste entre a opinião dos especialistas, que qualificam o êxito dos países, e a opinião dos cidadãos desses países”.

Salienta que o “Chile é um exemplo de incongruência entre esses dois mundos. Enquanto os especialistas o elogiam como o de melhor desempenho da região, os cidadãos lhe outorgam a pior avaliação da região”.

Com a nova perspectiva aberta, os latino-americanos resgatam o valor do papel do Estado. Quando são perguntados: “você acredita que o Estado tem os meios para resolver os problemas de nossa sociedade?”, nada menos que três quartos consideram que sim.

A percepção mais débil corresponde ao Estado guatemalteco. Isto se deve ao fato de que é o Estado onde tem sido mais difícil conseguir um pacto fiscal significativo com os setores mais ricos.

A carga tributária é uma das mais baixas em nível internacional, apesar das enormes demandas educacionais, de saúde e sociais. O Estado carece, nessas condições, dos instrumentos básicos.

Assim, Save the Children, em recentes estimativas (19/2/2012), informa que um terço das crianças do mundo sofre de desnutrição crônica. Na Guatemala, esse número é de 48% e permanece estacionado.

Ao se perguntar aos cidadãos se o Estado pode resolver os principais problemas da sociedade, as respostas indicam um alto nível de confiança em sua capacidade de ação:

Delinquência	61%
Narcotráfico	57%
Pobreza	55%
Corrupção	54%

Diante de um problema que, juntamente com o desemprego, encabeça as pesquisas de opinião, a delinquência, os números daqueles que acreditam que o Estado pode resolvê-la é – os primeiros lugares em respostas favoráveis: Uruguai, 78%; Argentina, 77%; Brasil, 74%.

No tema da pobreza, 79% dos argentinos acreditam que o Estado pode solucioná-la. Contrasta com o caso da Guatemala, onde apenas 17% acreditam nisso. Esse dado contrasta também, drasticamente, com o que acontecia

há dez anos. No final da década de 1990, diante do aumento da pobreza, o então chefe de Estado da década, Carlos Menem, dava de ombros a respeito do papel do Estado frente a isso, justificando que “pobreza existe em toda parte”, ou que “pobreza sempre existiu”.

Entre 2003 e 2011, o Estado se pôs a trabalhar a fundo, em um ataque frontal à pobreza, em muitas frentes simultâneas, desde a criação de empregos até o microcrédito, culminando no grande Programa Asignación Universal por Hijo, para trabalhadores informais.

Os resultados estão à vista, e a população tem recuperado a confiança nesse país, assim como tem ocorrido em outros da região nos quais o Estado pode solucionar o problema.

### O PAPEL-CHAVE DA PARTICIPAÇÃO

A população não vê mais o Estado como algo exterior. Uma de suas demandas mais importantes é a de mais participação. Quer mudanças na concepção tradicional de Estado; apoia ativamente a descentralização, a transferência de capacidades e recursos do Estado central aos estados e municípios; quer que o Estado se aproxime dos cidadãos, que esteja realmente a seu alcance.

Além disso, deseja um perfil de Estado “que mostra a cara”. O modelo tradicional é de um Estado voltado para dentro, encerrado em seus escritórios, que atende com base em procedimentos e normas sem flexibilidade diante de circunstâncias variadas, orientado por cumprir rotinas que muitas vezes se transformam num objetivo em si mesmo.

O Estado “que mostra a cara” deve estar onde estão os cidadãos que mais necessitam dele, próximo a eles e em intercâmbio com eles. Tem que se adaptar a suas possibilidades, falar suas linguagens.

A participação é vital, pois, ao mesmo tempo em que é uma fonte de sugestões e ideias, é um controle de que se está fazendo o que se deve, que realmente está se respondendo às demandas da população.

Mas, de fato, pode haver participação popular em escala massiva? Junto a muitos outros, um exemplo muito ilustrativo de amplo alcance é o dos Conselhos Municipais de Saúde, no Brasil. É considerada a maior iniciativa de descentralização político-administrativa no país. Estão estabelecidos em 5.564 cidades. Nelas, os governos locais, os organismos da área de saúde e os principais setores da comunidade pensam em conjunto sobre como melhorar a saúde pública em sua área geográfica.

Em 2008, os municípios contavam com 72.184 conselhos titulares. Metade de todos eles representava os usuários do sistema de saúde. Os representantes foram nomeados por 28 mil instituições.

Cerca de 25% eram associações de bairro; 21%, grupos religiosos; 20%, organizações de trabalhadores; 7%, associações representativas de aspectos relacionados a gênero, etnia e terceira idade; e 5% ou menos era de uma vasta gama de organizações da sociedade civil.

Para se ter uma ideia do interesse que a experiência despertou na população, em um estudo de 2009 foi constatado que 82% dos conselhos realizavam reuniões mensais, e no ano anterior só não houve cancelamento das reuniões por falta de *quorum* em 38% delas.

## PERSPECTIVAS

A crise econômica e mundial jogou importantes setores do mundo desenvolvido na desesperança, particularmente os jovens. Encontrar um “primeiro emprego” tornou-se uma tarefa que está muito além do alcance de muitos jovens, por mais que se esforcem.

A insistência nas políticas ortodoxas, que “acalmam” certos atores nos mercados, no entanto, agita e sitia amplos setores da população. Na América Latina, com diferenças conforme as sub-regiões, as percepções têm ido em outra direção. Desse modo, no Latinobarômetro tem se reduzido notavelmente o grupo dos que, quando perguntados se sua renda era suficiente, diziam “que não era suficiente e que tinham grandes dificuldades”.

Eram 24% em 2003. Em 2011, baixou para 10% (a proporção mais baixa desde 1995, quando a medição foi iniciada).

Dentro dessa média geral, as diferenças são marcantes. Na República Dominicana, 23% manifestaram ter sérias dificuldades econômicas em 2011. Em seguida, Honduras, com 19%. Do outro lado da tabela, são apenas 5% hoje, na Argentina e no Brasil.

Outra pergunta importante, com respeito aos que indicam estar “Muito ou pouco preocupados” em ficar desempregado, variou totalmente seus resultados: em 2002, eram 76%; hoje são menos da metade, 35%, e ainda houve redução de 3% entre 2010 e 2011. Argentina e Uruguai encabeçam a lista dos países onde há menor preocupação, com 17% e 23%, respectivamente.

As expectativas da população da América Latina hoje são muito diferentes daquela de uma década atrás. Não é um tema subjetivo. Tem a ver com o fato de que em muitos países existe agora um modelo que os representa e trabalha para eles. Foi construído graças às lutas da população, e está em andamento tendo como parâmetros principais de êxito suas conquistas em termos de inclusão, qualidade de vida, emprego, educação, saúde... o que mais importa para a população.

Mas a população sabe que há muito caminho ainda a percorrer. Por isso alerta que se deve trabalhar sobre os altíssimos níveis de disparidade, o peso

desproporcional de grupos de interesse sobre o poder, a igualdade efetiva diante da lei.

Existe uma ampla heterogeneidade de situações a respeito do estado dessas lutas. Mas, segundo indicam as respostas, os cidadãos estão protagonizando uma verdadeira mudança de paradigma a respeito da democracia em amplas áreas da região.

Deixaram definitivamente para trás a visão de que podiam esperar salvadores providenciais de ditaduras militares. Confiam plenamente na democracia como o melhor sistema possível.

Mas também sabem que há níveis diferenciados de democracia e aspiram a ir em direção àquela que assegure cada vez mais direitos. Junto aos direitos políticos, reivindicam hoje os direitos econômicos e sociais. Não os veem como concessões, mas como reconhecimento de direitos que subentendem a própria qualidade de cidadão.

Por isso mesmo, cada vez mais se preparam não para serem espectadores, mas participantes plenos da luta para defender e aprofundar o modelo que fez com que recuperassem a esperança.

---

### **Mulheres deputadas**

Costa Rica e Argentina ocupam os 13º e 14º lugares entre todos os países do mundo com mulheres parlamentares na Câmara de Deputados. São 38,6% na Costa Rica e 38,5% na Argentina.

### **Uma advertência**

Klaus Schwab, o fundador de Davos, advertiu no início do fórum 2012 que “as elites políticas e econômicas estão em risco de perder completamente a confiança das futuras gerações.”

### **A participação, necessidade natural**

“Na natureza dos homens se encontra enraizada a exigência de que, no desenvolvimento de sua atividade produtiva, tenham a possibilidade de empenhar a própria responsabilidade e aperfeiçoar o próprio ser.”

Papa João XXIII, *Mater et Magistra*

---

## A FACE OCULTA DA DISCRIMINAÇÃO E DA POBREZA

### A POBREZA E A DISCRIMINAÇÃO NÃO SÃO UMA ABSTRAÇÃO

De acordo com os dados do panorama social da América Latina 2011, existem atualmente 174 milhões de latino-americanos pobres, o que corresponde a 30,4% da população. Uma década atrás, o total era proporcionalmente maior, mas continua sendo muito grande – é quase um em cada três. Supera amplamente, em termos absolutos, a quantidade de pessoas pobres que havia 30 anos atrás, em 1980.

É uma pobreza que têm, além disso, um alto conteúdo de indignância: 12,8% da população, ou 73 milhões de pessoas. Até aqui são meros dados numéricos e percentuais, mas a pobreza é muito mais do que uma abstração estatística.

Isso significa, no plano da renda, dificuldades diárias para sobreviver. No trabalho, dificuldades muito sérias de inserção. No plano da saúde, falta de acesso ao mais elementar, desde água potável a instalações sanitárias. Na dimensão-chave que é a educação, impossibilidade de completar o ensino médio e, em muitos casos, o primário.

A essas e outras carências agudas soma-se o permanente sentimento de discriminação, que foi captado por um amplo estudo – “As vozes dos pobres” –, realizado pelo Banco Mundial, sobre 60 mil pobres em 60 países.

Perguntados sobre qual aspecto da pobreza que mais lhes incomodava, responderam que tudo era muito difícil, porém o mais duro era “o olhar de desprezo” dos outros; era o de serem vistos como pessoas de segunda categoria, como uma subespécie. Frequentemente, a pobreza vem acompanhada de discriminação explícita ou implícita, e isso é reforçado pela limitação de oportunidades. E, assim como acontece com os pobres, há também outros

segmentos discriminados, como os idosos, as populações indígenas e afro-americanas, os portadores de deficiência.

Segundo o Latinobarómetro 2011, em toda a região, 20% das pessoas se sentem discriminadas por algum motivo. Quando se faz a pergunta de maneira indireta, pedindo para estimar o percentual de discriminados, os resultados são mais altos ainda: 45% sofre algum tipo de discriminação.

A seguir passaremos da reflexão abstrata sobre a pobreza e discriminação ao exemplo concreto, apresentando alguns quadros típicos na região.

Será uma aproximação com aqueles que normalmente não têm como chamar a atenção, nem se fazer ouvir, não têm peso político nem estão organizados; são os últimos, os “invisíveis”.

## IDOSOS

Duas anciãs apareceram mortas no bairro da Recoleta, em Buenos Aires, há poucos dias (15/1/2012). Eram gêmeas, e estiveram por cinco meses nessa situação sem que ninguém tomasse conhecimento.

Há, na capital, 160 mil pessoas maiores de 60 anos que vivem sozinhas. Os idosos são um percentual crescente da população urbana pelo aumento da expectativa de vida. Esse grupo cresceu mais nos últimos 50 anos do que nos 500 anteriores.

Até a Revolução Industrial, as pessoas de 65 anos ou mais representavam 2% a 3% da população, e atualmente no mundo desenvolvido são 14%; e a ONU estima que, para 2030, serão de 25% a 30%.

Em geral, os idosos têm sérios problemas econômicos. Na América Latina, apenas 40% tem plena proteção de seguridade social. Eles precisam sobreviver modestamente ou com frugalidade.

Mas não é só isso. Há sobre eles um “estigma” de inutilidade. A saída do mundo do trabalho os deixa de fora daquilo que é considerado importante. O culto à juventude, muito próprio das sociedades de consumo, sua marginalização do aparelho produtivo principal, a suposta desimportância, que lhe é atribuída pelos estereótipos, deixa-os de lado.

Tudo isso contrasta fortemente com o que se sabe e se observa sobre a nova terceira idade, em muitos casos constituída por pessoas saudáveis e ativas. Pesquisadores como Vithall (2009), dizem que a terceira idade é o início de um “segundo crescimento”, de alguma forma similar ao da adolescência.

Há uma grande base construída para se apoiar na construção de novos aprendizados, daí o êxito que costumam ter as experiências de universidades dessa faixa etária. Também há um interesse novo na solidariedade, e são notáveis as contribuições que esse setor faz nesse campo.

Os profissionais aposentados voluntários de países nórdicos, Israel, Holanda e outros que são enviados à África, em missões de assistência técnica, fazem significativas contribuições. Além disso, os estudos são enfáticos a respeito dos benefícios dessa prática. Entre outros, Gerhard Naegele e Eckart Schnabel (2010) constataram que o trabalho voluntário por idosos reduz o risco da exclusão social.

Além dos problemas de enfermidades, as pessoas idosas podem sofrer restrições em sua mobilização e isolamento. O voluntariado pode levá-los a um nível de atividade maior e a uma melhor integração e inclusão na sociedade.

Por outro lado, a terceira idade pode ter um papel singular e intransferível expressado na relação avô-neto. A convivência é valor incalculável para ambas as partes. No entanto, motivado por estigmas e preconceitos frequentes, restringe-se ou dificulta-se essa relação.

As Nações Unidas têm chamado a atenção para o tema da inclusão: “uma sociedade para todos deve possibilitar às pessoas idosas as oportunidades para continuar contribuindo”.

As dificuldades para poder exercer uma vida plena nessa etapa da vida estão aumentando em países como os europeus, onde um dos alvos das políticas de ajustes têm sido as aposentadorias. As reformas tendem a reduzir de muitas formas esse benefício. Ficou famoso o pranto irrompido da recém-nomeada ministra do Trabalho da Itália quando anunciou o novo pacote de medidas econômicas, cujo componente era, entre outros, o congelamento das correções dos benefícios da aposentadoria. Na prática, isso significava condenar a duras penas os idosos.

No entanto, no sul da América Latina tem ocorrido um desenvolvimento orientado a fortalecer a situação dos idosos. No Brasil de Lula e Dilma, a atenção melhorou, fazendo com que 81,2 milhões de brasileiros estejam atualmente sendo beneficiados pelo sistema previdenciário.

Essa recomposição em condições de melhor equidade faz parte de políticas mais amplas de transferência de renda aos setores relegados. Em 1978, apenas 8,3% das famílias brasileiras recebiam transferências governamentais. Em 2008, o número cresceu para 58,3%. Em 1988, essas entradas representavam 8,1% da renda familiar *per capita*. Em 2011, 20%.

Na Argentina, em vigorosas e continuadas políticas em favor dos aposentados, foram incorporados desde 2003 2,7 milhões de novos aposentados – quase duplicou o número –, e a aposentadoria mínima foi aumentada em 700%.

Em 2003, o país destinava 4,5% do Produto Bruto ao pagamento de aposentadorias e pensões. Em 2011, passou para 6,6%.

Entre 2009 e 2011, os benefícios dos aposentados e pensionistas aumentaram em 144%, frente a um aumento salarial geral de 84%.

Existem no país cerca de 6 milhões de aposentados. Um terço recebia créditos de entidades privadas que eram descontados dos seus benefícios. As taxas pagas eram muito mais altas do que as do mercado.

Para protegê-los, o Estado fixou um limite máximo ao custo financeiro total (22/2/2012): não podem ser superior a 5 pontos da taxa de juros do Banco de La Nación. Ficou firmado no respectivo decreto: “desta forma, o Estado protege nossos avós para que possam continuar projetando e melhorando sua qualidade de vida sem serem lesados em sua boa-fé”.

O tema econômico é básico: a terceira idade deve ter direito à proteção plena de toda a sociedade. Isso é direito constitucional e moral. Porém, junto a isso, é necessária uma revisão profunda dos preconceitos, estigmas e discriminações que empurram os idosos ao isolamento.

Seu potencial é imenso, como descreve um especialista (Cárdenas 2011):

Estudos sobre o envelhecimento indicam que estes novos cidadãos são indivíduos maduros, com experiência significativa, portadores de um novo conceito de trabalho e ansiosos para trabalhar se encontrarem o equilíbrio certo com o seu próprio entretenimento; interessados em descobrir novos amigos e capazes de reinventar suas relações familiares; prontos para ampliar suas perspectivas; no entanto, o que consideram mais importante é continuar aprendendo para aumentar o interesse pela vida e preparar o mundo para as gerações futuras.

### MORANDO PRECARIAMENTE

Cerca de 32% dos latino-americanos vivem em favelas, moradias precárias, com infraestrutura e serviços inadequados, posse irregular da terra e com problema de superlotação. Seja em favelas no Brasil, *cantegriles* no Uruguai, *pueblos jovens* no Peru, *vilas misérias* na Argentina, ou em outras formas similares em todo continente.

Na América Latina a população urbana significa mais de 75% da população total. Cerca da metade dessa população urbana vive em favelas em países como Belize, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Peru, entre outros.

Essa situação torna as pessoas vulneráveis em múltiplas dimensões. Em termos de saúde, cria sérios riscos. Estima-se que 60 milhões carecem de água potável, 120 milhões não têm instalação sanitária, e outros que têm acesso à água, em geral, recebem-na altamente contaminada, pois a água de 210 milhões de latino-americanos é distribuída sem tratamento.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, uma em cada três crianças no mundo morre por problemas de contaminação. A isso se somam as contaminações de água causadas por indústrias irresponsáveis.

Em matéria de educação, a superlotação e a falta de condições básicas no domicílio são fatores determinantes para o baixo rendimento escolar e para as altas taxas de evasão entre as crianças pobres.

Por outro lado, a vulnerabilidade põe um sinal vermelho diante das catástrofes naturais. Os pobres vivem nas zonas mais expostas, suas precárias moradias não têm defesas antissísmicas, e na maior parte dos países não há sistemas adequados de prevenção e ajuda. Daí que as vítimas das catástrofes, cada vez mais recorrentes pela mudança climática, são principalmente os pobres.

O Fundo de População das Nações Unidas tem advertido que os pobres continuarão fazendo parte do crescimento futuro das cidades, e que se devem respeitar seus direitos à cidade (em vez de tentar expulsá-los), planejando de modo “que as famílias pobres possam dispor de um lote com superfície suficiente e acesso a abastecimento de água, saneamento básico, energia elétrica e transporte, onde possam construir sua moradia e melhorar sua vida”.

Os milhões de pobres que sofrem condições de vida quase impossíveis em seus barracos requerem políticas proativas que lhes assegurem estes direitos básicos. Do contrário, pode ocorrer aquilo que adverte a ONU: “Ao não se empreenderem ações assertivas e massivas, a acumulação de carências poderia chegar a ser inoperável/não manejável em muitos países da região”.

## SEM IDENTIDADE

Segundo o Unicef, cerca de uma em cada seis crianças nascidas na América Latina não existe para a sociedade, pois nunca foi registrada.

Uma alta funcionária da área social do governo do Peru, onde se estima que haja 1 milhão de pessoas nessas condições, resumiu assim a situação: “São pessoas que passam pela vida sem que a sociedade jamais tenha tomado conhecimento de que nasceram ou morreram”. Suzanne Duryea e Mia Harbitz (BID) estimam que isso ocorre nas áreas urbanas da República Dominicana, 23%; Brasil, 14%; Bolívia; 21%; Colômbia, 13%; e Nicarágua, 8%.

Segundo um estudo da Cepal e Unicef (2/12/2011), os mais prejudicados são os menores de idade dos setores mais pobres e marginalizados da região, como indígenas, afrodescendentes, migrantes e famílias de áreas rurais, zonas remotas ou fronteiriças.

Não é um assunto meramente burocrático. Estes cidadãos, “invisíveis” para a sociedade, estão condenados a uma vida à margem. As crianças indocumentadas não podem se inscrever na pré-escola nem na escola, dificilmente poderão

conseguir um emprego formal, não podem abrir contas bancárias nem ter títulos de propriedade, não podem se casar pelo registro civil, não podem votar e, finalmente, também não podem registrar seus filhos no cartório de registro civil.

Cepal e Unicef (2011) descrevem cruamente como o problema se expressa na prática:

Infelizmente, a certidão de nascimento ainda é um dos principais requisitos para o acesso à escola, aos serviços de saúde e outros benefícios sociais [...] em muitos países, embora as crianças e jovens não registrados tenham acesso ao ensino primário, ao concluí-lo não recebem o certificado que comprove os seus estudos, não podendo, assim, ingressar no ensino secundário.

Mas por que a indocumentação? O estudo do BID informa:

A pobreza é um fator [...] As crianças de estratos socioeconômicos baixos têm as maiores probabilidades de estarem indocumentadas desde o nascimento até os cinco anos de idade, [...] a falta de um refrigerador (dado de uma pesquisa que reflete a insuficiência de renda) é um elemento que prediz com muita precisão que o nascimento da criança não irá constar no registro civil.

Um estudo na Colômbia (BID) indica que 27% das mães que não registraram seus filhos não puderam fazê-lo porque elas próprias não haviam sido registradas; 13% declararam que não registraram seus filhos porque o cartório era muito longe, e cerca de 10% porque o cartório não dispunha dos papéis oficiais necessários.

Gera-se assim um círculo vicioso perverso. Os pobres supostamente são os destinatários de boa parte dos programas sociais. Os que carecem de documentos costumam ser os mais pobres entre eles, e sem documentos não podem ter acesso aos programas sociais. É inadmissível que no século da tecnologia da informação as sociedades da região não possam enfrentar esse grave problema.

Quando se quer, se pode. No estado do Amazonas, no Brasil, vivem 1,5 milhão de pessoas. Ali, o acesso é feito percorrendo-se o labirinto das vias fluviais. O governo brasileiro envia três embarcações especiais que percorrem essas vias oferecendo um amplo leque de serviços públicos, entre eles o registro. Um morador da região resumiu bem a situação: “Um homem sem documentos não é nada, não é ninguém, não é mais que um animal na selva”.

No Peru, com tão altas porcentagens de indocumentação, o Distrito Autogestionário de Villa El Salvador, numa experiência social modelo com 400

mil moradores pobres, está entregando atualmente a certidão de nascimento em apenas dez minutos.

Não há desculpas para justificar que o drama da falta de documentação continue nas terras da América Latina. É hora de restituir esse direito, o mais básico.

### DISCRIMINAÇÕES E RACISMO

Existem 400 populações indígenas na América Latina. Estima-se que totalizam entre 40 e 50 milhões de pessoas, o que significa de 8% a 10% da população total da região.

Na Bolívia, Guatemala, Equador e Peru, sua proporção é muito maior; nos dois primeiros, ultrapassam 50% da população.

A pobreza entre a população indígena é muito maior do que os altos índices gerais. Além disso, a diferença entre indígenas e a população em geral nunca diminui, só tende a aumentar.

As taxas de mortalidade materna são muito superiores à média. A fome tem também proporções muito maiores entre as crianças. No Equador, a desnutrição entre crianças indígenas é 1,7 vezes superior; na Guatemala, é quase 70% entre as crianças indígenas em comparação aos 36,7% na população não indígena.

O quadro se repete na educação. Na Guatemala, os índices de repetência entre os alunos indígenas no primário chega a 90%.

O tema da bilinguagem na educação é crucial. Os déficits de educação bilíngue repercutem fortemente sobre as possibilidades de rendimento do aluno indígena.

Há também claras diferenças no acesso dos indígenas ao trabalho. Quase 85% das mulheres indígenas da Bolívia trabalham no setor informal, frente a 63% das não indígenas; no Peru, o número é de 83% entre as indígenas frente a 72% entre as não indígenas; na Guatemala, 78% *versus* 67%. Na maior parte dos países, a mortalidade infantil entre os indígenas praticamente duplica em relação à taxa de mortalidade entre os não indígenas.

Em seu conjunto, isto representa uma situação de severa discriminação. Os indígenas são a face mais expressiva da aguda pobreza latino-americana. Seus protestos generalizados em todo o continente, com seu epicentro nos países com a maior população originária, têm seu fundamento nessa realidade, que está agora mudando em países que empreenderam grandes reformas sociais, como o caso de Bolívia e Equador.

Crianças e adolescentes de 34 populações indígenas resumiram a situação em um Encontro Ibero-americano sobre o tema, realizado em Madri:

Somos crianças e adolescentes indígenas, criadores, portadores e transmissores de nossas culturas cujas contribuições para a humanidade contribuem para convivência, a diversidade e a paz. Vivemos em condições de exclusão, marginalização, racismo e discriminação, que impedem nosso desenvolvimento como seres humanos e cidadãos plenos, com direitos específicos. Queremos participar da construção de um mundo mais justo.

A população negra da região também sofre sérios problemas. Um informe do Pnud sobre o Brasil, anos atrás, mostrava que, tomando-se apenas a população branca, o Brasil estava em 44º lugar em IDH. Quando se considerava apenas a população negra, o IDH estava na 105ª posição, porque os indicadores são muito piores nessa população. Os negros e os pardos representam 44,7% da população do país.

Entre outros indicadores da difícil situação dos negros, apenas 2,5% estavam na universidade; a mortalidade infantil entre a população negra é de 30,75%, e entre os brancos 22,92%. Os negros ocupavam apenas 1,8% dos cargos executivos nas empresas.

A diretora do Informe do Pnud, Diva Moreira, concluiu: “não vamos superar a pobreza e a violência do país sem enfrentar o racismo presente na estrutura da sociedade brasileira”. O informe recomenda que, “para enfrentar essa desigualdade, é preciso tratar desigualmente aqueles que estão em situação desigual” e que por isso necessitam políticas afirmativas de discriminação positiva. Efetivamente, têm sido postas em práticas nos últimos anos.

O quadro se repete em outros países com população negra; como Honduras, onde as comunidades denominadas *garifunas* representam 10% da população e padecem de graves carências.

O Latinobarómetro 2011 constata que existem elevados níveis de percepção da existência de discriminação racial em vários países da região. Entre os guatemaltecos, 51% sentem que são discriminados por raça; no Brasil, 46%; na Bolívia, 43%; e no México e República Dominicana, 43%; no Peru, 39%. Estes países têm a maior parte da população autóctone da região.

A América Latina deve colocar no centro do debate público essas discriminações inadmissíveis a indígenas e afro-americanos, e enfrentá-las através de políticas concretas.

## DIGNIFICAR O TRABALHO DOMÉSTICO

Milhões de mulheres passam seus dias em trabalhos nos quais praticamente não há direitos trabalhistas, em que estão isoladas e que, da porta de casa para dentro, são invisíveis para a sociedade. São as chamadas “trabalhadoras domésticas”.

Uma renomada organização norte-americana, Wiego, descreve: “trabalham longas jornadas por um salário miserável, geralmente não têm benefícios sociais, como seguro médico, aposentadoria, licença maternidade [...] As leis de proteção são frequentemente ignoradas pelos patrões e não são fiscalizadas pelas autoridades [...] aquelas que vivem na casa de seus patrões dependem totalmente da boa ou má vontade de seus chefes”.

Na América Latina e no Caribe, entre 10% e 18% das mulheres empregadas trabalham no serviço doméstico. Representam 18,3% da mão de obra feminina ocupada no Brasil; 17,9% na Argentina; 20,1% no Paraguai; 14,3% no Chile; 11,2% na Colômbia. Muitas são migrantes. As empregadas domésticas da região são até 60% dos migrantes internos e externos.

A miséria nas áreas rurais e a pobreza as empurram de países mais pobres, como Bolívia e Paraguai, a outros mais desenvolvidos, como Argentina e Chile. As mulheres que migram do México e de outras partes da América latina são atualmente a maior parte da força laboral de serviço doméstico dos Estados Unidos.

Imigrantes, pobres, discriminadas – este é um dos poucos trabalhos em que podem ter inserção. São “trabalhos de mulher”, sem atrativos para os homens e, além disso, não é preciso mostrar títulos ou credenciais.

As domésticas são um suporte importante de numerosas famílias. São a força de trabalho que mantém diariamente a infraestrutura de muitos lares, colaborando na criação das crianças, acompanhando sua escolarização e tornando possível o trabalho profissional de muitas mães.

Em geral, além de não estarem incluídas na proteção laboral, social, médica e previdenciária, quando jovens, esta forma de relação de trabalho em tempo integral lhes impede de estudar e completar o nível médio. Conforme constatação da Cepal, na região, uma pessoa sem estudos secundários dificilmente poderá algum dia sair da pobreza.

A situação cria graves dificuldades quanto à possibilidade de constituir e manter sua própria família. Isso ocorre porque, sendo um fator de apoio no funcionamento das famílias para as quais trabalham, têm graves dificuldades de tempo para atender adequadamente sua própria família.

A OIT observou, além disso, um alarmante crescimento no número de meninas nessa tarefa. Mais meninas com menos de 16 anos trabalham nessa área do que em qualquer outra categoria de trabalho infantil. Estima-se que 175 mil crianças menores de 18 anos são empregados domésticos na América Central.

Os salários das empregadas domésticas são menores que o das mulheres em qualquer outra área. Na América Latina, é necessário produzir mudanças nessa situação que deixa milhões de mulheres, que deveriam estar plenamente protegidas, dependentes da boa vontade de seus patrões.

Precisamos dignificar o trabalho doméstico. O Estado e a sociedade civil podem ter papéis importantes nisso. Urge ratificar e aplicar plenamente as novas diretrizes a esse respeito, que foram recentemente sancionadas na OIT.

Há bons exemplos. O Uruguai tem sido reconhecido mundialmente por sua legislação avançada, que busca igualar os direitos das trabalhadoras domésticas aos dos trabalhadores formais. Cerca de 50% já estão devidamente registrados e formalizados, frente a uma média de 15% na América Latina.

A lei reconhece o salário-mínimo, o descanso semanal, a licença-maternidade, as férias, o Fundo de Garantia e o seguro desemprego.

Na Argentina se vai pelo mesmo caminho, fortalecendo a proteção laboral das empregadas domésticas. Lá, a Administração Federal de Ingressos Públicos (AFIP) criou um programa em grande escala inovador, em nível regional, para que as famílias registrassem o empregado doméstico, formalizassem o registro. Isso permite ao empregado ter acesso aos benefícios de seguridade social de saúde e aposentadoria. Os patrões devem pagar mensalmente uma pequena cota, que podem deduzir em 85% de seus impostos. Acrescentando inclusive uma pequena quantia, a trabalhadora doméstica pode incorporar seus filhos e familiares dependentes em seu seguro social.

A formalização vem crescendo rapidamente. No Brasil, resumindo os grandes temas de discriminação e violação de direitos humanos que estão em jogo, o governo, a Federação de Trabalhadoras Domésticas, a OIT e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) lançaram a campanha “Respeito e dignidade para as trabalhadoras domésticas: uma profissão como outra qualquer”.

Na Argentina e no Brasil, em 2013, foram promulgadas leis que colocaram as trabalhadoras domésticas em igualdade de condições com todos os outros trabalhadores formais. Estima-se que exista 1 milhão na Argentina e 10 milhões no Brasil.

No entanto, a situação continua sendo difícil no México, com 22 milhões de trabalhadoras sem direitos assegurados, assim como em outros países da região.

É hora de restituir direitos em todo o continente neste tema que diz tanto sobre a qualidade moral da uma sociedade.

## DESTINOS DIFÍCEIS

O mundo tem a maior onda migratória de sua história. Estima-se em 200 milhões os que saem de seus países de origem nos últimos anos. Uma grande maioria deles migra porque nas economias de suas pátrias não encontram possibilidade de trabalho. É migração por pobreza. Estima-se que mais

de 25 milhões são procedentes da América Latina e do Caribe. Migram quase forçados. Perdem laços familiares, as amizades de toda a vida, seu entorno cultural, separam-se de seus afetos mais profundos.

Os países ricos poderiam ajudar significativamente, cooperando com a criação de fontes de trabalho internas; por exemplo, abrindo seus mercados a produtos dos países em desenvolvimento.

Em vez disso, foram aprovadas diretrizes cada vez mais restritivas na União Europeia que criam um ambiente muito intimidador para os imigrantes. Entre outras disposições, ficou estabelecido que os imigrantes ilegais poderiam ser detidos por até 18 meses, antes de serem expulsos. Também que as crianças filhas de imigrantes ilegais possam ser expulsas, inclusive para países distintos de seu país de origem.

Múltiplas vozes representativas têm denunciado severamente tais medidas, desde o Vaticano até a Anistia Internacional. Agostino Marcheto, secretário do Conselho Pontifício para os Imigrantes, declarou: “Não devemos criminalizar os imigrantes por qualquer coisa... não deveriam ser privados de liberdade pessoal ou sujeitos a penas de detenção por causa de infrações de tipo administrativo”.

Demagógicamente, estão estimulando na opinião pública a imagem do imigrante como “delinquente potencial” e como quem retira postos de trabalho dos locais.

Nada disso tem a ver com a realidade. Na Europa, como em toda a América Latina, a imigração foi uma bênção econômica. Trabalham nas atividades mais duras. Nos Estados Unidos, são 28% dos trabalhadores da construção civil e um terço do trabalho doméstico. Na Inglaterra, os estudos indicam que o aumento da imigração foi decisivo para a elevação da taxa de crescimento. Na Espanha, renovaram a demografia e têm contribuído substancialmente com a seguridade social.

A Europa necessita receber, até 2015, 159 milhões de imigrantes para sanar seu déficit demográfico. Que prevalecerá? Buscar “culpáveis fáceis” diante dos graves problemas econômicos atuais ou a causa racional e ética?

## A AGENDA PENDENTE

As situações vistas mostram que, por trás das médias gerais da região, ocultam-se quadros inaceitáveis de discriminação e pobreza, entre os quais os da terceira idade, dos habitantes das favelas, das crianças sem identidade, das populações indígena e afro-americana, das trabalhadoras domésticas e dos imigrantes.

Há diversos outros integrantes desta descrição sumária. São pobreza e discriminações silenciosas, em muitos casos imperceptíveis, as quais precisam ser tornadas visíveis, a fim de serem incluídas na agenda pública e enfrentadas.

Uma informação próxima dá conta de quão inacessíveis, ocultas e graves podem ser. O governo do Brasil processou (24/2/2012) um senador por manter 35 trabalhadores em condições similares à escravidão em sua fazenda, no estado do Pará, na região amazônica. Trabalhavam 78 horas semanais, sem assistência médica nem dias de folga e vivendo em condições subumanas. Estavam endividados com a fazenda porque era descontado de seus salários o custo da alimentação e dos equipamentos, por isso não podiam sair.

Há altos níveis de vulnerabilidade social na região e que são ilustrados por este incidente e outros semelhantes em outros países.

Cepal e Unicef têm alertado que, apesar dos avanços, quase 45% da população infantil menor de 18 anos – 81 milhões de menores – vivia em situação de pobreza em 2010.

A OIT denunciou que o problema do trabalho escravo infantil perdura na região e destacou particularmente (10/5/2011) que ele “atinge especialmente os grupos vulneráveis como as populações indígenas, em particular os meninos e meninas que são afetados de maneira diferenciada pelas piores formas de trabalho infantil”.

Todas essas mazelas estão sendo enfrentadas pelas transformações econômicas e sociais em andamento na região, mas a presença de quadros como os aqui expostos indicam a gravidade, profundidade e urgência da agência pendente.

---

### **Terceira idade em ação**

Oscar Niemayer, um dos maiores arquitetos da história, continuou trabalhando até os 103 anos. Afirmava: “preciso estar ocupado, em contato com amigos, manter meu ritmo de vida”.

### **Racismo**

“Os sete países que têm o maior número de povos originários da região ainda denunciam, 30 anos depois da volta da democracia, graves reclamações de discriminação de raça. Não pode haver uma democracia consolidada sem que essa discriminação básica seja desmantelada.”

Latinobarómetro, Informe 2011

### **“Portação” de cara**

Um jovem líder indígena andino, em um encontro internacional, afirmou: “em minhas paragens há um delito que não está na legislação, o ‘porte’ de uma cara. Portar uma feição indígena pode significar que as forças policiais exijam documentação, que seja considerado suspeito e discriminado.”

---



O livro *como enfrentar a pobreza e a desigualdade? Uma perspectiva internacional* foi impresso pela Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares. O texto foi composto em Berkeley no corpo 11/13,9. A capa foi impressa em papel Supremo 250g; o miolo foi impresso em papel Norbrite 66g.